

Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina



**Diário Oficial
dos Municípios**
de Santa Catarina



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1506

Quinta-feira - 12 de Junho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	5	Imbituba	74	Salto Veloso	195
Alto Bela Vista.....	8	Iomerê	78	Santa Cecília	196
Anchieta	9	Irineópolis	78	Santa Rosa do Sul	197
Arroio Trinta.....	10	Itá	83	São Bento do Sul.....	197
Ascurra.....	11	Itapiranga.....	83	São Domingos.....	201
Balneário Rincão	11	Itapoá	85	São José.....	201
Benedito Novo	14	Jacinto Machado	89	São José do Cedro.....	209
Biguaçu	15	Joaçaba.....	93	São Lourenço do Oeste.....	212
Bom Jesus do Oeste	17	José Boiteux	97	São Pedro de Alcântara.....	215
Bom Retiro	18	Lages	97	Schroeder	219
Braço do Trombudo.....	19	Lauro Muller	98	Serra Alta	234
Caçador.....	24	Lebon Regis	98	Sombrio.....	235
Camboriú.....	24	Leoberto Leal.....	99	Timbé do Sul	238
Campo Alegre	33	Luzerna	101	Timbó	240
Campos Novos	37	Macieira.....	114	Treze Tílias	242
Canelinha	45	Mafra	115	Tunápolis.....	242
Canoinhas.....	46	Massaranduba.....	117	Videira.....	243
Capinzal	46	Meleiro	120	Vitor Meireles.....	244
Catanduas.....	47	Modelo	121	Xavantina	245
Caxambu do Sul.....	48	Morro da Fumaça	122	Xaxim.....	249
Chapadão do Lageado	49	Navegantes.....	123		
Concórdia	49	Novo Horizonte	135	Associações	
Cordilheira Alta	50	Orleans	136	EGEM	251
Coronel Freitas.....	50	Ouro	136		
Coronel Martins.....	51	Ouro Verde	138	Consórcios	
Faxinal dos Guedes.....	55	Palhoça	140	AGIR	256
Forquilha.....	59	Palmitos	162	CIGA	258
Fraiburgo.....	60	Papanduva.....	163	CIM-AMAVI	260
Garopaba.....	62	Passo de Torres.....	163	CIMCATARINA.....	261
Garuva	63	Passos Maia	174	CIS/AMURES.....	262
Gaspar	67	Paulo Lopes	174		
Governador Celso Ramos	67	Penha.....	178		
Grão Pará	70	Pinheiro Preto	179		
Guarujá do Sul.....	71	Ponte Serrada	183		
Herval d'Oeste	71	Porto Belo.....	183		
Ibiam	73	Porto União.....	184		
Ilhota	74	Rio do Sul.....	190		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

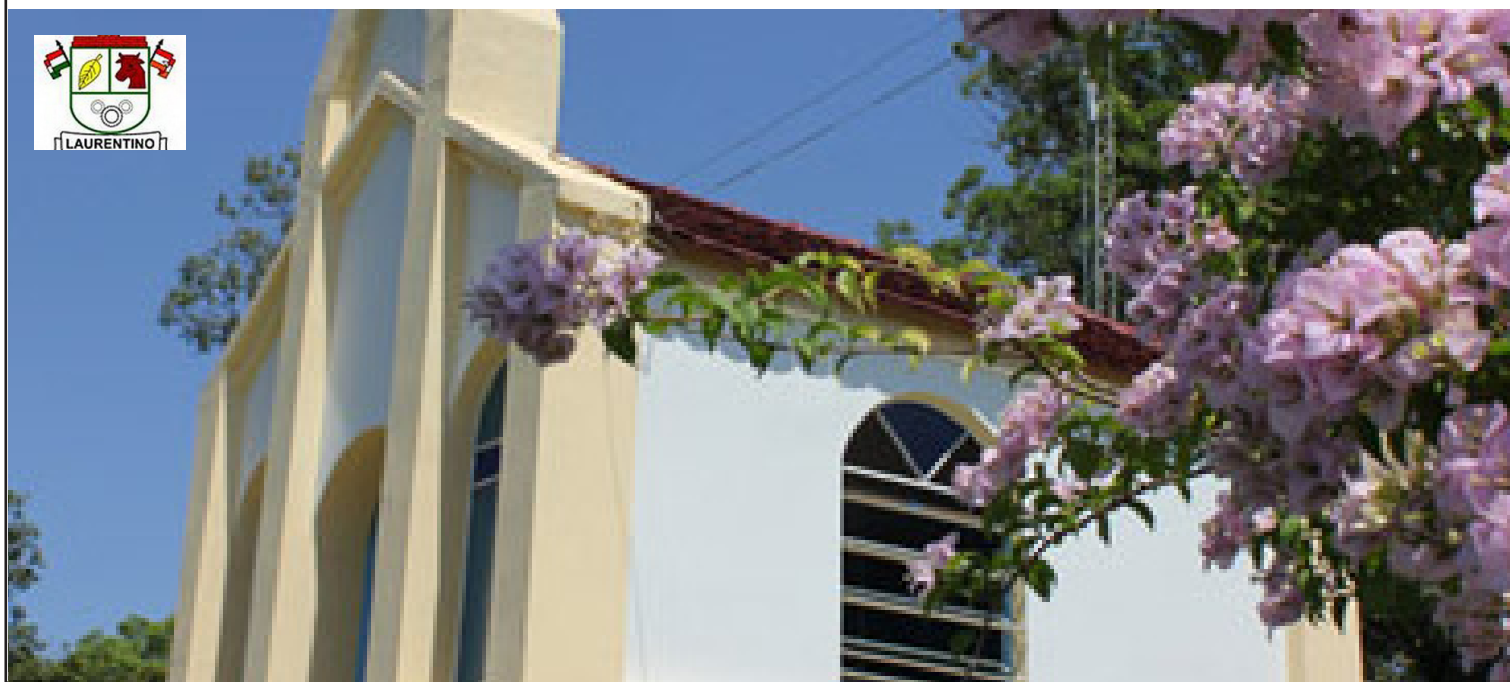
Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br



12 DE JUNHO

Parabéns, Laurentino, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





12 DE JUNHO

Parabéns, São Ludgero, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº. 40/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 40/2014
PREGÃO PRESENCIAL 33/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 40/2014, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 33/2014", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL (Considerando a menor taxa de administração, admitindo-se taxa negativa)", destinado a contratação de empresa especializada no ramo de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação, instituído pela Lei Municipal nº 090/2014, aos servidores do Município de Água Doce por meio de cartão magnético, para aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais cadastrados (mercados e panificadoras), o qual será processado e julgado no dia 27 de junho de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 11 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº. 41/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 41/2014
PREGÃO PRESENCIAL 34/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 41/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 34/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material pedagógico e brinquedos educativos, o qual será processado e julgado no dia 30 de junho de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 11 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº. 42/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 42/2014
PREGÃO PRESENCIAL 35/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 41/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 35/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação de serviços de arbitragem, o qual será processado e julgado no dia 30 de junho de 2014 às 16h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 11 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº. 43/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 43/2014
PREGÃO PRESENCIAL 36/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 43/2014, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 36/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinado a aquisição de materiais e contratação de serviços para sinalização horizontal e vertical de vias urbanas, o qual será processado e julgado no dia 01 de julho de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 11 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Balancete Financeiro - Pref - 052014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.851.214,61	Despesa Orçamentária	1.153.532,01
RECEITA TRIBUTÁRIA	140.725,08	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.145.395,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.206,37	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	603.464,72
RECEITA PATRIMONIAL	20.491,28	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.638,27
RECEITA AGROPECUÁRIA	6.062,99	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	495.124,09
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.444.287,68	INVESTIMENTOS	12.420,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.840,19	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	29.747,61
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	210.601,02		
		Despesas Intra-orçamentárias	8.136,38
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.136,38
Receita Extra - Orçamentária	1.419.298,74	Despesa Extra - Orçamentária	1.829.525,22
DEPÓSITOS	121.092,15	DEPÓSITOS	121.095,74
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	121.092,15	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	121.095,74
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	121.092,15	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	121.095,74
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.291.100,59	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.415.444,60
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.255.628,04	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.379.972,05
FORNECEDORES	480.584,86	FORNECEDORES	462.407,94
PESSOAL A PAGAR	441.029,01	PESSOAL A PAGAR	441.029,01
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	122.248,96	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	122.248,96
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	280,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	280,00
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	135.414,93	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	277.935,86
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	76.070,28	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	76.070,28
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	35.472,55	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	35.472,55
ENTIDADES CREDORAS	1.086,67	ENTIDADES CREDORAS	1.086,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	34.385,88	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	34.385,88
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	7.106,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	292.984,88
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.106,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	292.984,88
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	7.106,00	REPASSE CONCEDIDO	292.984,88
Saldos anteriores	3.451.514,09	Saldos atuais	3.738.970,21
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.811.715,56	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.049.132,65
BANCO C/ MOVIMENTO	463.932,68	BANCO C/ MOVIMENTO	558.096,83
BANCOS C/ VINCULADAS	75.385,81	BANCOS C/ VINCULADAS	61.681,13
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	100.480,04	POUPANÇA	70.059,60
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	6.722.027,44	Total	6.722.027,44

AGUA DOCE , 11/06/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro Maio 2014****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	44.530,06
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	44.530,06
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.966,92
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.083,14
		INVESTIMENTOS	480,00
Receita Extra - Orçamentária	113.827,72	Despesa Extra - Orçamentária	54.652,62
CREDITOS EM CIRCULACAO	200,00	CREDITOS EM CIRCULACAO	200,00
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	200,00	DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	200,00
RECURSOS VINCULADOS	200,00	RECURSOS VINCULADOS	200,00
DEPOSITOS	3.688,08	DEPOSITOS	4.068,87
CONSIGNACOES	3.688,08	CONSIGNACOES	4.068,87
PREVIDENCIA SOCIAL	3.069,31	PREVIDENCIA SOCIAL	3.069,31
PENSAO ALIMENTICIA	186,36	PENSAO ALIMENTICIA	186,36
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	432,41	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	813,20
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	44.530,06	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	50.383,75
OBRIGACOES A PAGAR	44.530,06	OBRIGACOES A PAGAR	50.383,75
FORNECEDORES	6.563,14	FORNECEDORES	6.083,14
PESSOAL A PAGAR	31.184,34	PESSOAL A PAGAR	31.184,34
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.782,58	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	13.116,27
INTERFERENCIAS ATIVAS	65.409,58		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	65.409,58		
REPASSE RECEBIDO	65.409,58		
Saldos anteriores	118.454,07	Saldos atuais	133.099,11
BANCO C/ MOVIMENTO	118.454,07	BANCO C/ MOVIMENTO	133.099,11
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	232.281,79	Total	232.281,79

AGUA DOCE, 10/06/2014

VILSON ANTONIO VERONA
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Decreto Nº 1.874 de 10 de Junho de 2014

ESTABELECE JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, NO DECORRER DAS DISPUTAS DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; e

Considerando o interesse geral dos brasileiros e, particularmente, dos belavistenses pelo futebol, com prevalência nas partidas disputadas pela Seleção Brasileira de Futebol e com maior relevância nas disputas da Copa do Mundo de Futebol, no período de 12 de junho a 13 de julho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Durante as disputas da Copa do Mundo de Futebol, em dias de jogos da Seleção Brasileira, a jornada de trabalho terá os seguintes expedientes:

I - No dia 12 de Junho, quando da Abertura do Evento e também com o jogo de estreia da Seleção Brasileira de Futebol, o horário de expediente de todas as repartições públicas municipais será das 07h às 13h, exceto os setores da educação que terão calendário próprio e os serviços da balsa que são de essencial interesse público;

II - No dia 17 de Junho:

a) os serviços externos da Gerência de Transporte, da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente e da Gerência de Urbanismo e Habitação, serão das 07h às 13h;

b) os serviços internos dos demais órgãos e unidades da administração, serão das 8h às 11h30min e das 13h às 15h15min, exceto os setores da educação que terão calendário próprio e os serviços da balsa que são de essencial interesse público;

III - No dia 23 de Junho:

a) os serviços externos da Gerência de Transporte, da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente e da Gerência de Urbanismo e Habitação, serão das 07h às 13h;

b) os serviços internos dos demais órgãos e unidades da administração, serão das 8h às 11h30min e das 13h às 16h, exceto os setores da educação que terão calendário próprio e os serviços da balsa que são de essencial interesse público;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de junho de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 1875 DE 11 DE JUNHO DE 2014

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Sra. JESSICA TAIS FISCHER, inscrito no CPF sob nº 084.838.589-67, portador da cédula de Identidade nº 5.336.536-4 - SESP/SC, para o cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO com as atribuições estabelecidas no art. 21, da Lei Complementar nº 054, de 01 de novembro de 2013.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 11 de junho de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

Anchieta

CÂMARA MUNICIPAL

Balancete Financeiro Mês Maio/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	39.621,73
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	39.621,73
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.818,92
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.802,81
Receita Extra - Orçamentária	97.539,15	Despesa Extra - Orçamentária	44.000,20
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	70,00	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	70,00
CRÉDITOS A RECEBER	70,00	CRÉDITOS A RECEBER	70,00
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,00	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,00
DEPÓSITOS	2.847,42	DEPÓSITOS	2.592,99
CONSIGNAÇÕES	2.847,42	CONSIGNAÇÕES	2.592,99
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.847,42	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.592,99
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	39.621,73	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	41.337,21
OBRIGAÇÕES A PAGAR	39.621,73	OBRIGAÇÕES A PAGAR	41.337,21
FORNECEDORES	6.802,81	FORNECEDORES	8.518,29
PESSOAL A PAGAR	27.123,08	PESSOAL A PAGAR	27.123,08
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.695,84	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.695,84
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	55.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	55.000,00		
REPASSE RECEBIDO	55.000,00		
Saldos anteriores	60.799,40	Saldos atuais	74.716,62
BANCO C/ MOVIMENTO	60.799,40	BANCO C/ MOVIMENTO	74.716,62
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	158.338,55	Total	158.338,55

ANCHIETA, 06/06/2014

 PAULO FUSIEGER
PRESIDENTE

 EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei Nº 1691

LEI Nº 1691, DE 11/06/2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

Art. 2º O crédito adicional suplementar definido no Art. 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

03.01.10.301.0009.1.000001	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
44900000 - 0166	Aplicações Diretas	R\$	10.200,00
	TOTAL SUPLEMENTADOR	R\$	10.200,00

Art. 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Art. 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03.01.10.304.0009.2.000022	MANUT. VIG. EM SAÚDE SANITÁRIA		
44900000 - 0166	Aplicações Diretas	R\$	7.500,00
	TOTAL ANULADO	R\$	7.500,00

03.01.10.304.0009.2.000022	MANUT. VIG. EM SAÚDE EPODEMIOLÓGICA		
33900000 - 0166	Aplicações Diretas	R\$	2.700,00
	TOTAL ANULADO	R\$	2.700,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada as disposições em contrárias.

Arroio Trinta - SC, 11 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 11 de junho de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1614

DECRETO Nº 1614, de 11 de junho de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 1691 de 11/06/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

Art. 2º O crédito adicional suplementar definido no Art. 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

03.01.10.301.0009.1.000001	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
44900000 - 0166	Aplicações Diretas	R\$	10.200,00
	TOTAL SUPLEMENTADOR	R\$	10.200,00

Art. 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Art. 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03.01.10.304.0009.2.000022	MANUT. VIG. EM SAÚDE SANITÁRIA		
44900000 - 0166	Aplicações Diretas	R\$	7.500,00
	TOTAL ANULADO	R\$	7.500,00

03.01.10.304.0009.2.000022	MANUT. VIG. EM SAÚDE EPODEMIOLÓGICA		
33900000 - 0166	Aplicações Diretas	R\$	2.700,00
	TOTAL ANULADO	R\$	2.700,00

Art. 4º Este decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada as disposições em contrárias.

Arroio Trinta - SC, 11 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 11 de junho de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Ascurra

PREFEITURA

Termo de Ajuste de Conduta 01/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TAC MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC - ATENDIMENTO DEMANDA CRECHES E PRÉ-ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC

O Município de Ascurra/SC, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Moacir Polidoro nos termos dispostos na Cláusula Segunda, item 2.12 do presente Termo, torna público o Termo de Acordo e Compromisso que entre si fazem o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Ascurra/SC. Objeto: dar cumprimento ao preconizado na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no que se refere ao direito de acesso à Educação infantil, de crianças com idade de até 06 (seis) anos de idade residentes em Ascurra/SC. Da vigência do Termo - indeterminado, contados a partir da data de assinatura - assinado em 18 de fevereiro de 2014, pelo Promotor de Justiça Sr. João Luiz de Carvalho Botega - Prefeito de Municipal e pelo Conselho Tutelar de Ascurra.

Edital de Pregão 33/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE PREGÃO Nº33/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 27/06/2014 às 14 horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE, DEFESA CIVIL E BOMBEIROS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 12 de junho de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

Decreto Festa da Tainha

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO/GP/ Nº 152 de 10 de junho de 2014
DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO COMUM A TÍTULO PRECÁRIO, REGULAMENTA A 20ª FESTA DA TAINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Décio Gomes Góes, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial pelo art.83, VI, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a Festa da Tainha é um evento tradicional já incorporado a cultura de nossa cidade, representando os pescadores e a gastronomia pesqueira do nosso Município;

Considerando que cabe ao município incrementar as atividades que resgatam a cultura, os costumes, a tradição açoriana, o entretenimento, o lazer e promovam o desenvolvimento econômico da cidade;

Considerando que o incentivo a atividade da pesca artesanal, turismo e gastronomia resultam na geração de emprego e renda para a população e receitas para o Município;

Considerando a parceria com a comunidade, restaurantes locais, Colônia de Pescadores Z 33, Lions Clube, Cooperativa Aliança, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE Balneário Rincão, órgãos de segurança Pública (Polícia Civil, Polícia e Bombeiro Militar, mídia regional e local bem como demais entidades, apoiadores e patrocinadores,

DECRETA:

Art. 1º - O perímetro do evento terá como base territorial um quadrilátero, formado pelo Arroio/Rua Orleans até a Rua São Paulo, passando pela Avenida Waldemar Carlos Petrini até o Mar, retornando na Rua Santa Catarina até o Arroio novamente:

I - O evento terá como estrutura um pavilhão montado numa área com 12.506.00m², localizada entre o Arroio paralelo à Rua Orleans, Rua Paraná, Avenida Waldemar Carlos Petrini até a Rua Santa Catarina, composto de Pavilhão com praça de alimentação com palco e restaurantes mais uma galeria para serviços complementares e patrocinadores.

II - Haverá também na área acima descrita atividades esportivas, vaga para patrocinadores, aluguel de parque de diversões, comércio ambulante e outras atividades.

III - A alimentação no interior dos pavilhões ficará a cargo dos restaurantes locais e Colônia de Pesca Z-33 considerados parceiros e que terão preços variados para atender a toda população que adentrar ao evento, garantindo qualidade nos serviços prestados.

Art. 2º - O acesso de toda a estrutura interna e externa do evento será gratuito a toda a população.

Art. 3º - O evento será viabilizado pela Prefeitura Municipal, buscando recursos nos órgãos estaduais e federais, aliado à doações dos colaboradores, parcerias e cooperação entre as mídias (TVs,

rádios, Jornais, Revistas, Sites, Portais, etc...), rede de internet WI FI, sistema de monitoramento por câmeras, fotografos, entre outros.

Art. 4º - Os patrocinadores depositarão nas contas bancárias específicas: a) Banco do Brasil, Agência nº 2118-0, conta corrente 25895-4, os valores acordados para a realização do evento e, em contrapartida terão espaço publicitário no evento, bem como nos materiais de divulgação, conforme os termos de parceria e ou doação estabelecidos com a Comissão Organizadora.

Art. 5º - A empresa vencedora do procedimento licitatório para as montagens dos pavilhões será a responsável técnica e civil pela segurança da estrutura, instalação elétrica, bem como pelas licenças nos órgãos de Vigilância Sanitária, Segurança Pública e na Secretaria de Patrimônio da União.

§ 1º Os serviços de limpeza interna ficarão ao encargo da empresa vencedora da licitação, devendo os responsáveis pelos serviços usar camisas, identificando-os.

§ 2º A limpeza externa ficará a cargo da Equipe da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Art. 6º - Compete à Comissão Organizadora planejar, coordenar, fomentar, produzir, contribuir e executar o evento de interesse cultural e turístico do Município, inclusive adotar o procedimento necessário à comercialização dos mesmos e elaborar o calendário oficial da 20ª Festa da Tainha.

Art. 7º - A Comissão Organizadora é composta por: Coordenador Geral: Décio Gomes Góes; Vice-Coordenador: Olírio José Lino; Responsáveis por Secretaria: Infraestrutura: Roger Guimarães, Renato Vitche, João Acord; Manutenção predial e elétrica: Júlio Bagé e Lúcio Rampinelli; Rede de Água e Esgoto: João Raupp; Programação Cultural e Artística: Maria Canever e Reginaldo Vargas; Decoração externa e ambientação interna: Rosângela Bittencourt, Reginaldo Vargas e Rafael Marcelino; Secretaria de Saúde: Maria Teresa Brasil Zanini; Esportes: Valdir Damiani; Turismo e Captação de Recursos: Carlos Rosso; Comunicação: Kelly Alves; Administração e Finanças: Valberto Berkenbrock; Relação com Pescadores: Colonia Z-33, Apoio de Secretaria: Elenice Souza; Apoio Logístico: Rosângela Bittencourt; Concurso Rainha e Baile da 3ª Idade: Rosângela Bittencourt; Assessoria Jurídica: Angélica Zenato Rocha e André Serafim Gabriel.

Art. 8º Compete à Secretaria de Administração e Finanças a fiscalização tributária e contato com a Secretaria de Saúde (Departamento de Vigilância Sanitária), Polícia Militar, Polícia Civil, Cooper-aliança, SAMAE, Corpo de Bombeiros e fiscalização da estrutura do evento, bem como:

I - autorizar e fiscalizar a exploração de atividades de comércio ambulantes no perímetro da festa, tanto no interior dos pavilhões, como no exterior da festa, para atender os frequentadores da Festa da Tainha. Seja qual for o equipamento ou serviço utilizado, deverão atender a as exigências da Vigilância Sanitária e aos Órgãos de Segurança Pública, com ART ou RRT de engenheiro ou arquiteto, quando for o caso;

II - fiscalizar programas, projetos e serviços referentes à política municipal de defesa dos direitos e interesses do consumidor;

III - estabelecer normas para a prevenção de acidentes aquáticos.

§ 1º A autorização a que se refere este artigo será concedida a título precário e é intransferível, podendo ser cassada ou revogada a qualquer momento, a juízo exclusivo da Administração Municipal e somente terá validade para o período do respectivo

credenciamento. Ou seja, dia 12 (das 16h00min às 24h00min), dia 13 (das 10h00min às 02h00min da manhã do dia 14/06) e dia 14/06/2014 (das 09h00min às 02h00min), dia 15 (das 09h00min às 20h00min).

§ 2º A autorização será concedida a pessoa física e jurídica, vedando-se o licenciamento de mais de 01 (um) estabelecimento comercial por pessoa física ou jurídica.

§ 3º Os espaços ocupados pela Colônia Z33 e restaurantes parceiros/organizadores na praça de alimentação, localizadas no interior da estrutura da festa, com estabelecimento permanente no Município, serão considerados os alvarás expedidos anualmente pela Secretaria de Finanças.

§ 4º - Na Galeria, os espaços serão destinados para a Prefeitura, Cooperativa Aliança, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Câmara de Vereadores, Lions, Sala de Imprensa, Feira de Artesanato, sanitários químicos, Balcão de Campanha de Responsabilidade Social ou cedidos a parceiros, patrocinadores ou comercializados, a critério da Comissão Organizadora;

§ 5º- Nas imediações serão autorizadas parcerias para promover desfiles, encontros, seminários, competições esportivas e culturais que serão definidas no calendário de programação do evento;

§ 6º - Poderá ser realizada parcerias para melhor conforto dos frequentadores da festa como, venda de souvenirs, internet grátis, sorteio de brindes, circuito interno de TV, distribuição de vale para visitas nas Plataformas de Pesca, etc.

§ 7º O pedido de autorização para instalação de equipamentos/comércio ambulante localizado no espaço exterior do perímetro do evento, terão que comprovar o pagamento do respectivo alvará de funcionamento, bem como as demais formalidades legais até o dia 12/06/2014, às 14:00 horas, através do Documento Emitido pelo Setor de Fiscalização do Município (Secretaria de Administração e Finanças), bem como pela coordenação da festa incumbida do cadastramento e do credenciamento dos interessados.

Art. 9º- A instalação de qualquer equipamento somente será permitida após demarcação física das áreas e expedição da autorização, obedecidos aos locais determinados, nas datas estabelecidas e mediante comprovação de pagamento a PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO.

Art. 10 - Compete à Secretaria de Saúde a articulação com a Vigilância Sanitária, bem como estabelecer parcerias para o Pronto Atendimento com o Hospital São Donato, Corpo de Bombeiros e SAMU, visando garantir o efetivo atendimento durante o evento.

Art. 11 - O preço público devido, na área interna coberta, dentro do perímetro da festa, definidos em ato próprio, terá como base o valor de R\$ 500,00 por metro linear de testada, sendo que na parte externa, dentro também do perímetro da festa terá como base o valor de R\$ 100,00 (cem reais) por metro linear de testada; esse valor será reduzido pela metade quando o comerciante já estiver cadastrado no município e fizer o pagamento de alvará anual (TVCPNU).

I - Os ambulantes que se instalarem fora do perímetro da festa pagarão por alvará eventual os valores fixados em lei, nos moldes do artigo 8º, parágrafo 7º deste decreto.

§ 1º Os encargos de instalações, montagem, manutenção e desmanche são de responsabilidade de cada autorizado, independente do local de instalação, devolvendo o espaço limpo e nas mesmas condições que recebeu.

§ 2º As instalações, os equipamentos e os utensílios deverão ser apropriados para cada tipo de atividade conforme os padrões oficialmente estabelecidos e mantidos em perfeito estado de conservação e limpeza.

§ 3º As bebidas e alimentos deverão ser servidos com copos, pratos, talheres e canudos descartáveis, bem como é vedada a reutilização de utensílios descartáveis, exigências estas a todos os estabelecimentos da parte interna e externa do evento.

§ 4º Os trabalhadores nos estabelecimentos de comercialização de alimentos, deverão manter-se trajados com avental ou guarda-pó e sapatos fechados, observando o asseio e higiene corporal, incluindo unhas e barbas aparadas, cabelos presos e protegidos por gorro, touca, rede ou boné, seguindo as orientações da Vigilância Sanitária.

§ 5º O gelo utilizado para o consumo ou adicionamento em bebidas deverá ser aquele de procedência certificada e autorizada pelos órgãos competentes, para tal finalidade.

§ 6º A coleta de lixo/Resíduo dos arredores serão de responsabilidade da SAMAE, e nos limites da área da festa, dentro dos pavilhões a responsabilidade pela coleta dos lixos e resíduos será da empresa contratada para o fim específico através de processo licitatório.

Art. 12 - É de responsabilidade exclusiva de cada autorizado requerer à concessionária de energia elétrica o respectivo fornecimento dessa utilidade, arcando com todos os custos dele decorrentes.

Parágrafo Único. A utilização irregular de energia elétrica pelo autorizado implicará na imediata interdição do equipamento, independentemente das demais cominações legais que se apliquem a tais práticas irregulares.

Art. 13 - É vedado, a juízo exclusivo do órgão competente:

I - a comercialização de produtos em carros de mão, caixa de isopor e de bebidas embaladas e preparadas artesanalmente em vasilhames de vidro, que são passíveis de apreensão imediata pela fiscalização;

II - a utilização de caixotes, tábuas, lonas ou qualquer outro material ou meio destinado a ampliar o equipamento ou sua área de instalação;

III - o transporte de alimentos, juntamente com outros produtos, especialmente químicos, a exemplo de gás e gasolina, e de limpeza, que possam contaminá-los ou adulterá-los;

IV - a preparação de alimentos em estruturas precárias, a exemplo de balcões e áreas de recuo;

V - a exposição de alimentos sobre o solo ou jornais, papelão e sacos, bem como o transporte, acondicionamento e armazenamento em sacos de lixo ou sacos destinados a embalar quaisquer substâncias não alimentares, jornais ou diretamente sobre caixa de papelão, ou outros instrumentos que possam transferir para os alimentos substâncias contaminadas ou que alterem sua qualidade ou propriedade;

Art. 14 - A inobservância das normas estabelecidas neste Decreto acarretará a lavratura de auto de infração e implicará nas seguintes sanções, independentemente da aplicação de multas, nos termos da respectiva legislação:

I - apreensão e destruição dos produtos perecíveis;

II - apreensão do equipamento e de quaisquer outras mercadorias;

III - cassação da autorização.

Art. 15 - Os bens apreendidos durante a realização da Festa da Tainha, em geral serão conduzidos pela Vigilância Sanitária, devendo o interessado pela retirada proceder da seguinte forma:

a) comparecer ao depósito munido de documento de identidade, auto de infração e lacre da apreensão;

b) pagar as multas e despesas cabíveis;

§ 1º Os equipamentos apreendidos somente poderão ser retirados após o encerramento do período do evento mediante o pagamento das despesas municipais, medidas de acordo com o custo do transporte, do armazenamento, do volume e do preço do serviço de expediente.

§ 2º A apreensão de mercadorias de natureza perecível, quando ocorrer, se não reclamadas ou retiradas em 24 horas, serão doadas às instituições de Assistência Social, lavrando-se o termo de entrega, ou serão eliminadas do consumo, caso estejam em condições inapropriadas.

Art. 16 - A contar do recebimento do auto de infração, o autuado poderá apresentar, perante a Vigilância Sanitária, sua defesa, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser considerado revel, adotando-se os ritos previstos na legislação vigente.

Art. 17 - Compete a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos:

I - preparar o terreno selecionado e a infraestrutura com redes de água, esgoto e elétrica, para receber os pavilhões e equipamentos da 20ª Festa da Tainha; bem como as vias de acesso;

II - Reformar o sanitário público e promover a limpeza manutenção do mobiliário urbano (postes, calçada, bancos, etc.) nas proximidades do evento;

III - planejar e executar o sistema de varrição e lavagem de vias públicas;

IV- promover a limpeza de todas as áreas externas do evento, inclusive os sanitários públicos.

Parágrafo único: Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE responsável pela coleta e tratamento de resíduos sólidos gerados nas áreas de realização dos eventos e adjacências.

Art. 18 - Ao organizador do evento compete:

I - fiscalizar aterramento e energização dos postos operacionais de toda a estrutura do evento e ambulantes;

II- fiscalizar e manter a iluminação provisória do evento, bem como o serviço de som.

Art. 19 - Compete à Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiro de Içara responsável pela segurança do evento, o qual será disponibilizado espaço para instalação do sistema de segurança pública ou local para estacionamento do veículo BCM - Base Comunitária Móvel:

I - Os serviços de ambulância serão mantidos pelo Corpo de Bombeiros e/ou SAMU, com apoio da Secretaria Municipal de Saúde e clínicas parceiras;

II- É PROIBIDA A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, INDEPENDENTE DE SUA CONCENTRAÇÃO, A CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME PREVISTO NO INCISO II DO ART. 81 DA LEI FEDERAL Nº 8.069/90 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NA LEI MUNICIPAL Nº 7.107/2006.

III - No perímetro da festa, será tolerada a venda de bebidas alcoólicas, obedecido o disposto no inciso II deste artigo.

IV - Todos os estabelecimentos que comercializarem seus produtos no evento, sob pena de sanções legais, firmarão compromisso de cumprimento das Normas de Segurança do Trabalho, das cláusulas das Convenções Coletivas de Trabalho e das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente aquelas que regem a utilização do trabalho do adolescente, inclusive na sua condição de aprendiz e quanto à proibição do trabalho.

Art. 20 - Compete à Assessoria de Imprensa, além de organizar uma sala de imprensa para a cobertura da festa, em instalações previamente montadas no pavilhão da 20ª Festa da Tainha, também, coordenar as parcerias com a mídia regional, recepcionar e dar apoio aos veículos de comunicação, com o intuito de divulgar o evento, bem como organizara agenda do setor, expedir as credenciais, etc.

Art. 21 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, respeitando as legislações pertinentes;

Art. 22 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se e registre-se.

Balneário Rincão (SC), 10 de junho de 2014.

DÉCIO GOMES GOES
PREFEITO MUNICIPAL

Benedito Novo

PREFEITURA

Aviso de Pregão Presencial Nº 47/2014

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO PRESENCIAL nº. 47/2014

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA ESTUDANTES E PROFESSORES PARA VIAGENS DE ESTUDOS E CURSOS FORA DO MUNICÍPIO E TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:00h do dia 27 de junho de 2014.

ABERTURA: às 10:05h do dia 27 de junho de 2014.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02, 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 11 de junho de 2014.
Osnir Floriani
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 1600/2014

PORTARIA nº 1600 de 11 de junho de 2014

Nomeia Gabriella Amador dos Santos Fernandes, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Setor Interno, na Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Gabriella Amador dos Santos Fernandes, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Chefe de Setor Interno, nível CC-5, na Procuradoria Geral do Município, a contar de 01/06/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2014.

Biguaçu, 11 de junho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1599/2014

PORTARIA nº 1599 de 11 de junho de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Sirlei Elen Mignoni de Andrade, ocupante do cargo temporário de Técnico em Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Sirlei Elen Mignoni de Andrade, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Educação, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/05/2014.

Biguaçu, 11 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1598/2014

PORTARIA nº 1598 de 11 de junho de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Janice da Rosa, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Janice da Rosa,

detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/05/2014.

Biguaçu, 11 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1597/2014

PORTARIA nº 1597 de 11 de junho de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Rubens Hoffmann Machado, ocupante do cargo temporário de Professor III (Educação Física), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Rubens Hoffmann Machado, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Educação Física), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/05/2014.

Biguaçu, 11 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1596/2014

PORTARIA nº 1596 de 11 de junho de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Irene Debortoli da Cruz, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Irene Debortoli da Cruz, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/05/2014.

Biguaçu, 11 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1595/2014

PORTARIA nº 1595 de 11 de junho de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Renata Morgana Goulart de Amorim, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Renata Morgana Goulart de Amorim, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 06/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/06/2014.

Biguaçu, 11 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1594/2014

PORTARIA nº 1594 de 11 de junho de 2014

Nomeia Raquel Cúrcio, para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Raquel Cúrcio, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Saúde, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 02/06/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/06/2014.

Biguaçu, 11 de junho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1593/2014

PORTARIA nº 1593 de 11 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) IARA TEIXEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IARA TEIXEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/07/2014 a 01/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2014.

Biguaçu, 11 de junho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1592/2014

PORTARIA nº 1592 de 11 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) NATALIA HULSE BRASIL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ASSISTENTE SOCIAL, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NATALIA HULSE BRASIL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ASSISTENTE SOCIAL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 12/06/2014 a 12/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 12/06/2014.

Biguaçu, 11 de junho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4564/2014

DECRETO Nº 4564/14 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e 901/13 de 25.10.2013 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais).

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100301.045 - Construção e Melhoria de Praças e Jardins.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas. (1324).

Valor R\$ 5.464,10 (Cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e dez centavos).

Fonte: 03.00 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Órgão: 09 - Secretária da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 - Departamento de Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600352.038 - Manutenção das Atividades do Depto da Agricultura.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (1327)

Valor R\$ 46.535,90 (Quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa centavos).

Fonte: 03.00 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2013, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 09 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 137/2014 DE 11 DE JUNHO DE 2014.

PORTARIA Nº 137/2014, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA PERÍODO DE CONCESSÃO DE FÉRIAS DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR período de Concessão de férias relativa a portaria nº 136/2014 da Servidora Sra. Elizangela Rogovski inscrita na matrícula sob nº 511-8, ocupante do Cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, sendo considerado o período de férias de 01 de julho de 2014 a 30 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 11 de Junho de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 138/2014 de 11 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 138/2014, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA o Servidor Municipal SR. JARDELINO ANTUNES, matrícula nº 665-3, portador do CIC sob. nº 809.798.239-00, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ocupante do cargo de Inseminador, em caráter temporário, conforme portaria nº 095/2014, sendo sua exoneração a partir de 13 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 11 de junho de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

Extrato Contratos 116 A 124

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 116/2014 Pregão Presencial 19/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Casa do Pica-Pau Ltda. ME.
Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.
Valor Total: R\$ 16.398,00 (dezesesseis mil trezentos e noventa e oito reais)

Extrato Contrato 117/2014 Pregão Presencial 19/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Altair Fabro & Cia Ltda. EPP.
Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.
Valor Total: R\$ 16.799,00 (dezesesseis mil setecentos e noventa e nove reais)

Extrato Contrato 118/2014 Pregão Presencial 19/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Formagini Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda. ME.
Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.
Valor Total: R\$ 39.496,00 (trinta e nove mil e quatrocentos e noventa e seis reais)

Extrato Contrato 119/2014 Pregão Presencial 19/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Comercial Agrícola Capri Ltda.
Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.
Valor Total: R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais)

Extrato Contrato 120/2014 Pregão Presencial 19/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Vanderlei de Freitas - EPP.
Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas
Valor Total: R\$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais)

Extrato Contrato 121/2014 Dispensa de Licitação 02/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: OI S/A
Objeto: prestação de serviço de conectividade dedicado a internet IP BENTO à rede Internet mundial, suportando aplicações TCP/IP com velocidade de 2 Mbps, com garantia de 100% da banda contratada
Valor Mensal: R\$ 666,00 (Seiscentos e Sessenta e Seis Reais)

Extrato Contrato 122/2014 Dispensa de Licitação 02/2014 (FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: OI S/A
Objeto: prestação de serviço de conectividade dedicado a internet IP BENTO à rede Internet mundial, suportando aplicações TCP/IP com velocidade de 2 Mbps, com garantia de 100% da banda contratada
Valor Mensal: R\$ 666,00 (Seiscentos e Sessenta e Seis Reais)

Extrato Contrato 123/2014 Dispensa de Licitação 01/2014 (FMAS)
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social
Contratado: OI S/A
Objeto: prestação de serviço de conectividade dedicado a internet IP BENTO à rede Internet mundial, suportando aplicações TCP/IP com velocidade de 2 Mbps, com garantia de 100% da banda

contratada
Valor Mensal: R\$ 666,00 (Seiscentos e Sessenta e Seis Reais).

Extrato Contrato 124/2014 Pregão Presencial 12/2014 (FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Rudiger Caminhões e Onibus Ltda.
Objeto: Aquisição de um (01) Ônibus novo, zero quilômetro e uma (01) Ambulância zero quilômetro.
Valor Total: R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete reais)

Bom Retiro, 12 de junho de 2014.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Minuta Edital TP 01/2014 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 01/2014

O Município de Bom Retiro através do FMAS torna público Edital Tomada de Preço 01/2014, para Contratação de empresa incluindo materiais e mão de obra para Construção da Capela Mortuária Municipal. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 30/06/14 as 14h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 12 de junho de 2014.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 066/2014

DECRETO Nº 066/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 - Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(61) - 3.1.90.00.00.00.00.3.0066 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2013 do recurso 3.0066 - Vigilância Sanitária.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 10 de junho de 2014.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Decreto 067/2014

DECRETO Nº 067/2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes, autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente a Secretaria municipal da Saúde e Assistência Social a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

DECRETA

Art. 1º Nomear a Comissão Intersectorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

Adelir Silveira, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social

Daise Conci, representando a Secretaria Municipal de Saúde

Marinelze Silva, representando a Secretaria Municipal de Educação

Camila Hinckel, representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

Tânia Regina Vicente, representando o Conselho Tutelar

Art. 2º A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o mês outubro de 2014.

Parágrafo Único: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 10 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 063/2014

DECRETO Nº 063/2014

Dispõe sobre o horário especial de expediente nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art.1º Nos dias em que serão realizados os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014, o horário de expediente no âmbito da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo cumprido, excepcionalmente, da seguinte forma:

Horário do jogo	Horário do expediente
16h	8h às 13h
17h	8h às 12h e das 13h às 15h

§ 1º Nos dias em que os jogos iniciarem às 13h, caso a seleção brasileira se classifique para as próximas fases, o expediente será das 8h às 12h, sem interrupção.

§ 2º O servidor impedido, por qualquer motivo, de cumprir os horários fixados neste artigo deverá cumprir o seu horário normal de expediente, devendo comunicar a sua chefia imediata com antecedência mínima de 24h.

Art. 2º O expediente das unidades educacionais e postos de saúde do Município observará, nos dias dos jogos, as disposições da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social respectivamente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 10 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 068/2014

DECRETO Nº 068/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), conforme segue:

02 - GABINETE DO PREFEITO

01 - GABINETE DO PREFEITO

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

(3) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.0.0104.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 7.000,00

Art. 2º Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), como segue:

02 - GABINETE DO PREFEITO

01 - GABINETE DO PREFEITO

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

(2) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.0.0104.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 11 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Termo Aditivo ao Convênio 001/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2013, FIRMANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E O HOSPITAL DE TROMBUDO CENTRAL FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO inscrita no CNPJ sob nº. 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, na qualidade de Concedente, representada pelo Sr. Charles Rafael Schwambach, prefeito municipal e o Hospital de Trombudo Central, com sede a Rua Paulo Skowasch, Município de Trombudo Central - SC, registrado no CNPJ sob nº 86.404.597/0001-55, neste ato representada por seu representante legal, Senhor Hary Spiess, na qualidade de Conveniente, resolvem, de comum acordo, aditar o Convênio nº 001/2013 em epígrafe, pelo que passam a dispor no mês de junho:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REAJUSTE

Fica reajustado o valor mensal do Convênio 001/2013 em 7,84% (sete vírgula oitenta e quatro) por cento, sendo aplicado o Índice Fundação Getúlio Vargas (IGP-M), passando o valor mensal a ser de R\$ 8.627,20 (oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do

convênio. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Braço do Trombudo, 11 de junho de 2014.

Concedente

Pref. Mun. de Braço do Trombudo

Conveniente

Hospital de Trombudo Central

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Hary Spiess

Presidente do Hospital

Testemunhas

Denise Schussler Werter

CPF - 022.538.329-28

Marina Solange Georg Erbs

CPF - 920.667.049-20

Extrato 5º Aditivo Referente ao Contrato Nº 46/2012

EXTRATO 5º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 46/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Construtora Civil MG Ltda

CNPJ 06.145.928/0001-40, sito a Rua Anita Garibaldi, 373,

Cidade de Ibirama - SC

Objeto: Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e pavimentação em paver da Avenida Erica Hansen Joenck, Rua Deputado Arnaldo Rinnert, Rua Prefeito Harry Teske, Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e reaterro dos passeios da Rua Berhardt Wetzel e Beco José Agostinho Felipe

Vigência: 30.09.2014

Data da assinatura: 20.05.2014

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Extrato 3º Aditivo Referente ao Contrato Nº 29/2013

EXTRATO 3º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 29/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Construtora Civil MG Ltda

CNPJ 06.145.928/0001-40, sito a Rua Anita Garibaldi, 373,

Cidade de Ibirama - SC

Objeto: Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Prefeito Ervino Vermoehlen com 167,33 m.

Vigência: 30.09.2014

Data da assinatura: 20.05.2014

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 3 2014 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 06/03/2014		Válido até: 06/03/2015			
Objeto da Compra: Registros de Preços para Aquisição de Equipamento novo para combater Incêndio							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Equipamento novo para combate a incêndio, capacidade 10.000 litros na cor branca, bomba lobular "D4", com vazão 60m³/h irrigadora trazeira. Pé de pato direito e esquerdo, Pé de pato na frente do caminhão, canhão monitor com saídas laterais, direita e esquerda, duas mangueiras de esguicho de no mínimo 15 mts. todos a abertura de registro de água pneumático montado no caminhão 1719/2013. Deverão possuir parachoque, protetores laterais. (12893)	UND	MAQUIPLAN-COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	55.500,0000	1
---	---	-----	--	-------	---	-------------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 06/03/2014		Válido até: 06/03/2015			
Objeto da Compra: Registros de Preços para Aquisição de Equipamento novo para combater Incêndio							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014
PROCESSO Nº 7/2014

(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

Braço do Trombudo, 6 de Março de 2014.

Caçador**PREFEITURA****Aviso de Licitação PR - 61/2014- Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA
HIDRAULICA, ROLO COMPACTADOR, CARREGADEIRA E CAMI-
NHÕES. - CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 24/06/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h05min do dia 24/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pes-
soalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa
Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou
ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expe-
diente em vigor.

Caçador, 11 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Camboriú**PREFEITURA****Lei N.º 2.685/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
LEI N.º 2.685/2014

Altera a Lei Municipal n.º 2.485 de 05 de Novembro de 2012 e dá
outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Cata-
rina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara
Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 1º, 3º e 6º da Lei Municipal nº
2.485/12, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Município de Camboriú, a dis-
tinação honorífica denominada "PRÊMIO MÉRITO AO BROQUEIRO",
que será outorgada pela Câmara Municipal, bienalmente em anos
pares, ao reconhecimento de pessoas físicas que se destacam
como broqueiro no Município de Camboriú.

(...)

Art. 3º Cada vereador poderá indicar 01 (um) profissional, perso-
nalidade ou entidade a ser homenageado.

(...)

Art. 6º O profissional só poderá ser indicado e homenageado uma
vez num período de 06 (seis) anos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que
couber, no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 10 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.
diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.686/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

LEI N.º 2.686/2014

Altera a Lei Municipal n.º 2.375 de 04 de novembro de 2011 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 1º, 3º e 6º da Lei Municipal nº 2.375/11, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Município de Camboriú, a distinção honorífica denominada "PRÊMIO MÉRITO AO AMIGO DO MEIO AMBIENTE", que será outorgada pela Câmara Municipal, bianualmente em anos pares, ao reconhecimento de pessoas físicas e jurídicas, que se destacam na área do meio ambiente.

(...)

Art. 3º Cada vereador poderá indicar a cada dois anos 01(um) profissional, a ser homenageado.

(...)

Art. 6º O profissional só poderá ser indicado e homenageado uma vez num período de 06 (seis) anos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 10 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.687/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

LEI N.º 2.687/2014

Altera a Lei Municipal n.º 2.251 de 14 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do inciso II, do artigo 3º da Lei Municipal n.º 2.251/10, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

(...)

II - multa no valor de 20 (vinte) UFM's (Unidade Fiscal Municipal) no caso de reincidência.

Art. 2º Fica acrescido o artigo 3º-A à Lei Municipal n.º 2.251/10, passando a vigorar com a seguinte redação:

3º-A - A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei, será exercida pela Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM.

Art. 3º Fica alterado e acrescido parágrafo único ao artigo 4º, da Lei Municipal n.º 2.251/10, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Fica instituída em todos os prédios da Administração Pública Municipal direta, indireta, Autarquias, Fundações, Poder Legislativo e em todas as unidades educacionais Particulares de Ensino do Município de Camboriú a criação de coleta para produtos potencialmente perigosos a Saúde e Meio Ambiente.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá elaborar campanhas e divulgar junto aos pontos de coleta material de conscientização ambiental.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 10 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.688/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

LEI N.º 2.688/2014

Dispõe sobre a coleta de medicamentos vencidos ou não utilizados por pontos de venda e de distribuição gratuita de medicamentos instalados no Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A presente lei dispõe sobre a coleta de medicamentos vencidos ou não utilizados por pontos de vendas e distribuição gratuita de medicamentos instalados no Município de Camboriú.

Art. 2º Os pontos de venda e pontos de distribuição gratuita de medicamentos instalados no Município de Camboriú devem disponibilizar recipientes adequados e de fácil visualização para recolhimento de medicamentos domiciliares vencidos e não utilizados.

§ 1º Entende-se por pontos de venda: os estabelecimentos comerciais que desenvolvem o ramo de comércio varejistas de medicamentos, sob a supervisão de um farmacêutico.

§ 2º Entende-se por ponto de distribuição gratuita: os estabelecimentos que fornecem gratuitamente medicamentos aos seus usuários.

Art. 3º Cabe aos responsáveis pelos pontos de venda e distribuição

gratuita de medicamentos manter o acesso livre e desimpedido aos recipientes, mantê-los em perfeitas condições de limpeza e conservação e adotando medidas visando que o seu conteúdo não transborde, ficando expressamente proibida a sua posterior destinação como lixo comum.

Art. 4º Os pontos de venda e distribuição gratuita de medicamentos ficam responsáveis pela elaboração de ações de comunicação e informação, com finalidade educativa, a respeito do descarte adequado de medicamentos e do uso racional dos medicamentos.

Art. 5º O descumprimento de qualquer dispositivo desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação, sob pena de multa;

II - não sanada a irregularidade prevista no inciso I, será aplicada multa no valor de 40 UFMs, reajustáveis anualmente pelo índice de variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), por infringência;

III - em caso de reincidência, a multa prevista no inciso II será aplicada em dobro;

IV - persistindo a irregularidade, mesmo após a imposição de multa em dobro, será aplicada multa pecuniária diária de 15 UFMs até o cumprimento integral do presente diploma legal.

Parágrafo único. É possível a cumulação de multas, no caso de haver infração a mais de uma obrigação prevista nesta lei.

Art. 6º Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, principalmente quanto ao recolhimento e destinação final dos produtos potencialmente perigosos a saúde e ao meio ambiente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 10 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.689/2014

LEI N.º 2.689/2014
Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO IMARUI", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada A", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7400, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 10 de junho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.870/2014

DECRETO N.º 1.870/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0011 - Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social

Atividade: 2.042 - Man. das Atividades do Fundo de Desenv. e Assis. Social

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0053 - Transferências de Convênios - Assis. Social

Código Reduzido: 10
VALOR: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do exercício corrente, convênio n.º 1.218/2014 com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí - SDR, conforme preceitua o artigo 19 da Lei n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 05 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.871/2014

DECRETO N.º 1.871/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 04 - Secretaria de Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0002 - Gestão Financeira e Administrativa

Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria de Finanças

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01.0024 - Transferências de Convênios - Outros

Código Reduzido: 109

VALOR: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados ao convênio n.º 1.256/2014 com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí - SDR, conforme preceitua o artigo 19 da Lei n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 05 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.872/2014

DECRETO N.º 1.872/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.003 - Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 74

VALOR: R\$ 100.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.003 - Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0024 - Transferências de Convênios - Outros

Código Reduzido: 108

VALOR: R\$ 520.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos próprios no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), convênio n.º 1.626/2014 no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), convênio n.º 1703/2014 no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), convênio n.º 1.258/2014 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) com o Governo do Estado por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí - SDR, conforme preceitua o artigo 19 da Lei n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 05 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Edital de Notificação por Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1210/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1210/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHM8369	54948355E	5010/0	14/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
AMH8210	54947119E	5010/0	02/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
AMH8210	54947120E	5118/0	02/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AMH8210	54947124E	6653/2	02/03/2014	R\$ 127,69	230 * XI
DDJ5770	54947767E	5010/0	24/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
JYK1122	54947307E	6599/2	08/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
JYK1122	54947308E	6769/2	08/02/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LYA7517	54946425E	6599/2	09/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYN9385	54946605E	5010/0	18/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYU1902	54947284E	5010/0	02/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYU1902	54947285E	6700/0	02/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
LYU1957	54946777E	6599/2	03/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYU1957	54946778E	6912/0	03/02/2014	R\$ 53,20	232
LZY3412	54948122E	6599/2	27/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAN4346	54622873E	6599/2	04/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBD9924	54947812E	6637/2	17/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBD9924	54947816E	6912/0	17/03/2014	R\$ 53,20	232
MBH7166	54948054E	5010/0	02/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBH7166	54948055E	5061/0	02/03/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBH7166	54948056E	6637/2	02/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBS5453	54948264E	5061/0	03/03/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBS5753	54948261E	6610/2	03/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MBS5753	54948262E	6637/2	03/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBS5753	54948263E	5010/0	03/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBT2429	54948119E	5045/0	26/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCJ3682	54948009E	5010/0	28/02/2014	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCO5188	54946622E	5010/0	19/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCO5188	54946623E	6599/2	19/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCP4173	54946594E	6920/0	31/01/2014	R\$ 127,69	233
MCT6470	54624032E	6599/2	19/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDY8815	54947943E	5010/0	28/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDY8815	54947944E	5061/0	28/03/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEA9203	54624416E	6700/0	27/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MEX9392	54946417E	6599/2	28/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFO4006	54622585E	5010/0	06/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFO4006	54622586E	6599/2	06/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFO4006	54622587E	6912/0	06/01/2014	R\$ 53,20	232
MFO4006	54622588E	6637/2	06/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFQ4219	54622598E	5010/0	16/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFQ4219	54622599E	5061/0	16/01/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFQ4219	54622600E	7340/0	16/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MGA8112	54948255E	6912/0	03/03/2014	R\$ 53,20	232
MGA8112	54948256E	5045/0	03/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGC3308	54946440E	6610/2	14/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MGL7102	54948288E	6599/2	18/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGL7102	54948290E	6912/0	18/03/2014	R\$ 53,20	232
MGN3320	54948127E	6912/0	06/03/2014	R\$ 53,20	232
MGP0331	54947355E	6637/2	28/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHW6249	54947873E	5118/0	05/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIF6889	54946476E	5045/0	26/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MLK0693	54624415E	6700/0	27/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 10 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1211/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1211/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAY7617	54946284E	5541/1	17/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AFV5896	54947784E	5185/1	24/03/2014	R\$ 127,69	167
AKY3186	54946041E	5525/0	17/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
AMH8210	54947121E	5835/0	02/03/2014	R\$ 127,69	195
CIV6178	54946473E	5185/1	26/12/2013	R\$ 127,69	167
LYG1502	54946086E	5541/5	21/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE2673	54947602E	7366/2	17/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCT6470	54624031E	6050/1	19/01/2014	R\$ 191,53	208
MCX2199	54948088E	5185/1	26/03/2014	R\$ 127,69	167
MCX2199	54948401E	5185/1	17/03/2014	R\$ 127,69	167
MCX2199	54948402E	7366/2	17/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDY9444	54624034E	5738/0	19/01/2014	R\$ 191,53	186 * II
MEU7470	54946350E	5185/1	07/01/2014	R\$ 127,69	167
MFZ1053	54947787E	5185/1	25/03/2014	R\$ 127,69	167
MGG3233	54948253E	5568/0	02/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MGH1787	54946360E	7366/2	25/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGV0684	54946664E	5185/1	19/01/2014	R\$ 127,69	167
MKS9783	54946238E	5452/1	12/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 10 DE JUNHO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 8.405 de 11 de Junho de 2014

DECRETO Nº 8.405 DE 11 DE JUNHO DE 2014

INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA DO XI FESTIVAL DE INVERNO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica do Município; Decreta:

Art.1º Fica instituída a Comissão Organizadora do XI FESTIVAL DE INVERNO, com competência para deliberar sobre a programação, organização e administração do Evento, que se realizará no período de 18 a 20 de julho de 2014, no Calçadão da Cascatinha, Centro do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º Para integrar a Comissão referida no Caput do Artigo 1º deste Decreto, ficam nomeadas as Entidades e pessoas abaixo relacionadas:

Associação de Turismo Rural de Campo Alegre "Caminhos da Serra";

ACIACA - Associação Empresarial de Campo Alegre;

BAMUCA - Banda Musical de Campo Alegre;

Grupo Escoteiro Campestre;

Adriana Aparecida Pykosz Ruszack;

Bruno Seefeld;

Camila Braun Machado;

Carolina da Costa Telma;

Cleiciane Cubas;

Deisi Estela Amorim;

Ernesto Larsen;

Fabiano Cleber Munhoz;

Gabriel Engler;

Jefferson Tadeu Amorim Cunha;

João Samuel Cubas;

José Luis Silva;

Juana Hincke Dobrochinski;

Marcia Regina Schadeck Friedrich;

Maria Eliane Friedrich;

Nelci Terezinha Idalêncio Detroz;

Sérgio da Costa.

Art.3º O mandato dos membros da Comissão será exercido sem ônus para os cofres públicos municipais, sendo considerados de relevantes os serviços prestados ao Município.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogadas as disposições em contrário, especialmente as do Decreto nº 7.710 de 12 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

11 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.406 de 11 de Junho de 2014

DECRETO Nº 8.406 DE 11 DE JUNHO DE 2014

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR INUNDAÇÃO - 1.2.1.0.0 - COBRADE, CONFORME IN/MI 01/2012.

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I - que fortes chuvas atingiram o Município, ocorridas nos dias 06, 07 e 08 de junho de 2014, com média superior à prevista para esta época do mês;

II - que o Município disponibilizou todo o aparato disponível para minimizar os efeitos do desastre, bem como para assistência e socorro aos afetados;

III - que, em consequência deste desastre resultaram em danos materiais e os prejuízos econômicos e sociais acima descritos, bem como aqueles constantes no Requerimento/FIDE em anexo;

IV - que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de situação de emergência,

DECRETA:

Art.1º Fica declarada situação de emergência em virtude de desastre classificado como inundação (COBRADE - 1.2.1.0.0), conforme IN/MI nº 01/2012 de 24 de agosto de 2012.

Parágrafo único - A situação de anormalidade é válida para as áreas comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme o contido no Requerimento/FIDE anexo a este Decreto.

Art.2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Defesa Civil de Campo Alegre, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art.3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanha de arrecadação de recursos junto à comunidade, com objetivo de facilitar as ações de assistência à população atingida, sob a coordenação da Defesa Civil de Campo Alegre.

Art.4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, fica autorizado às autoridades administrativas, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre, em caso de risco iminente, a:

I - Adentrar nas casas para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Art.5º Nos termos do inciso IV do artigo 24 da Lei 8.666 de 21/06/1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade

Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art.6º De acordo com o artigo 167, § 3º da Constituição Federal, é admitida ao Poder Público em Situação de Emergência a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, retroagindo seus efeitos a 06 de junho de 2014, não podendo ser prorrogado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.407 de 11 de Junho de 2014

DECRETO Nº 8.407 DE 11 DE JUNHO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.897, em seu Artigo 3º; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros titulares e respectivos suplentes para comporem o Conselho Municipal de Educação - CMECA deste Município.

I) DOIS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Maria Maurene Ottvagen May;
Suplente: Alessandra Godinho Valentim.

b) Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack;
Suplente: Camila Braun Machado.

II) TRÊS REPRESENTANTES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL:

a) Educação Infantil:
Titular: Taciana Amorim Cunha;
Suplente: Ana Luiza da Cruz Kmiecik.

b) Ensino Fundamental (anos iniciais):
Titular: Márcio Marcelo Munhoz;
Suplente: Márcia Franz Schiessl.

c) Ensino Fundamental (anos finais):
Titular: Brigitte Sueli Van Den Akker Steuernagel;
Suplente: Jairo Afonso Belle.

III) UM REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL:

Titular: Eliane Regina Neneve Slominsky;
Suplente: Ana Maria Kobus Augustin.

IV) UM REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Luiz Tadeu Valério Munhoz;
Suplente: Paula Rosiliane Cordeiro da Cruz Waldmann.

V) UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Titular: Marco Aurélio Beckhauser;
Suplente: Mário César Deonízio.

VI) UM REPRESENTANTE DO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Titular: Wanderlei Furtado Barabach;
Suplente: Cristiane do Rocio Odia.

VII) DOIS REPRESENTANTES DE PAIS OU RESPONSÁVEIS DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

a) Centros Municipais de Educação Infantil:
Titular: Juliana Terezinha dos Santos;
Suplente: Solange Regina dos Passos.

b) Escolas Municipais de Ensino Fundamental:
Titular: Claudécir Knüppel;
Suplente: Gilciane Ferrari.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Educação será composta pelos seguintes membros:

Presidente: BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL.
Vice-Presidente: MÁRCIO MARCELO MUNHOZ.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 7.903 de 16 de agosto de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão Eletrônico 50/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2014

A licitação tem como objeto a aquisição de computadores, refrigerador, cilindros de gás e outros equipamentos para Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, conforme tabela abaixo:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	01	Unid.	Veículo automotor utilitário novo, modelo picape compacta, zero quilômetro, ano/mo- delo 2014/2014 ou 2014/2015, cor branca. Cabine simples, motor de no mínimo 1300 cilindradas (cm³), capacidade de carga mínima de 700 KG. Com direção hidráulica e ar quente.	R\$ 38.500,00	R\$ 38.500,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 12/06/2014, às 13h45min do dia 25/06/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 25/06/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Unidade: 07.02 - Divisão de Desenvolvimento Econômico; Função: 23 - Comércio e Serviços; Subfunção: 694 - Serviços Financeiros; Programa: 26 - Desenvolvimento e Crescimento Econômico; Projeto: 2.109 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento; Recurso: 906 - Convênio nº 2014 TR 001035 - 25ª SDR Mafra-SC, Código reduzido: 386.

Os recursos são provenientes do Convênio nº 2014 TR 001035 - 25ª SDR Mafra-SC e contrapartida municipal.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 12 de junho de 2014.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Pregão Eletrônico 54/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2014

A licitação tem como objeto a aquisição de computadores, refrigerador, cilindros de gás e outros equipamentos para Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, conforme tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	3	CONJ.	Computador, com gabinete ATX PCI, dotada de processador de núcleo duplo de 2.9 GHz ou superior. Placa de som/vídeo/rede. Com 6GB de memória RAM DDR3 ou superior. HDD SATA III 7200 RPM de 500GB ou superior. Com leitor e gravador de CDs e DVDs. No mínimo 4 entradas USB. Incluso teclado alfanumérico ABNT 2 e mouse óptico com scroll wheel. Sistema operacional gratuito. Cor do conjunto: preto.	R\$ 1.750,00	R\$ 5.250,00
02	3	PEÇA	Monitor LED, 18,5". Cor: preto.	R\$ 475,00	R\$ 1.425,00
03	4	PEÇA	Estabilizador, com potência mínima de 300W. Acionamento por chave liga/desliga, bivolt. Com no mínimo entrada para 4 tomadas.	R\$ 65,00	R\$ 260,00
04	1	UNID	Projetor multimídia, com no mínimo 3500 lumens, resolução de 1024x768 XGA, hdmi, usb. Contraste 10.000:1.	R\$ 2.750,00	R\$ 2.750,00
05	1	UNID	Refrigerador 2 portas, com capacidade mínima de 334 litros. Baixo consumo de energia.	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
06	2	UNID	Câmera digital, com no mínimo 16MP de resolução, zoom óptico mínimo de 5X. Incluso cartão de memória compatível de no mínimo 4GB.	R\$ 360,00	R\$ 720,00
07	1	UNID	Aparelho GPS agrícola, com memória interna mínima de 1,7 GB. Visualizador de mapas. Visor colorido de no mínimo 2,2". Slot para cartão micro SD. À prova d'água e bateria com autonomia mínima de 20 horas.	R\$ 1.360,00	R\$ 1.360,00
08	3	UNID	Notebook, com processador de núcleo duplo de última geração, placa mãe com som/vídeo/rede onboard, memória RAM de no mínimo 6GB, HD de no mínimo 500GB. Tela LED 14". Teclado em português, touchpad. Com 3 conexões USB 2.0 ou 3.0 e 1 conexão HDMI.	R\$ 2.009,00	R\$ 6.027,00
09	2	UNID	Cilindro de gás GLP 45KG, com carga (cheio).	R\$ 565,00	R\$ 1.130,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 20.322,00	

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 12/06/2014, às 09h45min do dia 25/06/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 25/06/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Unidade: 07.02 - Divisão de Desenvolvimento Econômico; Função: 23 - Comércio e Serviços; Subfunção: 694 - Serviços Financeiros; Programa: 26 - Desenvolvimento e Crescimento Econômico; Projeto: 2.109 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento; Recurso: 906 - Convênio nº 2014 TR 001035 - 25ª SDR Mafra-SC, Código reduzido: 386.

Os recursos são provenientes do Convênio nº 2014 TR 001035 - 25ª SDR Mafra-SC e contrapartida municipal.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 12 de junho de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 8.408 de 11 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.408 DE 12 DE JUNHO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. PAULO PACHECO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000772, Registro no Sistema sob nº 955389, ao Cargo Público de Motorista, Função Motorista da Saúde, a partir de 12 de junho de 2014, Categoria Funcional Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 981,05 (novecentos e oitenta e um reais, cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. PAULO PACHECO DA SILVA, aprovado em 5º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012, prorrogado através do Decreto nº 8.356 de 14 de maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

12 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.993 de 10 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.993 DE 10 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder as seguintes Progressões: Horizontal obtida pela avaliação de desempenho; Desempenho Profissional de Capacitação, à Servidora Pública Municipal, ocupando o cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Educador, LOURDES GALLAS MARCZACK, Matrícula Funcional nº 000120, Registro no Sistema sob nº 385900, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos retroativos 03 de maio de 2014.

Art.2º) A Progressão que trata o caput do Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 2 Sub-Nível 23, Referência B para Nível 2 Sub-Nível 23 Referência C no valor de R\$ 1.290,39 (um mil, duzentos e noventa reais, trinta e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de maio de 2014.

Art.3º) A Progressão que trata o caput do Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 2 Sub-Nível 23, Referência C para Nível 2 Sub-Nível 23 Referência D no valor de R\$ 1.329,13 (um mil, trezentos e vinte e nove reais, e treze centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de maio de 2014.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 67,92 (sessenta e sete reais, noventa e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2014, já descontado o valor de R\$ 8,39 (oito reais, trinta e nove centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 16,79 (dezesseis reais, setenta e nove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

GABINETE DO PREFEITO

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo 01/2014

DECRETO LEGISLATIVO N. 01/2014

ALTERA OS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES E DA SESSÃO DO DIA 23 DE JUNHO DE 2014.

O Presidente da Câmara Municipal, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 47 da Lei Orgânica Municipal e considerando que a realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 se dá no território brasileiro; que nos jogos da seleção brasileira o envolvimento das pessoas é intenso; já ter sido decretado alteração do horário de expediente do Poder Executivo Municipal; que tal evento ensejou, inclusive, alteração na legislação nacional, DECRETA:

Art. 1º. O expediente da Câmara de Vereadores nas datas de realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014 Brasil será:

I - Para os jogos com início às 13:00 horas o expediente será das 16:00 horas às 19:00 horas;

II - Para os jogos com início às 15:00 horas considerar-se-á ponto facultativo;

III - Para os jogos com início às 17:00 horas o expediente será das 13:00 horas às 16:00 horas.

Art. 2º. A Sessão Legislativa da segunda-feira do dia 23 de Junho de 2014 iniciará às 15:00 horas.

Artigo 3º. - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência em 11 de Junho de 2014.
RAUL JOHANSON
Presidente da Câmara de Vereadores

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação PP 52/2014 - Rolo Compactador

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 27 de junho de 2014 às 10 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço global, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PARA SOLO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 10 de junho de 2014.

Prefeito Municipal

Nelson Cruz

Extratos Contratos Mes de Maio 2014 - Prefeitura**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2011**Número do Processo:** 210/2011**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 183/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante solicitação Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, motivada pela reprogramação do projeto por alteração, o município resolve aditar o valor de R\$ 2.541,98 (dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos), para pavimentação asfáltica, tráfego leve drenagem pluvial e obras complementares, em ruas do bairro Nossa Senhora Aparecida, do município de Campos Novos. Termo de Compromisso Nº 352.558-78/2010 - Projeto do PAC II- Financiamento - Programa Pró-Transport

Data da Assinatura: 12/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/05/2014**Vigência:** 12/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 08.25 15.451.0019 1.010.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.541,98**Forma de Pagamento:** MEDIANTE LAUDO E NF**Contratado:** FRANCHESCOLI SARTORI - ME**CNPJ:** 07.389.013/0001-43**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 12/2014**Número do Processo:** 87/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 184/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO E PINTURA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS EM MAQUINAS E VEICULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Data da Assinatura: 12/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/05/2014**Vigência:** 12/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 24.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA**CNPJ:** 82.699.067/0001-20**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 7/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 185/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O município mediante solicitação da Secretaria de Educação, resolve aditar 25% a quantidade do item nº 42 (leite integral longa vida), acrescentando 2.500 unidades do contrato original nº 49/14, pertencente ao Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão nº 03/2014, que teve como objeto aquisição de produtos alimentícios perecíveis, não perecíveis e hortifruti granjeiros para merenda escolar das escolas municipais do ensino fundamental e educação infantil. O valor unitário deste item é de R\$ 2,

Data da Assinatura: 13/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/05/2014**Vigência:** 13/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 04.11 12.361.0026 2.012.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.475,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** MERCADO SANANDUVA LTDA ME**CNPJ:** 03.005.106/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 7/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 186/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O município mediante solicitação da Secretaria de Educação, resolve aditar 25% a quantidade do item nº 43 (leite pasteurizado tipo C), acrescentando 3.750 unidades do contrato original nº 45/14, pertencente ao Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão nº 03/2014, que teve como objeto aquisição de produtos alimentícios perecíveis, não perecíveis e hortifruti granjeiros para merenda escolar das escolas municipais do ensino fundamental e educação infantil.

Data da Assinatura: 13/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/05/2014**Vigência:** 13/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 04.11 12.361.0026 2.012.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.125,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 187/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Aditivo de 2,40 Km, passando de 94,20 km para 96,60 Km. Este aditivo se deu devido a entrada de um aluno na linha 22, percorrendo residência da Comunidade São Simão Panho, São Francisco, residência Sr. Paulo Pestana, Ass. Vitória, Ass. Enercan, Sr. Ezidro Manfroí para o Caic, Henrique Rupp, Paulo Blasi e Apae em Campos Novos no período matutino.

Data da Assinatura: 15/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2014**Vigência:** 15/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,49**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** PERDONCINI TRANSPORTES ESCOLARES LTDA - ME**CNPJ:** 08.575.249/0001-37**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 188/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: TRANSPORTE DE ALUNOS INICIANDO DA RESIDÊNCIA DO SR. AMANDIO CARVALHO, ESPINILHO, ALTIDOR DA SILVA, GERVÁSIO COMIKIVEK, VILIBALDO ATÉ A ESCOLA PAULO BLASI, NO PERÍODO NOTURNO, COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 39 LUGARES.

Data da Assinatura: 15/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2014**Vigência:** 15/05/2014 a 30/06/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 250,50**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 03.377.072/0001-40**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 7/2013**Número do Processo:** 91/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 189/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve aditar R\$ 15.310,56 (quinze mil, trezentos e dez reais e cinquenta e seis centavos), do contrato original nº 288/2013, Processo nº 91/2013 TP 07/2013, para ampliação e modernização do Complexo Esportivo Cid Pedroso, conforme especificações do projeto básico, Programa Esporte e Lazer na Cidade, Contrato de Repasse nº 363.666-17/2011- Ministério do Esporte.

Data da Assinatura: 16/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/05/2014**Vigência:** 16/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 09.27 27.812.0032 1.056.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.310,56**Forma de Pagamento:** MEDIANTE LAUDO E NF**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 49/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 190/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 196/2013, até 30 julho de 2014, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização nas ruas João Maria Becker, Santo Amaro Da Imperatriz e João Fernandes Gonçalves, conforme projeto básico.
Programa PAC II - Urbanização Contrato Nº 352.288-09/2011 - Ministério das Cidades.

Data da Assinatura: 16/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/05/2014**Vigência:** 16/05/2014 a 30/07/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 9/2013**Número do Processo:** 96/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 191/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 289/2013, até 30 julho de 2014, para execução de obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização horizontal e vertical e passeios em paver nas ruas: Frei Rogério, Elizio José Biolchi, Pedro Carlos Stefanos, Germano Foppa e recapeamento na rua Rodolfo Matos, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 16/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/05/2014**Vigência:** 16/05/2014 a 30/07/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ANTONIO VALMOR DE MELLO -ME- JAINE TRANSPORTES**CNPJ:** 10.602.485/0001-47**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 192/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: TRANSPORTE DE ESCOLAR DA RESIDENCIA DO SR. CLAUDIO PAGANINI, SR. HENRIQUE VISONA, SR.VANIO BRESSAN, GILMAR PAGANINI, SR. PEDRO MARTINELI, SR GILMAR CAMASSOLA, SR JURANDIR SURDI, SR. VALMO FACCIN, SR. VANDECO MAGANIN, SR FERNADO MURER ATÉ O CENTRO COMUNITARIO DE POCINHOS, NO PERIODO VESPERTINO PERCORRENDO 52,6 KM DIARIOS COM VEICULO DE NO MINIMO 12 LUGARES.

Data da Assinatura: 19/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/05/2014**Vigência:** 19/05/2014 a 31/05/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 131,50**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CARLOS EMILIO MACHADO**CNPJ:** 83.016.907/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 40/2014**Número do Processo:** 84/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 193/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: A contratada obriga-se a prestar os serviços de Transporte Escolar de alunos da escola Itinerante da Comunidade de Pinhal Preto para Caxambu, percorrendo 32 km diários, ida e volta, 3 vezes por semana, com veículo de no mínimo 09 lugares, ressaltando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.

Data da Assinatura: 19/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/05/2014**Vigência:** 19/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.080,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 40/2014**Número do Processo:** 84/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 194/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: A contratada obriga-se a prestar os serviços de Transporte Escolar de alunos da Fazenda Terra e Sol, Fazenda Dalloglio, Fazenda Altair Inacio, Fazenda Gerwal, Fazenda Vilson Almeida, Daniel Sá Brito, Marcio Luchetta, Ildo Gauger, Luiz Padilha, Teresinha Moreira, Itamar Valter, Fazenda Paraíso para EIM Professora Maria Gorete Delavi, período vespertino percorrendo 99,8 km diários, ida e volta, 3 vezes por semana, com veículo de no mínimo 15 lugares, ressaltando-se o direito da contratante apresen

Data da Assinatura: 19/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/05/2014**Vigência:** 19/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 37.674,50**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 64/2013**Número do Processo:** 168/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 195/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 452/2013, até 30 junho de 2014, para execução de obra de drenagem pluvial e pavimentação das Ruas Coronel Farrapo, Caetano Carlos, Nereu Ramos e Coronel Lucidoro, conforme projeto básico.

Data da Assinatura: 26/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/05/2014**Vigência:** 26/05/2014 a 30/06/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** TRANSKORB TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME**CNPJ:** 76.367.135/0001-51**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 196/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica acrescido 16 Km, passando de 91,25 Km para 107,25 Km. Este aditivo se deu devido ao aumento do aluno Ray José Moraes de Amorin, na linha 57, trazendo os alunos a partir da FAZENDA BOA VISTA (CARNEIRO).VILMAR BRANCO, SC 458, LINHA FAÉ, ATÉ A ESCOLA ISOLADA ENCRUZILHADA, RETORNANDO À LINHA FAÉ, INDO NOVAMENTE PARA A ESCOLA ENCRUZILHADA, NO PERÍODO MATUTINO, COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES.

Data da Assinatura: 29/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/05/2014**Vigência:** 29/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,50**Forma de Pagamento:** MENSAL

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Nº 08/2014**

DECRETO Nº 8/2014 DE 10/06/2014

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NOS DIAS 12/06/2014, 17/06/2014 E 23/06/2014 - JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2014.

O cidadão Rui Jorge Tomazoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014, que é um Torneio de Integração Mundial, especialmente de integração do Povo Brasileiro, o qual faz de cada jogo um momento de lazer;

Considerando que o Município de Campos Novos não pode furtar-se de conceder aos seus munícipes, como brasileiros que também o são, a possibilidade de assistir aos jogos da Seleção Brasileira,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o horário de expediente do Poder Legislativo Municipal, em virtude da participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014, conforme segue:

DIA: 12/06/2014

07:00hs às 13:00hs

13:00hs às 15:00hs

DIA: 17/06/2014:

07:00hs às 13:00hs

13:00hs às 15:00hs

DIA: 23/06/2014

07:00hs às 13:00hs

13:00hs às 15:00hs

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, registrado e publicado o presente Decreto em 10 de junho de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

Decreto Nº 09/2014

DECRETO Nº 9/2014

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão Rui Jorge Tomazoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo no funcionamento do Poder Legislativo Municipal no dia 20 de junho de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, registrado e publicado o presente Decreto em, 10 de junho de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

Canelinha**PREFEITURA****Extratos Resultado Julgamento TP 04**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

RESULTADO JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2014

O MUNICÍPIO DE CANELINHA - SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha - SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 04/2014, para contratação de empresa visando prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para terraplenagem, drenagem, pavimentação e sinalização da Rua Rosinha Laus, no Bairro Centro, da estaca 0=PP à 30+1,103=PF, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. Classificando-se vencedora a proposta da empresa CR Artefatos Cimento Ltda, no valor de R\$ 257.958,79 (Duzentos e cinquenta e sete mil novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos).

Canelinha, 11 de junho de 2014

ANTÔNIO DA SILVA

PREFEITO DO MUNICÍPIO

Extratos Resultado Julgamento TP 05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

RESULTADO JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇO Nº 05/2014

O MUNICÍPIO DE CANELINHA - SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha - SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 05/2014, para contratação de empresa visando prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para terraplenagem, drenagem, pavimentação, passeios e sinalização do trecho final da Av. Prefeito Silvestre Nunes Júnior, da estaca 26 ao PF, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. Classificando-se vencedora a proposta da empresa Construtora Tertel Ltda ME, no valor de R\$ 1.241.749,51 (Um milhão duzentos e quarenta e um mil setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos).

Canelinha, 11 de junho de 2014

ANTÔNIO DA SILVA

PREFEITO DO MUNICÍPIO

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Homologação do Processo Licitatório N. PMC 48/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 7/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/14

HOMOLOGAÇÃO: 03/06/14

CONTRATADO: ACIPRASC CONTROLE SANITÁRIO LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, EM PRÉDIOS PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.956,80 (vinte e oito mil novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos)

DATA: 11/06/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

Publicação da Homologação do Processo Licitatório N. Fmdr 1/2014

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/14

HOMOLOGAÇÃO: 11/06/14

CONTRATADO: PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PLAINA HIDRÁULICA NIVELADORA REVERSÍVEL DESTINADA AOS PROGRAMAS PORTEIRA ADENTRO E INCENTIVO A PECUÁRIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais)

DATA: 11/06/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

Publicação do Edital de Pregão Presencial N. PMC 66/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 93/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 66/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/06/2014, às 09h05min, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RODOLFO LINZMEYER. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 27/06/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Edital 012/2014

EDITAL Nº 012, DE 6 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a audiência pública das Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Capinzal, para o exercício de 2015 e lançamento da elaboração do Plano Diretor do Município de Capinzal.

O Prefeito Municipal de Capinzal e a Secretária de Planejamento, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei Municipal nº 2.263, de 12 de abril de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.611, de 21 de março de 2005, e demais legislações aplicáveis, COMUNICAM às entidades civis organizadas e a população em geral que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 30 de junho de 2014, (segunda-feira) às 19 horas, no Auditório da Escola Municipal Viver e Conhecer, com o objetivo de discutir as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, com relação às Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2015 e lançamento da elaboração do Plano Diretor do Município de Capinzal.

Revoga-se o Edital nº 011, de 26 de maio de 2014.

Capinzal, em 6 de junho de 2014.

Andevir Isganzella

Prefeito Municipal

Salete Aparecida Constantin de Mattos

Secretária de Planejamento

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo

Secretário de Administração e Finanças Interino

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0057/2014 - Pregão Nº 0044/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0057/2014

PREGÃO Nº 0044/2014

Objeto: Aquisição de peças com reposição e garantia para o conjunto de transmissão da máquina - Trator de Esteiras marca KOMATSU D41-E, de propriedade da Prefeitura, visando o desenvolvimento das atividades Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Abertura das Propostas: 14h15min, do dia 24 de junho de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 11 de junho de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 11 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0058/2014 - Pregão Nº 0045/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2014

PREGÃO Nº 0045/2014

Objeto: Aquisição de um veículo Ambulância, tipo Furgão, para Transporte de Pacientes e material de urgência e emergência, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Abertura das Propostas: 14h15min, do dia 26 de junho de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 11 de junho de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 11 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0059/2014 - Tomada de Preço Nº 0009/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0009/2014

Objeto: Contratação de empresa para realização de reforma do Posto de Saúde do Bairro Sayonara, parte superior interna e externa, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Abertura das Propostas: 14h00min, do dia 30 de junho de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 11 de junho de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 11 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Adendo ao Edital de Processo Licitatório Nº 0055/2014 - Tomada de Preço Nº 0008/2014

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0008/2014

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de transferir o início da Sessão Pública, do Processo Licitatório nº 0055/2014, por interesse da Administração Municipal devido à alteração de horário de atendimento ao público conforme Decreto nº 1.993, de 11 de junho 2014;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições do edital de Tomada de Preço nº 0008/2014, sobre a data de recebimento dos envelopes e início da sessão pública, que passa a ter a seguinte redação:

"Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação e credenciamento: até as 14h00min do dia 25 de junho de 2014;

Início da Sessão pública de Tomada de Preço: as 14h15min do dia 25 de junho de 2014."

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 11 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Adendo ao Edital de Processo Licitatório Nº 0051/2014 - Concorrência Nº 0001/2014

ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2014
CONCORRÊNCIA Nº 0001/2014

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de transferir o início da Sessão Pública, do Processo Licitatório nº 0051/2014, por interesse da Administração Municipal devido à alteração de horário de atendimento ao público conforme Decreto nº 1.993, de 11 de junho 2014;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições do edital de Concorrência nº 0001/2014, sobre a data de recebimento dos envelopes e início da sessão pública, que passa a ter a seguinte redação:

“Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação e credenciamento: até as 14h00min do dia 08 de julho de 2014;

Início da Sessão pública de Tomada de Preço: as 14h00min do dia 08 de julho de 2014.”

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 11 de junho de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Caxambu do Sul**PREFEITURA****Decreto 98/2014**

DECRETO N. 098/2014

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Inciso XXV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º . Fica exonerado o Servidor Público Municipal, Senhor VANDERLI ANTONIO GIACOMELLI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob n. 2.549.519 e, inscrito no CPF/MF sob n. 743.873.089-15, ocupante do cargo de CHEFE SETOR DO MEIO AMBIENTE, lotado junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, turismo, agricultura e Meio Ambiente do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Revogam-se às disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 10 de Junho de 2014
Registre-se e Publique-se
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato do Processo Licitatório Nº 62/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2014

O Município de Chapadão do Lageado - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO de leiloeiros oficiais que apresentem condições, nos termos deste edital e da legislação vigente, de atuarem nos leilões de bens inservíveis de propriedade do Município de Chapadão do Lageado, no período de 12 de junho de 2014 à 30 de junho de 2014, a título precário e sem vínculo empregatício, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 12 de junho de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 74/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2014 - PMC

Objeto: Seleção de empresa do ramo de seguros para firmar contrato de seguro para máquinas, veículos e motocicletas, da frota do Município de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 25/06/2014.

Abertura: dia 26/06/2014 às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 11 de junho de 2014.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N 278/2014

DECRETO Nº 278/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014

“FIXA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Em virtude do jogo da Seleção Brasileira de futebol na copa do mundo , fica instituído, excepcionalmente para o dia 12/06/2014, horário especial de expediente nas repartições públicas municipais, sendo das 07h30min às 13h30min.

Art. 2º O horário especial fixado pelo Artigo 1º não se aplica aos Servidores lotados nas Secretarias de Saúde e Assistência Social e de Educação, pois estes desempenharão suas atividades normalmente pelo período matutino e até às 16h no período vespertino.

Art. 3º Caberá às autoridades competentes de cada órgão fiscalizar o cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta - SC, 10 de junho de 2014.

ALCEU MAZZINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Extrato Edital Aviso de Licitação PP 38/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 57/2014.

Pregão Presencial n. 38/2014.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto registro de preço para aquisição de veículos de passeio.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 26/06/2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 26/06/2014.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br e seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 11 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

Cancelamento Concorrência 02/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 02/2014

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA DA INTEGRAÇÃO 4ª ETAPA, Ligando o Município de Coronel Freitas ao Município de União do Oeste, numa extensão de 0,6 Km

Tipo: Menor Preço/Global

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS, SC, pessoa jurídica de direito público interno, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauri José Zucco TORNA PÚBLICO que foi realizado o CANCELAMENTO da licitação CONCORRÊNCIA, EDITAL N. 002/2014, do tipo Menor Preço, regime de Empreitada Por Preço Global.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400

Coronel Freitas (SC) 12 de Junho de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 124, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 124, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

MANTÊM SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005.

- Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica mantida no cargo comissionado de Assessora de Secretaria a Sra. Marivania de Oliveira Silva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,

02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária Municipal da Administração, Planejamento e Finanças.

Decreto Nº. 123, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 123, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA SERVIDORA PÚBLICA A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a servidora Pública Municipal senhora Cleuza Menegat Belatto, ocupante do cargo de Agente de Combate a Endemias, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,

02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 126 de 06 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 126 DE 06 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Sra. Franci Ellen Fin, ocupante do Cargo Efetivo de Farmacêutica, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 10 de junho de 2014, conforme requerimento protocolado sob nº 610 do dia 06/06/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 06 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 127 de 09 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 127 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, e pela Lei Complementar nº034 de 27 de agosto de 2013, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, para ocupar Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, regida pela Lei Complementar Municipal Nº 034 de 27 de agosto de 2013- Dispõe sobre a Reestruturação do plano de cargo e vencimento do pessoal do poder executivo do município de coronel Martins/SC, a partir de 09 de junho de 2014.

NOME	CARGO
Rozelaine Turmina Negretti	Diretora Geral de Assistência Social

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 09 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 128, de 09 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 128, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA SERVIDORA PUBLICA A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a servidora Pública Municipal senhora Rozelaine Turmina Negretti, ocupante do cargo de Diretora Geral de Assistência Social, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
09 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 129, de 10 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 129, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA COPA DO AGRICULTOR 2014 DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 243 de 10/06/2003 e Lei Orgânica Municipal resolve:

NOMEAR:

Art. 1º Os Senhores, Germano Zanella, Jones Emanuel Maraschin, José Eugenio Alves Ravarena,

Edenilce Pagnoncelli Chittó, Elean Balastrelli, Roseli Brandalize, Laís Cristina Scariotto, Zenaide Belatto, Rudinei Smaniotto, Sandra Regina Farinella Biazin e Fatima Aparecida Tomazelli Basso, para comporem, sob a Presidência do primeiro a Comissão Organizadora da Copa do Agricultor 2014 do Município de Coronel Martins.

Parágrafo único Na ausência do Presidente fica indicado o segundo nome como eventual substituto.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização da festividade.

Art. 3º A Comissão terá a competência, de requisitar qualquer funcionário pertencente ao quadro de cargos da Prefeitura Municipal de Coronel Martins.

Art. 4º A Comissão terá a competência de requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias à consecução do objetivo proposto, mediante autorização do Chefe do Executivo.

Parágrafo único - A Comissão fica responsável pela correta aplicação dos recursos e de efetuar a devida prestação de contas, de acordo com as normas vigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 10 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Decreto Nº. 130 de 10 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 130 DE 10 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Salete de Fatima Pomiecinski, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora de Secretaria, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 30 de junho de 2014, conforme requerimento protocolado sob nº 612 do dia 09/06/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 10 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 131, de 10 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 131, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

PRORROGA PRAZO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACTs) EM RAZÃO DE GESTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 038, de 03/12/2013, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

- Considerando que o contrato da servidora abaixo nominada tem vigência até 30 de junho de 2014;

- Considerando o estado gravídico da servidora;

- Considerando que não haverá prejuízo ao Município já que o valor dos vencimentos é compensado pelo Município na cota

patronal do INSS.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o término da licença maternidade, o prazo de vigência do contrato da servidora India Nara Turmina admitida em caráter temporário no cargo de Professor Educação Geral com carga horária de 40:00 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,
10 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária Municipal da Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº. 099 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 099 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/06/2014 à 01/06/2014.

Nome	Cargo	Referência
Idacir Francisco Zanco	Motorista	06/05/2013 á 05/05/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças.

Portaria Nº. 100 de 06 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 100 DE 06 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 16/06/2014 à 15/07/2014.

Nome	Cargo	Referência
Ivair Carlos Baldissera	Agente de Vigilância sanitária	01/08/2011 á 31/07/2012

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 06 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças.

Portaria Nº. 101, de 06 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 101, DE 06 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelos artigos 80 a 89 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade a Servidora Pública Municipal, Sra. Cleusa Menegat Belatto, ocupante do Cargo de Agente de Combate a Endemias, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 02 de junho de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 06 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 102 de 10 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 102 DE 10 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 16/06/2014 à 15/07/2014.

Nome	Cargo	Referência
Joel de Jesus dos Santos	Motorista	03/04/2012 á 02/04/2013

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 10 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças.

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 025/2014 de Contrato de 02 de Junho de 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 025/2014 DE CONTRATO DE 02 DE JUNHO DE 2014.

MÊS/ANO: ABRIL/2014. NÚMERO CONTRATO: 015/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/04/2014

CLÁUSULA I.-

DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto é a prestação pelo CONTRATADO de serviços na área da Medicina, Serviços Médicos com carga horaria 40 horas semanais sendo 8 (oito) horas diárias; E o plantão de sobre aviso para todos os dias incluindo finais de semana e feriados, fica prorrogado até dia 03 de julho de 2014.

CLÁUSULA II.-

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições

estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 17.466.565/0001-61

CONTRATADO: GÉSSICA GEHLEN

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Quarto Termo Aditivo Nº. 027/2014 de Convênio de 03 de Junho de 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 027/2014 DE CONVÊNIO DE 03 DE JUNHO DE 2014.

MÊS/ANO: ABRIL/2010. NÚMERO CONVÊNIO: 005/2010

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/04/2010

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda do Convênio nº. 005, firmado entre as partes em 20 de abril de 2010, cujo item II.1 da mencionada cláusula segunda passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

II.1 - Para execução do objeto de que trata a Cláusula Primeira, em função do número de acadêmicos que frequentam o curso de Tecnólogo em Produção de Leite o Município repassará a UNO-CHAPECÓ, a importância de R\$ 3.011,58 (três mil e onze reais e cinquenta e oito centavos), compreendidos os valores relativos ao saldo do exercício financeiro de 2014, que será paga em parcela única até dia 15 de junho de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados e inalterados os demais itens da Clausula Segunda, bem como as demais Cláusulas do Convênio n. 005/2010 do qual se origina este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 82.804.642/0001-08

CONVENIADA: UNOCHAPECÓ

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Segundo Termo Aditivo Nº. 029/2014 de Contrato de 10 de Junho de 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 029/2014 DE CONTRATO DE 10 DE JUNHO DE 2014.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 008/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/02/2013

CLÁUSULA I.-

DO VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato nº 008/2013, firmado em 19 de fevereiro de 2013, fica corrigido a partir de 10 de junho de 2014 no percentual de 6,0786% tendo por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) passando a ser de R\$ 424,31(quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e um centavos) que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014.

CLÁUSULA II.-

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições

estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF/CNPJ: 015.785.819-74

CONTRATADO: TEREZINHA MARIA RAVARENA

Decreto Nº. 122, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 122, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA SERVIDORES PUBLICOS A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

DECRETA:

Art. 1º ficam autorizados os Servidores Públicos Municipais, abaixo nominados, a conduzirem os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Fabiane Knispel Buratto	Auxiliar Administrativo
Rosa Maria Camargo	Auxiliar Administrativo
Talita Scheffer Gitrone	Enfermeira
Franci Ellen Fin	Farmacêutica
Isabel de Almeida Paz	Fisioterapeuta
Diogo Rodrigo Fronchetti	Medico Veterinário
Cristina Bordignon	Psicóloga
Rafael Pertussatti	Técnico em Informática
Evandro Belatto	Chefe de Gabinete

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato Contrato1_ Diversos - Recapagem de Pneus

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0104/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: AJ Merigo Pneus Recapagens Ltda Me

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.

Valor: R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil quatrocentos reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0056/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0029/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0105/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Borilli Pneus Ltda

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.

Valor: R\$ 21.870,00 (vinte e um mil oitocentos setenta reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0056/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0029/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0106/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: F.Vachileski & Cia Ltda

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.

Valor: R\$ 32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0056/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0029/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0107/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: FM Pneus Ltda

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.
Valor: R\$ 4.850,00 (dez mil duzentos e trinta e quatro reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0056/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0029/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0108/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Recauchutadora de Pneus Neri Ltda Epp

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.
Valor: R\$ 12.814,00 (doze mil oitocentos e catorze reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0056/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0029/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0109/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Recauchutadora Roda Ltda

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.
Valor: R\$ 7.540,00 (sete mil quinhentos e quarenta reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0056/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0029/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato_ 01112014 - Narciso Engenharia - Licenças Ambientais

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0111/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: narciso Engenharia Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de licenciamento ambiental para diversas obras e empreendimentos do município de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 75.230,00 (setenta e cinco mil duzentos e trinta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0063/2014, na Modalidade Carta Convite nº 0014/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato_ 01102014 - Fulltech Equipamentos - Computadores

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0110/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Fulltech Equipamentos Ltda.

Objeto: Aquisição de microcomputadores para as escolas do município.
Valor: R\$ 16.914,00 (dezesesseis mil novecentos e catorze reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0058/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0031/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Adt 2º Wilson Pagnussat Transporte Escolar

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes
CONTRATADA: Wilson Cezar Pagnussat & Cia Ltda Me

Objeto: Prestação de serviço para o transporte escolar de alunos do município de Faxinal dos Guedes.
Número do Contrato: 0015/2013
Segundo Termo Aditivo: Aditivo de kilometragem.
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0010/2013 na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, e 10.520/02 e suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de junho.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Adt 1º Agroter Construtora - Ubs João José Gehlen

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes
CONTRATADA: Agroter Construtora Ltda

Objeto: Contratação de empresa para a construção de edifício em alvenaria de unidade básica de saúde, projeto padronizado padrão 1 - ministério da saúde, incluindo materiais e mão de obra conforme proposta nº 10496698000113001.

Número do Contrato: 0014/2014
Primeiro Termo Aditivo: Aditivo de Valor.
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0050/2013 na Modalidade Tomada De Preço N.º 0014/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

D. 104 - Nomeia Elizangela Roza

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Junho de 2014.

DECRETO nº104/2014

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada e empossada a Senhora ELISANGELA DA ROZA, portadora do CPF nº 040.585.249-52, para o exercício do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 40H SEMANAIS.

Art. 2º. A servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de Junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 103 - Homologa Inscrições

Faxinal dos Guedes, SC, 06 de Junho de 2014.

DECRETO nº 103/2014.

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO 002/2014, PROCESSO SELETIVO 002/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal, com supervisão da Comissão Nomeada pelo Decreto 083/2014, DIVULGA através do presente instrumento de homologação os inscritos para o Concurso Público nº 002/2014 e Processo Seletivo 001/2014.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam Homologadas as inscrições do Concurso Público nº 002/2014 e Processo Seletivo 002/2014, conforme lista anexa.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de Junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 102 - Ponto Copa

Faxinal dos Guedes, SC, 06 de Junho de 2014.

DECRETO nº 102/2014.

FACULTA O PONTO, DISPÕE SOBRE A DISPENSA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SUAS ATIVIDADES DURANTE OS JOGOS BRASIL NA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando os jogos do Brasil na Copa do Mundo de Futebol; Considerando o Feriado de Corpus Cristi.

DECRETA:

Art. 1º. É facultado o ponto para os servidores públicos nas repartições públicas municipais no dia 20 de Junho do ano de 2014.

Art. 2º. Ficam dispensados os servidores públicos de suas atividades em uma hora antes, quando houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo.

Art. 3º. Os serviços de urgência e emergência funcionarão em regime de plantão, organizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de Junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 101 - Nomeia Noeli Batassini

Faxinal dos Guedes, SC, 04 de Junho de 2014.

DECRETO nº101/2014

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada e empossada a Senhora NOELI CASSILDA BATASSINI OLSON, portadora do CPF nº 915.534.079-20, para o exercício do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 40H SEMANAIS.

Art. 2º. A servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de Junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 100 - Orçamento

Faxinal dos Guedes, 30 de maio de 2014.

DECRETO Nº 100/2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7.º I, e 9.º da Lei Municipal n. 2.317 de 19 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.463,09 (Trinta e seis mil e quatrocentos e sessenta e três reais e nove centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01.2024 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

3.3.90.00.00.00.00.00 - 00.03.0065 - 23 - Aplicações Diretas - R\$ 36.463,09

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superavit Financeiro do Exercício de 2013 de Recursos Vinculados (00.003.65 - Superavit Financeiro Média e Alta Complexidade).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 30 de maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 099 - Orçamento

Faxinal dos Guedes, 30 de maio de 2014

DECRETO Nº 099/2014.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.317 de 19 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) da seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão 06 - Secretaria de Infraestrutura;

Unidade 01 - Secretaria de Infraestrutura;

Projeto Atividade 2.015 - Manutenção do Convênio com Corpo de Bombeiros;

Aplicações Diretas - 3.3.90.00 - 00.01.0000 - 53 - R\$ 5.100,00

Adiciona para a Dotação:

Órgão 06 - Secretaria de Infraestrutura;

Unidade 01 - Secretaria de Infraestrutura;

Projeto Atividade 2.015 - Manutenção do Convênio com Corpo de

Bombeiros;

Aplicações Diretas - 4.4.90.00 - 00.01.0000 - 54 - R\$ 5.100,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 30 de maio de 2014.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 098 - Orçamento

Faxinal dos Guedes, 30 de maio de 2014.

DECRETO Nº 098/2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7.º I, e 9.º da Lei Municipal n. 2.317 de 19 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

07.01.2018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0024 - 93 - Aplicações Diretas - R\$100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (00.001.0024 - Transferências de Convênios - Aquisição de Trator de Pneu - 2014TR001102.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes, 30 de maio de 2014.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 097 - Orçamento

Faxinal dos Guedes, 30 de maio de 2014.

DECRETO Nº 097/2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7.º I, e 9.º da Lei Municipal n. 2.317 de 19 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01.2017 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0024 - 92 - Aplicações Diretas - R\$300.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (00.001.0024 - Transferências de Convênios - Recuperação de Estradas Vicinais 2014TR000717.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes, 30 de maio de 2014.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 096 - Comissão Concurso

Faxinal dos Guedes, SC, 28 de Maio de 2014.

DECRETO nº 096/2014.

NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem a Comissão do Processo Seletivo 003/2014, composto pelo seguinte quadro:

I - ARIANA SOMAVILLA GONÇALVES

II - SIRLEY TREVISAN

V - IVANETE RUDNICK

Art. 2º. Terão a atribuição de acompanhar e fiscalizar o referido Processo Seletivo, bem como, resolver os casos omissos no Edital citado no artigo 1º.

Art. 3º. Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados a comunidade.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de Maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 077, de 04 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 077, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

DESTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei nº. 1.323, 21 de novembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Destitui a servidora Elisandra Colombo Donato da função de membro representante do Governo Municipal no Conselho Municipal de Administração do Regime Próprio de Previdência, nomeada pelo Decreto nº 049, de 19 de abril de 2013.

Art. 2º Fica nomeado o servidor Luiz Rogério Mezzari para compor o Conselho Municipal de Administração do Regime Próprio de Previdência, como representante titular do Governo Municipal, em substituição da servidora destituída no artigo anterior.

Art. 3º Caberá à servidora Andressa Westrup Wernke a presidência do Conselho de Administração com a suplência do servidor Luiz Rogério Mezzari.

Art. 4º O exercício do cargo no Conselho Gestor do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Forquilha será considerado do serviço público relevante sem ônus para o Município.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 04 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 134/PMF/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

(REGISTRO DE PREÇOS)

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 134/PMF/2014.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual, necessários para o atendimento aos colaboradores, por meio das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 02 de julho de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 11 de junho de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 44/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 44/2014
DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 184/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME
DO OBJETO - Execução de obras de infraestrutura, construção de 01 (um) centro comunitário no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 184/PMF/2011, sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 30/05/2014 passará para 29/07/2014, prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 27/10/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 28 de maio de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 116/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 116/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - TRANSCASCÃO TRANSPORTES LTDA

DO OBJETO - Serviços de transporte de lixo proveniente da limpeza das vias públicas em calça e depósito em local indicado pelo Município, obrigando-se a dispor de, no mínimo, 02 (duas) calças com 02 (duas) descargas mensais, em tempo integral, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês, perfazendo um valor global de R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 2032.3.3.90 (110).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 128/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 05 de junho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Aviso de Alteração

AVISO DE ALTERAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 123/PMF/2014

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, alterar a data de abertura do Pregão Presencial nº. 123/PMF/2014 publicado em 30 de maio de 2014 neste veículo de comunicação. Em virtude de força maior, conforme memorando interno encaminhado pela Secretaria de Administração, segue nova data alteração:

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de julho de 2014 às 09:00 horas.

Feita a alteração acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 11 de junho de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

Aviso de Republicação do Pregão 0071/2014-PMF

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0071/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

O Prefeito Municipal, torna público a REPUBLICAÇÃO do certame em epígrafe, cujo objeto é a aquisição de 02 (dois) veículos automotores novos, para uso da Secretaria de Educação; Fundamentação: Alteração na descrição dos LOTES, a qual afeta a formulação das propostas, nos termos do art. 21, § 4º, da Lei federal nº 8.666/93, exigindo a sua republicação; Julgamento: Menor Preço POR LOTE; Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 26/06/2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 10 de junho de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1119/2014

PORTARIA Nº 1.119, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0713/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 14 horas semanais a professora FABIANE PETRY, que encontra-se afastada em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 13 (treze) para 27 (vinte e sete) horas semanais a carga horária do servidor ALEX ZANELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 016.905.089-06, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, no período de 13 de junho de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1120/2014

PORTARIA Nº 1.120, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Concede Função Gratificada.

Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores, e comunicação interna n.º 0672/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ANDREA APARECIDA CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 918.670.029-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PSICOPEDAGOGO, Função Gratificada FGM - Diretor da Coordenação Escolar, por estar assumindo a função de Coordenador Pedagógico do AEE - Atendimento Educacional Especializado, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1121/2014

PORTARIA Nº 1.121, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a Comunicação Interna n.º 0083/2014, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor PAULO LUIZ PACHECO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 777.041.009-63, nomeado no cargo de provimento efetivo de MECÂNICO, Função Gratificada Nível III, por estar desempenhando a função de Responsável pelo Setor de Mecânica da Secretaria de Infraestrutura Urbana do Município de Fraiburgo, a partir de 16 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 1.437, de 29 de abril de 2013.

Fraiburgo, 11 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0012/2014-PMF

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0012/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de recapeamento asfáltico com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) sobre paralelepípedos na Avenida Adalberto Schmit Burda e na Rua Albano Burguer, situada no Bairro São José, nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 5.544,51 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação das empresas: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA; SETEP CONSTRUÇÕES S.A.; LZK CONSTRUTORA LTDA; VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA; as quais, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão quando da abertura de seus Envelopes de Habilitação. Desta forma, estão habilitadas para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase das PROPOSTAS DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo (SC), 11 de junho de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0012/2014-PMF

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0012/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de recapeamento asfáltico com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) sobre paralelepípedos na Avenida Adalberto Schmit Burda e na Rua Albano Burguer, situada no Bairro São José, nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 5.544,51 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação. Restaram Habilitadas pela Comissão, as seguintes licitantes, com os respectivos valores:

- CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - R\$ 379.166,74 (trezentos e setenta e nove mil, cento e sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos);
- SETEP CONSTRUÇÕES S.A. - R\$ 410.683,51 (quatrocentos e dez mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e um centavos);
- VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA - R\$ 390.353,90 (trezentos e noventa mil, trezentos e cinquenta e três reais e noventa centavos).

Foi desclassificada pela Comissão a proponente LZK CONSTRUTORA LTDA por ter apresentado proposta de preços no valor global de R\$ 420.293,86 (quatrocentos e vinte mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos), descumprindo o limite máximo imposto pelo item 1.3 do Edital. Desta forma, sagrou-se vencedora a proponente CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA por ter apresentado proposta no valor de R\$ 379.166,74, ficando este valor menor que o valor máximo e global estipulado pelo Município, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 11 de junho de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 48/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2014
PMG

Ata nº. 48/2014; Processo nº. 99/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: ELAINE FREITAS LUZ EPP, MISTERIO PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA; SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME; VERA LUCIA ESPINDOLA MOREIRA ME; Objeto: Registro de preço para locação de tendas, coberturas e arquibancadas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$ 125.890,00; Data da Assinatura: 12/06/2014.

Edital de Publicação de Acórdãos - Jarf Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
SECRETARIA DE FAZENDA
JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Nº 0001/2014
Assinados em 05.06.2014:

ACORDÃO Nº 12

Recurso Ordinário/Reexame Necessário nº 10270069482013
Relator: Julgador Fábio de Souza
Julgador de Primeira Instância: Luiz Carlos Gaspar
Partes: Bernadete Venzon (Requerente) e Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida)
Representante da Fazenda Pública: Dr. Marcelo Süppi
DECISÃO: Nos termos do voto do Relator, a Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por unanimidade, manteve a decisão em reexame. Participaram do julgamento os Ilmos. Srs. Fabio de Souza, Jean Nascimento Pacheco e Luiz Paulo Kniss Junior. Ausente, o Senhor Representante da Fazenda Pública.

ACORDÃO Nº 13

Recurso Ordinário/Reexame Necessário nº 10270069512013
Relator: Julgador Luiz Paulo Kniss Junior
Julgador de Primeira Instância: Luiz Carlos Gaspar
Partes: Morada do Sol Apart Hotel Ltda (Requerente) e Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida)
Representante da Fazenda Pública: Dr. Marcelo Süppi
DECISÃO: Nos termos do voto do Relator, a Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por unanimidade, manteve a decisão em reexame. Participaram do julgamento os Ilmos. Srs. Luiz Paulo Kniss Junior (Relator), e Fábio de Souza. Declarou-se impedido e não participou do julgamento o Julgador Jean Nascimento Pacheco, em razão de fazer parte do processo na condição de agente fiscal. Ausente, o Senhor Representante da Fazenda Pública.

ACORDÃO Nº 14

Recurso Ordinário/Reexame Necessário nº 10270069502013
Relator: Julgador Jean Nascimento Pacheco
Julgador de Primeira Instância: Luiz Carlos Gaspar
Partes: Bernadete Maria da Silva Lopes - ME (Requerente) e Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida)
Representante da Fazenda Pública: Dr. Marcelo Süppi
DECISÃO: Nos termos do voto do Relator, a Junta Administrativa

de Recursos Fiscais, por unanimidade, manteve a decisão em reexame. Participaram do julgamento os Ilmos. Srs. Jean Nascimento Pacheco, Fabio de Souza e Luiz Paulo Kniss Junior. Ausente, o Senhor Representante da Fazenda Pública.

ACORDÃO Nº 15

Recurso Ordinário/Reexame Necessário nº 10270036262014
Relator: Julgador Fábio de Souza
Julgador de Primeira Instância: Luiz Carlos Gaspar
Partes: Aldo Emidio Medeiros ME (Requerente) e Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida)
Representante da Fazenda Pública: Dr. Marcelo Süppi
DECISÃO: Nos termos do voto do Relator, a Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por unanimidade, conheceu do reexame e deu-lhe parcial provimento. Participaram do julgamento os Ilmos. Srs. Fabio de Souza, Jean Nascimento Pacheco e Luiz Paulo Kniss Junior. Ausente, o Senhor Representante da Fazenda Pública.

ACORDÃO Nº 16

Recurso Ordinário/Reexame Necessário nº 10270036272013
Relator: Julgador Luiz Paulo Kniss Junior
Julgador de Primeira Instância: Luiz Carlos Gaspar
Partes: Aldo Emidio Medeiros (Requerente) e Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida)
Representante da Fazenda Pública: Dr. Marcelo Süppi
DECISÃO: Nos termos do voto do Relator, a Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por unanimidade, conheceu do reexame e deu-lhe parcial provimento. Participaram do julgamento os Ilmos. Srs. Jean Nascimento Pacheco, Fabio de Souza e Luiz Paulo Kniss Junior (Relator). Ausente, o Senhor Representante da Fazenda Pública.

Publicado às partes, nos termos do artigo 7º, XI, do RIJARF. Eu, Emanuele Barcellos Candido, o digitei e assino.

Garopaba, 05 de junho de 2014
Emanuele Barcellos Candido
Secretária-Geral da JARF

Ata Jarf Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
SECRETARIA DE FAZENDA
Junta Administrativa de Recursos Fiscais
ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS - JARF.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba, sob a Presidência do Bacharel Jean Nascimento Pacheco, presentes os Senhores Membros Fabio de Souza e Luiz Paulo Kniss Junior, sendo Secretária-Geral a Senhora Emanuele Barcellos Candido, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a primeira sessão ordinária de julgamento do ano de dois mil e quatorze. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Não havendo processos para serem distribuídos, passou-se a discussão dos itens constantes da pauta de julgamento. ROREX nº 10270069482013, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: BERNADETE VENZON (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: FABIO DE SOUZA, Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator, Decisão unânime. ROREX nº 10270069512013, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MORADA DO SOL APART HOTEL LTDA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: LUIZ PAULO KNISS

JUNIOR, Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator, Decisão unânime. Declarou-se impedido e não participou da votação o Senhor Presidente Jean Nascimento Pacheco, em razão de fazer parte do processo na condição de agente fiscal. RORex nº 10270069502013, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: BERNADETE MARIA DA SILVA LOPES - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO, Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. RORex nº 10270036262014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ALDO EMIDIO MEDEIROS - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: FÁBIO DE SOUZA, Decisão: Provimento parcial ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. RORex nº 10270036272014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ALDO EMIDIO MEDEIROS (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR, Decisão: Provimento parcial ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Nadas mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da primeira sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e quatorze. E para constas, eu, Emanuele Barcellos Candido, Secretária-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

Garuva

PREFEITURA

Portaria Nº 351/2014

PORTARIA Nº. 351, de 09 de junho de 2014

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. - Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento em caráter temporário, relacionados no Edital 011/2014.

ART. 20. - Criar a Comissão para realização do Processo Seletivo Simplificado, a qual ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo.

ART. 30. - A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Vagner Casagrande, Isabela Aragão Pereira, Taiana Araújo Fernandes, Marli Vollmer Kessler, sendo presidida pelo primeiro.

ART. 40 - Competirá a comissão:

I - Elaborar os editais;

II - Receber e homologar inscrições;

III - Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;

IV - Homologar a seleção;

V - Apreçar e julgar recursos;

VI - Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;

VII -Elaborar e corrigir as provas

VIII - Avaliar títulos

IX -Exercer demais atos necessários a execução completa do Processo.

Parágrafo único - A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder a elaboração e correção das provas.

ART. 50. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 352/2014

PORTARIA Nº 352, de 09 de junho de 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, decisão judicial nos autos da Ação Civil Pública, com Antecipação de Tutela, em trâmite perante o MM. Juízo e respectivo Cartório da Vara Única da Comarca de Garuva-SC, feito nº. 0900010-22.2014.8.24.0119.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 37/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, desistência de candidato

RESOLVE:

ART. 1º Nomear a Aprovada no Concurso Público, ILISÂNGELA ROSÂNGELA DA SILVA KÜSTER, inscrita sob o nº. 927, classificada em 6º lugar, para o cargo público de provimento efetivo de Enfermeira - ESF, do regime celetista.

Parágrafo Único - As regras para a posse são as estabelecidas na Portaria 316/2014 de 29 de abril de 2014.

ART. 2º. Caso a nomeada não tome posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estará renunciando tacitamente a vaga a que foi nomeada, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato conforme a Lista de Classificação, para suprir a vaga não preenchida.

ART. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG Nº 028/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 028/2014

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia PMG nº 028/2014

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de Empresa especializada em serviços de Engenharia Sanitária, para a execução da coleta, transporte e destinação final em Aterro Sanitário Licenciado, de resíduos sólidos compactáveis domiciliares e comerciais, produzidos no Município de Garuva, de acordo com o Memorial Descritivo anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes de habilitação por força do artigo 48, § 3º da lei 8666/93 ocorrerá 25/06/2014 às 09:00 horas.

Empresas intimadas para a apresentação são: Say Muller Serviços LTDA, Recicle Catarinense de Resíduos LTDA, BFA Ambiental Serviços de Coleta de Resíduos LTDA

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 11 de junho de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação FMS Nº 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 009/2014

Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preços

Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de relógios ponto com emissão de ticket, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 04/07/2014 às 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 11 de junho de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação FMS Nº 008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 008/2014

Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preços

Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de 10 (dez) bicicletas elétricas e 22 (vinte e duas) bicicletas aro "26", para atender as necessidades do Programa Saúde da Família.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 03/07/2014 às 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 11 de junho de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Termo de Homologação Pregão PMG Nº 040/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ Nº 83.102.848/0001-59
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações, designada através do Decreto nº 107/2014, e de conformidade com a Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

HOMOLOGO:

O processo licitatório nº 40/2014, Pregão, que tem por objeto a Aquisição de 50 (cinquenta) tubos de concreto CA - II, diâmetro de 2,00 metros, referente ao Programa de Transferência nº 2013000939, Proposta de Transferência nº 8457.

GARUVA, 11 de junho de 2014.

José Chaves

Prefeito Municipal

Lei Nº 1811/2014

LEI Nº 1811, DE 11 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 630.583,19 (seiscentos e trinta mil quinhentos e oitenta e três reais e dezenove centavos) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

12.001.18.541.1042.2080 Educação ambiental	3390	03.00.00	R\$	140.000,00
12.001.18.541.1042.2080 Educação ambiental	4490	03.00.00	R\$	60.000,00
12.001.18.544.1042.2091 Captação, trat e distr. de abastecimento de água	3390	03.00.00	R\$	70.583,19
12.001.18.544.1042.2094 Manut. do sist. de abast. de água e esgoto	3390	03.00.00	R\$	100.000,00
12.001.18.544.1042.2094 Manut. do sist. de abast. de água e esgoto	4490	03.00.00	R\$	260.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2013.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves

Prefeito Municipal

Lei Nº 1812/2014

LEI Nº 1812, DE 11 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.365.1030.1011 Construção, ampliação e reforma de pré-escolas	4490	01.19.00	R\$	18.500,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.19.00	R\$	18.500,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves

Prefeito Municipal

LEI Nº 1813/2014

LEI Nº 1813, DE 11 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre a concessão de subvenção a Fundação Padre Luiz Facchini Pró-Solidariedade e Vida".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2014, no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), para a Fundação Padre Luiz Facchini Pró-Solidariedade e Vida.

Parágrafo Único - O repasse será efetuado em 06 (seis) parcelas de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento em vigor na dotação orçamentária 02.001 - Gabinete do Prefeito, 04.122.1003.2005 - Contribuições a Entidades e Associações - 3335000000000000 - Transferências a Inst. Priv.s/ fins lucrativos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves

Prefeito Municipal

LEI Nº 1814/2014

LEI Nº 1814, DE 11 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre a concessão de subvenção a Associação dos Idosos de Garuva".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2014, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para a Associação dos Idosos de Garuva.

Parágrafo Único - O repasse será efetuado em 04 (quatro) parcelas de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento em vigor na dotação orçamentária 02.001 - Gabinete do Prefeito, 04.122.1003.2005 - Contribuições a Entidades e Associações - 3335000000000000 - Transferências a Inst. Priv.s/ fins lucrativos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 118/2014

DECRETO Nº 118 DE 11 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1811, de 11 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 630.583,19 (seiscentos e trinta mil quinhentos e oitenta e três reais e dezenove centavos) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

12.001.18.541.1042.2080 Educação ambiental	3390	03.00.00	R\$	140.000,00
12.001.18.541.1042.2080 Educação ambiental	4490	03.00.00	R\$	60.000,00
12.001.18.544.1042.2091 Cap- tação, trat e distr. de abasteci- mento de água	3390	03.00.00	R\$	70.583,19
12.001.18.544.1042.2094 Manut. do sist. de abast. de água e esgoto	3390	03.00.00	R\$	100.000,00
12.001.18.544.1042.2094 Manut. do sist. de abast. de água e esgoto	4490	03.00.00	R\$	260.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2013.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 119/2014

DECRETO Nº 119 DE 11 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1812, de 11 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.365.1030.1011 Construção, ampliação e reforma de pré-escolas	4490	01.19.00	R\$	18.500,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.19.00	R\$	18.500,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar**SAMAE****Aviso do Aditivo do Pregão Presencial Nº 33/2014 - SAMAE**

AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Aquisição de conexões e hidrometros, que foram efetivadas alterações. Em face das alterações ocorridas não afetarem a formulação da proposta, mais por Descisão da Autarquia, fica redesignado o dia 18/06/2014 às 08:45 horas para o recebimento dos envelopes e às 09:00 horas do mesmo dia para abertura do certame. O local para entrega e abertura, bem como a retirada do Aditivo é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), 11 de junho de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****Decreto Nº054/2014 - Abre Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária Anual de 2014.**

DECRETO Nº054/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, §2, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 30.000,00 (Trinta mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte de Recursos 0.1.001.00.000- Recursos ordinários, apurado até o mês de abril 2014, as dotação abaixo indicada:

13. SECRETARIA DE PESCA, MARICULTURA E AGRICULTURA

CÓDIGO		VALOR
0901	SECRETARIA DA PESCA, MARICULTURA E AGRICULTURA	30.000,00
20.608.0007.2.051	Func. Manutenção de Pesca, Maricultura e Agricultura	30.000,0
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(144)3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.001.00.000	Recursos ordinários	30.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Maio de 2014.
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº55/2014 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2014.

DECRETO Nº55/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 7º parágrafo 3 e 4, da Lei municipal de nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0201	GABINETE DO PREFEITO	40.000,00
04.122.0001.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	40.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
(6)3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	40.000,00
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	309.000,00
04.122.0002.2.005	Func. Manutenção da Secretaria	305.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas correntes	305.000,00
(21)3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	305.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras Despesas correntes	4.000,00
(18)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	4.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	309.000,00
0801	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.000,00
08.244.0006.2.042	Func. Manutenção do FMAS	5.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas correntes	5.000,00
(167)3.3.50.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	7.000,00
(172)4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	7.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	12.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0201	GABINETE DO PREFEITO	40.000,00
04.122.0001.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	40.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras despesas de Pessoal	40.000,00
(5)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	40.000,00
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	309.000,00
04.122.0002.2.005	Func. Manutenção da Secretaria	304.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras despesas de Pessoal	304.000,00
(19)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	304.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas correntes	5.000,00

(20)3.3.70.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	309.000,00
0801	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.000,00
08.244.0006.2.042	Func. Manutenção da FMAS	12.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras receitas de Pessoal	12.000,00
(166)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	12.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	12.000,00
TOTAL		361.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Maio de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº56/2014 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2014.

DECRETO Nº56/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 4 e 3, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0004.2.030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saude	10.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	10.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.2.0028.000151	Recursos Vinculados	10.000,00
Total		10.000,00
SUPLEMENTAÇÃO		
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0004.2.030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saude	10.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.2.0028.000151	Recursos Vinculados	10.000,00
Total		10.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 30 de maio de 2014.
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 057/2014 - Estipula Horários Especiais Para Os Dias de Jogos da Copa do Mundo, No Âmbito da Administração Pública Municipal de Governador Celso Ramos, E Dá Outras Providências.

DECRETO Nº 057/2014.

Estipula horários especiais para os dias de jogos da Copa do Mundo, no âmbito da Administração Pública Municipal de Governador Celso Ramos, e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, art. 77, V, considerando a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, desenvolvida no Brasil, como país-sede

DECRETA:

Art. 1º - Estipula-se horários especiais para dias de jogos da Copa do Mundo, no âmbito da Administração Pública Municipal de Governador Celso Ramos.

Art. 2º - O horário estipulado para o funcionamento da Administração Pública Municipal de Governador Celso Ramos, durante a realização da Copa do Mundo 2014, nos dias de transmissão dos jogos da Seleção Brasileira, se iniciará às 07h00min (sete horas da manhã) com término às 13h00min (treze horas).

Art. 3º - É prerrogativa do Poder Executivo, emitir autorizações especiais de horários em casos que considerar procedente.

Art. 4º - Excetua-se do disposto neste Decreto as atividades consideradas essenciais e indispensáveis do serviço Público Municipal, tais como Saúde, Coleta de Lixo e SAMAE. Também, o Setor de Tributos Municipal, subordinado a Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 06 de junho de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Lei Nº 970 de 5 de Junho de 2014 - Denomina Via Pública E Menciona,

LEI Nº 970 DE 5 DE JUNHO DE 2014

DENOMINA VIA PÚBLICA E MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER aos habitantes do Município que a Câmara Municipal APROVOU e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada TRAVESSA JOSÉ ANDRÉ DE ANDRADE, hoje denominada Travessa 73 Projetada, localizada no bairro da Costeira da Armação, neste município.

Art. 2º - Esta lei recebeu parecer da Secretaria Municipal de

Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos/SC, 05 de junho de 2014.
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 971 de 05 de Junho de 2014 - Autoriza A Abertura de Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária do Exercício de 2014.

LEI Nº 971 DE 05 DE JUNHO DE 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$200.000,00(duzentos mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	200.000,00
14.451.0008.2.058	Func. Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Serviço Municipal	200.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	100.000,00
(112) 3.3.90.00.00	Aplicações diretas	100.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	100.000,00
(113)4.4.90.00.00	Aplicações	100.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	200.000,00
TOTAL		200.000,00

ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	100.000,00
15.452.0008.1.023	Pavimentação de Ruas	100.000,00
4.4.00.00.00	Aplicações diretas	100.000,00
(100) 4.4.90.00.00	Outras despesas correntes	100.000,00
15.452.0008.1.025	Construção da Beira Mar	50.000,00
4.4.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
(104)4.4.90.00.00	Investimentos	50.000,00
15.452.0008.1.028	Construção de Pontes	50.000,00

4.4.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
(94) 4.4.90.00.00	Investimentos	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	200.000,00
TOTAL		200.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos 05 de junho de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação Pregão 40/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 040/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, COMISSIONADOS, CONTRATADOS, ESTAGIÁRIOS, INCLUSIVE AQUELES QUE VIEREM A SEREM ADMITIDOS FUTURAMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, COM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, MEDIANTE A ABERTURA DE CONTAS JUNTO A INSTITUIÇÃO VENCEDORA, COM A POSSIBILIDADE DE CRÉDITO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO, MEDIANTE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE NO BANCO VENCEDOR DO CERTAME, FICANDO FACULTADO A REALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CASO OFEREÇAM CONDIÇÕES MAIS FAVORÁVEIS DO QUE AS OFERTADAS PELA LICITANTE VENCEDORA.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/06/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 26/06/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 11 de Junho de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

Pregão Presencial 22/2014 Seixo

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 60/2014

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 22/2014-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE BASE DE SEIXO PARCIALMENTE BRITADA GRANULOMETRIA MÁXIMA 2", PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC. Data e Horário de Abertura: 26/06/2014, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 10 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato - FMS 23

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 23/2014
PROCESSO LICITATORIO Nº. 10/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A. - DPASCHOAL.
OBJETO: Aquisição de pneus para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 14.168,00
VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 10 de junho de 2014.
Vera Lurdes Segat,
Gestora do FMS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 771/2014

PORTARIA Nº 771/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARLENE URIO BORTOLI (Matr. 2807), a qual exerce a função de Assistente Social, Nível - 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2012 e 30 de junho de 2013, para serem gozadas a partir de 09 de junho de 2014 a 08 de julho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Notificação Recurso Administrativo Cc0012014

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 024/2014

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO EM CBUQ DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA

NOTIFICANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES do município de Herval d'Oeste, , com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 389 - Centro Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, por seu presidente Senhor MARCELO CRIPPA, inscrito no CPF sob nº. 008.337.419-18

NOTIFICADOS: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA e SETEP CONSTRUÇÕES S/A, pessoas jurídicas de direito privado, participantes do processo licitatório nº 064/2014, na pessoa do seu representante legal,

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Herval d'Oeste, através de seu representante já qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, em conformidade com o capítulo XIII, item 13.6 do edital que rege o processo licitatório nº 024/2014 Concorrência nº 0001/2014 vem : NOTIFICAR:

VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA e SETEP CONSTRUÇÕES S/A., nos termos que a seguir articula:

Tendo em vista que a empresa PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA., ingressou com recurso administrativo

contra a decisão da comissão de licitação, que inabilitou-a, na fase documental do processo licitatório acima epígrafado, NOTIFICAMOS Vossa Senhoria, para que querendo apresente as suas contra-razões, conforme preceitua o artigo 109 parágrafo 3º da Lei 8.666/93. No prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento desta e sua publicação no diário oficial dos municípios.

Herval d'Oeste, em 11 de junho de 2014.

MARCELO CRIPPA

Presidente da Comissão

As razões do recurso bem como seus anexos estão disposição dos interessados no site www.hervaldoeste.sc.gov.br >licitações > Concorrências Publicas.

Revogação Pregão Nº 012/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por Lote

OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos de informática e Equipamentos de copa e cozinha para a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas UPA.

DESPACHO

Diante da informação que foram constatadas de divergências nos descritivos dos itens licitados no processo em epígrafe, bem como a necessidade de adequação dos mesmos a proposta cadastrada junto ao Ministério da Saúde;

DECIDO:

REVOGO o processo licitatório nº 035/2014, e Determino ao setor de Licitações que proceda as devidas anotações pertinentes ao procedimento, e que a Secretaria Municipal de Saúde proceda a devida adequação dos descritivos com a máxima urgência, para a abertura de novo processo.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

Herval d'Oeste, 11 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

IPREVI/HO

Aviso de Abertura de Edital de Credenciamento Nº 02/2014 Perícias Médicas

AVISO DE ABERTURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 002/2014

O Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste - IPREVI-HO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, torna público que

encontra-se aberto Edital de Credenciamento para a Prestação de Serviços de Perícias Médicas para Servidores Municipais Efetivos.

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços de perícias médicas para servidores efetivos do Município de Herval d' Oeste, segurados do IPREVI-HO, para fins de concessão do benefício previdenciário de Auxílio-Doença e de Aposentadoria por Invalidez Permanente, e avaliação periódica de ex-Servidores Aposentados por Invalidez Permanente; a saber:

Fornecimento de Perícias Médicas, referente às seguintes especialidades:

1. Cardiologia
2. Clínica Geral
3. Dermatologia
4. Gastroenterologia
5. Ginecologia
6. Ginecologia/Obstetrícia
7. Hematologia
8. Medicina do Trabalho
9. Nefrologia
10. Neurologia
11. Oftalmologia
12. Oncologia
13. Ortopedia
14. Otorrinolaringologia
15. Pneumologia
16. Proctologia
17. Psiquiatria
18. Reumatologia
19. Urologia

INFORMAÇÕES: O edital na íntegra encontra-se disponível no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br/licitações.

ENTREGA DE DOCUMENTOS: Os documentos serão recebidos a partir do dia 12 de junho de 2014, no horário de expediente da Prefeitura, junto ao IPREVI-HO, na Rua Nereu Ramos, 389 - Centro - Herval d' Oeste (SC).
Aos Cuidados de: Jaqueline Razera e Lúcia Guaragni.

HORÁRIO: Das 12:30 horas às 18:30 horas, de segunda a sexta-feira.

TELEFONE N. (0__49) 3554 0922.

Herval d' Oeste (SC), 11 de junho de 2014.

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração do IPREVI-HO

GESTORA - IPREVI-HO

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2651/2014

DECRETO Nº 2651, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 2639 DE 30 DE ABRIL DE 2014.”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município; c/c. Lei Nº 547 de 23 de Abril de 2014:

DECRETA:

Art. 1º O Artigo 2º do Decreto Nº 2639 de 30 de Abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º - Estão dispensados da emissão da Nota Fiscal Eletrônica os Contribuintes classificados como:

Profissionais autônomos;

As sociedades de profissionais liberais na forma prevista em Lei;

As instituições financeiras estabelecidas no Município;

Os Cartórios e Tabelionatos devidamente inscritos e licenciados como prestadores de serviços no Município;

As empresas, os templos religiosos, os partidos políticos, as instituições filantrópicas e demais relacionadas no artigo 150, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, com reconhecida imunidade tributária pelo Município.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Artigo 2º do Decreto Nº 2639 de 30 de Abril de 2014.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 09 DE JUNHO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução da Mesa 001//2014

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 001, DE 09 DE JUNHO DE 2014

ESTABELECE EXPEDIENTE NA CÂMARA MUNICIPAL NAS DATAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES, Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a realização da Copa do Mundo de 2014, durante o mês de junho ;

Com amparo no artigo 65, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e artigo 47, inciso I do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Nos dias de realização de jogos do Brasil na Copa do Mundo de 2014, fica estabelecido expediente na Câmara Municipal de

Ibiam, conforme segue:

Dia 12 de junho de 2014, expediente das 13.00 às 16.30 horas;

Dia 17 de junho de 2014, expediente das 13.00 às 15.30 horas;

Dia 23 de junho de 2014, expediente das 13.00 às 16.30 horas;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Ibiam, 09 de junho de 2014 .

ADENIR ROMANATTO
Presidente

JOCIMAR TESCK DE OLIVEIRA
1º Vice-Presidente

EDECARLOS ZANIN
2º Vice-Presidente

JOARES TREVISOL
1º Secretário

ELIAS GREGORIO GIUSTI
2º Secretário

Registrada e publicada a presente resolução nesta secretaria no dia nove de junho de dois mil e quatorze

ELISA MARIA GHENO TREVISOL
SECRETARIA DA CAMARA

Ilhota**PREFEITURA****Decreto 15 2014**

Decreto 15/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PRESENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº4.320, de 17/03/64, e de conformidade com a arts. Lei Municipal nº 1765, de 23 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$15.000,00(Quinze mil reais), por conta da excesso de arrecadação, conforme abaixo demonstrado:

Órgão: 19 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade: 1 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Atividade: 2.018 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Elemento: ()4.4.90.00.00.00.00.01.0024 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como recursos para as atividades criadas no artigo 2º deste decreto, o resultado do excesso de arrecadação do exercício corrente conforme quadro anexo I:

I- Recurso referente ao convenio 2014003239 R\$ 15.000,00

Art. 3º	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
---------	--

Ilhota, 11 de Junho de 2014.

DANIEL C. BOSI

Prefeito Municipal

ANEXO I

Recurso proveniente do convenio nº2014003239 para Aquisição de Instrumentos Musicais e Equipamentos eletrônicos:

Nome da Fonte de Recursos	Valores apurados
Convenio	
Fonte: 24 - Convenio do Estado	
Arrecadação até 01/06/2014	0.00
Provável Arrecadação	20.000,00
Total	20.000,00
Previsão orçamentária para o exercício de 2014	0,00
= Total do provável excesso de arrecadação	20.000,00

DANIEL C. BOSI
Prefeito MunicipalJEAN CARLOS COELHO
Contador CRC 028.914**Imbituba****PREFEITURA****Errata de Publicação de Pregão Presencial 08/2014 (Seash)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê na "PROCESSO 87/2014 PREGÃO PRESENCIAL 55/2014" referente a publicação da abertura de Edital do Pregão Presencial, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 10 de junho de 2014, ler-se-á "PROCESSO 08/2014 PREGÃO PRESENCIAL 06/2014 (SEASH)". A data de abertura continuará no dia 23 de junho de 2014 às 08:00.

Imbituba, 11 de junho de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

Portaria PMI/DGP Nº 242/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 242, de 11 de junho de 2014.

Dispõe sobre pedido de exoneração de Conselheira Tutelar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 95 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 4.110, de 11 de setembro de 2012, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido do cargo de Conselheira Tutelar, a Sra. CLÁUDIA LIBANIA MEDEIROS COSTA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 888.233.509-72, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP Nº 001, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de junho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Maristela da Rosa Guimarães

Presidenta do CMDCA

Portaria PMI/DGP Nº 243/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 243, de 11 de junho de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 18 de fevereiro de 2010, através do Concurso Público Edital - 02/2009 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 077, de 16 de março de 2010, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rosane Laurentino	Professora III 20h	022.226.079-30	04/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 11 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública (Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 244/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 244, de 11 de junho de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Márcia Borges	Agente Comunitário de Saúde	038.394.739-18	28/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública (Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Resolução Comed Nº 001/2014

Resolução COMED nº 001/2014

Regulamenta a formação da Equipe Multiprofissional, para o atendimento na modalidade de Educação Especial, com segundo professor, nas Instituições da Rede Municipal de Ensino de Imbituba.

O Conselho Municipal de Educação - COMED, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, Decreto nº 7611/2011, na Portaria Ministerial nº 555, de 5 de Junho de 2007, Resolução 112 do CEE/SC e na Lei Municipal nº 1876/1998,

RESOLVE:

Art. 1º Regular a formação da Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de avaliar as solicitações de segundo professor, para atendimento na modalidade de Educação Especial.

Art. 2º Entende-se por Equipe Multiprofissional aquela composta por Pedagogo, Psicopedagogo, Psicólogo, Fonoaudiólogo e Supervisor de Educação Especial, que integram o quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º A Equipe Multiprofissional será constituída por profissionais que atuam nas áreas de Educação, de forma interdisciplinar, com atuação coletiva e/ou individual sempre que se fizer necessário, com os alunos, famílias e comunidade, como serviços complementares ao trabalho pedagógico, no sentido de cumprir os objetivos educacionais e favorecer o pleno desenvolvimento das potencialidades e aprendizagens dos educandos com deficiência, que frequentam as instituições da Rede Municipal de Ensino de Imbituba.

Art. 4º Caberá a todos os membros da Equipe Multiprofissional, juntamente com a equipe técnico pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, avaliar os processos e ou solicitações de segundo professor, para atendimento aos alunos com deficiência, devidamente matriculados na Rede Municipal de Ensino.

Art. 5º Entende-se como público alvo, para os serviços de segundo professor, alunos com as seguintes deficiências:

- Diagnóstico de deficiência múltipla que comprove dependência na vida prática;
- Diagnóstico de deficiência mental que apresente dependência em atividades de vida prática;
- Diagnóstico de deficiência associado a transtorno psiquiátrico;
- Diagnóstico que comprove sérios comprometimentos motores e dependência em atividades de vida prática;
- Diagnóstico de transtorno espectro autista com sintomatologia exacerbada;
- Diagnóstico de transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, tipo combinado, no qual ambos os sintomas manifestam-se com sintomatologia exacerbada.

Parágrafo Único - O deferimento das hipóteses contidas nas alíneas "e" e "f" depende de relatório pedagógico que comprovem a sintomatologia exacerbada e a funcionalidade do aluno.

Art. 6º Caberá a Instituição de Ensino, montar o processo - solicitando segundo professor - quando da matrícula de aluno portador de deficiência, e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, para análise e parecer da Equipe Multiprofissional.

Art. 7º Os processos de encaminhamento a Secretaria Municipal de Educação, são de responsabilidade da Direção da Instituição de Ensino e devem conter a seguinte documentação:

- Ofício da Instituição, datado e assinado pelo Diretor (a), com identificação da unidade escolar (código da U.E.) justificando a necessidades do educando de um segundo professor;
- Laudo médico com diagnóstico do educando, contendo data, assinatura e registro no Conselho Regional de Medicina, do profissional que assina o laudo. Nos casos de transtorno espectro autista - TEA,- e deficiência mental, deve conter, também, laudo

psicológico, que não poderá ser emitido pelo Psicólogo da Equipe Multiprofissional.

c) Relatório pedagógico atualizado das atividades educacionais desenvolvidas, elaborado pelo professor de classe comum e pelo professor da sala de AEE - Atendimento Educacional Especializado -, se o aluno estiver frequentando o serviço;

d) Relatório "Situação das Turmas na Unidade Escolar" indicando a série que o

educando irá frequentar, bem como a "Relação dos educandos" da turma;

e) Ficha (dados cadastrais do aluno) na qual deve estar identificada a deficiência ou conduta típica do aluno em conformidade com o laudo do diagnóstico;

f) Quando se tratar de processo referente ao educando cadeirante com deficiência intelectual associada, anexar a dimensão física da sala de aula.

Parágrafo Único - Os documentos que compõem o processo devem ser legíveis. O processo deve ser encaminhado à Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação, até o final do primeiro semestre do ano letivo, exceto os casos de transferência que deverão ser providenciados no prazo de 60 dias.

Art. 8º Os Gestores Escolares e a equipe de ensino da Instituição, devem se envolver ativamente no processo de enturmação de alunos que requeiram Atendimento em Classe - AC, sempre que possível, matricular os alunos com deficiência e/ou condutas típicas nas mesmas séries.

§1º- Turma com educando surdo cego deverá ter a exclusividade de um único segundo professor, para atendimento a este aluno.

§2º - Em caso de educandos com laudos aprovados, que apresentem a mesma deficiência e/ou condutas típicas, que frequentem o mesmo ano, deverão ser transferidos para a mesma sala cujo atendimento já seja prestado.

Art 9º Nos casos de pedido de segundo professor em que a Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação já emitiu parecer, independente de ser favorável ou desfavorável, obrigatoriamente, deverá ser anexada cópia do referido parecer ao processo;

Art. 10 A Secretaria Municipal de Educação, juntamente com o Conselho Municipal de Educação, expedirá, quando necessário, novas orientações referentes ao encaminhamento de processos.

Art. 11 Cabe ao Conselho Municipal de Educação a autorização para a formação da Equipe Multiprofissional, bem como a fiscalização e acompanhamento dos serviços de segundo professor, oferecido aos alunos portadores de deficiências, matriculados na Rede municipal de ensino de Imbituba.

Art. 12 Esta Resolução, entra em vigor, na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de Maio de 2014.

Ronaldo Augusto Pires
Presidente do COMED

Extrato: Semusa 2013/56 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2013/56 A01

Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: ACRÉSCIMO DE 48,1207(QUARENTA E OITO INTEIROS E UM MIL DUZENTOS E SETE E CENTÉSIMOS DE MIL), SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 104.766,74

Fundamento: Processo nº. 46/2013 Tomada de Preço 02/2013

Imbituba, 06 de junho de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato:demutran 2014/10 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato:DEMUTRAN 2014/10 A00

Contratada: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA

C.N.P.J: 79.883.435/0001-81

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA DELEGACIA DE POLICIA DA COMARCA DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 1.202,73 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 13/2014 Pregão 12/2014

Imbituba, 04 de junho de 2014.

Rafael Johann Giordani

Delegado de Polícia

Contratante

Livraria e Papelaria Figueiredo Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato:demutran 2014/09 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato:DEMUTRAN 2014/09 A00

Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA DELEGACIA DE POLICIA DA COMARCA DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 9.083,09 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 13/2014 Pregão 12/2014

Imbituba, 04 de junho de 2014.

Rafael Johann Giordani

Delegado de Polícia

Contratante

Comercial Preço Bom Z&C Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato: FUNREBOM 2014/13 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2014/13 A00

Contratada: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA

C.N.P.J: 70.788.485/0001-83

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS PARA LIMPEZA PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 6.974,49 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 06/2014 Pregão 05/2014

Imbituba, 04 de junho de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante Bombeiro Militar

Contratante

Nafi Comercio Atacadista Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato: FUNREBOM 2014/12 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2014/12 A00

Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS PARA LIMPEZA PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 21.140,13 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 06/2014 Pregão 05/2014

Imbituba, 04 de junho de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante Bombeiro Militar

Contratante

Luciane Constantino da Silva Me

Representante Legal

Contratada

Portaria PMI 007.2014

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 007, de 26 de maio de 2014.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de bem público e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 §5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando as informações no Processo nº 7994/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, constituído pelo Parque Municipal de Eventos, a Liga das Escolas de Samba de Imbituba - LESI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.838.990/0001-80, representada pelo Sr. Paulo Roberto Darci, Presidente, para a realização do evento 1º Imbituba Arraiá Festa, que acontecerá nos dias 06,07 e 08 de junho do corrente ano.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área

pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata esta Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para os dias 06 a 08/06/2014, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único. A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Concessão de Uso pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de maio de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública - Interino

Iomerê**PREFEITURA****Decreto 1534/2014**

DECRETO Nº. 1534 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 755/2013 de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.01 Gabinete do Prefeito

2017 Manutenção do Gabinete do Prefeito

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 10.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças

03.01 Secretaria de Administração e Finanças

2018 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 15.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.01 Gabinete do Prefeito

2017 Manutenção do Gabinete do Prefeito

31900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 10.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças

03.01 Secretaria de Administração e Finanças

2018 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças

31900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 09 de junho de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis**PREFEITURA****Extrato Processo Licitatorio 43/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 43/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 32/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 27 de junho de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando aquisição de mesas, cadeiras e demais moveis para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme proposta de trabalho, através de recursos de convenio e recursos próprios. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 11 de junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Processo 42/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 42/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 01 de julho de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para compras e serviços, com critério de adjudicação Menor Preço por lote de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O EXERCÍCIO DE 2014. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 11 de junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatório 37/2014 - Retificação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2014

RETIFICAÇÃO

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que o processo que seria realizado no dia 16 de junho de 2014, às 14:00 horas passará a ser realizado então no dia 03 de julho de 2014 às 14:00 horas, Processo Licitatório na

Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, PARA A MANUTENÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 11 de junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Processo 16/2014 - Retificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 16/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2014
RETIFICAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que o processo que seria realizado no dia 16 de junho de 2014, às 09:00 horas passará a ser realizado então no dia 03 de julho de 2014 às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado, para o Fundo Municipal de Saúde. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 11 de junho de 2014.
FRANCISCO ERALDO KONKOL
Responsável Interino pela Secretaria Municipal da Saúde

HOSPITAL BOM JESUS

Termo de Homologação E Adjudicação - Processo Licitatório N° 06/2014 - Pregão Presencial N° 04/2014.

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO N°. 06/2014
PREGÃO PRESENCIAL N°. 04/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: HOSPLIFE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA e JULIANA MARIA LEMOS - EPP.

Irineópolis, 06 de junho de 2014.
WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente HMBJ

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 04/2014.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 04/2014
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2014

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratado: Hosplife Comércio de Equipamentos Hospitalares Ltda.

Objeto: a aquisição de equipamentos hospitalares, sendo: 01 Bomba de Infusão, 01 Cardioversor e 01 Monitor Cardíaco.

Valor Total: R\$ 13.900,00 (Treze mil e novecentos reais).

Vigência: 10/06/2014 a 09/06/2015.

Base Legal: Processo Licitatório nº 06/2014- Pregão Presencial nº 04/2014.

Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

Irineópolis, 10 de junho de 2014.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS.
Presidente HMBJ

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 05/2014.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 05/2014
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratado: Juliana Maria Lemos - EPP.

Objeto: a aquisição de equipamentos hospitalares, sendo: 01 Bomba de Infusão, 01 Cardioversor e 01 Monitor Cardíaco.

Valor Total: R\$ 17.132,66 (Dezessete mil, cento e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos).

Vigência: 10/06/2014 a 09/06/2015.

Base Legal: Processo Licitatório nº 06/2014- Pregão Presencial nº 04/2014.

Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

Irineópolis, 10 de junho de 2014.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS.
Presidente HMBJ

Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 06/2014

Aos 30 de maio de 2014 às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Irineópolis, reuniram-se os membros da comissão de Licitação, designada pela Resolução nº 013/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 06/2014, Pregão Presencial nº 04/2014, Registro de Preços, do Hospital Municipal Bom Jesus.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos do edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando os vencedores, conforme segue abaixo:

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2014, Pregão Presencial nº 04/2014 do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, a Sra. Silvana Rodrigues das Silva - Pregoeira, Cristiane Kruger, Maria Laura Binder Lima, Solange Lech- Equipe de Apoio, designados pela Resolução nº 013/2013, e os Srs. Flavio Rogério Ribas da empresa Hosplife Comércio de Equipamentos Ltda e Samir Vitor Marcolin representante da empresa Juliana Maria Lemos - EPP.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poder para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

O Extrato de presente certame foi publicado, conforme o artigo 21, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, no Diário Oficial da União, na edição do dia 29/04/2014, no Mural Público a partir do dia 28/04/2014, no DOM/SC, no dia 28/04/2014, no DOE/SC no dia 28/04/2014, no Jornal Diário do Planalto dia 28/04/2014, no Jornal A Notícia no dia 28/04/2014 e no site Oficial do município no dia 29/04/2014; para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas que se apresentaram para o certame: Hosplife Comércio de Equipamentos Ltda e Juliana Maria Lemos - EPP, e foi constatado que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo as mesmas consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recursos, quanto ao julgamento das propostas e ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

As presentes Atas de Registro de Preços tem validade para 12 (doze) meses, conforme Edital, seguindo abaixo as relações das empresa com seus respectivos itens:

Hosplife Comércio de Equipamentos Hospitalares Ltda

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	01	Unidade	<p>CARDIOVERSOR:</p> <p>Cardioversor com tecnologia Bifásica Exponencial Truncada; Portátil, transportável e microprocessado. Possuir tela colorida em cristal líquido (LCD) de alta resolução de no mínimo 5,5 polegadas, para a monitorização cardíaca dos sinais vitais. Possui suporte para fixar as pás e a alça para transporte (parte integrante do gabinete), para que possa ser manuseado isoladamente independente da bolsa de alojamento. Características Técnicas; Desfibrilação de 01 a 200 joules (bifásico) no mínimo. Funcionamento de forma simplificada (SISTEMA "1-2-3"). Indicação das fases: Carregando, Pronto, Descarregando, Desarmando. Configuração automática para disparos em 150, 200 e 200 joules adaptáveis a qualquer paciente, inclusive com sistema de segurança inteligente que limita a carga para uso interno e infantil. Monitoração da impedância torácica do paciente, ajustando o tempo de duração e o nível de corrente elétrica do choque, aumentando a eficácia na desfibrilação e reduzindo o risco de danos causados ao coração. Tempo de carga até 200 joules, menor que 07 segundos, sistema de comutação eletrônica de alta velocidade para entrega da energia bifásica. Descarga interna automática entre 30 segundos e 40 segundos se não houver disparo, por tecla no painel, ou, do desligamento do equipamento. Cronômetro (contador de segundos). Utilização de eletrodos reutilizáveis (pás permanentes adulto/ infantil conjugadas - corpo único). Auto diagnóstico após ser ligado. A descarga requer ativação simultânea de dois controles, sendo um em cada pá, desta forma minimizando o risco de choques acidentais. Idioma: Português. ECG com beep. Possibilidade de desfibrilação em modo sincronizado (cardioversão) e não sincronizado. Em caso de presença do complexo QRS sincroniza o disparo (modo sincronizado). Software para cálculos de drogas. Características do ECG: Seleção das derivações; DI, DII, DIII, AVR, AVL, AVF E V. Captação do sinal ECG pelos eletrodos transtorácicos reutilizáveis e pelo cabo paciente. Visualização na tela dos seguintes dados: traçado do ECG, derivações, frequência cardíaca, indicador do beep, status da bateria, alarmes, pulso de marca passo, energia selecionada e entregue. Proteção contra desfibrilação ou cardioversão. Filtro rejeita faixa de 35 Hz e 60 Hz, passa baixa 120 Hz e passa alta, 05 Hz. Detector de QRS. Rejeita marca passo. Beep sincronizado com QRS. Frequência cardíaca de 10 a 300 BPM. Alarme de eletrodo solto, bradicardia e taquicardia com ajuste digital. Deve acompanhar manual de operação em português. Possuir garantia de no mínimo 12 meses da data da instalação. Deve apresentar certificado de Registro de produtos emitido pela ANVISA.</p>	Cmos Drake	R\$ 13.900,00	R\$ 13.900,00

VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 13.900,00 (Treze Mil e Novecentos Reais).

Empresa: Juliana Maria Lemos - EPP

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Unidade	<p>BOMBA DE INFUSÃO:</p> <p>Projetada para uso em infusão de soluções por via enteral ou parenteral, com controle eletrônico programável. Deve utilizar equipos comuns "padrão" de micro e macro gotas, tubo de PVC de 3,6 a 4,2 mm. Sistema de propulsão peristáltico linear. Desvio máximo da vazão com equipo padrão +ou- 5% da vazão programada. No mínimo dois tipos de programação de infusão: ml/h x volume limite, tempo x volume limite. Vazão de 0,1 a 999,9 ml/h e controle de volume a infundir de 0,1 a 999,9 ml/h. Deve possuir no mínimo as seguintes funções: titulação durante infusão, balanço hídrico, zerar volume, ajuste de KVO, ajuste de bolus, ajuste de oclusão, ajuste do volume do alarme e memória da última infusão. Deve possuir display com apresentação constante da vazão, volume limite (programado), volume infundido, tempo total e tempo restante da infusão. Deve possuir detector de ar ultra-sônico e sensor de pressão regulável de 20 a 120 kPa no mínimo. Pré-alarmes: fim da bateria e fim da infusão. Alarmes visuais e sonoros: vazão livre, funcionamento em KVO, oclusão, ar-na-linha ou bolhas de ar, porta aberta, frasco vazio, infusão completa, bateria baixa, erro de programação e espera. Alimentação 110 a 230 volts, 50 / 60 Hz. Bateria recarregável de níquel-metal hidreto de longa vida com 5 horas de duração no mínimo, leve e fácil de carregar (2,3 kg) no máximo. Proteção contra choques elétricos: equipamento de classe I e parte aplicada de tipo CF. deve acompanhar cabo de força, haste para suporte de soro/ medicação, manual de operação em português e laudo de calibração. A primeira calibração do equipamento deverá ser gratuita para o equipo que já existir na unidade. Deve possuir garantia de no mínimo 12 meses, a contar da data da instalação, apresentar certificado de Registro de produtos emitido pela ANVISA e Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA</p>	Samtronics	R\$ 6.066,66	R\$ 6.066,66

03	01	Unidade	<p>MONITOR MULTIPARAMÉTRICO:</p> <p>Para uso externo ou interno e aplicável inclusive em procedimentos de alta complexidade; Tipos de paciente: Adulto, Pediátrico e Neonatal; Segurança: conforme as exigências da norma NBR-IEC 60601-1:997/NBR IEC 60601-1-2:2006, NBR IEC 60601-1-4:2004, de acordo com as RDC 32/2007; Parâmetros: ECG 3/7 Derivações, Respiração, SPO2, FP, Temperatura (2 canais) , PNI.</p> <p>Características: Tela TFT LCD colorida de 15 polegadas no mínimo - resolução 1024 x 768; Touch Screen; Peso máximo de 08 kg; Possibilidade de até 13 formas de ondas simultâneas; Interface selecionável; Tabela de cálculo de drogas. Indicadores: alarme, alimentação, bateria, bip de QRS, BIVOLT e alarme sonoro; Conexão à Central de Monitoramento; Revisão de tendências 120 horas ou superior; Trava de segurança para conexão do cabo de alimentação; Bateria de lítio recarregável, com duração de no mínimo 120 minutos; comunicação bidirecional com central de monitoramento; Proteção e sincronização com desfibrilador.</p> <p>Interface: Porta USB; Saída VGA; Conexão RS232; Conexão de rede padrão; Saída de sinal analógico; Saída de sinal de chamada de enfermeira; Terminal de aterramento equipotencial.</p> <p>ECG: 5 vias R, L, N, F, C (IEC) ou RA, LA, RL, LL, V (AHA); Forma de onda de ECG: Apresentação das 7 formas de onda das derivações; Seleção de ganho: x 0,125 (1,25 mm/mv); x 0,25 (2,5 mm/mv); x 0,5 (5mm/mv); x 1 (10 mm/mv); x 2 (20 mm/mv); Auto; Velocidade de Varredura: 12,5 mm/s, 25 mm/vs e 50 mm/s; Saída Analógica de ECG; Faixa de Frequência Cardíaca: 15 a 350 bpm ou superior; Precisão: 1 bpm ou 1% (o que for maior). Resolução: 1 bpm; Proteção para Eletrocirurgia; Modo de incisão: 300 w; Tempo de restauração: menor que 10 segundos; Detecção de Pulso de Marca Passo; Modos de operação: diagnóstico, monitor e cirurgia. Segmento ST, Escala do Sinal 1 mV+ ou - 5%; Detecção do segmento ST, valor de ST: 2,0 mV ~+ 2,0 mV, precisão: Máxima de + ou - 0,02 mV ou 10 %, Resolução: 0,01 mV; Análise de Arritmia.</p> <p>Respiração: Método: Impedância Torácica (medição através das derivações: RA-LL, RA-LA. Faixade medida da Frequência Respiratória e de alarme: 06 a 150 rpm ou superior; Resolução; 1 rpm; Exatidão ou Precisão: + ou -2 rpm; Seleção de ganho: x 0,25, x0,5 x1, x2, x3, x4, x5.</p> <p>SPO2: Faixa de medida: 0 a 100 %; Resolução: 1%; Exatidão: 0 a 69 sem especificação; 70 a 100 % + ou - 2% (Adulto e Pediátrico), + ou - 3% (Neonato). Faixa de alarme: 0 a 100 %. Faixa de Frequência de Pulso: 30 a 254 bpm. Resolução: 1 bpm. Exatidão: + ou - 2 bpm.</p> <p>Temperatura: (Superficial e Intracavitária); Canal: 2 canais; Faixa de medida: 0 a 50°C. Resolução: 0,1 °C (sem incluir o sensor); Tempo de atualização: a cada 1 s ~2 s.</p> <p>Pressão Não Invasiva (PNI): Método: Oscilométrico; Modos de Operação: Manual, Automático, Contínuo; Automático: Intervalo de Medição: 1/2/3/4/5/10/15/30/60/90/120/240/480 Min; Contínuo: 5 min, Intervalo de 5 s; Tipos de medida: Pressão Arterial Sistólica, Pressão Arterial Diastólica; Pressão Arterial Média; Faixa de alarme; 10 a 270 mmHg; Resolução: 1 mmHg; Faixa de medição da pressão no manguito: 0 a 290 mmHg; Exatidão: Erro de Média e Desvio Padrão pela ANSI/AAMI SP10; proteção contra sobrepresão: 297 +ou-3 mmHg; Faixa de Frequência de Pulso: Faixa: 40 a 240 bpm; Resolução: 1 bpm; Exatidão ou precisão: + ou - 3 ou 3,5 %.</p> <p>Acessórios Básicos: 01 (Um) Cabo ECG 5 vias, reutilizável, 3,5 m; 01 (Um) Sensor de Temperatura de Pele Adulto; 01 (Um) Sensor SPO2 adulto reutilizável, 2,5 m; 01 Cabo SPO2 Infantil reutilizável, 01 Cabo SPO2 Neonatal reutilizável, 01 (Um) Abraçadeira reutilizável Adulto 25 cm - 35 cm;01 Braçadeira PNI Infantil; 01 (Um) Tubo PNI, 3 m; 01 (Um) Cabo de Alimentação; 01 (Um) Cabo Terra; 01 (Um) Eletrodo Adesivo Descartável Adulto 30 peças; 01 (Uma) Bateria Recarregável Lithium-ion; 01 (Um) Manual do Usuário. Deve oferecer garantia mínima de 12 meses a contara da data de instalação. Apresentar certificado de Registro de Produtos emitido pela ANVISA e Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA.</p>	Vita 600	R\$ 11.066,66	R\$ 11.066,66
----	----	---------	--	----------	------------------	------------------

VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 17.132,66(Dezessete mil, cento e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos).

Itá**PREFEITURA****Aviso de Processo Licitatório Nº 034/2014, Inexigibilidade 004/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 004/2014, para locação de área de terra para exploração mineral através do processo de Lavra a Céu. Fundamento legal: Art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93, em prol de Sibyla Burnier, CPF 898.331.559-87, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Itá - SC, 11 de junho de 2014.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Itapiranga**PREFEITURA****Decreto Nº 97, de 9 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 97, DE 9 DE JUNHO DE 2014.
Constitui servidão administrativa e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no artigo 167, inciso I, item 6, da Lei n. 6.015/73; e

CONSIDERANDO que para instalação de tubulação de despejo da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) do Loteamento de Interesse Social Morada Feliz, situado na Linha Santa Fé, município de Itapiranga - SC, o Poder Público Municipal necessitará de acesso;

CONSIDERANDO que a obra pública em questão é feita em caráter permanente, podendo, no decorrer dos anos, deixar de ser viável ou ter seu destino modificado em virtude de eventos incertos de intempéries, o que não aconselha a desapropriação do imóvel em questão, mesmo porque, a obra pública é compatível com a manutenção da propriedade ao particular, necessitando apenas onerar-se esta propriedade com um uso público cujo ônus é plenamente justificável pelo interesse público maior envolvido, em atendimento a toda coletividade;

CONSIDERANDO que se faz presente elevado interesse público da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), que beneficiará a população do Loteamento de Interesse Social Morada Feliz, situado na Linha Santa Fé, município de Itapiranga - SC;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída servidão administrativa, na forma de cessão de uso permanente com ônus real de uso, imposto sobre as propriedades a seguir identificadas, com a finalidade de instalação da tubulação de despejo da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), do Loteamento de Interesse Social Morada Feliz, na Linha Santa Fé, município de Itapiranga SC, incidente sobre as seguintes propriedades:

I - imóvel de HILÁRIO KOBER, inscrito no CPF sob nº 812.007.659-15, e sua esposa SANDRA INÊS DIETRICH, CPF nº 918.370.819-72, em condomínio com DARIO KOBER, CPF nº 726.125.099-68 e sua esposa ROSANE TEIXEIRA TABORDA KOBER, CPF nº 022.019.489-49, metade do lote rural nº 12 da Linha Cotovelo, situado no município de Itapiranga, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Itapiranga-SC, sob o nº 1.905: a área de Servidão Permanente de Passagem de Tubulação e Servidão De Acesso de 913,85m², com as seguintes confrontações: ao NORTE: com parte do mesmo lote rural nº 12, da Linha Cotovelo de Hilário Kober, e Dário Kober, M- 1.905; na extensão de 192,64m; ao SUL: com parte do mesmo lote rural nº 12, da Linha Cotovelo de Hilário Kober, e Dário Kober, M- 1.905; na extensão de 193,94m; ao LESTE: com parte do mesmo lote rural nº 12, da Linha Cotovelo de Roque Staub, M- 6.625; na extensão de 4,00m; ao NORDESTE: com parte do mesmo lote rural nº 12, da Linha Cotovelo de Hilário Kober, e Dário Kober, M- 1.905; na extensão de 29,62m; ao SU-DOESTE: com parte do mesmo lote rural nº 12, da Linha Cotovelo de Hilário Kober, e Dário Kober, M- 1.905; na extensão de 32,41m; ao NOROESTE: com uma sanga, que separa de parte do mesmo lote rural nº 12, da Linha Cotovelo de Hilário Kober, e Dário Kober, M- 1.905; na extensão de 4,00m.

II - imóvel de ROQUE STAUB, inscrito no CPF sob nº 401.029.129-04,

e sua esposa CÉLIA LÚCIA KOBER, CPF nº 019.085.839-75, de parte do lote rural nº 12, da Linha Cotovelo, com a área de 92.660,62m², Município e Comarca de Itapiranga, M- 6.625 e com a área de Servidão De Acesso de 278,48m², com as seguintes confrontações: ao NOROESTE: com parte do mesmo lote rural nº 12, da Linha Cotovelo de Roque Staub, M- 6.625; na extensão de 20,90m; ao SULDESTE: com o travessão da Linha Santa Fé, que a separa da Rua Sabiá do Loteamento Popular Morada Feliz; na extensão de 22,83m; ao NORDESTE: por duas linhas, ambas com parte do mesmo lote rural nº 12, da Linha Cotovelo de Roque Staub, M- 6.625; uma na extensão de 4,00m, e outra na extensão de 46,74m; ao OESTE: com parte do mesmo lote rural nº 12, da Linha Cotovelo de Hilário Kober, e Dário Kober, M- 1.905; na extensão de 4,00m; ao SUDOESTE: com parte do mesmo lote rural nº 12, da Linha Cotovelo de Roque Staub, M- 6.625; na extensão de 47,36m

Art. 2º A servidão ora constituída assegura ao Município:

I - o direito de passagem da tubulação necessária à Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), do Loteamento de Interesse Social Morada Feliz na extensão definida no Memorial Descritivo anexo, para abertura de valas e colocação de tubos que servirão para Servidão Permanente de Passagem de Tubulação e Servidão De Acesso necessária instalação de tubulação de rede coletora de esgoto, podendo nessa área o proprietário fazer uso, exceto para qualquer tipo de edificação ou outra atividade, que possa danificar a tubulação existente, conforme mapa físico do projeto (anexo);

II - o uso das áreas de terras definidas no artigo 1º deste Decreto para Servidão Permanente de Acesso, utilizando o Município, como acesso, a estrada existentes na referida propriedade.

§1º Essa respectiva área de servidão será em favor do Município de Itapiranga, para instalação de tubulação de rede coletora de esgoto, podendo nessa área os proprietários fazer uso, exceto para qualquer tipo de edificação ou outra atividade, que possa danificar a tubulação existente.

§2º A servidão administrativa ora constituída e declarada está demonstrada no mapa anexo, o qual integra este Decreto para todos os fins e efeitos.

Art. 3º Em virtude da constituição da presente servidão administrativa, ficam declaradas de utilidade pública a parte ideal dos imóveis identificados neste Decreto.

Art. 4º A servidão administrativa de que trata este Decreto será registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 5º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 86, de 26 de maio de 2014.

Itapiranga - SC, 9 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 98, de 9 de Junho de 2014

DECRETO Nº 98, DE 9 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2014, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", conforme proposta CIMEC do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Termo de Compromisso PAC 208870/2014, para construção de quadra de esportes, na fonte de recurso 117 0 Outras Transferências de Capital - União, no valor de R\$ 508.971,20 (quinhentos e oito mil novecentos e setenta e um reais e vinte centavos) :

06.03 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Outras Fontes
27.812.0073.1013 - Construção e Reforma de Ginásios de Esportes
44.90.00.00.00.00.00.0117 - Aplicações Diretas R\$ 508.971,20

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, de 9 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 99, de 9 de Junho de 2014

DECRETO Nº 99, DE 9 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2.702, de 15 de julho de 2011 c/c o § 3º do art. 34 do Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os membros titulares e suplentes do Poder Executivo e da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico, para o mandato de dois anos:

EFETIVOS

SUPLENTES

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

a) Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Saneamento

Maciel Welter

Mauro José Delavy

Dinorvan Zuffo Perin

Régis Kuermer Bittencourt

b) Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

Osmar Paulo Mueller

Daniela Paula Foletto

c) Secretaria Municipal de Saúde - Setor de Vigilância Sanitária

Luisandro Marcos Lermen Luciani Haas
d) Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
Eusébio Anuar Tavares Filho Domicílio José Stefanello

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representante da área do Ensino Básico ou Superior
André Luis de Debarba Givanildo Martins de Quadros
b) Representante da Indústria, Comércio e Prestadores de Serviços

Giovani Jose Teixeira Celiomar Crestani
c) Representante de usuários/consumidores de serviços de saneamento básico

Delmar Claudio Gaike Volnei Rohden
d) Representante da classe das entidades de defesa do meio ambiente (entidades técnicas, organização da sociedade civil e defesa do consumidor)

Lazie Manoel de Col José Noivo Carvalho

Representante dos engenheiros/arquitetos
Michael Mallmann Deivis Colli

Art. 2º O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento será eleito entre os membros efetivos deste Conselho.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal de Saneamento prestarão serviços de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem se caracterizando vínculo empregatício.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 9 de junho de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado em data supra.

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 2213/2014 - Concede Gratificação Especial A Profissional de Saúde do Programa Saúde da Família.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2213/2014

Data: 06 de junho de 2014.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e 527/2014, de 28 de maio de 2014, e considerando CI nº 0213/2014, de 04 de junho de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família - PSF, no percentual de 50,00% (cinquenta por cento), à servidora Elis Regiane B. da Silva por atuação como Auxiliar de Enfermagem, na UBS - Barra do Saí.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 1539/2012.

Itapoá (SC), 06 de junho de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2214/2014 - Concede Gratificação Especial A Profissional de Saúde do Programa Saúde da Família.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2214/2014

Data: 06 de junho de 2014.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e 527/2014, de 28 de maio de 2014, e considerando CI nº 0213/2014, de 04 de junho de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família - PSF, no percentual de 50,00% (cinquenta por cento), à servidora Giovane T. da Silva, por atuação como Auxiliar de Enfermagem, na UBS - Itapoá.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 356/2007.

Itapoá (SC), 06 de junho de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2217/2014 - Concede Gratificação Especial A Profissional de Saúde do Programa Saúde da Família.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2217/2014

Data: 06 de junho de 2014.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e 527/2014, de 28 de maio de 2014, e considerando CI nº 0213/2014, de 04 de junho de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família - PSF, no percentual de 50,00% (cinquenta por cento), à servidora Maria Aparecida de S. Silva, por atuação como Auxiliar de Enfermagem, na UBS - Itapema do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 504/2004.

Itapoá (SC), 06 de junho de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 31/2014

TERMO ADITIVO N.º 31/2014 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 16/2014. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF: 248.711.419-34, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede à Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.201-095, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41, e Inscrição Estadual: 251.310.469, representada neste ato pelo Diretor Comercial, o Sr. RONALDO BEKENDORF, portador do CNPF/MF nº 751.256.849-53, e do CI.RG nº 2.768.759-7 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar a Contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, roçador, cozinheiro e agente operacional, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2013 - PROCESSO Nº 99/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Altera cláusula segunda "do preço", aditando o respectivo contrato em um percentual de 1,13%, totalizando o valor de R\$ 25.826,22 (vinte e cinco mil oitocentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação os postos de trabalho relacionados abaixo:

Item	Descrição	Quantidades			Ficha	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total (Período)
		Postos	Postos por Secretaria	Mês				
2	Auxiliar de Serviços Gerais 8h 2ª a 6ª	1	Assistência Social - Abrigo Provisório	9	12	R\$ 2.869,58	R\$ 2.869,58	R\$ 25.826,22
Valor Total							R\$ 2.869,58	R\$ 25.826,22

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 16/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 16/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 11 de junho de 2014.

CONTRATANTE
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

CONTRATADA
ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
RONALDO BEKENDORF

MARIA IZABEL BLANSKI
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome:

CPF/MF:

Errata - Dispensa Nº 05/2014

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA A CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2014- DISPENSA Nº 05/2014- PROCESSO Nº41/2014

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 29 de abril de 2014. HORÁRIO: 09h:00min (abertura)

OBJETO: CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

O Município de Itapoá torna público que da licitação em epígrafe:

AONDE LÊ-SE

DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural
9	Pão de batata, contendo em média 500g. Embalados em plástico transparente próprio para alimentos. Deverá indicar data de fabricação e validade na embalagem.	un.	100	R\$ 9,30	R\$ 930,00	VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO

DO DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE ADJUDICAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO E DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO de credenciamento:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural
9	Pão de batata, contendo em média 500g. Embalados em plástico transparente próprio para alimentos. Deverá indicar data de fabricação e validade na embalagem.	un.	100	R\$ 9,30	R\$ 930,00	VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO

DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 35/2014:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural
9	Pão de batata, contendo em média 500g. Embalados em plástico transparente próprio para alimentos. Deverá indicar data de fabricação e validade na embalagem.	un.	100	R\$ 9,30	R\$ 930,00	VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO

PASSA A VIGORAR DA SEGUINTE FORMA:

DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural
9	Pão de batata, contendo em média 500g. Embalados em plástico transparente próprio para alimentos. Deverá indicar data de fabricação e validade na embalagem.	un.	100	R\$ 8,50	R\$ 850,00	VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO

DO DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE ADJUDICAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO E DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO de credenciamento:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural
9	Pão de batata, contendo em média 500g. Embalados em plástico transparente próprio para alimentos. Deverá indicar data de fabricação e validade na embalagem.	un.	100	R\$ 8,50	R\$ 850,00	VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO

DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 35/2014:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural
9	Pão de batata, contendo em média 500g. Embalados em plástico transparente próprio para alimentos. Deverá indicar data de fabricação e validade na embalagem.	un.	100	R\$ 8,50	R\$ 850,00	VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO

Justificam-se os termos dessa errata como erro material, ficando ratificadas as demais informações contidas na referida ata.

Itapoá, 11 de junho de 2014.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Errata ao Pregão N° 35/2014

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA N° 35/2014.

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 13 de junho de 2014. HORÁRIO: 11h: 00m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Pregão.

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) máquina de demarcação viária horizontal (pintura a frio), conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário, faz as seguintes considerações ao edital:

1.) Inclui a minuta do edital no ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA DE PREÇOS item 1:

- "35 gabaritos em chapa galvanizada com altura de 1,60m para formar as seguintes legendas: emergência - Pare- Cadeirante- Idoso- Moto- Taxi- Carga- Descarga- Área Escolar- KM- H- 4-0-6"

Conforme o Art. 21 § 4º da Lei nº 8.666/93, onde consta a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES altera-se para dia 27 de JUNHO DE 2014, às 10h: 30min (entrega envelopes) e a s 11h: 00min (abertura).

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 11 de junho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

Jacinto Machado

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 105/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA
Valor Global: R\$ 31.817,65 (trinta e um mil oitocentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos).
Vigência: Início: 30/04/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 035/2014/PMJM
Dotação: 1.039.4490.00 - 80 - 67/2014 - PAV. RECUPERAÇÃO DE VIAS, RODOVIAS, LOGRADOUROS E
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA EM CONCRETO NA ESTRADA GERAL, ENGENHO VELHO, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Projeto, Memorial Descritivo, Orçamento e Cronograma Global.

Jacinto Machado - SC, 30 de Abril de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 106/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): CLEUSA CASAGRANDE PATEL ME
Valor Global: R\$ 76.200,00 (setenta e seis mil e duzentos reais).
Vigência: Início: 15/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 040/2014/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI
Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E PONTES PENSIL NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado - SC, 15 de Maio de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 107/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): COMERCIALEINDUSTRIAL ALEXANDRO LTDA ME
Valor Global: R\$ 74.405,00 (setenta e quatro mil quatrocentos e cinco reais).
Vigência: Início: 15/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 039/2014/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRITA PARA SER UTILIZADA PELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado - SC, 15 de Maio de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 108/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): PUBLICABR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
Valor Global: R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil e reais).
Vigência: Início: 22/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº 002/2014/PMJM
Dotação: 3.3.90.39.05.00.00.00 (13).
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA JUNTO AO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, nos moldes e exigências estabelecidas no Projeto Básico (Anexo II), conforme Edital.

Jacinto Machado - SC, 22 de Maio de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 109/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
Valor Global: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).
Vigência: Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 041/2014/PMJM
Dotação: 2.005.3390.00 - 80 - 13/2014 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO PERTINENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM GESTÃO PATRIMONIAL NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado - SC, 26 de Maio de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 111/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO ME
Valor Global: R\$ 29.821,06 (vinte e nove mil oitocentos e vinte e um reais e seis centavos).
Vigência: Início: 03/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014/PMJM

Dotação: 2.008.3390.00 - 104 - 37/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.011.3390.00 - 80 - 42/2014 - MERENDA ESCOLAR 2.008.3390.00 - 695 - 38/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 695 - 46/2014 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.011.3390.00 - 102 - 43/2014 - MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS PELAS CRECHES, PRÉ-ESCOLARES E ESCOLAS MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado - SC, 3 de Junho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 112/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): M.D.A. ARMARINHOS LTDA ME
Valor Global: R\$ 2.818,70 (dois mil oitocentos e dezoito reais e setenta centavos).

Vigência: Início: 03/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014/PMJM

Dotação: 2.008.3390.00 - 104 - 37/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.011.3390.00 - 80 - 42/2014 - MERENDA ESCOLAR 2.008.3390.00 - 695 - 38/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 695 - 46/2014 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.011.3390.00 - 102 - 43/2014 - MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS PELAS CRECHES, PRÉ-ESCOLARES E ESCOLAS MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado - SC, 3 de Junho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 113/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP

Valor Global: R\$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais).

Vigência: Início: 03/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014/PMJM

Dotação: 2.008.3390.00 - 104 - 37/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.011.3390.00 - 80 - 42/2014 - MERENDA ESCOLAR 2.008.3390.00 - 695 - 38/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 695 - 46/2014 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.011.3390.00 - 102 - 43/2014 - MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS PELAS CRECHES, PRÉ-ESCOLARES E ESCOLAS MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado - SC, 3 de Junho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 114/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
Valor Global: R\$ 268.480,35 (duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos).

Vigência: Início: 04/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 003/2014/PMJM

Dotação: 1.039.4490.00 - 80 - 67/2014 - PAV. RECUPERAÇÃO DE VIAS, RODOVIAS, LOGRADOUROS E 1.039.4490.00 - 94 - 69/2014 - PAV. RECUPERAÇÃO DE VIAS, RODOVIAS, LOGRADOUROS E
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA EM CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIO PÚBLICO E CICLOVIA NA RUA ISOLINO PIZZOLOTTO, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Memorial Descritivo, Projetos, Orçamento e Cronograma Global anexados ao Edital.

Jacinto Machado - SC, 4 de Junho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 042/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): EMERSON QUIRINO FERNANDES & CIA LTDA - ME
Valor: R\$ 60.238,53 (sessenta mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e três centavos).

Vigência: Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 005/2014 - CV
Dotação: 2.020.4490.00 - 80 - 11/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E IMPLANTAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, NA AVENIDA PADRE HERVAL FONTANELLA, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado - SC, 9 de Maio de 2014.
ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

Extrato do Contrato Nº 043/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES ME
Valor: R\$ 18.390,00 (dezoito mil trezentos e noventa reais).

Vigência: Início: 16/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014 - PR

Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: AQUISIÇÃO DE FITAS COM ÁREA DE REAGENTE PARA VERIFICAÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR PARA SEREM DISTRIBUÍDAS

PELA FARMÁCIA PÚBLICA DE JACINTO MACHADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado - SC, 16 de Maio de 2014.
ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

Termo Aditivo 01 ao Contrato 002/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 002/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): POSTO GÁVEA LIMITADA

Valor Aditado: R\$ 62.200,00 (sessenta e dois mil e duzentos reais).

Vigência: Início: 28/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013 - PR

Objeto: FICA REAJUSTADO O VALOR UNITÁRIO DO ITEM 01 DO PRESENTE CONTRATO PARA R\$ 3,110 (TRÊS REAIS E ONZE CENTAVOS).

Jacinto Machado - SC, 28 de Março de 2014.
Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TP-003/2014-Termo de Homologação de Processo Licitatório

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO CNPJ: 82.960.758/0001-36 Rua Pool Jorge Zacca, nº 75 C.E.P.: 88950-000 - Jacinto Machado - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2014 - TP Processo Administrativo: 68/2014 Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 16/05/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Antonio João de Fáveri, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 70/2014
b) Licitação Nr.: 3/2014-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 04/06/2014
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA EM CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIO PÚBLICO E CICLOVIA NA RUA ISOLINO PIZZOLOTTO, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Memorial Descritivo, Projetos, Orçamento e Cronograma Global anexados ao Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (7735)

1 EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA EM CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIO PÚBLICO E CICLOVIA NA RUA ISOLINO PIZZOLOTTO, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Memorial Descritivo, Projetos, Orçamento e Cronograma Global anexados ao Edital.	OBRA	1,00	0,0000	268.480,35	268.480,35
---	------	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 268.480,35

Total Geral: 268.480,35

Jacinto Machado, 4 de Junho de 2014.

Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

[Print to PDF](#) without this message by purchasing novaPDF (<http://www.novapdf.com/>)

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato Homologação CC 2/2014/PMJ - PL 35/2014/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35/2014/PMJ
CONCORRÊNCIA Nº 2/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 35/2014/PMJ.
- Modalidade: CC nº 2/2014/PMJ.

Objeto: Contratação de Empresa para a Construção de Edifício do Centro de Inovação, no Município de Joaçaba, SC, a ser regida pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, e demais normas legais federais e estaduais pertinentes, além das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Empresas Vencedora:

SOLO ENGENHARIA LTDA - CNPJ.: 08.743.714/0001-00

Valor total contratado: 5.113.470,36 (cinco milhões, cento e treze mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e seis centavos).

Valor material: R\$ 4.001.294,03 (quatro milhões, um mil, duzentos e noventa quatro reais e três centavos).

Valor mão-de-obra: R\$ 1.112.176,33. (um milhão, cento e doze mil, cento e setenta e seis reais e trinta e três centavos).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 10 de junho de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

Decreto Nº 4.595 de 11 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.595 DE 11 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 222.100,60 (duzentos e vinte e dois mil, cem reais e sessenta centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.014 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS - CEM
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.057.0

Valor: R\$ 214.966,19

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.075 BLAFB - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.067.0

Valor: R\$ 905,04

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.167.0

Valor: R\$ 6.229,37

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 11 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Homologação PL 41/2014

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2014/PMJ
CONCORRÊNCIA Nº 04/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 041/2014/PMJ,

- Modalidade: CC 04/2014/PMJ.

Objeto: a permissão de uso das salas comerciais do prédio do Novo Terminal Rodoviário Municipal localizado às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

Vencedor: PARA O ITEM 01

JOÃO FELIPE OLIVEIRA DOS SANTOS

Valor Total: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) mensais.

PARA OS ITENS 02-03-04-05 - NÃO HOVERAM PARTICIPANTES.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 11 de junho de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

Extrato Termo Permissao 176/2014

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO
Nº 176/2014/PMJ
PL 41/2014 - CC 04/2014

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

PERMISSIONARIO: JOAO FILIPE OLIVEIRA DOS SANTOS.

OBJETO a Permissão de Uso da Sala Comercial correspondente ao item 01 do Anexo I do Edital de Concorrência nº 4/2014/PMJ, localizada no NOVO TERMINAL RODOVIARIO MUNICIPAL - MARGENS BR 282 - KM 388, BAIRRO NOSSA SENHORA DE LOURDES, visando a exploração de GUARDA-VOLUMES, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) - MENSAIS

VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do

presente Termo.

DATA DE ASSINATURA: 11/06/2014

RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PL 7/2014/FMAS - PP 6/2014/FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2014/FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2014/FMAS

Objeto: Registro de Preços para a requisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba. Data da abertura: Dia 1º/07/2014, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 1º/07/2014, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br

Joaçaba, 11 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE**Nota de Empenho Jhl0802/2014 Ata de Registro de Preços 05/2013****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 06/06/2014

Nº do empenho : **802/14**

Ordinário

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	1.982.823,80
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	180,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	1.983.003,80
		Saldo (A - B) :	683.586,21

Credor: **7324 AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME**

Endereço: RUA HAMILTON ROSSIN 504

C.N.P.J.: 02-558-556/0001-23

Banco:

Cidade: JOAÇABA

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 04935223542

Fax: 3554-5454

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
13	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - VEICULOS MÉDIOS: LOTE 4: VEICULOS MÉDIOS PLACA MARCA/MODELO SIMAE LZW-4084 FORD RANGER 12D - ANO 1998 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1206 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 - DIESEL TÉCNICA ÁGUA - (Cód. 02-11-0005) Marca: ROGECAR	HR	3,000	60,0000	180,00

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS DAS ÁREAS TÉCNICA ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 46/2013-PR)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43

PRAZO DE ENTREGA: 06/07/2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

SOLICITAÇÃO Nº0598/2014

PROTOCOLO Nº 3250/2014

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0450/2014

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	180,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais)

Fundamento legal : LEI10520/02 DEC2879

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Página:

NOTA DE EMPENHO JHL0817/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2013**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 09/06/2014

Nº do empenho : 817/14

Ordinário

Processo : 0064/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.062 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0000 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000022

Dotação Inicial:	500.000,00	Empenhos anteriores :	291.138,00
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	220,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	500.000,00	Total (B) :	291.358,00
		Saldo (A - B) :	208.642,00

Credor: 7833 LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA-ME

Endereço: RUA PREF NORMELIO ZILIO, 75 SALA 02

Cidade: JOAÇABA

UF: SC

C.N.P.J.: 10-527-352/0001-53

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 35224900

Conta Corrente:

Fax: 35220051

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7 - MAQUINAS PESADAS LOTE 7: MÁQUINAS PESADAS PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK-406B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0014) Marca: LOCOMAQ	HR	2,000	110,0000	220,00

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS DAS ÁREAS TÉCNICA ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 46/2013-PR)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43

PRAZO DE ENTREGA: 09/07/2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2014
 PROTOCOLO Nº 3250/2014
 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0465/2014

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	220,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais)

Fundamento legal : LEI10520/02 DEC2879

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

José Boiteux**PREFEITURA****Processo Licitatorio 29/2014 Materiais Assistencia Social**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 29/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 27/06/2014, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE AQUISIÇÃO DE DIVERSOS TIPOS MATERIAIS PERMANENTES PARA SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 11 de Junho 2014.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Lages**PREFEITURA****PP 55-2014 PML Rerratificado, PP 32 E 34-2014 SMS E TP 37-2014 PML**

Prefeitura do Município de Lages

Estado de Santa Catarina

Secretaria da Administração

Executivo de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 32-2014 SMS Objeto: Aquisição de Equipamentos e Materiais

Tipo: Menor Preço Por Item Abertura: 01/07/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 227.738,66

Modalidade: PP 34-2014 SMS Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo

Tipo: Menor Preço Por Item Abertura: 02/07/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 1.269.725,60

Modalidade: PP 55-2014 PML RERRATIFICADO Objeto: de Serviços de Link Dedicados de Internet e interligação de Pontos

Tipo: Menor Preço Mensal Abertura: 01/07/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 19.300,00

Modalidade: TP 37-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Reforma da EMEB Nicanor Rodrigues Goulart

Tipo: Menor Preço Global Abertura: 04/07/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 215.291,35

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br" www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 11 de junho de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****Edital de Pregao Nº81/2014 - Pmlm**

EDITAL DE PREGAO Nº81/2014 - PMLM
PROCESSO Nº81/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 26 de junho de 2014 às 13:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de EPIs para o ano de 2014. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 11 de junho de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

Lebon Regis**PREFEITURA****Homologação Processo Licitatório Nº 25/14**

MUNICIPIO DE LEBON REGIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/06/14

CONTRATADO: LIDER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de locação de máquinas fotocopiadoras, digitais, com garantia de assistência técnica preventiva e corretiva, pelo prazo de 01/06/2014 até 31/12/2014, podendo ser prorrogado, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência, deste Edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.800,00 (trinta mil oitocentos reais)

DATA: 11/06/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal.

MUNICIPIO DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 54/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada.: LIDER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA

Valor : 30.800,00 (trinta mil oitocentos reais)

Vigência : Início: 11/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2014

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),

2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 1.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (147)

Objeto : O presente contrato visa à Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de locação de máquinas fotocopiadoras, digitais, com garantia de assistência técnica preventiva e corretiva, pelo prazo de 01/06/2014 até 31/12/2014, podendo ser prorrogado, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência, deste Edital.

DATA: 11/06/14

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 99123223874

MUNICIPIO DE LEBON REGIS

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Primeiro termo aditivo ao contrato 99123223874

Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada.: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

Valor : 3.000,00 (três mil Reais)

Vigência : Início: 31/05/2014

Recursos : Dotação: 2.210.3.3.90.00.00.00.00.00.01 (19)

Objeto : O presente aditivo visa à prorrogação da vigência do

Contrato original para mais 12 meses.

DATA: 11/06/14

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Extrato Pregão Presencial Nº 12/2014 - Processo Licitatório Nº 28/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Pregão Presencial nº 12/2014 - Processo Licitatório nº 28/2014

O Município de Lebon Régis leva ao conhecimento dos interessados que o processo citado foi declarado deserto, pois, não compareceram interessados em participar da licitação em epígrafe, para entregar suas propostas e documentação na data e horário estipulado (06/06/14 as 14:10hs) qual tinha como objeto: A contratação de pessoa física ou jurídica habilitada e/ou credenciada junto à Federação Catarinense de Futebol, para prestar serviços de arbitragem em jogos do Campeonato Municipal de Futsal e Futebol de Campo. Sendo assim, será aberta nova licitação a ser marcada

Lebon Régis, 11 de junho de 2014

Adair da Silva Mattos

Pregoeiro.

Leoberto Leal**PREFEITURA****Decreto Nº 054/2014**

DECRETO Nº 054, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADACÃO"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso I da Lei nº 1.005 de 26 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	125.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	125.000,00
Função	26	Transporte	125.000,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	125.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	125.000,00
Projeto/Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	125.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	125.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	125.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	125.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0024.303	Transferência de Convênios Outros	125.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			125.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta do Provável Excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recurso:

I - Excesso de Arrecadação;

Fonte	Código	Valor
Transferência de Convênios - Outros	0.1.0024.303	125.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADACÃO		125.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 Junho de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Decreto Nº 053/2014

DECRETO Nº 053, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 1005 de 03 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.000,00
Função	15	Urbanismo	15.000,00
Sub-Função	452	Serviços Urbanos	15.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	15.000,00
Projeto/Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização da Área Urbana	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	15.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			15.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.000,00
Função	15	Urbanismo	15.000,00
Sub-Função	452	Serviços Urbanos	15.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	15.000,00
Projeto/Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização da Área Urbana	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
Modalidade de Aplicação	91		5.000,00

Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
Modalidade de Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de Junho 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Contrato PML Nº 080.14

Contrato PML nº 080.14

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA ATRAVÉS DO POLO DE INOVAÇÃO VALE DO RIO DO PEIXE - INOVALE PARA EMPRESAS INCUBADAS E PRÉ-INCUBADAS, OU COM INTENÇÃO DE INCUMBAREM-SE VISANDO O INCREMENTO DO EMPREENDEDORISMO NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e a FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL - CETEPI, mantenedora do PÓLO DE INOVAÇÃO VALE DO RIO DO PEIXE - INOVALE, inscrita no CNPJ sob o nº 03.124.650/0001-37, com endereço na Rua São Roque nº 41, na cidade de Luzerna/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu representante habilitado, Senhor ARISTIDES CIMA-DON, portador de RG nº 3.620.711 SSP-SC e inscrito no CPF sob o nº 180.891.009-53, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA ATRAVÉS DO POLO DE INOVAÇÃO VALE DO RIO DO PEIXE - INOVALE PARA EMPRESAS INCUBADAS E PRÉ-INCUBADAS, OU COM INTENÇÃO DE INCUMBAREM-SE VISANDO O INCREMENTO DO EMPREENDEDORISMO NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações e com o Processo Licitatório nº 075/2014, Dispensa de Licitação nº 007/2014, com base na Lei nº 1214 homologada em 21/03/2014, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pela CONTRATADA, de serviços de assistência e consultoria técnica especializada através do Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe - INOVALE, para empresas incubadas, pré-incubadas ou com intenção de incubarem-se visando o incremento do empreendedorismo no Município de Luzerna/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços, objeto deste instrumento, serão executados por intermédio do Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe - INOVALE, visando os seguintes objetivos:

- Disseminar a cultura empreendedora, da liderança e da inovação nas pessoas e organizações;
- Contribuir para o desenvolvimento de empreendimentos inovadores;
- Incentivar e orientar a implementação da inovação em empresas estabelecidas;

d. Propiciar um ambiente favorável para a atração e fixação de empresas no Município;

e. Promover a articulação entre os atores, parceiros e organizações para a integração de ações de desenvolvimento do Polo.

2.2. Para a efetiva execução do objeto, a CONTRATADA deverá prestar assessoria e consultoria técnica especializada até o limite de 160 (cento e sessenta) horas mensais, para as seguintes atividades:

a. Assessoria para a instalação de um núcleo de inovação e desenvolvimento - NID no Município, composto pela participação de até 03 (três) representantes municipais;

b. Assessoria para empresas incubadas nas incubadoras e pré-incubadoras associadas ao Polo INOVALE até a quantidade limite de horas estipulada no "caput" deste item.

2.3. A CONTRATADA, além das atividades descritas no subitem anterior e não vinculadas às horas de assessorias especificadas no mesmo, deverá desenvolver atividades complementares, conforme o Plano de Desenvolvimento do Polo INOVALE, a partir da implementação dos seguintes programas estruturantes:

2.3.1. Escola de Inovação:

a. Proporcionar 02 (duas) vagas anuais em cursos de empreendedorismo na região de atuação do Polo INOVALE, onde o Município poderá indicar até 02 (dois) empreendedores por oficina, com prioridade aos que apresentarem potencial para a implementação de novos empreendimentos e foco nos eixos de desenvolvimento do Polo;

b. Divulgação do NID do Município e da imagem institucional do Município no Portal INOVALE em www.poloinovale.com.br;

c. Divulgar no Município os seminários, palestras e missões técnicas realizadas pelo Polo INOVALE.

2.3.2. Centro de Desenvolvimento de Inovação:

a. Proporcionar acesso ao Centro de Inteligência Regional que, depois de implantado, oportunizará serviços de análises setoriais, estudos de mercado e acompanhamento de tendências socioeconômicas;

b. Assessoria aos empreendedores do Município, associados ao Polo, na elaboração de projetos para captação de recursos;

c. Acesso a consultas nos centros tecnológicos e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento dos parceiros do Polo.

2.3.3. Habitats de Inovação:

a. Contribuir para a manutenção dos atuais empreendimentos, para atração de novos investimentos ao Município e para a região;

b. Articular, dentre os diferentes atores sociais do município, a aproximação das empresas, empreendedores, visando à implantação de ideias empreendedoras.

2.4. O Município deverá indicar até 03 (três) representantes municipais para participação em workshops e cursos de capacitação que abordam o tema inovação e liderança, a serem organizados pelo POLO INOVALE, devendo também, indicar participantes da própria Prefeitura ou da comunidade para as missões técnicas, seminários e outros eventos de inovação.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

3.1. Os preços não serão reajustados;

3.2. Os preços contratados não sofrerão qualquer espécie de reajuste, a exceção do previsto no art. 65, inciso I, letra 'b' e inciso II, letras 'c' e 'd', da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.3. O valor somente será revisado quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA DOS PAGAMENTOS

4.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais);

4.2.O pagamento será realizado em 10 (dez) parcelas, no valor de R\$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais) cada, pagas até o quinto dia útil de cada mês ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal.

4.3.O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

4.4.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

4.5.A CONTRATADA deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, aos cuidados do Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700); e-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

4.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA:

5.1.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Segunda;

5.1.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação em compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

5.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

CLÁUSULA SEXTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do Edital e Contrato;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

6.2. As sanções previstas nos subitens 5.1.1, 5.1.3 e 5.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 5.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.3. Os materiais em atraso sujeitarão a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso.

6.4. A multa a que alude o subitem 5.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

6.5. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a CONTRATADA, deixar de entregar ou apresentar

documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS ALTERAÇÕES

7.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA OITAVA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

8.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

8.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer das partes, resguardado o interesse público;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE e o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

8.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

8.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA NONA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Modalidade de aplicação: aplicações diretas - investimentos

Elemento; 3.3.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais

Empenhamento ordinário

PREFEITURA DE LUZERNA

15. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Atividade: 1001.22.661.0058.2051 - manutenção da incubadora tecnológica de Luzerna

Reduzido: 145

Fonte: 00 - recursos ordinários

CLÁUSULA DÉCIMA DA VIGÊNCIA

10.1. O presente contrato terá a vigência até de 01 de julho de 2014 a 02 de fevereiro de 2015, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogada em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

10.2. O Município consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

10.3. O Município se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade das verbas previstas.

10.4.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.5.Quaisquer acréscimos, alterações ou disposições especiais do presente contrato deverão constar em Termos Aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ARISTIDES CIMADON
FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
- CETEPI
Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe - INOVALE
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Edital de Audiência Pública

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014 de 10 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 40, §4º, inciso I, da Lei 10.257/01, Estatuto da Cidade e do artigo 158, da Lei Complementar nº 050 de 07 de dezembro de 2006, CONVOCA a população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, a ser realizada no dia 26 de junho de 2014, quinta-feira, às 19h00, nas dependências do Centro de Múltiplo Uso, sito a Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, fundos da Prefeitura Municipal de Luzerna para:

- evento de lançamento do Plano Diretor - marco inicial do processo;
- formalização do Grupo Técnico de Trabalho Municipal;
- apresentação da empresa contratada para elaborar o Plano Diretor;
- apresentação e aprovação da proposta metodológica;
- informação à sociedade sobre o que é o Plano Diretor: área de abrangência, cronograma das atividades e a importância da participação da comunidade;
- integração de todos os grupos reunidos;
- avaliação e revisão dos aspectos propostos no Plano de Trabalho.

Luzerna(SC), 10 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Portaria 095/14

PORTARIA Nº 095/14 de 09 de junho de 2014.

"SUSPENDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- SUSPENDER O CONTRATO DE TRABALHO, firmado com ALTAIR QUAIATTO, ocupante do emprego público efetivo de Motorista II, Nível 06, Classe "C", 44 horas semanais, do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, da Tabela de Cargos de Provedimento Efetivo, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, em função de sua aposentadoria por invalidez, nos termos do art. 475 da CLT.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de junho de 2014.

Luzerna(SC), 09 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Portaria 096/14

PORTARIA Nº 096/14 de 09 de junho de 2014.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO para a servidora ERLI TEREZINHA BLAKA, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 01, Classe "A", 44 horas semanais, do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provedimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004, com fulcro no inciso IV, do art.40 da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, por 02 (dois) anos a contar de 09 de junho de 2014, podendo ser interrompida a qualquer tempo à bem do serviço público, sendo convocada a servidora para reassumir suas atividades.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de junho de 2014.

Luzerna(SC), 09 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Portaria 097/14

PORTARIA Nº 097/14 de 09 de junho de 2014.

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, LIDIANE GOMES SIQUEIRA SILVA, para exercer as funções de Professora II, 25 horas semanais, na disciplina de Língua Inglesa, no Ensino Fundamental,

sendo 20 horas de trabalho com alunos e 05 horas de trabalho pedagógico, em substituição à Professora CLAUDIANA FATIMA SANTINI, em licença saúde e posterior licença maternidade, com remuneração equivalente a do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe "A", do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso II, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 004/2014 de 26 de maio de 2014, homologado em 02 de junho de 2014, a partir de 09 de junho de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de junho de 2014.

Luzerna(SC), 09 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Portaria 098/14

PORTARIA Nº 098/14 de 10 de junho de 2014.
"DESIGNA EQUIPE TÉCNICA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR EQUIPE TÉCNICA para atuar no CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, do Município de Luzerna, constituído pelos servidores abaixo relacionados:

EQUIPE TÉCNICA - CRAS		
Nome	Função	Carga Horária
Michele Luciane Tomaz da Silva Tedesco	Assistente Social - Coordenadora do CRAS	40 horas
Silvia Miazzi Pereira	Psicóloga e Responsável ACESSUAS/PRONATEC/BSM	40 horas
Patrícia Rosana Cordeiro	Técnica Administrativa e Orientadora Social do SCFV	40 horas
Ana Maria Cozza	Técnica Administrativa e Entrevistadora/Operadora e Gestora Cadastro Único/PBF	40 horas

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de junho de 2014.

Luzerna(SC), 10 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Contrato PML Nº 081.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML. Nº 081/2014
PROCESSO LICITATÓRIO PML. Nº 069/2014
PREGÃO. PRESENCIAL PML. Nº 0038/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 09 (nove) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - AUTO POSTO LUZERNA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. 16 de Fevereiro, 5549, na cidade de Luzerna(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 84.588.656/0001-67, neste ato representada pelo Senhor VALDEMIR LAMP, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 11/R 742.476 e inscrito no CPF/MF sob nº 250.368.239-15, residente e domiciliado na Rua Dois Irmãos, 222, Município de Luzerna(SC), doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Processo Licitatório PML nº 069/2014, Pregão Presencial nº 038/2014, observando-se fielmente as disposições daquele certame, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO, PREÇO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços aquisição de diesel S10, de forma parcelada, destinada a manutenção da frota dos veículos da Unidade Gestora-Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC, no termos e condições constantes deste Edital e Anexo, conforme tabela abaixo discriminando marca e valor:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Diesel S10	L	35.000	2,83	99.050,00

1.2. O FORNECEDOR 1 - AUTO POSTO LUZERNA LTDA, responsável pelo fornecimento do item descrito na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 99.050,00 (noventa e nove e cinquenta reais),

1.3. Os itens, objeto desta licitação, deverão ser prestados, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura e Fundos Especiais, devendo o FORNECEDOR, realizar o serviço sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e sem custos adicionais.

1.4. O FORNECEDOR deverá possuir atendimento comercial, cujo atendimento funcione no mínimo de segunda a sábado, exceto nos feriados.

1.5. Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, o FORNECEDOR deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, estabelecimento localizado a uma distância viária inferior a 06 (seis) quilômetros do prédio sede da Prefeitura, localizado Avenida 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC.

1.6. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.7. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a terceirização dos mesmos.

1.8. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e

aquelas complementares e pertinentes aos respectivos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.9. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.10. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se por nova, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.12. O aceite não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.13. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.14. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da mercadoria, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) - email: compras@luzerna.sc.gov.br ;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira desta Ata e de acordo com os prazos do Edital;

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.5. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;

4.6. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço, para que proceda ao início da execução do objeto;

4.7. Submeter-se à fiscalização do Município, durante toda a vigência do contrato;

4.8. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do Município.

4.9. Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo - ANP;

4.10. Fornecer produtos originais.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas o FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as

exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.031.3390.00	58	70/2014	Manutenção do transporte escolar
2.031.3390.00	1	67/2014	Manutenção do transporte escolar
2.060.3390.00	0	135/2014	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.030.3390.00	1	61/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.042.3390.00	0	106/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.060.3390.00	344	171/2014	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.052.3390.00	0	115/2014	Manutenção dos serviços urbanos

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contar de da data de publicação da mesma;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

10.2. Caberá ao Prefeito Municipal, revogar, anular ou homologar a Licitação, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 09 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VALDEMIR LAMP

AUTO POSTO LUZERNA LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Edital de Processo Seletivo por Análise de Currículo 0052014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2014 de 11 de junho de 2014.

"ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)"

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e suas alterações posteriores e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna, para substituição de servidor em afastamento legal;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando que não houve inscritos para o emprego público temporário de Auxiliar de Odontologia no Edital de Processo Seletivo nº 002/2014;

Considerando a necessidade de contratação de auxiliar de odontologia ;

Considerando a inexistência de tempo para realização de novo Processo Seletivo de provas e títulos, dada a urgência da contratação e teria que se licitar empresa o que ultrapassaria o prazo da legislação eleitoral para contratação de pessoal, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo por Análise de Currículo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL de Luzerna(SC).

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vaga na forma de substituição de servidores em afastamento legal, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 12 a 18 de junho de 2014, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o emprego/função, conforme o Anexo I;

2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.2.4. Ser portador de CPF válido;

2.2.5. Gozar de boa saúde;

2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.3. Ao requerimento de inscrição deverá ser anexado o currículo do candidato, juntamente com todos os documentos necessários para comprovação do mesmo.

2.4. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos.

2.5. Às inscrições realizadas por procuração deverá estar anexa cópia do RG e CPF, bem como declaração constando endereço completo, e-mail e telefone para contato.

2.6 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.7 Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.8. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.9. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.11. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.12. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.13. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

III - DA SELEÇÃO

3.1. A seleção será feita objetivamente pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:

3.1.1 - Curso completo de Auxiliar de Odontologia e Registro no

CRO - 6,00 pontos

3.1.2 - Cursos de aperfeiçoamento na área - 0,5 décimos para cada 10 horas de curso frequentado;

3.1.3 - Tempo de serviço ou estágio em consultórios odontológicos - 0,5 décimos para cada ano de experiência.

3.2 - A pontuação obtida nos itens 3.1.1, 3.1.2 será somada à pontuação referente ao item 3.1.3.

3.3 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

IV - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

4.1. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de pontuação obtida pela análise do currículo;

5.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

a) maior habilitação;

b) maior tempo de serviço;

c) maior idade.

VI - DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mur al Público da Prefeitura Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e no endereço eletrônico www.luzerna.sc.gov.br.

VII - DA CONTRATAÇÃO

7.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;

b) Nível de escolaridade exigido para o emprego, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;

c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal n.º 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;

d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Prefeitura Municipal de Luzerna;

e) Cópia dos seguintes documentos:

1. Documento de Identidade (RG)

2. Cadastro de Pessoa Física

3. Certidão de Casamento

4. Certidão de Nascimento de Filhos

5. Carteira de Trabalho

6. uma (01) foto 3x4.

7. demais documentos, conforme especificação do emprego, descrito no Anexo I deste Edital.

7.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

7.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

VIII - DO FORO JUDICIAL

8.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao processo seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

9.2. Este Processo Seletivo terá validade por um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano.

9.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

9.4. O candidato a ser contratado receberá a relação de documentos que deverão ser apresentados, no prazo de 48 horas. A sua não apresentação, a apresentação de forma incompleta ou tardia implicará na sua desclassificação.

9.5. O candidato classificado, que desistir de vaga, deverá manifestar expressamente sua desistência de participação no processo seletivo, não podendo, posteriormente reivindicar novamente a vaga no processo.

9.7. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa.

9.8. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

9.9. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

9.10. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Luzerna.

9.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Do Emprego, Vencimentos e Habilitação Mínima;

ANEXO II - Das Atribuições do Emprego;

ANEXO III - Do Cronograma Previsto.

Luzerna(SC), 11 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

ANEXO I**DO EMPREGO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO**

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Auxiliar de Odontologia	40 h/s	R\$ 989,30	Curso completo de Auxiliar de Odontologia e Registro no CRO

ANEXO II**DAS ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO**

EMPREGO TEMPORÁRIO: Auxiliar de Odontologia

ATRIBUIÇÕES: orientar os pacientes sobre higiene bucal; agendar o paciente e orientá-lo ao retomo e a preservação ao tratamento; preencher e anotar as fichas clínicas; manter em ordem o arquivo e o fichário; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar no atendimento ao paciente; preparar, organizar e proceder a desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados (sugador, espelho, sonda etc.) necessários para o trabalho; instrumentalizar o odontólogo junto à cadeira operatória; promover isolamento do campo operatório; manipular materiais de uso odontológico; aplicar métodos preventivos para controle da cárie dental; proceder a conservação e a manutenção do equipamento odontológico; sob supervisão do odontólogo realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidencição de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientação de escovação, uso de fio dental; acompanhar e desenvolver o trabalho com a equipe de Saúde da Família no tocante a saúde bucal, participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria de

Saúde e Bem Estar Social; proceder a limpeza, conservação e manutenção do ambiente de trabalho; executar outras tarefas afins.

ANEXO III**DO CRONOGRAMA**

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	12/06/2014
Período de Inscrições	12 a 18/06/2014
Análise dos currículos	23/06/2014
Homologação final do Processo Seletivo	23/06/2014

Receitas Federais do Dia 09.06.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 09/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.362,71
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.362,71
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.362,71
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	817,63
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	545,08

Luzerna, 11/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 10.06.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 10/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		205.363,70
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	228.144,28
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	228.144,28
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	228.144,28
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	228.144,28
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	136.886,57
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	57.036,07
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	34.221,64
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	22.848,27
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	22.848,27
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	13.708,96
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.139,31
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-45.628,85
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-45.628,85
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-45.628,85
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-45.628,85

Luzerna, 11/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

RECEITAS FEDERAIS MAIO/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 31/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	1.030.012,73
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	667.549,05
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Receita da União	573.118,57
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	573.089,30
4.1.7.2.1.01.02.10.00 Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	573.089,30
4.1.7.2.1.01.02.10.01 Cota-Parte do FPM 60%	343.853,58
4.1.7.2.1.01.02.10.02 Cota-Parte do FPM 25%	143.272,32
4.1.7.2.1.01.02.10.03 Cota-Parte do FPM 15%	85.963,40
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	29,27
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota-Parte do ITR 60%	17,56
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota-Parte do ITR 25%	7,32
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota-Parte do ITR 15%	4,39
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	6.926,21
4.1.7.2.1.22.70.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.926,21
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	42.894,80
4.1.7.2.1.33.11.00.00 Atenção Básica	36.558,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00 Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	36.558,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01 Saúde da Família	11.130,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02 Agentes Comunitários de Saúde	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03 Saúde Bucal	4.460,00
4.1.7.2.1.33.11.30.08 PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade	8.800,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00 Vigilância em Saúde	3.757,74
4.1.7.2.1.33.13.20.00 Vigilância Sanitária	3.757,74
4.1.7.2.1.33.14.00.00 Assistência Farmacêutica	2.381,28
4.1.7.2.1.33.14.10.00 Componente Básico da Assistência Farmacêutica	2.381,28
4.1.7.2.1.33.15.00.00 Gestão do SUS	197,78
4.1.7.2.1.33.15.10.00 Qualificação da Gestão do SUS	-219,99
4.1.7.2.1.33.15.15.00 MAC Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulator	417,77
4.1.7.2.1.34.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	8.015,50
4.1.7.2.1.34.03.00.00 IGD-M Programa Bolsa Família	687,50
4.1.7.2.1.34.07.00.00 Transf. FNAS PBF Piso Básico	6.000,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00 Programa IGD - SUAS	500,00
4.1.7.2.1.34.14.00.00 CPBF - Cadastro Programa Bolsa Família	828,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	34.804,88
4.1.7.2.1.35.01.00.00 Transferências do Salário-Educação	22.206,09
4.1.7.2.1.35.03.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	9.306,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	3.292,79
4.1.7.2.1.36.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.789,09
4.1.7.2.1.36.01.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner 60%	1.073,46
4.1.7.2.1.36.02.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner 25%	447,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner 15%	268,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	227.445,17
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	227.445,17
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	136.467,10
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	90.978,07
4.2.4.7.1.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	250.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União	250.000,00
4.2.4.7.1.99.00.01.00 Convenio Caminhão - Contrato 1009616-22/2013	250.000,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-114.981,49
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-114.623,68
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-114.617,84
9.1.7.2.1.01.02.10.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-114.617,84
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-5,84
9.1.7.2.1.36.00.00.00 Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-357,81

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 31/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
---------	---------------------

Luzerna, 11/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Licitação_ Processo Licitatório Nº 0006/2014

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Macieira, representado pelo Sr. Almir José Rossi Arconti, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0006/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0004/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 14h00min, do dia 25 de junho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de abril de 2014, estará recebendo propostas para a aquisição de 01 (um) veículo para ambulância equipado com: Monitor cardíaco portátil, maca retrátil universal ambulância, desfibrilador de A portátil, farmácia fechada com banca e prateleira, sugador de 05 litros, saída de oxigênio portátil, cadeira de rodas portátil e maca rígida, a ser adquirida através de recursos do Convênio nº 0001159/2014, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Macieira, conforme especificações do anexo I do edital e exigências da Legislação de trânsito vigente.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 14h00m horas do dia 25/06/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0002/2014, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 11 de junho de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Aviso de Licitação_processo Licitatório Nº 0029/2014

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2014

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal de Macieira, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas

interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0029/2014, na modalidade Tomada de Preço nº 0001/2014, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM, que até 09h00min, do dia 30 de junho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de abril de 2014, estará recebendo propostas para a contratação de empresa para execução de obra de construção de pontes sobre os Rios Santo Antônio e São Pedro, através de Convênio nº 2014TR001736, celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Macieira, conforme Projeto, Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo em anexo ao Edital, em regime de empreitada por preço Global Por Item, com fornecimento de material e mão de obra.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 30/06/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo desta Tomada de Preços, através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m ou ainda através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br.

Macieira - SC, 11 de junho de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações

Mafra

PREFEITURA

Decreto Nº 3745

DECRETO Nº 3745

DATA: 20.05.2014.

ESTABELECE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA, NOS DIAS DOS JOGOS DO BRASIL DURANTE A 1ª FASE NA COPA DO MUNDO DE 2014.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º - O expediente das repartições públicas do Município de Mafra, nos dias 12, 17 e 23 de Junho corrente será das 8:00 horas às 14:00 horas sem intervalo para o almoço.

Art. 2º - O expediente citado no art. 1º, não se aplica aos serviços essenciais do município.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 20 de Maio de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 3753

DECRETO Nº. 3753

DE 11 DE JUNHO DE 2.014

REVOGA O DECRETO Nº. 3.745, DE 20 DE MAIO DE 2.014, QUE ESTABELECE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA, NOS DIAS DOS JOGOS DO BRASIL DURANTE A 1ª FASE NA COPA DO MUNDO DE 2014.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município:

Considerando a publicação do Decreto nº. 3.751, de 08 de junho de 2.014, que declarou situação de emergência, nas áreas do município afetadas pelas chuvas, que atingiram o nosso Município entre os dias 05 a 08 do mês de Junho de 2014, e o aumento do nível dos rios e córregos que circundam nosso Município;

Considerando a necessidade do efetivo trabalho de todos os servidores municipais neste período anormal devido as consequências das fortes chuvas e da enchente que atingiu toda a região:

DECRETA

Art. 1º - Revoga-se o Decreto Municipal 3.745, de 20 de maio de 2.014, que estabelece expediente nas repartições públicas do Município de Mafra, nos dias dos jogos do Brasil durante a 1ª fase na Copa do Mundo de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Mafra, 11 de junho de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 3754

DECRETO Nº. 3754

DE 11 DE JUNHO DE 2.014

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR INUNDAÇÃO - COBRADE 1.2.1.0.0..

O Prefeito Municipal de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, pelo inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº. 12.608, de 10 de abril de 2.012, e pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1.998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2.006:

Considerando as fortes chuvas prolongadas que atingem nosso Município entre os dias 05 a 08 do mês de Junho de 2.014, provocando o elevado aumento pluviométrico dos rios, córregos que circundam nosso Município, resultando inundação, e conforme o FIDE (formulário de informações do desastre) e em conformidade com o Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

Considerando que, como consequências deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes no FIDE (formulário de informações do desastre), anexo a este Decreto:

Considerando o parecer do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência:

DECRETA

Art. 1º - Fica decretada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como INUNDAÇÃO - COBRADE - 1.2.1.0.0, conforme IN/MI nº. 01/2012, de 30 de agosto de 2.012.

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Diretoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Diretoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1.941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificando de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas

a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Com base no inciso IV do art. 24 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de noventa dias, contados a partir da caracterização do desastre.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº. 3.751, de 08 de junho de 2.014.

Prefeitura do Município de Mafra, 11 de junho de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 81.908.469/0002-06

CETARB COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA

Nota Fiscal nº. 2318 R\$ 128,25
 Nota Fiscal nº. 2112 R\$ 277,50
 Nota Fiscal nº. 2113 R\$ 277,50
 Nota Fiscal nº. 2114 R\$ 277,50
 Nota Fiscal nº. 2115 R\$ 277,50
 Nota Fiscal nº. 2116 R\$ 277,50
 Nota Fiscal nº. 2141 R\$ 2.220,00
 Nota Fiscal nº. 2142 R\$ 277,50
 Nota Fiscal nº. 2143 R\$ 277,50
 Nota Fiscal nº. 2144 R\$ 277,50
 Nota Fiscal nº. 2145 R\$ 277,50
 Nota Fiscal nº. 2146 R\$ 277,50
 Nota Fiscal nº. 2147 R\$ 277,50
 Nota Fiscal nº. 2151 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2152 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2153 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2154 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2155 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2178 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2179 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2180 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2181 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2182 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2183 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2184 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2185 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2186 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2206 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2207 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2208 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2209 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2210 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2212 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2213 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2214 R\$ 351,50
 Nota Fiscal nº. 2215 R\$ 10.606,05

Valor Total: 23.739,80

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento cascalho à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 12 de junho de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2922 de 11 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2922 DE 11 DE JUNHO DE 2014

Transforma o cargo a fim de proceder a readaptação do servidor Jonas da Silva

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em obediência aos trâmites do art. 62, II parágrafo único do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Massaranduba - LC 12/2005 e com base no relatório e motivação apresentada no Processo Administrativo de Portaria nº 415/2014, DECRETA:

Art. 1º Seja o cargo de Operador de Trator de Esteira, originalmente ocupado pelo servidor Jonas da Silva, transformado no cargo de motorista, ficando o referido servidor readaptado para este cargo, uma vez que já foi comprovada a habilitação do servidor em prova de suficiência e a necessidade absoluta do serviço.

Art. 2º Seja mantido o vencimento do servidor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 11 de Junho de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2918 de 09 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2918 DE 09 DE JUNHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 107.000,00 (Cento e sete mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0051.1022- Aquisição de Equipamentos para o Setor Urbano

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 107.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 09 de Junho de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2919 de 09 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2919 DE 09 DE JUNHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.244.0180.2091 - Manutenção das atividades do CRAS

0701 - 31900000 - Aplicações Diretas

0701 - 35200 - Outras transferências do Fundo de Assistência R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superavit Financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 09 de Junho de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2920 de 10 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2920 DE 10 DE JUNHO DE 2014

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1593 de 10 de Junho de 2014, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0050.1020- Pavimentação de Vias

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 12455 - Transf. Convênios Estado - Outros R\$ 90.000,00

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), do programa e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0050.1021 - Revitalização Urbana

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 12455 - Transf. Convênios Estado - Outros R\$ 40.000,00

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

0403.026.782.0062.1031 - Aquisição de Equipamentos para Frota Rodoviária

0403 - 44900000 - Aplicações Diretas

0403 - 12455 - Transf. Convênios Estado - Outros R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 10 DE JUNHO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2921 de 10 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2921 DE 10 DE JUNHO DE 2014
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0050.1020 - Pavimentação de Vias

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 12455 - Transf. Convênios Estado- Outros R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do provável Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 10 de Junho de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2923 de 10 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 2923 DE 10 DE JUNHO DE 2014
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1547 de 04 de novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.604.0151.2076- Apoio a Produção Agropecuária

0901 - 31900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.604.0151.2076- Apoio a Produção Agropecuária

0901 - 33900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 10 DE JUNHO DE 2014.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Lei Nº. 1593 de 10 de Junho de 2014

LEI Nº. 1593 DE 10 DE JUNHO DE 2014
Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0050.1020- Pavimentação de Vias
0401 - 44900000 - Aplicações Diretas
0401 - 12455 - Transf. Convênios Estado - Outros R\$ 90.000,00
0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), do programa e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0050.1021 - Revitalização Urbana

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 12455 - Transf. Convênios Estado - Outros R\$ 40.000,00

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

0403.026.782.0062.1031 - Aquisição de Equipamentos para Frota Rodoviária

0403 - 44900000 - Aplicações Diretas

0403 - 12455 - Transf. Convênios Estado - Outros R\$ 50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 10 DE JUNHO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Licitação 44.2014 - PP 22/2014 - Aquisição de Macadame

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 44/2014
PREGÃO PRESENCIAL - REG. DE PREÇOS Nº. 22/2014

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de macadame para recuperação e conservação de diversas estradas da região rural do município de Massaranduba - SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 25.06.2014
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 25.06.2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 10 de Junho de 2014.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Lic 45.2014 - PP 23.2014 - Horas Maquinas E Caminhão Rod. Mba 423

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2014
PREGÃO PRESENCIAL - REG. DE PREÇOS Nº. 23/2014

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por lote, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de horas máquinas e caminhão para recuperação de greide de pista de trecho da Rod. MBA 423.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00h do dia 25.06.2014
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30h do dia 25.06.2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 10 de Junho de 2014.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 235/2014

PORTARIA n.º 235/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM - SAMU.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhorita RAFAELA GOMES MARTINS, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/06/2014.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 011/2014, nº 289/2013 e nº 290/2013.

Meleiro, 10 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 236/2014

PORTARIA n.º 236/2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 173/2014, de 17 de Abril de 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 173/2014, de 17 de Abril de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 22 de Abril de 2014, edição 1471, pg 300, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita GILCILÉIA BERTI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pato Donald, em virtude da Licença Saúde da servidora Elines Lambertes Gonçalves.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/06/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Decreto Nº 049/2014

DECRETO nº 020/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso I da lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município de Meleiro, nos dias 03 e 04 de Março de 2014.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Fevereiro de 2014.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Termo de Habilitação TP Nº. 053/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TP nº. 053/2014

O Prefeito Municipal o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores habilita as seguintes empresas na Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 053/2014:

Empresas Habilitadas: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA E MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Processo nº. 053/2014

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Sendo que a nova data de Abertura das propostas de preço será no dia 16 de junho de 2014 as 09:00 horas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Meleiro/SC, 11 de junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Termo de Habilitação TP Nº. 054/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TP nº. 054/2014

O Prefeito Municipal o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores habilita as seguintes empresas na Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 054/2014:

Empresas Habilitadas: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CREMA CONSTRUÇÕES LTDA E MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Processo nº. 054/2014

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Sendo que a nova data de Abertura das propostas de preço será no dia 16 de junho de 2014 as 14:00 horas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Meleiro/SC, 11 de junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Modelo**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 031**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 031/2014

Contratado: Solange Reinheimer MEI

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 031-2014, objetivando a contratação de serviços autônomos para ministrar oficinas de artesanato, no Município de Modelo -SC. A oficina será ministrada para as crianças e adolescentes, participantes do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos "Cultivar". Com carga horária de 08 horas semanais, no período de 01 de junho à 20 de dezembro de 2014.

Modelo (SC), 11 de junho de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Extrato de Rescisão de Contrato Nº11/2014

Extrato de Rescisão de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 011/2014

Contratado: Solange Reinheimer

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Rescisão de contrato n. 011-2014, onde objetivava a contratação de serviços autônomos para ministrar oficinas de artesanato, no Município de Modelo -SC. Com carga horária de 08 horas semanais, no período de 10 de março á 20 de dezembro de 2014.

Modelo (SC), 11 de junho de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Registro de Preço FMAS 013/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO FMAS 013/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE BONES PARA A SECRETARIA DA FAMÍLIA PARA O PROGRAMA ANTI-DROGAS, conforme anexo., conforme anexo. Data: 23/06/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Tomada de Preço 072/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de Tomada de Preço 072/2014. Objeto: RUA JOSÉ CARLOS FRASSON TRECHO 1, conforme anexo. Data: 27/06/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Decreto Nº 054/2014

DECRETO Nº 054/2014, em 03 de Junho de 2014.

“INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DURANTE O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL - 2014.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo 2014, que será realizada no período de 12 de junho a 13 de julho, e

CONSIDERANDO a necessidade de minimizar os transtornos para a população, facilitar a locomoção e garantir a segurança dos cidadãos,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido que nos dias dos jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol - 2014, o expediente nos órgãos e nas entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo municipal será o seguinte:

I - no dia 17 de Junho, o jogo será realizado às 16 h e o expediente será das 8 h às 15 h,

II- nos dias 12 e 23 de Junho, os jogos serão realizados às 17 h e o expediente será das 8 h às 16 h.

§1º Permanece inalterado o expediente dos funcionários lotados nos órgãos e nas entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional cujo expediente normal é até as 13 h, em conformidade com o Decreto nº 044/2013, de 24 de Maio de 2013.

§2º Nas Escolas Municipais:

I - nos jogos a serem realizados nos dias 12 e 17 de Junho, o expediente será das 8 h às 12 h, e

II - no jogo a ser realizado no dia 23 de Junho, o expediente será das 8 h às 15:00 hs.

III- As creches permanecerão com seus expedientes inalterados.

Art. 2º. Os serviços públicos considerados essenciais deverão ter garantido o atendimento à população por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 03 de Junho de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Amostras - Pregão Presencial Nº 127/2014.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 127/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 127/2014

Conforme atestado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e para fins de comprovação junto ao Processo Licitatório nº 127/2014, declaramos APROVADAS as amostras fornecidas/entregues pela empresa TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 03.365.198/0001-03, no prazo e em conformidade com as especificações/exigências do Edital nº. 127/2014 - Registro de Preços nº. 127/2014.

Pregoeiro(s) DOUGLAS LEMOS/ MARIA BENEDITA CORRÊA,

Equipe de apoio - Josezite Dos Santos, Fernanda Hassmann Cons-tâncio e Carla Claudino.

Navegantes, 09 de junho de 2014.

Edital de Notificação 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Avenida João Emilio, 100,

Centro - 88370-446 - Navegante - SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 03/2014 DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA RE-FERENTE À IPTU, NTAV, ISSRE, CM, RECDI, RD, TXCER, MSUR, TXSUR, TXCER, TXFO, SERV

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita do Município de Navegantes, comunica a todos os Contribuintes, devedores da Fazenda Pública Municipal referente a IPTU, NTAV, ISSRE, CM, RECDI, RD, TXCER, MSUR, TXSUR, TXCER, TXFO, SERV.

O não pagamento da Dívida com o Município até o dia 16 de julho de 2014 implicará em cobrança Judicial.

O Contribuinte que quiser quitar seu débito ou parcelá-lo, antes da propositura da ação judicial deve procurar a Prefeitura Municipal, no Atendimento do Setor de IPTU, ou pelo telefone 047 3342 9553.

EXECUÇÃO FISCAL 2014

RECEITA	CADASTRO	NOME	ANOS
IPTU	34997	ADEMIR DOMINGOS VIEIRA	2009 A 2013
IPTU	15761	ADEMIR JOSE DE MOURA ROCHA	2009 A 2013
IPTU	15591	AILTON MOREIRA	2009 A 2013
IPTU	6786	ALEXANDRE AMARO FELICIO	2009 A 2013
IPTU	15586	ALTAIR FIORAVANTE AMARO	2009 A 2013
IPTU	28116	ALTAIR MIRANDA	2009 A 2013
IPTU	12672	ANA CRISTINA SCHMIDT	2009 A 2013
IPTU	28780	ANDREA SILVA MIRANDA	2009 A 2013
IPTU	303	ANGELA MARIA FELICIO	13/12/2009
ISSRE	14362	ANGRA ENGENHARIA LTDA	2009 A 2013

IPTU	35758	ANTONIO ALVES ALMEIDA	2009 A 2013
IPTU	825	ARCEMIRO JOSE INACIO	2009 A 2013
IPTU	28974	CARLOS NATALINO B ALVES	2009 A 2013
IPTU	34622	CAROLINA ZINO DE GOES	2009 A 2013
IPTU	17660/70098	CELSON LEAL DOS SANTOS	2009 A 2013
IPTU	40196	CILENE MARIA DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	28570	CLAUDIO BORGES	2009/2012
IPTU	15702	CLEUSA APARECIDA ZI-MERMANN	2009 A 2013
IPTU	21041	DEALTINA CORDEIRO DE SOUZA	2009 A 2013
IPTU	36239	DEJANIRA DE MORAIS	2009 A 2013
IPTU	34509	DOMINGOS JOSE EVA-RISTO	2009 A 2013
IPTU	9755	DORACI I DALMOLIM	2009 A 2013
IPTU	31897	DORIVAL PEDRO DE SOUZA	2009 A 2013
IPTU	3016	EDSON LUIZ DA SILVA	2009
IPTU	28730	EDUARDO DA SILVA ANTONIO	2010 A 2013
IPTU	6590/31411	EDUARDO VITA	2009 A 2013
IPTU	35549	ELIANA SOCORRO COUTI-NHO DIAS	2009 A 2013
IPTU	28491	ELIANE CRISTOVÃO	2009 A 2013
IPTU	38181	EMERSON MORAES SANTOS	2009 A 2013
IPTU	40533	ENEZIOO MORAIS BIS-CAIA	2009/2013
IPTU	21226	EURICO AFONSO THEO-DORO	2009 A 2013
NTAV	15282	EZIO MARCILIO DOS REIS CARDOSO	2009
IPTU	24621	FERNANDO JOAO CARLOS	2009 A 2013
IPTU	28152	GERALDO GARCIA DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	39479	GRAZIELA DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	40272	IVANEIDE VIEIRA DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	37981	JANAINA VIRIATO SILVA	2009 A 2013
IPTU	32732	JOAO DA SILVEIRA	2009 A 2013
IPTU	24224	JOAO PAULO BAPISTA SERPA	2009 A 2012
IPTU	15508	JOAO VALDIR CAETANO	2009 A 2013
IPTU	34501	JOERLANDE DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	9496	JOSE MANICO FERREIRA	2009 A 2013
IPTU	25744	JOSE WANDERLEI RODRI-GUES E NILZA	2009 A 2013
IPTU	21472	JULIO CESAR DA SILVA E CRISTINA APARECIDA	2009/2013
IPTU	16467	KARLA GEOVANA DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	3186	KENNETH LEE WASHDURN E AGA	2009/2013
IPTU	28143	LINDOMAR ANTONIO BENEVITE	2009 A 2013
IPTU	34513	LUCIANA DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	28159/67472	LUIZ CARLOS ALVES DE QUADRA	2009 A 2013
IPTU	9787	MANOEL BOAVENTURA NETO	2009 A 2013
IPTU	19533	MARA SILENA LUZ	2009 A 2013

IPTU	27390	MARCELO V DA COSTA	2009 A 2013
IPTU	9861	MARCIO LUIS DE OLIVEIRA	2009 A 2013
IPTU	20837/25890	MARCIO SALAI	2009 A 2013
IPTU	28827	MARCIO SENA DE OLIVEIRA	2009 A 2013
IPTU	22354	MARIA ANA DA SILVA	2009/2012/2013
IPTU	39636	MARIA DILAMAR KOCH	2009 A 2013
IPTU	37285	MARIA LEMES DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	37284	MARIA MENDES DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	35204	MARIA TEREZINHA DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	35457	MARILENE SANTIAGO DAMASCENO	2009 A 2013
IPTU	20081	MARIO LUIZ ROCHA	2009 A 2013
IPTU	29034	MARISTELA BORGES	2009 A 2013
IPTU	17461/17462	MAX MARTINS	2009 A 2013
IPTU	11538	NELSON DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	20095	NELSON JARACESKI	2009/2010/2012
IPTU	51213	NEUSA DELINO	2009 A 2013
IPTU	15699/70203	NOEMIA RODRIGUES DOS SANTOS	2009 A 2013
IPTU	34560	ODAIR SANTOS DA ROCHA	2009/2013
IPTU	28523	PAULINO WILSON COELHO	2009 A 2013
IPTU	29358	PAULO OTAVIO PICOLLI	2009 A 2013
IPTU	29016	PAULO ROBERTO HEPS LAURINDO	2009 A 2013
IPTU	15439	PEDRO ALVES	2009 A 2013
IPTU	38813	PEDRO FERREIRA DA LUZ	2009 A 2013
IPTU	18353	PEDRO JEREMIAS	2009 A 2013
IPTU	9525/14612	ROBERTO JOAQUIM DE BORBA	2009 A 2013
IPTU	25811	ROBSON ALVES DE LIMA	2009 A 2013
IPTU	16626	ROBSON JORGE	2012/2013
IPTU	4527	RODOLFO ALBERTO TIETNJ	2009 A 2013
IPTU	9491	ROGERIO DANIEL MENDES	2009 A 2013
IPTU	37346	ROSANA CLAUDIA DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	27476/50285	ROSELI LENIA DA SILVA	2009 A 2013
IPTU	15783	SANDRA NATALIA BORGES	2009 A 2013
IPTU	26797 / 27556 / 27602	SIBELE MARIA WEINGRABER	2009 A 2013
IPTU	27273	TEREZINHA DE FATIMA DOS SANTOS	2009 A 2013
IPTU	21171	VALDETE DAMILIANO VOGEL	2009 A 2013
IPTU	39630	VALDILEA DOS SANTOS COIMBRA	2009 A 2013
IPTU	34492	VALMIR JOSE THOMAZ	2009 A 2013
IPTU	20760	VAULETE DUARTE	2009/2010/2011
IPTU	15680	VERA LUCIA TIMOTEO DOS SANTOS	2009 A 2013

Obs: Caso sua dívida já tenha sido quitada, favor desconsiderar este Edital.

ANTÔNIO CARLOS ROMAO CARMONA

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

Lei 2879 Dispõe Sobre Obrigatoriedade de Farmácias

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

LEI N° 2879 DE 11 DE JUNHO DE 2014

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS FARMÁCIAS E UNIDADES DE SAÚDE EM MANTER À DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO, PARA CONSULTA, A LISTA ATUALIZADA DE MEDICAMENTOS GRATUITOS E A LISTA DE FARMÁCIAS CONVENIADAS AO PROGRAMA "FARMÁCIA POPULAR"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º As Unidades Básicas e Saúde e Centros de Especialidades situados no município de Navegantes deverão manter, em local visível e de fácil acesso, uma listagem com todos os medicamentos distribuídos gratuitamente nas farmácias conveniadas ao programa "Farmácia Popular", bem como o endereço de todas as farmácias conveniadas ao referido programa.

Parágrafo Único: As referidas Unidades de Saúde deverão manter, também, em lugar visível e de fácil acesso, a listagem com todos os medicamentos que compõem o rol de medicamentos distribuídos gratuitamente pelo município de Navegantes.

Art. 2º As farmácias conveniadas ao programa "Farmácia Popular" situadas no município de Navegantes deverão manter, em local visível e de fácil acesso, em seus estabelecimentos, uma listagem com todos os medicamentos distribuídos gratuitamente pelo programa "Farmácia Popular."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2880 Autoriza Convênio com A AMFRI

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n° 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2880 DE 11 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES A FIRMAR CONVÊNIO COM A AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais.

FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a firmar Convênio com a AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - tendo por objeto a Cooperação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento de Estudos de Concepção, Projetos Básicos e Executivos para implantação de instalações elétricas, instalações de dados e equipamentos preventivos de incêndio para o Hospital Municipal de Navegantes, conforme Anexo I, desta lei.

Art. 2º Para a execução do objeto deste Convênio, a AMFRI receberá do município de Navegantes a importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), que deverão ser pagos em 4 (quatro) parcelas mensais conforme Cronograma de Desembolso, Anexo III desta lei.

Art. 3º A AMFRI disponibilizará, a título de contrapartida, as instalações físicas necessárias à elaboração dos trabalhos e restituirá ao município de Navegantes os recursos que porventura não forem utilizados para a consecução do objeto do Convênio através de prestação de contas.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

25 - Fundo Municipal de Saúde

09 - Bloco da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
1.100 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares

151-4.4.90.00.00.00.00 - 0125 - Aplicações Diretas

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio nº 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

Anexo I - Descrição dos Planos e Estudos a Serem Executados

Item	Serviço	Quantidade	Unidade
1	Projeto Elétrico - Distribuição	01	un
	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de Concepção - Projeto Executivo o Entrada de Energia em Baixa Tensão (380/220V); o Disposição da entrada de energia e alimentação da edificação; o Alimentação e distribuição dos pontos de iluminação, tomadas, ar condicionado; o Alimentação de aparelhos específicos conforme orientação dos fabricantes e manuais técnicos; o Distribuição da rede independente de emergência a ser alimentada por Grupo Gerador; e o Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro). 		
2	Projeto Elétrico - Subestação	01	un
	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de concepção - Projeto Básico o Verificação e alteração de da subestação de energia pré-moldada ou em alvenaria; o Disposição e dimensionamento do transformador, quadro de medição e QGBT (Quadro Geral de Baixa Tensão) junto à subestação; o Entrada de energia, com derivação da rede Celesc até a subestação a projetar / implantar; o Detalhamento arquitetônico e elétrico da subestação com apresentação de cortes e fachadas dos desenhos; e o Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro). 		
3	Projeto Comunicação e Dados - Cabeamento Estruturado	01	un
	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de Concepção - Projeto Básico o Disposição da entrada da telefonia e dados; o Distribuição da comunicação com disposição dos pontos de telefone e dados com descrição e nomenclatura dos pontos; o Disposição da sala técnica com dimensionamento dos racks e demais equipamentos necessários para o bom funcionamento do sistema; e o Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro). 		
4	Projeto de Infraestrutura de Segurança / CFTV	01	un

	- Estudo de concepção - Projeto Básico o Disposição dos pontos de controle de acesso; o Disposição dos pontos de CFTV; o Dimensionamento da área técnica / segurança com especificação de equipamentos necessários; e o Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro).		
5	Projeto Elétrico Preventivo	01	un
	- Estudo de concepção - Projeto Básico o Sistema de proteção contra descargas atmosféricas, com disposição das malhas captora e subterrânea; o Alarme de incêndio, com disposição dos pontos de acionamento; o Iluminação de emergência, com disposição dos pontos de iluminação do tipo bloco; e o Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro).		
6	Projeto Hidráulico Preventivo	01	un
	- Estudo de concepção - Projeto Básico o Dimensionamento e disposição de hidrantes, revisão cálculo de RTI e sistema de implantação; o Dimensionamento e disposição de extintores; o Dimensionamento de rota de fuga e balizamento de saída; o Apresentação de desenhos com detalhamento do sistema ao bom entendimento do projeto; o Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro).		

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Anexo II - Cronograma de Execução

Item	Serviço	Mês			
		1	2	3	4
1	Projeto Elétrico - Distribuição	X	X	X	X
2	Projeto Elétrico - Subestação	X	X		

3	Projeto Comunicação e Dados - Cabeamento Estruturado		X		
4	Projeto de Infraestrutura de Segurança / CFTV		X	X	
5	Projeto Elétrico Preventivo		X	X	
6	Projeto Hidráulico Preventivo		X	X	X

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br
Anexo III - Cronograma de Desembolso

Para execução dos serviços inerentes ao objeto deste convênio a AMFRI receberá do MUNICÍPIO a importância de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) que deverão ser pagos em 04 (quatro) parcelas mensais conforme cronograma de desembolso:

- I. 1ª parcela de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) até a data de 15 de junho de 2014;
- II. 2ª parcela de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) até a data de 15 de julho de 2014;
- III. 3ª parcela de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) até a data de 15 de agosto de 2014; e
- IV. 4ª parcela de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) até a data de 15 de setembro de 2014.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 19/2014 FMS (Republicado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014 FMS
Republicado

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ABERTURA DO CENTRO DE ZOONÓSES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 25/06/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 25/06/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n.º.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 11 de abril de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 142/2014 PMN
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA. Data da entrega dos envelopes: 25/06/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 25/06/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 11 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 129/2014 PMN (Republicado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014 PMN
Republicado

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KILOMETRO DO TIPO (CAMINHONETE) PARA AUXILIAR NA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 25/06/2014 até às 10:20 hs. Abertura envelopes: 25/06/2014 às 10:30 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 11 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Ata de Julgamento de Recurso Tomada de Preço Nº 117/2014 PMN (Sovrana)

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE
TOMADA DE PREÇO Nº 117/2014

Aos 10 dias de junho de 2014, às 16:00 horas, reuniu-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Tomada de Preço nº 117/2014, cujo OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EDIFICAÇÃO DE RESERVATÓRIO EM CONCRETO APOIADO, COM CAPACIDADE DE 2.000 M³, PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESERVA DE ÁGUA POTÁVEL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO, LOCALIZADO NA AVENIDA PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Protocolado pela empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 147701280001-49.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o

mesmo foi protocolado tempestivamente em 09/06/2014.

Em síntese, manifesta-se a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA através de recurso arguindo:

1 - Que a mesma não deveria ser inabilitada, pois em análise ao objeto os itens principais a serem analisados no acervo técnico são: concreto e apoiado, constante ambos em seu acervo técnico,

2 - Também defende que o acervo técnico apresentado não foi considerado pelo engenheiro Murilo, os itens Instalação Hidráulica e rede Hidro-Sanitária os quais em ambos os casos o sistema é considerado completo, desde o reservatório (instalação física, impermeabilizantes etc., até o destino final-estação de tratamento de efluentes etc.).

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a licitante não atendeu as exigências do edital, conforme mencionado em ata do dia 05/06/2014 a empresa SOVRANA apresentou atestado de capacidade técnica incompatível com o objeto da licitação desatendendo o item 4.4.3.

1 - Conforme já mencionado em ata a compatibilidade ao objeto será verificada pela apresentação de execução de serviços com concreto armado acompanhado de impermeabilização/vedação o que não foi apresentado pelo recorrente.

2 - Quanto ao motivo da inabilitação referente o atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrente, em consulta novamente ao engenheiro municipal desta vez o sr. Marcio o mesmo explicou que serviço de impermeabilização é uma coisa e instalação hidráulica e/ou rede hidro sanitária é outra coisa distinta. Uma vez não apresentada a capacitação quanto a execução de serviço de impermeabilização, não atendendo a exigência do edital e da lei 8666/93 não há possibilidade de habilitação do recorrente. Ementa: REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. ATESTADOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. DOCUMENTOS INCOMPLETOS. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRIMENTO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO EDITALEIGUALDADE ENTRE OS LICITANTES. Não apresentados os documentos necessários e suficientes à comprovação da qualificação técnica do licitante, descabe buscar suprir a falta a si imputável por ocasião do recurso administrativo. Providência que viola o princípio da vinculação ao edital, pois desatende o quanto lá determinado, e também o princípio da igualdade, ao prejudicar injustificadamente os licitantes que diligenciaram para satisfazer, a tempo e a contento, os requisitos constantes na lei fundamental do certame. Concessão da ordem que se impunha. SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Reexame Necessário Nº 70050947910, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 30/04/2013)

Desta forma caso a administração publica abrisse exceções para empresas que não apresentem documentação conforme exigência do edital se habilitarem, estaria prejudicando não só a vinculação ao edital, mas também os outros licitantes que apresentaram os documentos corretamente.

Desta forma: mantem-se a inabilitação da licitante SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Mantem-se a abertura dos envelopes de propostas para o dia 17/06/2014 as 14:00h.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 10 de junho de 2014.
DOUGLAS LEMOS
Presidente

Membros:
MARIA BENEDITA CORREA

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

ADRIANA CORRÊA

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93

Ratificando:
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Decretos 302 Vantagens Pecuniárias

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 302 DE 31 DE MARÇO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição do servidor PEDRO PAULO RANGUET-
TI do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013,
11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014 e 3/2014.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
retroagindo a abril de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 31 de março de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 304 DE 31 DE MARÇO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição do servidor MANOEL JÚLIO GAYA do
quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013,
11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014 e 3/2014.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
retroagindo a abril de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 31 de março de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 305 DE 31 DE MARÇO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição da servidora GILÇA ONÉLIA DE JESUS
do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013,
9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013 e 1/2014.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
retroagindo a outubro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de

Administração e Logística.

Navegantes, 31 de março de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 306 DE 31 DE MARÇO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição do servidor MANOEL FERMINO BENTO
do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013,
7/2013, 8/2013, 10/2013, 11/2013 e 12/2013.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
retroagindo a outubro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 31 de março de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 360 DE 24 DE ABRIL DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente

a 12 meses de contribuição do servidor GIOVANI VARGAS do qua-
dro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013,
11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014 e 3/2014.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
retroagindo a abril de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 24 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 361 DE 24 DE ABRIL DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição do servidor JOEL VIEIRA do quadro de
pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012,
11/2012, 12/2012, 1/2013, 2/2013 e 3/2013.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 24 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 362 DE 24 DE ABRIL DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor JOEL VIEIRA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014 e 3/2014.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a abril de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 24 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 363 DE 24 DE ABRIL DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora FERNANDA DOS SANTOS do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2012, 11/2012, 12/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 24 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 454 DE 11 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora DINORÁ PEREIRA DOS SANTOS do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2012, 11/2012, 12/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 455 DE 11 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora BÁRBARA ANDRESSA GARCIA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014 e 4/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 456 DE 11 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora REGINA CÉLIA CORREIA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013 e 1/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 457 DE 11 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor MÁRCIO CAPELLA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014 e 4/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a maio de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 458 DE 11 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora ALESSANDRA REGINA LUCAS do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014 e 4/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

retroagindo a maio de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 459 DE 11 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora CARMEN DÉA GAYA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013 e 1/2014.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 460 DE 11 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora MARILDA MARIA DE SOUZA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 11/2012, 12/2012 e 1/2013.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a fevereiro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 461 DE 11 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor VALDEMIR CHAGAS SANTOS JÚNIOR do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2012, 11/2012, 12/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a outubro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 462 DE 11 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição do servidor VALDEMIR CHAGAS SAN-
TOS JÚNIOR do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 10/2012, 11/2012, 12/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013,
5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
retroagindo a outubro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 463 DE 11 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição da servidora EUSEMARIE COELHO DE
SOUZA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012,
5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012 e 9/2012.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
retroagindo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 464 DE 11 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n.º 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição da servidora MIROSLAVA MARIN do
quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012,
9/2012, 10/2012, 1/2013, 2/2013 e 3/2013.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
retroagindo a fevereiro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 465 DE 11 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora PATRÍCIA MENGARDA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014 e 4/2014.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a maio de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Ata II - Tomada de Preço Nº 13/2014 FMS

Prefeitura Municipal de Navegantes

Tomada de Preço nº 13/2014 FMS

Aos 04 dias do mês de junho de 2014 foi ABERTA A SESSÃO PÚBLICA SUSPensa ANTERIORMENTE PARA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO OS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DA EMPREITEIRA E MÃO DE OBRA VB CONFORME LEI 8666/93 ART.48 §3º, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI ABERTO O ENVELOPE, E CONSTATADO QUE O LICITANTE ATENDEU AS EXIGÊNCIAS AO APRESENTAR A CÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO SOCIAL E A RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA OBRA, APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE DE PROPOSTA DA VB VERIFICADA QUE A MESMA ATENDEU COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, SENDO DECLARADA VENCEDORA.

Momento em que se encerra a presente sessão e remete-se a autoridade superior

Presidente e equipe de apoio.

Navegantes 04 de junho de 2014

Extrato Contratual Nº 156/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 156/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Vigência : Início: 06/06/2014 Término: 04/10/2014.

Valor Acréscimo: R\$ R\$ 223.414,73.

Valor Supressão: R\$ R\$ 5.519,76

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 123/2013.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO, ACRESCIMO E SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 174/2013, CONCORRÊNCIA Nº 123/2013 REFERENTE À EXECUÇÃO DA OBRA DE URBANIZAÇÃO COM PAVIMENTAÇÃO DA RUA ONÓRIO BORTOLATTO - 1ª ETAPA (BR 470 - LEAR), ATRAVÉS DO PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - MINISTÉRIO DO TURISMO - CONVÊNIO SICONV Nº 780207/2012, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 123/2013.

Navegantes, 06 de junho de 2014.

Extratos Contratuais Cc130/2011.

EXTRATOS CONTRATUAIS CC 130/2011.

Contrato Nº.: 138/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Vigência : Início: 25/05/2014.Término: 23/08/2014.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:130/2011.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto : DÉCIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 206/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011,REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM DA RUA AMÉLIA JOSÉ BENTO, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Contrato Nº.: 139/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Vigência : Início: 25/05/2014.Término: 23/08/2014.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:130/2011.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.

Objeto : DÉCIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 207/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011,REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA PREFEITO JOÃO JOSÉ FAGUNDES, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Contrato Nº.:140/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Vigência : Início: 25/05/2014.Término: 23/08/2014.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:130/2011.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto : DÉCIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 208/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA AMANDIO GAZANIGA, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Contrato Nº.: 141/2014.
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: CONSTRUTORA POLICONS LTDA.
Vigência : Início: 25/05/2014.Término: 23/08/2014.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.:130/2011.
Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00
Objeto : DÉCIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 209/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA FRANCISCO M. NUNES, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Contrato Nº.:142/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: CONSTRUTORA POLICONS LTDA.
Vigência : Início: 25/05/2014.Término: 23/08/2014.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.:130/2011.
Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00
Objeto : DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 210/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA GERMANO LOPES, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 026/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA 09/06/2014
CONTRATADO: EDEMAR DA SILVA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente edital tem por objetivo o registro de preços para: futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra para a manutenção e melhorias da rede de iluminação pública do município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.524,00 (Dois mil, quinhentos e vinte quatro reais)

DATA: 09/06/2014
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

Edital de Chamamento de Processo Seletivo Nº 009/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº009/2013, mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 009/2013, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº009/2013 (disponível no sítio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 009/2013, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
Murilo Kulkamp Nilzen	Professor	40h

Orleans, 11 de junho de 2014.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Ouro

PREFEITURA

Decreto 206

DECRETO Nº 206, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
Declara luto oficial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º É declarado luto oficial em todo o território do Município de Ouro, por três dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento da Sra. SELVI MARIA DAMBRÓS, Ex- Servidora Pública do Município de Ouro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 11 de Junho de 2014.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Decreto 207

DECRETO Nº 207, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, durante a primeira Fase da Copa do Mundo de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a realização do Campeonato Mundial de Futebol no Brasil, no período de 12--06-2014 a 13- 07-2014, evento que representa um fenômeno de alcance mundial, com forte repercussão no território nacional;

CONSIDERANDO, que alguns jogos da Seleção Brasileira de Futebol ocorrerão no mesmo horário do expediente da Prefeitura Municipal de Ouro;

CONSIDERANDO, ainda, que a modificação antecipada do horário de expediente especial, com pequena variação da respectiva carga horária diária, não acarretará prejuízos aos munícipes:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, incluindo Escolas e as Creches da Rede Municipal de Ensino, das 08h às 12h e das 13h 30min às 15h 30 min. nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol durante a primeira Fase da Copa do Mundo de 2014.

Parágrafo único. O atendimento emergencial a saúde, após das 15h 30 min. será prestado através do Sistema de Plantão 24 horas junto ao Hospital Nossa Senhora das Dores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 11 de Junho de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Lei 2382

LEI Nº 2.382, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Concede revisão geral anual aos servidores ativos e inativos do quadro geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE autorizado a conceder a revisão geral anual da remuneração em percentual idêntico a todas as categorias dos servidores ativos e inativos do quadro geral da Autarquia, conforme previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, de 5,82% (cinco vírgula oitenta e dois por cento), relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC no período de 1º de maio de 2013 a 30 de abril de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
11 de Junho de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Derci de Araújo

Sec. Mun. De Administração e Finanças.

Convite N 0002/2014

MUNICÍPIO DE OURO / SC

CONVITE N 0002/2014

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 27/06/2014, às 10h00min, o Processo Licitatório n. 0050/2014, na modalidade Convite para Compras e Serviços n. 0002/2014, tipo menor preço por item, em regime de entrega imediata. Objeto: Aquisição de duas colhedoras de forragem (ensiladeiras) novas. Informações: (49) 3555-1300, licitacoes@ouro.sc.gov.br. Licitação2@ouro.sc.goc.br.

Município de Ouro, SC, 11/06/2014.

Vitor João Faccin,

Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

Decreto Nº2484

DECRETO Nº. 2484/2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar pelo provável excesso de arrecadação e da outras providencias".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.179.935,95 (um milhão, cento e setenta e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

07.00 - SECRETARIA/COORD. DA INFRAESTRUTURA	
07.01 - SECRETARIA/COORD. DA INFRAESTRUTURA	
15.451.1501.1.036 - Construção de Obras de Infraestrutura Urbana	
4.4.90.00.00 - 01.24 - Aplicação Direta - 58	R\$ 1.179.935,95
TOTAL GERAL	R\$ 1.179.935,95

Art. 2º - Para suplementação que trata a presente, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.24 - Transferência de Convênios - Proposta de Transferência n. 0000011347 entre o Município e o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de junho de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

Decreto Nº2485

DECRETO Nº. 2485/2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar pelo provável excesso de arrecadação e da outras providencias".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

10.301.1001.1.051 - Construção/Ampliação da Rede Física de Saúde

4.4.90.00.00 - 01.23 - Aplicação Direta - 2 R\$ 500.000,00

TOTAL GERAL R\$ 500.000,00

Art. 2º - Para suplementação que trata a presente, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.23 - Transferência de Convênios - Convênio n. 2014TR0001472 celebrado entre o Município e o Governo do Estado através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Xanxerê.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de junho de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

Lei Nº903

LEI Nº. 903/2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar pelo provável excesso de arrecadação e da outras providencias".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.179.935,95 (um milhão, cento e setenta e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

07.00 - SECRETARIA/COORD. DA INFRAESTRUTURA		
07.01 - SECRETARIA/COORD. DA INFRAESTRUTURA		
15.451.1501.1.036 - Construção de Obras de Infraestrutura Urbana		
4.4.90.00.00 - 01.24 - Aplicação Direta - 58	R\$	1.179.935,95
TOTAL GERAL	R\$	1.179.935,95

Art. 2º - Para suplementação que trata a presente, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.24 - Transferência de Convênios - Proposta de Transferência n. 0000011347 entre o Município e o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de junho de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

Lei Nº904

LEI Nº. 904/2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar pelo provável excesso de arrecadação e da outras providencias".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.1001.1.051 - Construção/Ampliação da Rede Física de Saúde		
4.4.90.00.00 - 01.23 -		
Aplicação Direta - 2	R\$	500.000,00
TOTAL GERAL	R\$	500.000,00

Art. 2º - Para suplementação que trata a presente, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.23 - Transferência de Convênios - Convênio n. 2014TR0001472 celebrado entre o Município e o Governo do Estado através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Xanxerê.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de junho de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

Extrato Edital 0049 E 0050/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço 0049/2014

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Objeto: Aquisição de óleo diesel B S 500 comum e locação por hora trabalhada de máquinas para manutenção da Malha Viária trechos/Serra São Jose a rodovia 155 extensão 5500m. Ouro Verde a Linha Anta Gorda extensão 4800 m Ouro Verde a linha Quadra Extensão 7900m, Ouro Verde a Bela Vista Extensão 4000 m. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min horas do dia 26 de junho 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min horas do dia 26 de junho de 2014. Obtenção do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3447-0007.

Ouro Verde (SC), 11 de junho de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço 0050/2014 O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Objeto: Aquisição eventual e futura de serviços de Recapagem, Recauchutagem e Vulcanização de pneus utilizados nos caminhões,ônibus e máquinas da frota municipal. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min horas do dia 27 de junho 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min horas do dia 27 de junho de 2014. Obtenção do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3447-0007.

Ouro Verde (SC), 11 de junho de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Sessão Pública Apresentação do Sistema - Pregão Presencial Nº120/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2014

SESSÃO PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA

O Município de Palhoça torna público que, fica marcado para o dia 16/06/2014 as 14:00h sessão pública para apresentação do sistema de informática para gestão educacional pública, conforme subitem 7.8 do edital, ofertado pela empresa BITMAP CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA, 1ª colocada no processo. O Pregão Presencial 120/2014 tem como objeto a cessão de licenciamento de uso de sistema de informática para a gestão educacional pública municipal, incluindo: conversão de dados, implantação, treinamento, atendimento, suporte técnico. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo telefone: 48 3279-1804.

Palhoça, 11 de junho de 2014.

PREGOEIRO.

Resultado Pregão 111-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

111/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços, que tem como objeto a GÊNEROS ALIMENTÍCIOS MENOS PERECÍVEIS para atender necessidades nutricionais de crianças com intolerância alimentares através da Secretaria de Educação de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LUIZ FERNANDO SEBOLD ME foi vencedora dos itens 09,13,21,22,25,26,34 totalizando R\$ 19.0001,50 (dezenove mil, um real e cinquenta centavos) .

BRUTHAN COMERCIAL LTDA foi vencedora dos itens 12,16,17,18,24,28,30,32,35,36 totalizando R\$ 35.657,50 (trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) .

GIZELE REGINA DA SILVA ME foi vencedora dos itens 01,02,14,19,20,31,33 totalizando R\$ 66.177,50 (sessenta e seis mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos) .

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA foi vencedora dos itens 03,04,05,06,07,08,10,11,15 totalizando R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais)

Palhoça, 11 de junho de 2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº24/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALEXANDRA DOS PASSOS.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de

artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
18	50	pct	Argila branca para modelagem, pacote com 1 kg	CATARINENSE	R\$0,85	R\$42,50
66	120	unid.	CD-RW regravável, capacidade 700MB/80min.	ELGIN	R\$1,70	R\$204,00
102	20	pcte	E.V.A brilho, medindo aprox. 600x400x2mm, sortidos. Pacote com 10 unidades.	LEO&LEO	R\$12,39	R\$247,80
104	20	pcte	E.V.A. estampado, medindo aprox. 600x400x2mm, sortidos. Pacote com 5 unidades.	LEO&LEO	R\$10,78	R\$215,60
105	60	pcte	E.V.A. medindo aprox. 600x400x2mm, sortidos. Pacote com 10 unid.	LEO&LEO	R\$8,26	R\$495,60
114	40	unid.	Estilete pequeno corpo em PVC.	BRW	R\$0,26	R\$14,40
137	50	unid.	Grampeador para grampos 26/6, estrutura totalmente em aço com revestimento plástico, medindo aprox. 19,5x4,5cm, capacidade para 30 folhas.	JOCAR BOSS	R\$12,10	R\$605,00
138	20	caixa	Grampo para grampeador 23/13, cx 1000 unid.	JOCAR	R\$1,95	R\$39,00
162	100	unid	Massa de biscoito ou porcelana fria 400g branca	LICYN	R\$8,96	R\$896,00
173	2500	resma	Papel A4, formato 210x297mm, gramatura 75g/m², resma de 500 folhas.	COPY LASER	R\$9,79	R\$24.475,00
174	10	pcte	Papel cartão fosco amarelo 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
175	10	pcte	Papel cartão fosco azul claro 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
176	10	pcte	Papel cartão fosco branco 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
177	10	pcte	Papel cartão fosco cinza 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
178	10	pcte	Papel cartão fosco lilás 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
179	10	pcte	Papel cartão fosco marrom 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
180	10	pcte	Papel cartão fosco preto 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
181	10	pcte	Papel cartão fosco roxo 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
182	10	pcte	Papel cartão fosco verde 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
183	10	pcte	Papel cartão fosco vermelho 240g, medindo 50x70cm, pacote 10 unidades.	REIPEL	R\$4,79	R\$47,90
188	200	unid.	Pasta plástica em L, transparente, texturização, medindo aproximadamente 230x330mm.	JOCAR	R\$0,33	R\$66,00
190	5	cx	Percevejo latonado, caixa com 100 unidades.	JOCAR	R\$0,90	R\$4,50
192	55	unid.	Perfurador de papel para no mínimo 20 folhas de 75g/m², diâmetro do furo de 6mm, trava de segurança, estrutura interna em metal, distância entre os furos 80mm, dimensões aprox. 5,3x12,1x12,1 cm.	JOCAR	R\$7,46	R\$410,30
242	30	unid.	Quadro magnético medindo 60x40cm, cor branco, com moldura de alumínio.	BELA ART	R\$37,80	R\$1.134,00
244	50	pacote	Refil Cola Quente grossa 1 kg	JOCAR	R\$14,70	R\$735,00
259	30	unid.	Tesoura em aço inox, com aproximadamente 18 cm, com 07 polegadas, com cabo em PVC.	JOCAR	R\$1,95	R\$58,50

R\$30.122,20

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº25/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	10	frasco	Acqua Betume, solúvel em água. Para trabalhos de envelhecimento sobre madeira, gesso, cerâmica, couro e metais, frasco com 100ml.	ACRILEX	R\$3,24	R\$32,40
15	20	cx	Alfinete colorido tipo redondo, caixa com 100 unidades	JOCAR	R\$2,59	R\$51,80
59	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor azul, pacote com 100 unidades.	ALLCART	R\$22,30	R\$22,30
60	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor branca, pacote com 100 unidades.	ALLCART	R\$22,30	R\$22,30
61	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor canário, pacote com 100 unidades.	ALLCART	R\$22,30	R\$22,30
62	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor ouro, pacote com 100 unidades.	ALLCART	R\$22,30	R\$22,30
63	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor rosa, pacote com 100 unidades.	ALLCART	R\$22,30	R\$22,30
64	1	pcte	Cartolina 150g, medindo aprox. 50x66 cm, cor verde, pacote com 100 unidades.	ALLCART	R\$22,30	R\$22,30
68	300	unid.	Cola bastão, blister c/ 10 gr.	LEONORA	R\$0,35	R\$105,00
84	20	unid	Cola para isopor EVA 90g	ART MAXI	R\$1,60	R\$32,00
103	20	pcte	E.V.A. brilho mix 2, medindo aprox. 600x400x2mm, sortidos, pacote 5 unidades.	LEO LEO	R\$14,25	R\$285,00
136	90	caixa	Giz de cera, tipo estaca, caixa com 6 cores (azul, verde, vermelho, marrom, amarelo e preto)	LEONORA	R\$1,00	R\$50,00
152	10	cx	Lápis técnico preto 6b cx com 12 unid.	ECOLE	R\$7,56	R\$75,60
163	12	unid	Massa para modelar; à base de água, carboidratos de cereais, cloreto de sódio, cloreto de cálcio, hidrocarbonetos alifátamido, atóxica, super macia, pode de 500gr, cores vivas e brilhante (amarelo, azul, rosa, verde, vermelho).	ACRILEX	R\$6,33	R\$75,96
203	20	unid	Pincel nº 22, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	CASTELO	R\$3,00	R\$60,00
223	20	unid	Pincel nº 10, pelo de orelha de boi, para tela, óleo, acrílica, formato chato.	CASTELO	R\$3,48	R\$69,60
224	20	unid	Pincel nº 12, pelo de orelha de boi, para tela, óleo, acrílica, formato chato.	CASTELO	R\$4,20	R\$84,00
226	20	unid	Pincel nº 14, pelo sintético para madeira, cerâmica, metal, papel, E.V.A. e plástico, uso em tintas a base d' água, formato duplo língua de gato.	CASTELO	R\$10,71	R\$214,20

227	20	unid	Pincel nº 16, pelo de orelha de boi, para tela, óleo, acrílica, formato chato.	CASTELO	R\$6,00	R\$120,00
228	20	unid	Pincel nº 18, pelo de orelha de boi, para tela, óleo, acrílica, formato chato.	CASTELO	R\$7,29	R\$145,80
229	20	unid	Pincel nº 22, pelo de orelha de boi, para tela, óleo, acrílica, formato chato.	CASTELO	R\$11,70	R\$234,00
238	350	unid.	Porta-folhas de parede em acrílico cristal tamanho A4, medindo aprox. 220x300x30mm	ACRIMET	R\$17,94	R\$6.279,00
						R\$8.048,16

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº26/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EL-FORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
34	21	pç	Banner "os 10 passos para a alimentação saudável para adultos", "os 10 passos para a alimentação saudável para crianças", "Pirâmide alimentar brasileira", "Pirâmide alimentar infantil", "Pirâmide alimentar do índice glicêmico", "Pirâmide alimentar do peso saudável", "Importância da amamentação". Feito em microfibras politizadas, resistente e impermeável e com suporte para ser pendurado e colorido. Dimensões 90cm x 90cm.	NEON BRASIL	R\$110,00	R\$2.310,00
						R\$2.310,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº27/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº27/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HP & E COMERCIAL LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
13	3	unid	Álbum fotográfico de porções alimentares. Autor: Rosana Posse Suero Lopes, Raquel Braz Assunção Botelho, editora METHA, ano de Edição 2008, número de Páginas 272, encadernação em espiral, Idioma: Português.	METHA	R\$100,00	R\$300,00
126	300	rolo	Fítilho presente, rolo com 50 metros, diversas cores (branco, vermelho, rosa choque, rosa claro, lilás, verde, amarelo, azul claro e laranja).	NIZURI	R\$1,28	R\$384,00
143	21	jogo	Jogo "Beto e Bia: corrida da boa alimentação e dos hábitos saudáveis" ; jogo composto por tabuleiro cartonado, dado e pinos de plásticos para locomoção no tabuleiro; o tabuleiro de corrida que apresenta recomendações sobre a boa alimentação. Idade: a partir de 4 anos. Número de participantes: 2 a 4.	METHA	R\$13,00	R\$273,00
145	21	jogo	Jogo de olho nos alimentos, Composto por um tabuleiro colorido e fichas com 114 imagens de alimentos e preparações, de olho nos alimentos apresenta diferentes formas de se jogar e aprender o nome de todos os alimentos ali apresentando, montar as refeições com os as fichas, ou mesmo juntá-las em grupo de alimentos. Para isto conta com um folheto que contém a lista dos alimentos presentes, divididos em grupos.	NUTRILAND	R\$37,50	R\$787,50
149	3	kit	Kit Réplica de Alimentos da Pirâmide Alimentar, com 24 alimentos em tamanho natural; bombom, manteiga, biscoito, alface, tomate, macarrão, pão francês, pão de forma, milho, arroz, ovo frito, bife, feijão, sobrecoxa de frango assada, queijo, rodela de abacaxi, banana, laranja, maçã, caqui, manga, batata, berinjela, abóbora.	VIRTUASAÚDE	R\$700,00	R\$2.100,00
153	50	unid	Lápis técnico preto 9 B	MAPED	R\$0,80	R\$40,00
193	250	pcte	Pilhas alcalinas AAA, pacote com 04 unidades, voltagem/amperes: 1,5.	ELGIN	R\$3,22	R\$805,00
194	100	pcte	Pilhas alcalinas média, pacote com 02 unidades.	ELGIN	R\$5,72	R\$572,00
195	100	pcte	Pilhas alcalinas pequena AA, pacote com 04 unidades.	ELGIN	R\$3,22	R\$322,00
196	60	pcte	Pilhas alcalinas tipo AA, cartela(s) com 04 unidades.	ELGIN	R\$3,22	R\$193,20
						R\$5.776,70

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº28/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INFOTRIZ COMERCIAL LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
16	10	cx	Alfinete de segurança de roupa nº 2 aço niquelado, caixa com 100 unidades.	BACHI	R\$7,00	R\$70,00
35	10	rolo	Barbante 6 fios 100% algodão, rolo com 305 metros	CORBATEX	R\$5,25	R\$52,50
39	250	bobina	Bobina para senha eletrônica, de impres- sora térmica, medindo 57mmx40mmx5mm.	MAXPRINT	R\$2,41	R\$602,50
40	530	bobina	Bobina térmica para relógio de ponto ele- trônico (REP), medindo 57mm de largura e 300 metros de comprimento, em papel térmico com capacidade de preservar a impressão por no mínimo 5 anos, con- forme especificado na Portaria 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	MAXPRINT	R\$13,45	R\$7.128,50
46	400	unid.	Caderno universitário espiral com 96 folhas, capa flexível.	JANDAIA	R\$1,78	R\$712,00
57	15	pcte	Capa para encadernação PP (polipro- pileno), cor transparente, formato A-4, tamanho aprox. 21 x 297 mm, pacote com 100 unidades.	USA	R\$18,90	R\$189,00
65	2	unid	Cartolina laminada 150g, medindo aprox. 49x59 cm, cor azul, pacote com 20 unidades.	VMP	R\$11,10	R\$22,20
67	50	unid	Cola adesivo instantâneo, uso geral, 05 gramas	HENKEL	R\$7,00	R\$350,00
69	20	tubo	Cola branca extra adesivo vinílico de alta resistência, ideal para colagens duráveis em papel, caixas, maquetes e outros. Tubo com 1kg.	PIRATININGA	R\$3,60	R\$72,00
108	15	cx	Envelope branco, medindo 24x34cm, caixa com 100 unidades.	ROMITEC	R\$11,16	R\$167,40
109	10	pct	Espeto churrasco 4x250mm, pct 100 unidades	TEOTHO	R\$1,90	R\$19,00
113	60	unid.	Estilete grande lamina larga	MASTER	R\$0,52	R\$31,20
115	50	cx	Etiqueta auto adesivas em folhas formato carta para impressora, tamanho 25,4 x 66,7 mm, 30 etiquetas por folha, caixa com 100 folhas.	INFORNS	R\$14,10	R\$705,00
116	10	cx	Etiqueta auto adesivas em folhas formato carta para impressora, tamanho 33,9 x 101,6 mm, 14 etiquetas por folha, caixa com 100 folhas.	INFORNS	R\$14,10	R\$141,00
123	100	unid	Fita adesiva transparente polipropileno 48mmx45m	FLAX	R\$1,46	R\$146,00
124	30	unid	Fita crepe 50x50 cm	EUROCELL	R\$5,25	R\$157,50
128	3	unid	Furador Alavanca Regular Sapo, para furar EVA, com depósito para armazena- gem dos recortes, Medidas aproximadas: Altura: 1,3 cm e Largura: 1,3 cm.	TOKE E CRIE	R\$14,00	R\$42,00
129	3	unid	Furador Alavanca Regular Trevo, para furar EVA, com depósito para armazena- gem dos recortes, Medidas aproximadas: Altura: 1,5 cm e Largura: 1,5 cm.	TOKE E CRIE	R\$14,00	R\$42,00
130	3	unid	Furador Extra Gigante Urso, para furar EVA, com depósito para armazenagem dos recortes, Medidas aproximadas: Altu- ra - 4,4 cm x Largura - 3,7 cm.	TOKE E CRIE	R\$41,00	R\$123,00
131	3	unid	Furador Jumbo Circulo, para furar EVA, com depósito para armazenagem dos recortes, Medidas aproximadas: Altura - 2,5 cm x Largura - 2,5 cm.	TOKE E CRIE	R\$25,95	R\$77,85

132	3	unid	Furador Mini Círculo 3/8, para furar EVA de 2mm, com depósito para armazenagem dos recortes, medidas do desenho: 1 cm x 1 cm.	TOKE E CRIE	R\$14,00	R\$42,00
133	3	unid	Furador Regular Estrela, para furar EVA, com depósito para armazenagem dos recortes, Medidas aproximadas: Altura: 1,5 cm e Largura: 1,5 cm.	TOKE E CRIE	R\$14,00	R\$42,00
134	3	unid	Furador Regular Flor Hélice, para furar EVA, com depósito para armazenagem dos recortes, Medidas aproximadas: Altura: 1,3 cm e Largura: 1,3 cm.	TOKE E CRIE	R\$14,00	R\$42,00
135	5	caixa	Giz de cera, caixa com 12 cores gizão	PIRATININGA	R\$1,25	R\$6,25
151	10	cx	Lápis de cor, com 12 cores variadas, atóxico, ponta max resistente, pigmentos de ótima qualidade, cores mais vivas, Formato triangular ergonômico, produzido com madeira 100% reflorestada.	LABRA	R\$2,90	R\$29,00
184	25	pcte	Papel celofane 70x89 incolor, pacote com 50 unidades.	VMP	R\$19,50	R\$487,50
185	10	resma	Papel Sulfite A3, dimensões 297 x 420 mm, gramatura 75g/m², resma com 500 folhas.	CHAMEX	R\$25,80	R\$258,00
187	15	unid	Pasta catálogo, formato Ofício, com visor, 4 colchetes, 100 envelopes plásticos, dimensões aprox. 243 x 330mm.	DAC	R\$10,20	R\$153,00
191	15	unid.	Perfurador de papel, todo em ferro fundido, inclusive a base, com pintura martelada, com alta capacidade de perfuração.	CAVIA	R\$42,00	R\$630,00
204	100	unid.	Pincel marca texto, cor azul.	JOCAR	R\$0,47	R\$47,00
209	20	unid	Pincel nº 0, pelo sintético para tecido, artesanato, cerâmica, aquarela, acrílica, formato liner.	TIGRE	R\$3,60	R\$72,00
210	20	unid	Pincel nº 00, pelo sintético para tecido, artesanato, cerâmica, aquarela, acrílica, formato liner.	TIGRE	R\$3,60	R\$72,00
211	20	unid	Pincel nº 02, sintético para tecido, formato leque.	TIGRE	R\$13,00	R\$260,00
213	30	unid	Pincel nº 04 - linha óleo/acrílico	TIGRE	R\$1,84	R\$55,20
215	20	unid	Pincel nº 06 sintético para tecido, formato chanfrado.	TIGRE	R\$2,50	R\$50,00
217	20	unid	Pincel nº 08 sintético para tecido, formato chanfrado.	TIGRE	R\$2,50	R\$50,00
218	30	unid	Pincel nº 08 - linha óleo/acrílico	TIGRE	R\$4,00	R\$120,00
220	20	unid	Pincel nº 08, sintético para tecido, formato língua de gato.	TIGRE	R\$2,50	R\$50,00
222	30	unid	Pincel nº 10 - linha óleo/acrílico	TIGRE	R\$7,47	R\$224,10
237	210	unid.	Porta caneta, clips e cartão, em acrílico cristal.	WALEU	R\$4,20	R\$882,00
241	56	unid.	Quadro de cortiça, para recado, medindo aprox. 1,20 x 0,90, com moldura de alumínio.	SOUZA	R\$53,00	R\$2.968,00
251	2.700	rolo	Senha manual com capacidade de 2000 (dois mil) senhas, picotadas, de fácil destaque, rolo com numeração com ordem sequencial, 2 dígitos (00-99) ou 3 dígitos (000-999).	TURN-O MATIC	R\$10,20	R\$27.540,00
258	10	unid	Tesoura de picotar para tecido - 8,5 x23 cm.	MASTER	R\$25,00	R\$250,00
260	50	unid	Tesoura escolar pequena e sem ponta.	LEO E LEO	R\$0,52	R\$26,00
						R\$45.206,70

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº29/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
4	80	unid.	Agenda telefônica comercial, com espaço para endereço, telefone, celular, local e e-mail	INDEX	R\$9,36	R\$748,80
19	20	pcte	Balão canudo nº 7 amarelo citrico, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$93,60
20	15	pcte	Balão canudo nº 7 azul turqueza, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$70,20
21	30	pcte	Balão canudo nº 7 lilás soft, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$140,40
22	30	pcte	Balão canudo nº 7 rosa choque, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$140,40
23	20	pcte	Balão canudo nº 7 sortido, pct 50 unid.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$93,60
24	40	pcte	Balão canudo nº 7 vermelho quente, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$4,68	R\$187,20
25	80	pcte	Balão de aniversário nº 7 amarelo citrino, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$3,35	R\$268,00
26	80	pcte	Balão de aniversário nº 7 ameixa, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$3,35	R\$268,00
27	80	pcte	Balão de aniversário nº 7 azul turqueza, pacote 50 unidades	RIBERBALL	R\$3,35	R\$268,00
28	80	pcte	Balão de aniversário nº 7 lilas soft, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$3,35	R\$268,00
29	70	pcte	Balão de aniversário nº 7 liso sortido, pacote 50 unidades	RIBERBALL	R\$3,35	R\$234,50
30	80	pcte	Balão de aniversário nº 7 rosa choque, pacote 50 unidades	RIBERBALL	R\$3,35	R\$268,00
31	20	pcte	Balão de aniversário nº 7 verde folha, pacote 50 unidades.	RIBERBALL	R\$3,35	R\$67,00
32	200	pcte	Balão de aniversário nº 7 vermelho quente, pct 50 unid.	RIBERBALL	R\$3,35	R\$670,00
33	20	pcte	Balão de aniversário nº 9 liso sortido pct 50 unid.	RIBERBALL	R\$7,00	R\$140,00
54	70	unid.	Caixa para correspondência tripla, em acrílico, transparente, com suporte de ferro.	WALEU	R\$29,30	R\$2.051,00
56	5	cx	Caneta para tecido, caixa com 6 cores sortidas.	JOCAR	R\$8,95	R\$44,75
70	20	tubo	Cola branca para porcelana fria, tubo com 1kg	APLICOLA	R\$12,15	R\$243,00
71	50	cx	Cola colorida 23g, não tóxica e lavável, caixa com 6 cores.	PIRATININGA	R\$2,55	R\$127,50
72	50	unid	Cola Glitter relevo 3D, cor Amarela, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
73	50	unid	Cola Glitter relevo 3D, cor Azul, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
74	50	unid	Cola Glitter relevo 3D, cor Branca, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
75	50	unid	Cola Glitter relevo 3D, cor Cinza, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
76	50	unid	Cola Glitter relevo 3D, cor dourado, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
77	50	unid	Cola Glitter relevo 3D, cor Lilás, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
78	50	unid	Cola Glitter relevo 3D, cor Marrom, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
79	50	unid	Cola Glitter relevo 3D, cor Prata, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50

80	50	unid	Cola Glitter Relevô 3D, cor Preta, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
81	50	unid	Cola Glitter Relevô 3D, cor Roxa, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
82	50	unid	Cola Glitter Relevô 3D, cor Verde, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
83	50	unid	Cola Glitter Relevô 3D, cor Vermelha, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
85	50	unid	Cola Relevô 3D, cor Amarela, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
86	50	unid	Cola Relevô 3D, cor Azul, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
87	50	unid	Cola Relevô 3D, cor Branca, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
88	50	unid	Cola Relevô 3D, cor Cinza, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
89	50	unid	Cola Relevô 3D, cor dourado, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
90	50	unid	Cola Relevô 3D, cor Lilás, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
91	50	unid	Cola Relevô 3D, cor Marrom, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
92	50	unid	Cola Relevô 3D, cor prata, 35 ml	ACRILEX	R\$2,25	R\$112,50
93	50	unid	Cola Relevô 3D, cor Preta, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
94	50	unid	Cola Relevô 3D, cor Roxa, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
95	50	unid	Cola Relevô 3D, cor Verde, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
96	50	unid	Cola Relevô 3D, cor Vermelha, 35 ml	ACRILEX	R\$2,00	R\$100,00
97	15	pcte	Contra capa para encadernação PP (polipropileno), cor azul royal, formato A-4, tamanho aprox. 21 x 297 mm, pacote com 100 unidades.	USA FOLIEN	R\$16,37	R\$163,70
101	25	unid	DEF 2012 - 2013 Dicionário de Especialidades Farmacêuticas, Editora: EPUC Edição: 41, Acabamento: Brochura, Ano Publicação: 2012, páginas: 940.	EPUB	R\$92,00	R\$2.300,00
107	25	cx	Envelope branco, medindo 17x25cm, caixa com 100 unidades.	IPECOL	R\$7,70	R\$192,50
119	20	m	Feltro 1.40 largura. Cores: vermelho, amarelo, verde, preto, branco, rosa, azul, marrom, laranja, cinza, pele, lilás, vinho, roxo e areia.	SANTA FÉ	R\$11,50	R\$230,00
121	20	unid.	Fichário com base metálica, com tampa em poliestireno, fixada com rebite em aço, dimensões aprox. 234 x 272 x 160.	ACRIMET	R\$67,00	R\$1.340,00
144	21	jogo	Jogo de damas, com as seguintes especificações mínimas: jogo com tabuleiro medindo 24x24x0,4cm, em madeira fibrosintética impressa com Silk Screen, 24 pedras em duas cores, confeccionado em EVA. Acondicionado em embalagem plástica; peso: 0,230Gr; medidas da embalagem: 26x26x2.	JOTT PLAY	R\$12,00	R\$252,00
146	21	jogo	Jogo de xadrez, com as seguintes especificações mínimas: tabuleiro (caixa) em madeira/MDF, peças de plástico (rei 10cm), formato quadrado, com aplicação a lazer tabuleiro tipo caixa para acondicionamento das peças.	CARIMBAS	R\$64,80	R\$1.360,80

147	3	kit	Kit alimentação saudável composto por 17 jogos e 4 fantoches avulsos (totalizando 21 itens). Embalagem com tampa, face externa pintada com fundo branco ultravioleta atóxico e serigrafia com ilustrações do kit em policromia ultravioleta atóxico. Caixa de madeira com 2 rodinhas e alça de sisal, medida da caixa: 92x38,5x23 cm. Lacrada com fita de arquear branca. Material Feltro, M.D.F. e E.V.A. Kit composto por 17 jogos e 4 fantoches avulsos (totalizando 21 itens): Alinhavos frutas e legumes, carimbos educação alimentar, carimbos frutas, dominó alimentação saudável, fantoches frutas, fantoches legumes, frações nas frutas, memória frutas, memória frutas e hortaliças, painel cardápio da semana M.D.F., quebra-cabeça alimentos, quebra-cabeça frutas e legumes, quebra-cabeça pirâmide alimentar, quebra-cabeça pirâmide alimentar para crianças, quebra-cabeça silábico frutisílaba, quebra-cabeça hortisílaba, relógio da saúde, fantoches avulsos animais que servem de alimentação: Galo, Peixe, Porco e Vaca.	CARLU BRIN- QUEDOS	R\$980,00	R\$2.940,00
148	21	unid	Kit para Educação em Saúde Bucal (macromodelo de boca, escovão, macromodelo de evolução da cárie), com as seguintes especificações mínimas: Composição (objetos e características): • Macro-arcada: modelo de dentes em escala maior, com dimensões aproximadas de 12,5cmX12,5cmX21cm, confeccionada em resina, com arcada superior, arcada inferior, língua em material emborrachado flexível, gengiva em material emborrachado flexível e articulador de metal flexível duplo e base plástica rígida para sustentação do conjunto, 32 dentes na cor branca/marfim sendo: 16 no arco superior e 16 no arco inferior. Os dentes deverão ser inseridos individualmente na arcada para possibilitar demonstração de uso de fio dental em todos os dentes e regiões da arcada. Os dentes deverão ser inseridos nos pontos de fixação com pressão suficiente para o manuseio sem que se soltem indevidamente. A língua e a gengiva deverão ter variações da tonalidade rosa. Macro-cáries: Conjunto composto por base plástica rígida para perfeito encaixe e sustentação dos modelos de dente e 04 modelos de dentes confeccionados em resina plástica em escala maior com lesões cáries em evolução sendo: dente hígido, dente com cárie inicial de esmalte, dente com cárie de dentina e dente com cárie profunda com exposição pulpar. Cada dente é dividido em duas partes. Dimensões da base 25x8x8cm. Dimensões de cada dente 9x5x4,5cm. Os dentes são encaixados individualmente na base e podem ser retirados e recolocados a qualquer momento para demonstração. • Arcadas dentárias periodontais funcionais confeccionadas em resina plástica. Três arcadas funcionais que demonstrem a gengiva (quando aberta) e os dentes (quando fechada) demonstrando através de Três estágios, a evolução das lesões e avanço da doença periodontal/gengiva sendo: gengiva saudável, gengivite, e doença periodontal com retração gengival e perda óssea. Dimensões em tamanho aproximado de 8 x 5,5 x 4 cm (cada estágio); • Macro-escova dental: modelo em escala maior, medindo 29 cm, e peso inferior a 100 gramas; Cor clara, confeccionada em plástico rígido e cerdas de nylon; • Acondicionados em Caixa plástica dimensões da caixa: 29x17x23 cm.	CIVIAM	R\$350,00	R\$7.350,00
172	300	pcte	Pano branco 100% Algodão, para limpeza, medida aprox. 54 x 16 x 69cm. Pacote com 3 unid.	MARTINS	R\$3,69	R\$1.107,00
189	1200	unid.	Pasta plástica em Polipropileno, texturização transparente com gram-po trilha em PVC.	ALAPLAST	R\$0,94	R\$1.128,00
197	20	unid	Pincel nº 04, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,54	R\$10,80
198	20	unid	Pincel nº 06, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,57	R\$11,40
199	20	unid	Pincel nº 08, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,61	R\$12,20

200	20	unid	Pincel nº 10, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,66	R\$13,20
201	20	unid	Pincel nº 12, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,72	R\$14,40
202	20	unid	Pincel nº 16, cerdas brancas Importadas para tecido e artesanato, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,82	R\$16,40
205	2	unid	Pincel marcador permanente atômico 1.100-p, cor azul, caixa com 12 unidades.	JOCAR	R\$8,63	R\$17,26
206	2	unid	Pincel marcador permanente atômico 1.100-p, cor preto, caixa com 12 unidades.	JOCAR	R\$8,63	R\$17,26
207	2	unid	Pincel marcador permanente atômico 1.100-p, cor verde, caixa com 12 unidades.	JOCAR	R\$8,63	R\$17,26
208	2	unid	Pincel marcador permanente atômico 1.100-p, cor vermelho, caixa com 12 unidades.	JOCAR	R\$8,63	R\$17,26
212	20	unid	Pincel nº 04 sintético para tecido, formato redondo.	LEO E LEO	R\$0,54	R\$10,80
214	20	unid	Pincel nº 04, sintética especial para tecido, uso em tintas a base d' água, formato redondo.	LEO E LEO	R\$0,54	R\$10,80
216	20	unid	Pincel nº 06 sintético para tecido, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,57	R\$11,40
219	20	unid	Pincel nº 08, sintética especial para tecido, uso em tintas a base d' água, formato redondo.	LEO E LEO	R\$0,60	R\$12,00
221	20	unid	Pincel nº 10 sintético para tecido, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,66	R\$13,20
225	20	unid	Pincel nº 14 sintético para tecido, formato chato.	LEO E LEO	R\$0,79	R\$15,80
230	3	kit	Pirâmide nutricional tridimensional de acrílico em tamanho grande, baseada na pirâmide alimentar brasileira, com as seguintes especificações mínimas: dimensões: altura 60 cm, base 50 X 50 cm; com abertura para manuseio dos alimentos; prateleiras removíveis; desmontável, facilitando o transporte.	EMPRIIO DA NUTRICAÇÃO	R\$660,00	R\$1.980,00
231	30	unid	Pistola para cola quente hot melt k-300 220V	RHAMOS	R\$25,20	R\$756,00
232	30	unid	Pistola para cola quente hot melt k-600 220V	RHAMOS	R\$30,20	R\$906,00
233	30	unid	Pistola para cola quente hot melt k-800 220V	RHAMOS	R\$44,60	R\$1.338,00
234	60	unid	Pistola para cola quente, tamanho Grande, profissional Bivolt (110/220) volts, no mínimo 80 wats.	RHAMOS	R\$42,00	R\$2.520,00
235	10	unid	Placas de isopor 1 x 50cm x 25mm	ISOPLAST	R\$3,25	R\$32,50
243	50	pacote	Refil Cola Quente fina 500 g	JOCAR	R\$7,70	R\$385,00
245	300	pacote	Refil cola quente, bastão semi transparente rendicolla 7,5mm x 30 mm, pacote com 8 unidades.	JOCAR	R\$3,90	R\$1.170,00
250	15	cx	Saco plástico Ofício, super grosso com 4 furos, tamanho 240x330. Caixa com 300 unidades.	DAC	R\$51,00	R\$765,00
252	52	unid	Suporte para senhas impressas em ferro com pintura isolante térmica e antioxidante, com altura de aproximadamente 1500mm para colocação sobre o piso sem fixação. Acoplado dispensador de senha manual com capacidade de no mínimo 2000 (dois mil) senhas e a placa acrílica " Retire sua Senha".	TURN O MATIC	R\$305,00	R\$15.860,00
261	100	cx	Tinta à base de resina P.V.A, fosca, totalmente atóxica. Com 6 potes de cores sortidas, 37 ml cada.	ACRILEX	R\$9,52	R\$952,00
262	300	unid	Tinta à base de resina P.V.A, totalmente atóxica. Embalagem 170 ml cores diversas.	ACRILEX	R\$4,61	R\$1.383,00
263	30	caixa	Tinta a óleo 20ml, caixa com 8 cores.	ACRILEX	R\$19,57	R\$587,10
264	25	tubo	Tinta óleo, para pintura artística sobre telas, madeira, chapas, cartão (diversas cores) 20ml.	ACRILEX	R\$2,70	R\$67,50
266	20	cx	Tintas à base de resina acrílica, não tóxicas e solúveis em água. Prontas para uso. Tubo com 15ml , caixa com 6 cores.	ACRILEX	R\$10,00	R\$200,00

267	950	m	TNT (tecido-não-tecido), gramatura: 40/45g, largura de 1,40 m, diversas cores (preto, branca, azul, azul royal, verde bandeira, vermelho, pink, laranja, lilás e amarelo).	SUL BRASIL	R\$0,67	R\$636,50
268	120	unid	Vernizes em spray brilhante, utilizado em acabamento e proteção às pinturas em telas sobre tintas a óleo ou tintas acrílicas e em trabalhos artesanais. No mínimo 300 ml.	ACRILEX	R\$13,20	R\$1.584,00
269	100	unid	Vernizes em spray fosco, utilizado em acabamento e proteção às pinturas em telas sobre tintas a óleo ou tintas acrílicas e em trabalhos artesanais. No mínimo 300 ml.	ACRILEX	R\$13,20	R\$1.320,00
						R\$59.994,99

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº30/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2014 - Pregão Presencial 11/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório, artesanatos, didático, pedagógico e educativo de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para utilização nos trabalhos de artesanatos feitos pelos pacientes do CAPS II, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher, utilização no NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde) e no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 06/03/2014 à 05/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Produto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
14	21	unid	Álbum para educação em saúde DST, com as seguintes especificações mínimas: com figuras/ilustrações coloridas sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis, ilustrando noções técnicas e científicas; capa dura com espiral tipo "wire-o", com 25 folhas, 40 páginas coloridas (frente e verso); apresentando temas sobre o corpo do homem e da mulher, doenças e riscos, sintomas, prevenção, uso de preservativo feminino e masculino; e no verso, detalhamento das doenças: gonorreia, candidíase, aids, tricomoníase, condiloma, herpes, clamídia, sífilis, cancro-mole, linfogranuloma, vaginose, donovanose, chato e hepatite B; tamanho: 65 cm x 40 cm; Peso: 2150.	SEMINA EDUCATIVA	R\$499,50	R\$10.489,50
43	5	cx	Botões para forrar nº 22, caixa com 144 unidades.	BOMB	R\$14,00	R\$70,00
44	5	cx	Botões para forrar nº 28, caixa com 144 unidades.	BOMB	R\$23,00	R\$115,00
45	5	cx	Botões para forrar nº 16, caixa com 144 unidades.	BOMB	R\$9,00	R\$45,00
157	130	unid	Linha para crochê 1.000m, 100 % algodão mercerizado, cores: vermelha natal, vinho, azul claro e esc., amarelo ouro, verde claro e escuro, azul turquesa, marinho e royal, marrom claro e escuro, preto, laranja, bordô, rosa pink, rosa bebê, cinza claro e escuro, lilás, roxo.	ROMA	R\$19,50	R\$2.535,00
159	12	unid.	Lousa de vidro temperado com película de projeção, na cor branco fosco, com dimensões aprox. de 1,80 (comprimento) x 1,20 cm (largura) x 6mm (espessura), fixada com espaçadores de alumínio cromado, parafusos em aço inox e acompanha um kit com suporte para apagador, apagador e duas canetas. Instalado e garantia de no mínimo 01 (um) ano do produto e da instalação.	BORDSOLUTIONS	R\$750,00	R\$9.000,00
164	2	unid	Matriz de forrar botão nº 28	BAMB	R\$54,10	R\$108,20
165	2	unid	Matriz de forrar botão nº 16	BAMB	R\$19,90	R\$39,80
166	2	unid	Matriz de forrar botão nº 22	BAMB	R\$31,90	R\$63,80
249	300	unid.	Saco plástico 20x30cm, pacote com 50 unidades.	PHILIBRAS	R\$4,45	R\$1.335,00

253	80	m	Tecido americano cru (médio)	AMERICANO	R\$13,60	R\$1.088,00
254	80	m	Tecido Estampado para Patchwork, em 100% algodão, várias estampas Patchwork	PATCHWORK	R\$29,50	R\$2.360,00
255	80	m	Tecidos tricoline, diversas estampas, 100% algodão.	TRICOLINE	R\$29,30	R\$2.344,00
257	10	unid	Tesoura para costura para tecido - 9 x 21cm.	MUNDIAL	R\$12,00	R\$120,00
						R\$29.713,30

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº72/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº72/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AL-TERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
8	100	cx	Alprazolam 0,25mg c/20cp	UNIAO QUIMICA	R\$2,60	R\$260,00
11	100.000	comp.	Anlodipino 5mg	VITAPAN	R\$0,02	R\$2.000,00
14	1.000	amp	Atropina 01 ml (01-02-0522)	ISO FARMA	R\$0,28	R\$280,00
21	30	cx	Bromazepan 6mg c/30cp	TEUTO	R\$2,10	R\$63,00
31	80.000	cp	Colchicina 0,5mg	MULTILAB	R\$0,17	R\$13.600,00
40	35	cx	Cloridrato de Diltiazem 60mg c/50cp	TEUTO	R\$5,50	R\$192,50
48	180	cx	Cloridrato de Venlafaxina 75mg c/30cp	TORRENT	R\$24,00	R\$4.320,00
69	500	amp	Fenobarbital 100 mg amp c/ 2 ml injetável (01-02-0993)	CRISTALIA	R\$1,79	R\$895,00
80	5.000	amp	Fosfato dissódico de dexametasona 4 mg/ml - amp 2,5 ml (01-02-0679)	FARMACE	R\$1,40	R\$7.000,00
89	1.500	amp	Hidrocortisona 100 mg (01-02-1178)	TEUTO	R\$2,93	R\$4.395,00
98	20	cx	Lamotrigina 25mg c/30cp	TORRENT	R\$6,60	R\$132,00
104	100	cx	Meloxicam 15mg c/10cp	PHARLAB	R\$1,10	R\$110,00
122	60	cx	Risperidona 1mg, caixa com 20 comprimidos	TORRENT	R\$3,60	R\$216,00
						R\$33.463,50

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº73/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº73/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA JAW COMERCIO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
4	150	cx	Actos 30mg c/15cp	ACTOS 30MG	R\$41,64	R\$6.246,00
52	50	cx	Dicetel 100mg c/20cp	DICETEL 100MG	R\$41,00	R\$2.050,00
54	7.000	amp.	Dimenidrinato 3mg/ml + cloridrato de piridoxina 5mg/ml+glicose 100 mg/ml + frutose 100mg/ml - 10mL EV	DRAMIN B6 DL	R\$1,8495	R\$12.946,56
116	25	frs	Omnaris 50mcg, com 120 doses	OMNARIS 50MCG 120 DO	R\$24,22	R\$605,50
						R\$21.848,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº74/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº74/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
45	4.000	amp.	Cloridrato de tiamina+cloridrato de piridoxina 100 mg	UNIAO QUIMICA	R\$1,29	R\$5.160,00
53	5.000	amp	Diclofenaco sódico 25 mg/ml 3 ml injetável (01-02-1464)	TEUTO	R\$0,65	R\$3.250,00
90	3.000	amp	Hidrocortisona 500 mg (01-02-1179)	BLAU	R\$5,60	R\$16.800,00
101	400.000	comp	Levotiroxina Sódica 100mcg.	MERCK	R\$0,113	R\$45.200,00
						R\$70.410,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº75/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
5	1.500	amp	Adenosina 3mg/ml Iv 2ml (01-02-1163)	HIPOLABOR	R\$6,40	R\$9.600,00
106	10.000	amp	Metoclopramida 10 mg injetável amp c/ 2 ml (01-02-1306)	ISOFARMA	R\$0,21	R\$2.100,00
120	2.000	amp	Prometazina 2ml injetável (01-02-0430)	SANVAL	R\$0,88	R\$1.760,00
						R\$13.460,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº76/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº76/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
17	500	amp	Biperideno 5 mg, sol injetável 1ml (01-02-0575)	CRISTALIA	R\$1,46	R\$731,50
27	1.500	amp	Cetoprofeno 50mg/mL IM c/2mL	CRISTALIA	R\$1,443	R\$2.164,50
28	2.500	amp	Cetoprofeno 100mg/mL EV	CRISTALIA	R\$3,13	R\$7.825,00
44	50	cx	Cloridrato de paroxetina 30mg, caixa com 30 comp.	CRISTALIA	R\$14,58	R\$729,00
51	600	amp	Decanoato de haloperidol 50 mg/ml frs 1 ml (01-02-0585)	CRISTALIA	R\$5,29	R\$3.174,00
67	500	amp	Enantato de flufenazina 25mg/ml solução injetável 1 ml 01-02-0111)	CRISTALIA	R\$3,336	R\$1.668,00
70	45	tb	Fibrase pomada 10gr	CRISTALIA	R\$12,93	R\$581,85
74	60	cx	Fumarato de Quetiapina 100mg c/30cp	CRISTALIA	R\$95,61	R\$5.736,60
75	1.200	cp	Fluconazol 100mg	CRISTALIA	R\$0,538	R\$645,60
82	30	amp	Flumazenil 0,1mg/mL IV c/5mL CENTRI	CRISTALIA	R\$20,40	R\$612,00
115	1.200	amp	Omeprazol 40mg iv (01-02-1620)	CRISTALIA	R\$4,42	R\$5.304,00
138	15.000	amp	Tenoxicam 20 mg iv/im (com diluente	CRISTALIA	R\$3,97	R\$59.550,00
						R\$88.722,05

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº77/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº77/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
95	50	cx	Insulina Levemir, caixa com 5 refs de 3mL	NOVO NORDISK	R\$204,45	R\$10.222,50
108	20	cx	Mimpara 30mg c/30cp	BERGAMO	R\$439,80	R\$8.796,00
140	25	Cx.	Thioctacid 600mg c/30cp	MERCK	R\$79,80	R\$1.995,00
						R\$21.013,50

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº78/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº78/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DI-MACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
2	300.000	cp	Ácido Fólico 5mg	HIPOLABOR	R\$0,0147	R\$4.410,00
6	4.000	fr	Água destilada 10 ml injetável (01-02-0415)	FARMACE	R\$0,147	R\$588,00
9	500	amp	Aminofilina 10 ml injetável (01-02-0660)	HIPOLABOR	R\$0,546	R\$273,00
10	1200	fr	Anestésico lidocaina 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml (CENTRI)	HIPOLABOR	R\$1,24	R\$1.488,00
22	1.500	fr	Brometo de fenoterol, gotas, frasco c/ 20ml (01-02-1635)	HIPOLABOR	R\$1,26	R\$1.890,00
24	2.000	amp	Cloridrato de ondansetrona 2 mg, injetável c/ 2 ml (01-02-1614)	HIPOLABOR	R\$0,735	R\$1.470,00
35	600	amp	Clorpromazina 5 mg/ml c/ 5 ml (01-02-1157)	UNIÃO QUIMICA	R\$1,199	R\$719,40
36	500	fr	Cloreto de sódio 20% - 10 ml (01-02-0419)	ISOFARMA	R\$0,209	R\$104,50
42	500	fr	Cloridrato de dopamina 5 mg/ml amp c/ 10 ml injetável (01-02-1169)	UNIAO QUIMICA	R\$0,99	R\$495,00
46	4.000	amp	Cloridrato de tramadol 50mg/ml, injetavel 2ml	HIPOLABOR	R\$0,84	R\$3.360,00
55	8.000	amp	Dipirona 500mg/5 ml c/ 2 ml injetavel (01-02-0990)	HIPOLABOR	R\$0,546	R\$4.368,00
60	400	amp	Dobutamina 250mg solução injetável 50mg/ml (01-02-1616)	HIPOLABOR	R\$1,68	R\$672,00
73	15.000	fr	Fosfato sódico de prednisolona 3mg/ml, solução oral, frasco com 60mL	HIPOLABOR	R\$2,27	R\$34.050,00
79	2.000	amp	Furosemida 10 mg/ml amp c/ 2 ml injetável (01-02-0423)	SANTISA	R\$0,63	R\$1.260,00
81	600.000	cp	Furosemida 40mg	HIPOLABOR	R\$0,0315	R\$18.900,00
85	500	fr	Glicose 25% 10 ml (01-02-0424)	ISOFARMA	R\$0,21	R\$105,00
86	500	fr	Glicose 50% 10 ml (01-02-0011)	ISOFARMA	R\$0,2205	R\$110,25
87	500	amp	Gluconato de cálcio 10 ml injetável	ISOFARMA	R\$1,47	R\$735,00
107	600	amp	Midazolam 5mg/ml c/3ml (01-02-1618)	HIPOLABOR	R\$0,81	R\$486,00
111	300	amp	Naloxona 0,4mg/mL IM, SC, IV c/1mL	HIPOLABOR	R\$3,99	R\$1.197,00
134	500	frs	Sulfato de magnésio 10% c/ 10mL	ISOFARMA	R\$0,315	R\$157,50
135	600	amp	Sulfato de terbutalina 0,5mg/ml, amp c/ 1 ml	HIPOLABOR	R\$1,26	R\$756,00
148	2.000	tb	Xylocaina geléia 20mg/g 30g (02-02-1631)	PHARLAB	R\$1,365	R\$2.730,00
						R\$80.324,65

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº79/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº79/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DI-MASTER COMÉRCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
88	1.500.000	cp	Hidroclorotiazida 25mg	PHARLAB	R\$0,019	R\$28.500,00
						R\$28.500,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº80/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº80/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
19	15	cx	Bufferin Cardio 81mg c/30cp	BUFFERIN/NO-VARTIS	R\$6,69	R\$100,35
33	40	cx	Cimicifuga racemosa 20mg, caixa com 30 comprimidos	APLAUSE/MARJAN	R\$37,08	R\$1.483,20
57	40	cx	Diovan amlo fix 320+5mg c/ 28 cp.	DIOVAN AMLO/NOVARTIS	R\$59,16	R\$2.366,40
58	20	cx	Diovan amlo fix 320+10mg c/ 28 cp.	DIOVAN AMLO/NOVARTIS	R\$69,84	R\$1.396,80
59	20	cx	Diovan 80mg c/28cp	DIOVAN/NOVARTIS	R\$56,06	R\$1.121,20
71	60	cx	Foraseq 12/400mcg c/60caps	FORASEQ/NOVARTIS	R\$54,06	R\$3.243,60
83	150	cx	Galvus Met 50/1000mg c/56 cp	GALVUS MET/NOVARTIS	R\$101,29	R\$15.193,50
99	400.000	comp	Levotiroxina Sódica 25mcg. (01-02-1448)	EUTHYROX/MERCK	R\$0,1158	R\$46.320,00
103	12	amp	Lucentis 0,23mL	LUCENTIS/NOVARTIS	R\$2.279,04	R\$27.348,48
123	15	cx	Ritalina LA 20mg c/ 30 cp.	RITALINA LA/NOVARTIS	R\$114,65	R\$1.719,75
124	15	cx	Ritalina LA 40mg c/ 30 cp.	RITALINA LA/NOVARTIS	R\$120,39	R\$1.805,85
130	60	Cx.	Slow K 600mg c/20cp	SLOW-K/NOVARTIS	R\$6,01	R\$360,60
145	25	Cx.	Vecasten c/30cp	VECASTEN/MARJAN	R\$41,10	R\$1.027,50
						R\$103.487,23

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº81/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº81/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	2.000	amp	Acetato de Medroxiprogesterona 150mg/ml, susp. injetável - ampola de 1ml (01-02-0089)	PFIZER	R\$10,80	R\$21.600,00
16	25	fr	Bimatoprost, frasco com 3mL	ALLERGAN	R\$60,69	R\$1.517,25
30	200	fr	Colírio anestésico 10ml (01-02-1168)	ALLERGAN	R\$5,79	R\$1.158,00
39	70	cx	Cloridrato de Diltiazem 30mg c/50cp	BOEHRINGER	R\$12,00	R\$840,00
68	400	tb	Epitezan pomada 3,5 grama (01-02-1177)	ALLERGAN	R\$7,88	R\$3.152,00
133	180	frs	Spiriva respimat	BOEHRINGER	R\$163,89	R\$29.500,20
143	400	cx	Vastarel MR 35mg c/30cp	SERVIER	R\$32,20	R\$12.880,00
						R\$70.647,45

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº82/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRO-MEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
7	30	fr	Alivium 100 mg/ml, frasco com 20 ml	HYPERMARCAS	R\$12,61	R\$378,30
26	1.500	amp	Ceftriaxona dissódica 1g pó para sol injetável IV	NOVAFARMA	R\$4,85	R\$7.275,00
32	120	cx	Cilostazol 100mg c/ 30 cp.	EUROFARMA	R\$14,57	R\$1.748,40
37	20	fr	Cloridrato de betaxolol 5mg/ml, solução oftal, frasco com 5 ml	LATINOFARMA	R\$14,99	R\$299,80
84	24	cx	Ginkgo Biloba 80mg, caixa com 30 comprimido	CIMED	R\$12,72	R\$305,28
100	400.000	comp	Levotiroxina Sódica 50mcg. (01-02-1449)	MERCK	R\$0,1157	R\$46.280,00
127	15.000	cp	Secnidazol 1.000mg: (básica)	PRATI	R\$0,368	R\$5.520,00
137	50	fr	Tartarato de brimonidina 0,2%, frasco com 5 mL	HYPERMARCAS - NEO Q	R\$7,024	R\$351,20
						R\$62.157,98

CÂMARA MUNICIPAL**Contrato Nº 011/2014 Para Aquisição de Moveis Em Geral**

CONTRATO Nº 011/2014 PARA AQUISIÇÃO DE MOVEIS EM GERAL.

Contrato que entre si celebram e a Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua: Joci José Martins Pagani, 101 - Parque Residencial Pagani - Palhoça, inscrita no CNPJ sob o nº 75.813.657/0001-59 neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Senhor Nirdo Artur Luz, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa Provalle Comércio e Serviços LTDA ME, com sede na AV: Bayer Filho, 200, sala 003, Praça XV de Novembro, CEP: 88200-000, Centro, Tijucas/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.262.927/0001-62, neste ato representada por seu representante legal senhor Carlos Felipe Deolindo, CPF: 037.377.789-22, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação nº 013/2014, Pregão Presencial nº 009/2014, homologado em 06/06/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pelas Leis N.ºs 8.88.883/94, 9.032/95, 9.648/98, 9.854/99 e 10.520/02, ao edital antes citado, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O Contrato tem como objeto Aquisição de Poltrona de auditório, Conjunto modelo virtú com mesa principal e balcão lateral, Balcão baixo modelo virtú 6 portas, Armário estante, Mesa de reunião circular, Bancada de cozinha, Armário aéreo, Painele medindo 210X70, Mesa de apoio, Armário estante, Painele curvo, Painele linear e Piso elevado, conforme especificações contidas no edital, no termo de referencia e anexo I, partes integrantes deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 - O pagamento será efetuado, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor que recebeu os materiais, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor.

2.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES.

2.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FTGS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

2.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, poderá ser baixada e carreada aos autos, sem necessidade de comunicar à contratada;

2.5. As notas fiscais serão emitidas à razão de uma para cada Autorização de Fornecimento;

2.6 - A fatura/nota fiscal deverá ser emitida no início de cada mês, em nome da Câmara Municipal de Palhoça, inscrito no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

3.1 - O preço inicialmente contratado poderá ser reajustado, mediante negociação prévia entre as partes, observados os preços praticados no mercado e a periodicidade mínima de 65 (sessenta e cinco) dias úteis, considerando-se como índice inicial o da data da apresentação da proposta.

3.2 - Incumbirá a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reajustamento a ser aprovado pela Contratante, juntando-se memorial de cálculo do reajustamento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - Este contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, perdurando sua vigência até a entrega total do mobiliário que tem o prazo de 65(sessenta e cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante a emissão de termo aditivo, conforme estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.3 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente;

4.4 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

5.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

5.1.1. provisoriamente, imediatamente após, efetuada a instalação, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.

5.1.2. definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis.

5.2. Após a entrega da Autorização de Fornecimento, será designado, conforme o caso, um servidor ou uma comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

5.3. O serviço executado em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório seus anexos e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de execução.

CLÁUSULA SEXTA - CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

6.1 - O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta de recursos da Câmara Municipal de Palhoça, pelos elementos:

4.4.90.52.42.00.00.00(Mobiliário em Geral).

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Iniciar, após o recebimento de autorização da Contratante através de Ordem de Serviço, a entrega do mobiliário no respectivo local relacionado, com fornecimento de todos os moveis, equipamentos e mão-de-obra, no tempo previsto, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o serviço conforme o estabelecido;

7.2 - Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuar-los de acordo com as especificações e prazos estabelecidos, constantes da proposta e instruções do instrumento convocatório e seus anexos;

7.3 - Selecionar e treinar rigorosamente seus empregados, utilizando profissionais com idade não inferior a 18 anos, ficando a Contratada, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante a Contratante e terceiros pelos atos e omissões por eles praticados no desempenho de suas funções;

7.4 - Realizar às suas expensas, sempre que necessário e em função de atualizações tecnológicas e/ou alterações de processos de trabalho, o treinamento e/ou reciclagem dos empregados disponibilizados à Contratante, visando manter o nível dos serviços contratados;

7.5 - Fornecer EPI (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados, impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências da Contratante quando exigido pelas normas de segurança do trabalho;

7.6 - Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço. A inadimplência do Contratado para com estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

7.7 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

7.8 - Arcar exclusivamente com todos os custos relativos à realização completa do serviço contratado, encarregando-se do respectivo custo de todos os equipamentos, da mão-de-obra e dos demais insumos necessários ao cumprimento do contrato;

7.09 - Comunicar, na evidência de evento que implique possível risco ao patrimônio dos locais onde os serviços são prestados, o Órgão de Segurança Pública competente, o responsável pela Secretaria, além de outros telefones que venham a ser informados pela Fiscalização do Contrato;

7.10 - Prestar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga prontamente atender, designando um representante ou preposto com poderes para tratar com a Contratante;

7.11 - Responsabilizarem-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando a Contratante por qualquer dano ou prejuízo decorrente desses defeitos, erros, falhas, omissões ou irregularidades.

7.12- O valor do dano causado guardará conformidade com o preço de mercado, não sendo considerado o valor histórico do bem;

7.13 - Indicar preposto e instruí-lo quanto à necessidade de acatar as orientações da Fiscalização do Contrato;

7.14 - Assumir todas as responsabilidades legais, danos materiais

ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da Contratada, seja por atos de seus funcionários ou prepostos, sem que isso venha a reduzir o direito da Contratante de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, por meio do responsável designado para este fim;

7.15 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da Contratante em seu acompanhamento;

7.16 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.17 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.18 - Manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade da Contratante, a menos que expressamente autorizada pela mesma por escrito;

7.19 - Não proceder à veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração;

7.20 - Fornecer número telefônico fixo e móvel, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados;

7.21- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Indicar o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

8.2 - Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;

8.3 - Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao preposto da Contratada para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;

8.4 - Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

8.5 - Prestar à Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados;

8.6 - Efetuar os pagamentos devidos;

8.7 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo;

8.8- Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

8.9 - determinar o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;

CLÁUSULA NONA - DO VALOR DO CONTRATO

9.1 - O valor total deste contrato é de R\$ 162.830,00 (cento e sessenta e dois mil e oitocentos e trinta reais) para o ano de 2014, havendo prorrogação contratual, no termo aditivo deve constar os valores referentes ao ano correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - A rescisão contratual poderá ocorrer nos seguintes casos:

a) Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer natureza, exceto para pagamento de serviços comprovadamente prestados;

c) Judicialmente, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único - Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE, incondicionalmente, reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avançado, além das demais sanções estabelecidas neste contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 - Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e após aprovação prévia pela Comissão Permanente de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 - Ocorrendo à inexecução parcial das cláusulas contidas no presente edital, por parte da CONTRATADA, ficará este sujeita as seguintes penalidades:

Multa de 0,5% (zero ponto cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vincendas.

Advertência por escrito;

Suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, publicados no Diário Oficial do Município, observados os pressupostos legais vigentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTA

13.1 - Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº 009/2014, termo de referência e proposta da contratada, bem como as demais disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações. Os casos omissos serão resolvidos por ato da atual Comissão de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Palhoça, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja

para dirimir questões oriundas do presente contrato.

14.2 - E por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares, pertinentes firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Palhoça, 11 de junho de 2014.

Nirido Artur Luz	Carlos Felipe Deolindo
Presidente da CMP	Provalle Comércio e Serviços Ltda. ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS: 01 - _____
02 - _____

Errata Nº 004/2014 do Pregão Nº008/2014 - Serviço de Telefonia E Internet

ERRATA Nº 004/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº008/2014.

A Câmara Municipal de Palhoça através da Comissão de Licitação Permanente comunica que após análise e parecer jurídico as impugnações que ocorrerão a este processo, promovendo as alterações necessárias nos termos do Edital e seus anexos, marcando nova data para reabertura, que será no dia 23/06/2014 as 09h00min, para o Pregão Presencial nº 008/2014 - Serviço de telefonia e Internet. De acordo com artigo 21, parágrafo 4º da lei 8.666/93 e suas alterações.

ONDE SE ENCONTRA ESCRITO:

"A Câmara Municipal de Palhoça (CMP), CNPJ nº 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, nº 101 - Residencial Paganini - Palhoça - SC, CEP 88132-282, através de sua Coordenadoria de Licitações torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a contratação dos serviços e equipamentos objeto de acordo com as especificações constantes no Anexo I, deste Edital".

LEIA-SE:

"A Câmara Municipal de Palhoça (CMP), CNPJ nº 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, nº 101 - Residencial Paganini - Palhoça - SC, CEP 88132-282, através de sua Coordenadoria de Licitações torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para a contratação dos serviços e equipamentos objeto de acordo com as especificações constantes no Anexo I, deste Edital".

ONDE SE ENCONTRA ESCRITO:

"7.1. O representante da licitante deverá comprovar, na abertura da Sessão Pública do Pregão Presencial, a existência dos necessários poderes para a formulação de proposta/lance e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, mediante instrumento procuratório específico para o presente certame, devidamente reconhecida em cartório, conforme modelo Anexo III (art. 4º, inciso VI da Lei nº 10.520/02)".

LEIA-SE:

"7.1. O representante da licitante deverá comprovar, na abertura da Sessão Pública do Pregão Presencial, a existência dos necessários poderes para a formulação de proposta/lance e para a prática

de todos os demais atos inerentes ao certame, através de procuração outorgada por instrumento público, conforme modelo Anexo III (art. 4º, inciso VI da Lei nº 10.520/02)."

ONDE SE ENCONTRA ESCRITO:

"15. Qualificação Técnica (art. 30 da Lei nº 8.666/93)

15.1 Comprovações de experiência na prestação de serviço de telefonia móvel citados no item único do Anexo I do presente Edital, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (inciso II, art. 30 da Lei nº 8.666/93).

15.2 Comprovar que possui cobertura no mínimo em 90% (noventa por cento) dos municípios do Estado de Santa Catarina (inciso II art. 30 da Lei nº 8.666/93)".

LEIA-SE:

"15. Qualificação Técnica (art. 30 da Lei nº 8.666/93)

15.1 Comprovações de experiência na prestação dos serviços citados nos lotes do Anexo I do presente Edital, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (inciso II, art. 30 da Lei nº 8.666/93).

15.2 Declaração que de a licitante atende a todas as especificações e exigências da Anatel do Estado de Santa Catarina (inciso II art. 30 da Lei nº 8.666/93).

15.3. A licitante deverá comprovar a existência de sede ou filial na região da Grande Florianópolis ou representante direto que de suporte aos serviços constantes no presente edital para garantir o adequado e pleno atendimento da execução do Contrato, ou não tendo, apresentar declaração que assume o compromisso formal de montá-la com estrutura suficiente para o atendimento da CMP dentro do prazo máximo de 30 dias, contados da celebração do Contrato".

ONDE SE ENCONTRA ESCRITO:

16. Qualificação Econômico-Financeira (art. 31 da Lei nº 8.666/93)

16.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2013), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data estabelecida para apresentação dos documentos nesta licitação. Neste caso, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço o memorial de cálculo correspondente (art. 31, inciso I da Lei nº 8.666/93);

... 16.3. Comprovação de possuir Patrimônio Líquido não inferior a R\$ 291.489,47 (duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos), que representa 10% (dez por cento) do valor a ser despendido com os serviços relacionados no Anexo I, devendo ser comprovado através do balanço patrimonial datado de 31/12/2013, não sendo permitida a substituição por balancetes ou por qualquer outro tipo de documento confeccionado após aquela data (art. 31, §§ 2º e 3º da Lei nº 8.666/93);"

LEIA-SE:

"16. Qualificação Econômico-Financeira (art. 31 da Lei nº 8.666/93)

16.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último

exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data estabelecida para apresentação dos documentos nesta licitação. Neste caso, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço o memorial de cálculo correspondente (art. 31, inciso I da Lei nº 8.666/93);"

...

"16.3. Comprovação de possuir Patrimônio Líquido não inferior a R\$ 9.000,00 (nove mil) reais, que representa 10% (dez por cento) do valor a ser despendido com os serviços relacionados no Anexo I, devendo ser comprovado através do balanço patrimonial datado de 31/12/2013, não sendo permitida a substituição por balancetes ou por qualquer outro tipo de documento confeccionado após aquela data (art. 31, §§ 2º e 3º da Lei nº 8.666/93);"

ONDE SE ENCONTRA ESCRITO:

"17.3. A convocação da licitante vencedora será procedida por meio de notificação via fone/fax ou correio com aviso de recebimento para, no prazo de dois dias úteis, assinar o respectivo Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais".

LEIA-SE:

"17.3. A convocação da licitante vencedora será procedida por meio de notificação via fone/fax ou correio com aviso de recebimento para, no prazo de dez dias úteis, assinar o respectivo Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais".

ONDE SE ENCONTRA ESCRITO:

"18.6.12. Repassar a CMP todo e qualquer desconto e/ou vantagens que venham a ocorrer durante a vigência do contrato".

LEIA-SE:

"18.6.12. Repassar a CMP desconto e/ou vantagens que venham a ocorrer durante a vigência do contrato, respeitando-se os limites legais".

ONDE SE ENCONTRA ESCRITO:

"ANEXO I

PREGÃO Nº 008/2014

TERMO DE REFERÊNCIA...

Item 1 - Telefonia Móvel (serviço móvel pessoal - SMP) 19 acessos habilitados, com portabilidade, incluindo pacote de internet 3G, com as descrições técnicas a que segue na planilha do respectivo item.

Item 2 - Serviço telefônico fixo Comutado (STFC), com as descrições técnicas a que segue na planilha do respectivo item.

Item 3 - Contratação de serviço internet banda larga, com link dedicado de velocidades 20 mbps/20mbps, com as descrições técnicas a que segue na planilha anexa".

LEIA-SE:

"ANEXO I

PREGÃO Nº 008/2014

TERMO DE REFERÊNCIA...

LOTE 1 - Telefonia Móvel (serviço móvel pessoal - SMP) 19 acessos habilitados, com portabilidade, incluindo pacote de internet 3G, com as descrições técnicas a que segue na planilha do respectivo Lote.

LOTE 2 - Serviço telefônico fixo Comutado (STFC), com as descrições técnicas a que segue na planilha do respectivo Lote.

LOTE 3 - Contratação de serviço internet banda larga, com link dedicado de velocidades 20 mbps/20mbps, com as descrições técnicas a que segue na planilha anexa".

ONDE SE ENCONTRA ESCRITO:

"ITEM 3 - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO À REDE INTERNET MUNDIAL, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP COM VELOCIDADE DE 20 MBPS/20MBPS, COM GARANTIA DE 100% DA BANDA CONTRATADA.

...

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

...

O acesso físico, do ponto de presença da PROPONENTE até a Sede da Contratante, deverá ser efetuado, exclusivamente, por par metálico, meio de fibra óptica. A conexão com rede da contratante deverá ser feito através de interface Ethernet/Fast.

O prazo de entrega do serviço será de no máximo 15(quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

...

Possuir redundância em seu backbone, por meios ou caminhos distintos, até o ponto de presença com conexão direta para os Estados Unidos da América (EUA), deve ter seu backbone IP com saída internacional com destino direto para os Estados Unidos da América (EUA) com, no mínimo 20 Mbps para download e 20 Mbps para upload. Essa saída deve ser composta por uma ou mais conexões ponto-a-ponto entre o backbone IP do provedor e do AS remoto, sem backbones intermediários.

LEIA-SE:

"LOTE 3 - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO À REDE INTERNET MUNDIAL, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP COM VELOCIDADE DE 20 MBPS/20MBPS, COM GARANTIA DE 100% DA BANDA CONTRATADA.

...

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

...

O acesso físico, do ponto de presença da PROPONENTE até a Sede da Contratante, deverá ser efetuado, exclusivamente por meio de fibra óptica. A conexão com rede da contratante deverá ser feito através de interface Ethernet/Fast.

O prazo de entrega do serviço será de no máximo 30(trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

...

Possuir redundância em seu backbone, por meios ou caminhos distintos, até o ponto de presença com conexão Nacional. Essas saídas devem ser compostas por uma ou mais conexões, ponto a ponto do provedor do AS remoto, especificando os backbones intermediários".

ONDE SE ENCONTRA ESCRITO:

“ANEXO II - Minuta do Contrato

...3.2.2.2. Liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do Estado em que for sediada a Contratada, conforme Decreto Estadual nº 3.650, de 27 de maio de 1993, com a redação do Decreto nº 3.884, de 26 de agosto de 1993;”

LEIA-SE

“ANEXO II - Minuta do Contrato

...3.2.2.2. Liberado mediante a consulta de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do Estado em que for sediada a Contratada, conforme Decreto Estadual nº 3.650, de 27 de maio de 1993, com a redação do Decreto nº 3.884, de 26 de agosto de 1993;”

Palhoça, 10 de junho de 2014.

MARIA INACIA DE MELO PIAZZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Palmitos

PREFEITURA

Processo 79/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 79/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA. Data da entrega dos envelopes: 26/06/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 26/06/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 11 de Junho de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

Contrato Nº 050/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 050/2014, Referente a Inexigibilidade nº 050/2014. Objeto: Prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural. Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, totalizando o montante de R\$ 30.824,00 (trinta mil e oitocentos e vinte e quatro reais), divididos em 08 (oito) parcelas. Vigência: a contagem do prazo deste contrato será a partir da assinatura do presente instrumento até 31 de dezembro de 2014.

Papanduva/SC, 28 de abril de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Extrato de Contrato 093/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 93/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Shark Maquinas para Construção Ltda

Objeto: Aquisição De Uma Mini Carregadeira Nova

Fabricação Nacional Para Uso Da Secretaria De

Obras Deste Municipio

Valor: R\$ 100.000,00

Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. PR 51/2014

Dotação Orçamentaria:

(116) 1.051.4.4.90.00.00.00.00.0094

(118) 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00100

Passo de Torres, 30 de maio de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Lei 939/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 939, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"DISPOE SOBRE MEDIDAS DE COMBATE AO MOSQUITO "Aedes Aegypti" NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º Fica instituído no Município de Passo de Torres, o Programa de Combate e Prevenção à Dengue, a ser coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos desta Lei.

Art. 2º Os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis habitados ou não regularmente, e os responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados, exploradores de atividades, de educação, comerciais, industriais, ou prestadores de serviços, deverão manter os terrenos e as edificações constantemente limpos, sem acúmulo de lixo e materiais inservíveis e livre de criadouro do mosquito Aedes Aegypti evitando proliferação de vetores da Dengue.

Art. 3º Para o cumprimento do Programa a que se refere o Art. 1º desta Lei, deverão os responsáveis adotar as providências indicadas pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da documentação regulamentar a ser expedida.

Art. 4º Quando for constatada infração às disposições desta Lei, será lavrada intimação para cumprimento no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data de intimação, quando o proprietário ou responsável não for encontrado.

Art. 5º As infrações às disposições constantes desta Lei classificam-se em:

I - leves, quando detectados de 1(um) a 2 (dois) focos de vetores;

II - médias, de 3(três) a 4(quatro) focos de vetores;

III - graves, de 5(cinco) a 6(seis) focos de vetores;

IV - gravíssimas, 7(sete), ou mais focos de vetores.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 6º No caso de não cumprimento da intimação no prazo determinado serão impostas multas com valores estabelecidos pelo órgão competente do poder executivo nos termos da documentação regulamentar a ser expedida.

§ 1º Nas reincidências, as multas serão aplicadas em dobro.

§ 2º A inobservância às disposições desta Lei acarretará para os estabelecimentos comerciais/industriais, na aplicação de multa e, em caso de reincidência, à cassação do Alvará de Funcionamento.

Art. 7º A Prefeitura Municipal dará continuidade às ações de prevenção e combate a dengue, independentemente dos preceitos contidos nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 04 de junho de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 04 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei 940/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 940, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE CONVÊNIO COM O FNDE/MEC"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito especial com a Fonte de Recursos 123 - Outros Convênios com a União, no Projeto abaixo discriminado, destinado ao empenhamento de despesas de capital, limitado ao valor de R\$ 184.999,99 (cento e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais com noventa e nove centavos) como segue:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Projeto 1.014: Construção de Quadra Poliesportiva
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.00123(176) Aplicações Diretas R\$ 184.999,99
TOTAL R\$ 184.999,99

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito especial contido

do artigo anterior correrão por conta da arrecadação do Convênio/Termo de Compromisso Nº PAC2 09656/2014, firmado com a União através do Ministério da Educação/FNDE, cujo plano de aplicação trata de Uma Cobertura de Quadra Escolar.
Parágrafo Único: A despesa de que trata o artigo 1º desta Lei fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município em conta bancária vinculada ao convênio.

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº 900/2013 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº 902/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 04 de junho de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 04 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei 941/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 941, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE CONVÊNIOS COM A UNIÃO/MINISTÉRIO DAS CIDADES"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito suplementar no Projeto abaixo discriminado, destinado ao empenhamento de despesas de capital, limitado ao valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), como segue:

Órgão 12: SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Projeto 1.052: Pavim. E Drenagem Pluvial de ruas e avenidas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0094 (120) - Aplicações Diretas R\$ 245.850,00
TOTAL R\$ 245.850,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar contido do artigo anterior, correrão por conta da arrecadação de Convênios, sendo:

I - R\$ 245.850,00,00 por conta do Convênio Nº SICONV 040450/2014 firmado com a União através do Ministério das cidades, cujo plano de aplicação trata da implantação da Praça de Lazer na comunidade de Balneário Bellatorres, com contrapartida financeira do Município.

Parágrafo Único: A despesa de que trata o artigo 1º desta Lei fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município em conta bancária vinculada ao convênios.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 04 de junho de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 04 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei 942/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 942, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2014, no valor de R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 ENSINO REGULAR
Proj./Atividade 1.018 Aquis. Área, constr. Ampliação de Creches

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(28) Aplicações Diretas R\$ 202.000,00

TOTAL R\$ 202.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 ENSINO REGULAR
Proj./Atividade 1.013 Aquisição de Ônibus e Veículos

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(23) Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Proj./Atividade 1.014 Construção de Quadra Poliesportiva

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(26) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Proj./Atividade 1.015 Impl. Ampliação de Laboratórios de Informática

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(148) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Proj./Atividade 2.012 Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(44) Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

TOTAL R\$ 202.000,00

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do

Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal Nº 900/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal Nº. 902/2013, e nos anexos da Lei Orçamentária
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Anual/2014 - Lei Nº 910/2013 de 14 de dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 04 de junho de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 04 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 034/2014

PORTARIA Nº. 034, DE 05 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RENE FREITAS NETO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, Art. 87 do Regime Jurídico combinado com a Lei nº 897 de 23 de outubro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal, Rene Freitas Neto, Motorista Ambulancia, insalubridade de grau médio de acordo com o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT) vigente a partir de Abril de 2013.

Art. 2º - A insalubridade será paga enquanto o servidor executar as atividades inerentes ao cargo descritas no LTCAT.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres,
em 05 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 05 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 035/2014

PORTARIA Nº 035, DE 05 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SUZANA BAYMA DE MENEZES DALPASQUALE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Suzana Bayma de Menezes Dalpasquale, referente ao período aquisitivo de 16/09/2002 à 15/09/2007.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos por período, iniciando em 05/05/2014 e com término em 02 /08/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art.4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 05 de maio de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 05 de maio de 2014.

Alessandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 036/2014

PORTARIA 036, DE 10 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCOS ANDRE PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Marcos Andre Pereira onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, Marcos Andre Pereira até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 10 de maio de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e

Finanças, em 10 de maio de 2014.

Alessandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 037/2014

PORTARIA Nº 037, DE 13 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE MUDANÇA DE CLASSE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal 736/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos Professores e Auxiliares, abaixo relacionados, mudança de Classe, conforme Capitulo III, Artigo "17", letra "a", da Lei Municipal Nº.736/2011:

- Adriana Araujo da Rosa - PG - / 5B/5C
- Adriana Scheffer Hespanhol - LP - / 2E/3A
- Alessandra Rodrigues Luiz - PG - / 4B/4C
- Ana Regina Constante - PG - 6B/6C
- Ana Terezinha de Quadros Costa - PG - /5A/5B
- Aurora Fernandes Joaquim - PG - / 5B/5C
- Carina Silveira Porto Peres - PG - / 5B/5C
- Carla Simone Fragoso da Silva - PG - / 5B/5C
- Ceni Trajano Gomes - PG - / 5B/5C
- Edenise de Souza Cardoso - PG -//4C/4D
- Eliane Assunção dos Santos - PG - / 5B/5C
- Elizangela Lumertz Alves - PG - / 5B/5C
- Elizabete Vieira Lemos Joaquim - PG - / 5B/5C
- Elvania Metzelthin - PG - /7A/7B
- Erizete da Silva Porto - PG - / 5E/6A
- Joseane Teixeira Maciel - PG - / 6B/6C
- Juceni Lopes Scheffer - PG - / 4B/4C
- Letuza Scheffer Hainzenreder - PG - / 5A/5B
- Marcelo Baltazar Cardoso - PG - / 5E/6A
- Marione da Silva Rosa Cardoso - LP - / /2A/2B
- Michele Ramos da Silva - PG - / 5B/5C
- Maira da Silva Pacheco - PG - / 5B/5C
- Neuza Maria da Silva Costa - PG - / 7A/7B
- Rosani Maria Batista Antonio - PG - / 4E/5A
- Sandra Lemos Fernandes - PG - / 5B/5C
- Simoni Lemos Fernandes Schoeffer - PG - / 6A/6B
- Suzana Bayma de Menezes Dalpasquale - PG - 5B/5C
- Suzana Teixeira da Silva - LP - / 2D/2E
- Thaysa Maria Benedetti Nery - PG - / 5D/5E
- Vera Regina Bueno Lopes - PG - / 6A/6B
- Vera Regina dos Santos Boch - PG - /5C/5D
- Zenira da Silveira Soares Coelho - PG - 5B/5C

Art. 2º - A mudança a que se refere o artigo 1º, é progressão por títulos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de maio de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 13 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 038/2014

PORTARIA 038, DE 19 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Sonia Beatriz Rodrigues dos Santos onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Sonia Beatriz Rodrigues dos Santos até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de maio de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 19 de maio de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 19 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 039/2014

PORTARIA 039, DE 26 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAIME DA SILVA PACHECO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Jaime da Silva Pacheco onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, Jaime da Silva Pacheco até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos à 24/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 26 de maio de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 26 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 040/2014

PORTARIA Nº 040, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ANA TEREZINHA DE QUADROS COSTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Ana Terezinha de Quadros Costa, referente ao período aquisitivo de 01/01/1993 à 02/01/1998. .

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos por período, iniciando em 21/05/2014 e com término em 18/08/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de maio de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 041/2014

PORTARIA Nº 041, DE 22 DE MAIO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORARIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso IX do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal Nº 513/2005.

Considerando que o Município de Passo de Torres pretende realizar trabalhos preventivos de proliferação do mosquito transmissor da Dengue;

Considerando que o Ministério da Saúde, mediante acordo, vem repassando recursos financeiros para ser destinado em atividades

relacionadas no combate ao mosquito da Dengue,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, Tiago Lentz, para exercer a função de Agente Auxiliar do grupo II, Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, por prazo indeterminado em função ao combate ao mosquito da Dengue e, ou enquanto durar o Convenio, com direito ao salário e demais situações trabalhistas e previdenciárias definidas em Lei própria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres em, 22 de Maio de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 22 de Maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 042/2014

PORTARIA Nº 042, DE 28 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE AUXILIO ALIMENTAÇÃO E AUXILIO MORADIA, AO PROFISSIONAL MÉDICO DISPONIBILIZADO AO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL "MAIS MÉDICO BRASIL" E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal combinado com a Lei nº 932/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Auxilio Alimentação no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e Auxilio Moradia no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais ao Profissional Médico disponibilizado a esse Município, através do PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL MAIS MÉDICOS BRASIL conforme Lei Nº 932/2014.

Art. 2º - Os auxílios que trata o caput do Art. 1º, visa atender ao compromisso firmado no TERMO DE ADESÃO efetuado entre o Município e o Ministério da Saúde.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 28 de maio de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária de Administração e Finanças.

Portaria Nº 043/2014

PORTARIA Nº 043, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ESSLANIA DE OLIVEIRA GOMES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Eslania de Oliveira Gomes, referente ao período aquisitivo de 12/2004 à 12/2009.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos por período, iniciando em 02/06/2014 e com término em 30/08/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 02 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 044/2014

PORTARIA Nº. 044, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA LETRA "D" PARA "E" AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, CRISTIANO ALVES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº. 737/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional da Letra "D" para "E", ao servidor público Municipal do quadro efetivo, Cristiano Alves, de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexo: V, Grupo: III da referida Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres/SC, em 04 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária M. de Administração e Finanças

Portaria Nº 045/2014

PORTARIA Nº. 045, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA LETRA "D" PARA "E" AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, JOAO GOMERCINDO DA LUZ, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº. 737/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional da Letra "D" para "E", ao servidor público Municipal do quadro efetivo, Joao Gomerindo da Luz, de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexo: V, Grupo: III da referida Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres/SC, em 04 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária M. de Administração e Finanças

Portaria Nº 046/2014

PORTARIA Nº 046, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CARLA SIMONE FRAGOSO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Carla Simone Fragoso da Silva, referente ao período aquisitivo de 01/05/2001 à 01/05/2006.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos por período, iniciando em 02/06/2014 e com término em 30/08/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/06/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 047/2014

PORTARIA Nº 047 DE 010 JUNHO DE 2014.

"DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA, NOMEIA COMISSÃO DISCIPLINAR E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Nº 118, de 13 de Outubro de 1994;

CONSIDERANDO, o teor do Memorando Interno da Secretaria de Administração e Finanças, datado de 01 de abril de 2014, onde descreve o extravio do Processo Licitatório nº 92/2013 - CC, que trata da contratação de empresa visando a execução de recapeamento da Av. Beira Rio (900 metros lineares);

CONSIDERANDO, ainda, que tal fato é considerado gravíssimo e fere a Lei Nº 118/94;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a abertura de sindicância, com o objetivo de apurar os fatos antes descritos, com a apresentação de relatório conclusivo no prazo de 60 dias, a contar da data de sua Instalação.

Art. 2º - Nomear Comissão Disciplinar, a qual será composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Cassio Roberto Rocha Witt
Membro : Pricila Magnus dos Santos

Membro: Silvia Maria Andrioli

Parágrafo Único - Compete à referida Comissão apurar os fatos que originaram a presente Portaria, devendo proceder de acordo com o estabelecido no Art. 161 e seguintes da Lei Nº 118/94.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em 10 de junho de 2014

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária de Administração e Finanças.

Decreto Nº 036/2014

DECRETO Nº 036 DE 06 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE DE UTILIDADE PUBLICA A OBRA DE DESASSOREAMENTO (DRAGAGEM) DO CANAL DA BARRA DO RIO MAMPITUBA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada de Utilidade Publica a obra de desassoreamento da Barra do Rio Mampituba no município de Passo de Torres/SC.

Art. 2º - Tal publicação se dá devido ao impacto econômico e social causado aos munícipes deste município.

Art. 3º - Fica denominada a Prefeitura Municipal de Passo de Torres responsável pelo desassoreamento da Barra do Rio Mampituba.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passo de Torres 06 de Maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de maio de 2014

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretaria M. de Administração e Finanças

Decreto Nº 038/2014

DECRETO Nº. 038, DE 16 DE MAIO DE 2014.

"EXONERA À PEDIDO LIANA BORGES HESPANHOL, DO CARGO DE ASSESSOR FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada à pedido, Liana Borges Hespanhol, do cargo de Assessor Financeiro, DAS 3.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 039/2014

DECRETO Nº. 039, DE 20 DE MAIO DE 2014.

"EXONERA À PEDIDO ANA TEREZINHA DE QUADROS COSTA, DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada à pedido, Ana Terezinha de Quadros Costa, do cargo de Secretária Municipal de Educação.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 20 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 040/2014

DECRETO Nº. 040 DE 21 DE MAIO DE 2014.

"NOMEIA ADILSON MOACIR MARTINS PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Adilson Moacir Martins para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária M. de Administração e Finanças.

Decreto Nº 041/2014

DECRETO Nº. 041, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, VERA REGINA DOS SANTOS BOCHI PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO, FG-1".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada, a servidora Vera Regina dos Santos Bochi, para ocupar a função de Chefe de Departamento - FG -1.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 042/2014

DECRETO Nº. 042, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, CEONI TEIXEIRA PERES PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO, FG-2".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Ceoni Teixeira Peres, para ocupar a função de Chefe de Divisão - FG -2.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 045/2014

DECRETO Nº. 045, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, LUCILENE CARDOSO PORTO PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE SEÇÃO, FG-3".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada, a servidora Lucilene Cardoso Porto, para ocupar a função de Chefe de Seção - FG -3.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 046/2014

DECRETO Nº. 046, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, PRICILA MAGNUS SANTOS PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS, FG-5".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada, a servidora Pricila Magnus Santos, para ocupar a função de Encarregado de serviços - FG -5.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 047/2014

DECRETO Nº. 047, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, LUCIA ALVES HESPANHOL PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS, FG-5".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada, a servidora Lucia Alves hespanhol, para ocupar a função de Encarregado de serviços - FG -5.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 048/2014

DECRETO Nº. 048, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, MARIVALDA HONORATO CUNHA PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS, FG-5".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada, a servidora Marivalda Honorato Cunha, para ocupar a função de Encarregado de serviços - FG -5.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 049/2014

DECRETO Nº. 049, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, JOAO BATISTA CARDOSO PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS, FG-5".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Joao Batista Cardoso, para ocupar a função de Encarregado de serviços - FG -5.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 051/2014

DECRETO Nº. 051, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, DOMINGOS EZEQUIEL PERES PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SEÇÃO, FG-6".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Domingos Ezequiel Peres, para ocupar a função de Auxiliar de Seção - FG -6.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de maio de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21 de maio de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 064/2014

DECRETO Nº. 064, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

"NOMEIA TATIANA PONTE BRANCO DANIEL PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Tatiana Ponte Branco Daniel para exercer o cargo de Coordenadora de Educação - DAS 1, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de Junho de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária de Administração e Finanças.

Decreto Nº069/2014

DECRETO Nº. 069, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"DETERMINA EXPEDIENTE ESPECIAL, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º.- Fica determinado " Expediente Especial" nos dias 12,17 e 23 de junho, devido aos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo, conforme segue abaixo:

- Secretaria de Educação: O turno Vespertino será dispensado para que os alunos, Professores e demais funcionários assistam aos jogos da Seleção Brasileira;
- Secretaria de Saúde e serviços essenciais, os servidores farão regime de Plantão;
- As demais Secretarias funcionarão no horário das 7:00h às 13:00h;

Parágrafo Único: A Secretaria de Administração e Finanças comunica que no dia 23 de junho de 2014, o horário de atendimento do Setor de Licitação será no período vespertino;

Art .2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária M. de Administração e Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 14/2014

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 14, de 11 de junho de 2014.

"DETERMINA HORÁRIO DOS FUNCIONÁRIOS NO PERÍODO DA COPA"

O cidadão Sérgio Delfino Joaquim, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Determinar, que nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol, a Câmara funcionará em expediente normal, ficando os funcionários autorizados a sair 01 (uma) hora antes do horário de início do jogo, sendo que deverá compensar o horário durante a semana.

Fica vedado o desconto de horas extras no referido período dos jogos da copa.

Todavia, quando o jogo da Seleção Brasileira recair em terça-feira, os funcionários deverão cumprir seu horário de trabalho normalmente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Sérgio Delfino Joaquim
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Jonas Gomes de Souza
2º Secretário

Passos Maia**PREFEITURA****Processo Licitatório Nº 0041/2014**

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0041/2014
TOMA DE PREÇO N. 0007/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0007/2014 -

Objeto - Tem por objeto o presente Edital de TOMADA DE PREÇOS a contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DO PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL, INTERNET BANDA LARGA E TELEFONIA FIXA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-SC, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos anexos ao presente. Com recursos oriundos do convênio firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 14:00 hs do dia 30 de junho de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 14:30 hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 11 de junho de 2014.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Processo Licitatório Nº. 0042/2014

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0042/2014
PREGÃO PRESENCIAL N. 0024/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0024/2014

Objeto - A presente licitação tem como objeto aquisição de material de consumo diversificado (material para construção, pintura, ferramentas e acessórios, elétrico, eletrônico, hidráulico e sanitário), conforme especificações contidas em anexo I deste edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 14:00 hs do dia 27 de junho de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 14:30 hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 11 de junho de 2014.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº 022/2014**

Extrato do contrato nº 022/2014 conforme Processo Licitatório nº 040/2014 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: CARLOS ENRIQUE LUSSANI- ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Playground em madeira de eucalipto tratado pelo processo CCA. Valor do Contrato: 61.980,00 (Sessenta e um mil novecentos e oitenta reais).

Vigência: 06/10/2014.

Extrato do Contrato Nº 023/2014

Extrato do contrato nº 023/2014 conforme Processo Licitatório nº 041/2014 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: RAFAELA SANTOS ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de pranchas e toras de madeira para uso da Secretaria municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos. Valor do Contrato: R\$ 36.410,00 (Trinta e seis mil quatrocentos e dez reais).

Vigência: 31/12/2014.

Portaria Nº 226/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 226/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, e exposição de motivo nº 48/2014, resolvem:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORARIO, a Servidora Pública Municipal, Joana Maria Santos Martins, brasileira, portadora do CPF nº 066.917.999-09, matrícula nº 10990, de 11/06/2014 a 19/12/2014 ocupante do Cargo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 227/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 227/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 49/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORARIO, Janete dos Anjos Medeiros Lourenço brasileira, portadora do CPF nº 767.889.979-34, matrícula nº10993, ensino superior completo, classificada na segunda posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2014 até 19/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 228/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 228/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 50/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORARIO, Denize Aparecida da Rosa brasileira, portadora do CPF nº 025.467.489-55, matrícula nº10994, ensino superior completo, classificada na quarta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2014 até 19/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 229/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 229/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 51/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORARIO, Deise Alexandre Cabral, brasileira, portadora do CPF nº 017.991.119-89, matrícula nº10996, ensino superior completo, classificada na sexta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2014 até 19/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 230/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 230/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 52/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORARIO, Marilene Dagmar Pires, brasileira, portadora do CPF nº 009.253.259-45, matrícula nº10997, ensino superior completo, classificada na nona posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2014 até 19/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 231/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 231/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 53/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Noemi Aparecida da Silva Machado brasileira, portadora do CPF nº 050.480.909-18, matrícula nº10998, ensino superior completo, classificada na décima posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2014 até 19/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 232/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº232/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 54/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORARIO, Ana Regina Moreira dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 417.205.989-91, matrícula nº 10988, ensino superior completo, classificada na sétima posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora Ensino Fundamental, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2014 até 19/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 233/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 233/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 55/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORARIO, Aline Rosa da Silva brasileira, portadora do CPF nº 066.921.669-00, matrícula nº11000, ensino superior incompleto, classificada na primeira posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora de língua português, com carga horária de 20hs semanais, em substituição de a titular Tatiana Fernandes dos Santos, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2014 até 19/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 234/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 234/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 56/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORARIO, Simoni de Sousa Crescêncio, brasileira, portadora do CPF nº 049.874.765-41, matrícula nº10999, ensino superior completo, classificada na primeira posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora de geografia, com carga horária de 20hs semanais, em substituição de a titular Luciana Vieira, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2014 até 19/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 236/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 237/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 85, I, aliena "a" e 66, IV, da Lei Orgânica Municipal, artigo 77, I, da Lei Complementar nº. 497/91 e Lei Municipal nº. 978, de 15 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º Fazer a cessão da servidora Jucenilda Maria Machado, inscrita sob CPF nº 986.115.779-49, a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos Diretoria Regional de Santa Catarina), Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério das Comunicações, criada pelo Decreto - Lei 509/1969, inscrita do CGC/MF sob o n. 34.028.316/001-03, com sede em Brasília/DF.

Parágrafo 1º. A servidora referida no caput deste artigo irá desempenhar atribuições própria de seu cargo e relacionadas ao convenio ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos Diretoria Regional de Santa Catarina, Penha nº 2009/2013, na localidade de PENHA.

Parágrafo 2º. Caberá ao Município o ônus da renumeração devido à servidora.

Art. 2º A cessão se dará ate 31 de Outubro de 2018.

Parágrafo único. A cessão poderá ser extinta a qualquer tempo caso o Município venha a precisar da servidora cedida ou se o interesse público o exigir.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 237/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 237/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 85, I, aliena "a" e 66, IV, da Lei Orgânica Municipal, artigo 77, I, da Lei Complementar nº. 497/91 e Lei Municipal nº. 978, de 15 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º Fazer a cessão da servidora Jucenilda Maria Machado, inscrita sob CPF nº 986.115.779-49, a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos Diretoria Regional de Santa Catarina), Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério das Comunicações, criada pelo Decreto - Lei 509/1969, inscrita do CGC/MF sob o n. 34.028.316/001-03, com sede em Brasília/DF.

Parágrafo 1º. A servidora referida no caput deste artigo irá desempenhar atribuições própria de seu cargo e relacionadas ao convenio ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos Diretoria Regional de Santa Catarina, Penha nº 2009/2013, na localidade de PENHA.

Parágrafo 2º. Caberá ao Município o ônus da renumeração devido à servidora.

Art. 2º A cessão se dará ate 31 de Outubro de 2018.

Parágrafo único. A cessão poderá ser extinta a qualquer tempo caso o Município venha a precisar da servidora cedida ou se o interesse público o exigir.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 235/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 235/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 57/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORARIO, Silvana Rita Zucchi dos Anjos brasileira, portadora do CPF nº 916.114.079-15 matrícula nº11001, ensino superior completo, classificada na segunda posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora do 2º ano, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2014 até 19/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 11 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

Contrato Nº 001/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 001/2014 - RH/FMAS

Contratado (A): JANE GLACI MACHADO PACHECO, na função de servente/merendeira, início em 10/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Assistência Social.

Penha/SC, 10 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 369/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 369/2014 - RH/PMP

Contratado (A): KELER APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA, na função de servente/merendeira, início em 10/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 10 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 370/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 370/2014 - RH/PMP

Contratado (A): LUCIA DE SANTANA DA SILVA, na função de servente/merendeira, início em 10/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 10 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

Contrato Nº 054/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 054/2014 - RH/FMS

Contratado (A): MARISA CORREIA DA CONCEIÇÃO, na função de servente/merendeira, início em 10/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 10 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 371/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 371/2014 - RH/PMP

Contratado (A): SOLANGE CORDEIRO MANGORRA, na função de servente/merendeira, início em 10/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 10 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 372/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 372/2014 - RH/PMP

Contratado (A): GISLEINE CRISTINA GONÇALVES SOARES, na função de servente/merendeira, início em 10/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 10 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 373/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 373/2014 - RH/PMP

Contratado (A): TANIA MARIA CORREA, na função de servente/merendeira, início em 10/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 10 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2057/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2057/2014

Nomeia: ALESSANDRO RUBENS DA SILVA, ao cargo em comissão de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, da Secretaria Municipal de Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 11 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2058/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2058/2014

Exonera a funcionária ANA LUCIA DOMECIANO, do cargo em comissão de DIRETOR DE ENGENHARIA, da Secretaria Municipal de Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 11 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Termo de Rescisão de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido a pedido o Termo Aditivo nº 351/2014 ao Contrato nº 359/2013 - PMP, firmado entre a Sr. JUCIANE EVARISTO DA SILVA e esta PREFEITURA, em 03 de julho de 2013, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 11 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2059/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2059/2014

Exonera o funcionário JULIANE DE BAIRROS, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR UBS's III, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 11 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Portaria Nº 190/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 190/2014

Nomear: VERONICA VALENTIM DA SILVA, aprovado em Concurso Público de Emprego Público ESF nº 01/2013, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 11 de junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Decreto Nº 4.020, de 10 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.020, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.776 de 09 de junho de 2014,

DECRETA

Art. 1º Fica o o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial na dotação do Fundo Municipal de Saúde valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), no orçamento corrente, com a seguinte programação:

03 - Fundo Municipal de Saúde

03.01 - Fundo Municipal de Saúde

03.01. 10 - Saúde

03.01.10.301 - Atenção Básica

03.01.10.301.1001 - Saúde com Qualidade

03.01.10.301.1001.2053 - Manutenção Piso Atenção Básica Variável

4490.0000 - Aplicações Diretas

Fonte 0164

Art. 2º Para suporte do Crédito Especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais):

03 - Fundo Municipal de Saúde

03.01 - Fundo Municipal de Saúde

03.01. 10 - Saúde

03.01.10.301 - Atenção Básica

03.01.10.301.1001 - Saúde com Qualidade

03.01.10.301.1001.2053 - Manutenção Piso Atenção Básica Variável

3390.0000 - Aplicações Diretas

Fonte 0164

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
10 DE JUNHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N.º 203/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 203/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA JOGADORES, EM COMEMORAÇÃO AO JOGO FESTIVO A SER REALIZADO NO DIA 08/06/2014- AOS 52 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICO ADMINISTRATIVO, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 126/2014. EMPRESA CONTRATADA: COR URBANA-IND. E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

DATA DO CONTRATO: 06 DE JUNHO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 204/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 204/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de CONCERTO NO EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA- RANDON DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 127/2014. EMPRESA CONTRATADA: ALDIR BADO

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

DATA DO CONTRATO: 06 DE JUNHO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 206/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 206/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 124/2014. EMPRESA CONTRATADA: LA DALLA PORTA A

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os medicamentos para a secretaria de saúde, no valor de R\$ 1.878,50 (um mil oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 06 de junho de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 205/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 205/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA OFICINAS-CURSO TECNICO EM MECÂNICA da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 128/2014. EMPRESA CONTRATADA: VIDEMANG COM. DE MANG. E CON.

VIDEIRA LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor de R\$ 7.458,40(sete mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 06 DE JUNHO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 202/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 202/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de CONCERTO NO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA FG-70 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 125/2014.

EMPRESA CONTRATADA: MIRANDA E MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. DE MÁQ. PES. LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 7.526,39 (sete mil quinhentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos).

DATA DO CONTRATO: 06 de junho de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Edital de Licitação - Tomada de Preços 007/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - ESTADO DE SANTA CATARINA AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 007/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 30 DE JUNHO DE 2014, licitação modalidade Tomada de Preços nº 007/2014.

Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação com pedras irregulares em Linha Túnel, em Pinheiro Preto. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 30/06/2014, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 11 DE JUNHO DE 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.775, de 10 de Junho de 2014.

LEI Nº 1.775, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, documento de natureza digital, emitido e armazenado eletronicamente sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Art. 2º A partir de 01 de outubro de 2014 a NFS-e será de uso obrigatório para o registro das operações de prestação de serviços sujeitos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS-QN, por todos os prestadores estabelecidos no município, inclusive os imunes ou isentos e aqueles organizados em caráter eventual ou temporário.

Parágrafo único. Após a implantação e liberação do sistema de emissão da NFS-e pelo município e antes do prazo estabelecido no caput, os prestadores de serviço poderão aderir ao sistema, ficando vedado, nesta hipótese, o uso de documentos fiscais convencionais pelo contribuinte optante, a partir da autorização de emissão pelo Município.

Art. 3º A emissão da NFS-e será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, que deverá também:

I - dispor sobre o respectivo modelo;

II - instituir e regular o uso do Recibo Provisório de Serviço - RPS, como documento auxiliar da NFS-e;

III - disciplinar o acesso ao sistema emissor da NFS-e, estabelecendo os requisitos que garantam a segurança da informação;

IV - regular o recolhimento do ISSQN apurado pelas NFS-e.

Parágrafo único. O regulamento poderá dispensar a emissão da NFS-e por entidades ou setores de atividade, observado o cumprimento de obrigação acessória que permita o acompanhamento mensal das operações por elas praticadas.

Art. 4º Os prestadores e tomadores de serviços estabelecidos no município ficam obrigados a providenciar credenciamento junto ao sistema emissor da NFS-e, obedecendo aos requisitos dispostos em regulamento e observando os procedimentos contidos em manuais disponibilizados com vistas ao cumprimento desta lei.

Parágrafo único. O regulamento poderá dispensar procedimento de credenciamento por prestadores inscritos no cadastro mobiliário municipal e autorizados a emitir nota fiscal.

Art. 5º O descumprimento das obrigações acessórias relacionadas à NFS-e sujeita o infrator às seguintes multas, expressas em Valor de Referência Municipal - VRM:

I - 5% (cinco por cento) do VRM, para cada NFS-e não emitida ou emitida em desacordo com a legislação;

II - 5% (cinco por cento) do VRM, para cada RPS emitida sem observar os requisitos exigidos na legislação;

III - 5% (cinco por cento) do VRM, para cada RPS não convertido em NFS-e no prazo definido na legislação;

IV - 5% (cinco por cento) do VRM, para cada NFS-e cancelada indevidamente ou sem a observância dos requisitos da legislação;

V - 15% (quinze por cento) do VRM, por mês ou fração, até a regularização, para o sujeito passivo que deixar de solicitar acesso ao sistema emissor da NFS-e, sendo ele prestador de serviços ou tomador responsável pelo recolhimento do ISSQN;

VI - 15% (quinze por cento) do VRM, por mês ou fração, até a regularização, para o sujeito passivo que deixar de solicitar autorização para emissão da NFS-e, sendo ele prestador de serviços;

VII - 30% (trinta por cento) do VRM, pelo descumprimento de qualquer obrigação acessória relativa à NFS-e, para a qual não

haja previsão de penalidade específica.

§ 1º As multas estabelecidas neste artigo serão aplicadas em procedimento de fiscalização do prestador de serviços e observarão o valor mínimo equivalente a 30% (trinta por cento) do VRM.

§ 2º A regularização das infrações antes de iniciado o procedimento de fiscalização inibe a aplicação das multas respectivas, desde que acompanhada da quitação do tributo que houver sido reduzido ou omitido.

§ 3º A aplicação das multas previstas neste artigo não inibe a incidência das multas previstas na lei pelo descumprimento da obrigação principal decorrente da infração a esta lei.

§ 4º Para fins de capitulação da penalidade por descumprimento da obrigação principal, considera-se fraude a prestação de serviços sem emissão da NFS-e ou do RPS e a emissão do RPS sem conversão em NFS-e.

Art. 6º A emissão da NFS-e tem efeito de declaração de serviço prestado e o ISSQN apurado no correspondente documento de arrecadação e não pago ou pago a menor no prazo legal poderá ser inscrito em dívida ativa com os acréscimos legais cabíveis, independente de notificação ao sujeito passivo.

Art. 7º É de competência da Administração Tributária municipal todos os atos relativos à operacionalização do Sistema de NFS-e, cabendo à Secretaria Municipal de Administração especificar os procedimentos de credenciamento e operação do sistema através de atos normativos próprios ou manuais de ajuda a serem disponibilizados na página eletrônica da Prefeitura Municipal.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2014.

Pinheiro Preto - SC, 10 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 4.022, de 11 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.022, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

PROÍBE O USO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS QUE CONTRARIEM NORMAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto nas Leis Ambientais,

DECRETA:

Art. 1º Fica vedado o uso de máquinas e equipamentos públicos para execução de serviços que possam ofender leis de preservação ambiental, principalmente em áreas consideradas de preservação permanente ou reserva legal, ficando vedada a derrubada ou retirada de qualquer espécie de vegetação em contrariedade às leis ambientais, mesmo que a pedido do particular.

Parágrafo único. Os secretários e diretores, especialmente da Secretaria de Transportes e Obras, ficam proibidos de autorizar a execução de qualquer serviço com máquinas e equipamentos públicos que possam contrariar leis ambientais, ainda que solicitado pelo particular, sob pena de responderem por seus atos.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
11 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Edital de Licitação - Tomada de Preços 008/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 008/2014
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 01 DE JULHO DE 2014, licitação modalidade Tomada de Preços nº 008/2014.

Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação com pedras irregulares em Linha Navegantes, em Pinheiro Preto.
DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 01/07/2014, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 11 de junho de 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Edital de Convocação 006/2014- Concurso Público Nº 001/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 006/2014- CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 001/2014, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, os candidatos aprovados no Concurso Público para o provimento de vagas no nível inicial de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, abaixo relacionados:

NOME DO CANDIDATO	CARGO(regime estatutário)
DIRCEU RABUSKE	OPERADOR TRATOR AGRICOLA

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 10 dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte a ciência deste documento, providenciar os seguintes exames de saúde, conforme item 10.4 do Edital do concurso Público.

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil - cervical e lombar
- ECG - eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos).

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, através dos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos Exames referidos, os candidatos deverão apresentar exames complementares, quando houver solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto-SC.

3.O candidato deverá ainda apresentar os originais dos documentos de acordo o disposto no item 10.3 do Edital do concurso

Público, sendo eles:

- formulário de Dados Cadastrais;
 - formulário de Declaração de Dependência;
 - formulário de Declaração de Bens;
 - formulário de Declaração de não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções;
 - fotocópia da Carteira de Identidade;
 - fotocópia do Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, certidão de quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais emitida pelo T.R.E. (pode ser emitida no site do T-SC) ;
 - fotocópia do Certificado de Reservista;
 - fotocópia de certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
 - fotocópia do Cartão do PASEP (caso não esteja inscrito no PASEP deverá ser preenchido o formulário de inclusão do n.º de inscrição junto ao BB, a ser retirado na Coordenadoria de Recursos Humanos);
 - fotocópia do Cartão do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
 - fotocópia da Certidão de Casamento;
 - fotocópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
 - laudo médico (obtido mediante perícia médica);
 - 1 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual.
- P Carteira de Trabalho
q. comprovante de residência atual (conta luz ou água ou telefone)
r. comprovante de conta bancária
S. carteira nacional do S.U.S

A entrega da Documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva, 111, Município de Pinheiro Preto-SC, no horário das 07:30hs as 11:30 e das 13:30 as 17:30.

Pinheiro Preto/SC, 11 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

Extrato 0055/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0055/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0019/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a AQUISIÇÃO DE ÁGUA E GÁS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 30/06/2014. Abertura: às 09h00min horas do dia 30/06/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Irani, 11 de junho de 2014.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2014
CONTRATO Nº 001/2014

OBJETO: locação de 01 (um) galpão, medindo 527,85m² cada, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 1639 - Lote 05, Bairro Perequê, para a instalação do Corpo de Bombeiros de Porto Belo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/ FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DE BOMBEIROS DE PORTO BELO.

CONTRATADA: OLIBIO ELOTARIO

VALOR GLOBAL: \$ 64.800,00 (Sessenta e quatro mil e oitocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 14/04/2014

Porto Belo, 06 de Junho de 2014.
CHILEY LAURENCIO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 03/2014 - Estabelece Expediente Para A Copa do Mundo No Mês de Junho No Poder Legislativo de Porto Belo

PORTARIA Nº 003/2014

ESTABELECE EXPEDIENTE PARA A COPA DO MUNDO NO MÊS DE JUNHO NO PODER LEGISLATIVO DE PORTO BELO.

João Mendes, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, comunica o expediente especial para os dias de jogos da SELEÇÃO BRASILEIRA durante a COPA DO MUNDO:

Art. 1º - Dia 12 de Junho expediente das 13:00 às 15:00 hrs.

Art. 2º - Dia 17 de Junho expediente das 13:00 às 15:00 hrs.

Art. 3º - Dia 23 de Junho expediente das 13:00 às 16:00 hrs, a Sessão Ordinária prevista para segunda feira dia 23 de junho, fica transferida para terça feira dia 24 de Junho no horário regimental.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2014.
JOÃO MENDES
PRESIDENTE

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
" Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Porto União

PREFEITURA

Edital de Convocação N.º 138/2014

Edital de convocação 138/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 23/05/2014 à 29/05/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
ROSANGELA KRAHNOLDT	76º		

Porto União (SC), 23 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2014 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 018/2014 FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2014 FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados aos Grupos de Convivência da Terceira Idade. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 02 de julho de 2014 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Extrato de Pregão Presencial 013/2014 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 019/2014- FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 013/2014 FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de material esportivo (pares de tênis), para as crianças e adolescentes que participam dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos - CRAS. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 03 de julho de 2014 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Extrato de Pregão Presencial 015/2014 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 020/2014- FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 015/2014 FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de material de expediente para operacionalização dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV, CRAS. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 04 de Julho de 2014 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de Junho de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Pregão Presencial 010/2014 - Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 010/2014 - CULTURA
Extrato de Edital de Pregão Presencial 008/2014

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de material de expediente e serviço de fotocópias para Fundação Municipal de Cultura. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 30 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de Junho de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Lei Nº 4.245/2014

LEI Nº 4.245, de 04 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Grupo Ecológico Rio dos Pardos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Grupo Ecológico Rio dos Pardos, inscrito no CNPJ sob o nº 08.546.359/0001-70, regido por estatuto, declarado de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.332, de 17 de agosto de 2007, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar ao Grupo Ecológico Rio dos Pardos o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350-100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º O Grupo Ecológico Rio dos Pardos obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias,

contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.246/2014

LEI Nº 4.246, de 04 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, inscrita no CNPJ sob o nº 10.291.848/0001-70, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.703, de 21 de dezembro de 2009, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350-100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.247/2014

LEI Nº 4.247, de 04 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação dos Produtores da Linha Rosa - ASPLIR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação dos Produtores da Linha Rosa - ASPLIR, inscrita no CNPJ sob o nº 06.332.249/0001-80, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.995, de 30 de agosto de 2004, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação dos Produtores da Linha Rosa - ASPLIR o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350-100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação dos Produtores da Linha Rosa - ASPLIR obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.248/2014

LEI Nº 4.248, de 04 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Agricultores de Caçadorzinho, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Agricultores de Caçadorzinho, inscrita no CNPJ sob o nº 06.979.287/0001-20, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.028, de 15 de dezembro de 2004, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação de Agricultores de Caçadorzinho o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação de Agricultores de Caçadorzinho, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.249/2014

LEI Nº 4.249, de 04 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho - APASMAR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho - APASMAR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.866.361/0001-76, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.730, de 01 de abril de 2002, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350-100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.250/2014

LEI Nº 4.250, de 04 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Moradores de São Miguel da Serra - AMOSMIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Moradores de São Miguel da Serra - AMOSMIS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.308.977/0001-82, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.396, de 26 de dezembro de 2007, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação de Moradores de São Miguel da Serra - AMOSMIS o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação de Moradores de São Miguel da Serra - AMOSMIS, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.251/2014

LEI Nº 4.251, de 04 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Moradores de Rio Bonito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Moradores de Rio Bonito, inscrita no CNPJ sob o nº 79.376.745/0001-00, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.402, de 11 de março de 1999, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar a Associação de Moradores de Rio Bonito o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação de Moradores de Rio Bonito, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.252/2014

LEI Nº 4.252, de 04 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Grupo Ecológico Rio Tamanduá, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar

Convênio com o Grupo Ecológico Rio Tamanduá, inscrito no CNPJ sob o nº 08.936.852/0001-05, regido por estatuto, declarado de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.895, de 06 de julho de 2011, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar ao Grupo Ecológico Rio Tamanduá o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350-100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º O Grupo Ecológico Rio Tamanduá obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto Nº 480/2014

DECRETO Nº 480, de 06 de junho de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 15.427,63 (Quinze mil, quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos):

ÓRGÃO ÓRGÃO	1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2060 - Manutenção FNAS PTB Apoio à Criança		
MODALIDADE	3390 - 214 - Aplicações Diretas	6	15.427,63
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		15.427,63

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro do Exercício 2013, na Fonte 214.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 481/2014

DECRETO Nº 481, de 06 de junho de 2014.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.233, de 23 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO	1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2102 - Manutenção FMASSCFV		
MODALIDADE	3390 - 170 - Aplicações Diretas	18	20.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação, na Fonte 170.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Errata Referente ao Pregão Presencial 015/2014 - Educação

ERRATA

REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 021/2014-EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 015/2014 - EDUCAÇÃO

Altera - se a data de abertura e do recebimento dos envelopes para o dia 27 de Junho de 2014, às 09:00 horas, com início da sessão as 09:15 horas.

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 11 de Junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Errata Referente Pregão Presencial 037/2014 - Carona

ERRATA

REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 065/2014-CARONA

PREGAO PRESENCIAL 037/2014

Da-se nova redação ao item 01 do Edital.

Devido às alterações ocorridas fica marcada para o dia 30/06/2014 a abertura dos envelopes, no mesmo horário e local.

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 11 de Junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Lei 5.478

LEI Nº 5.478, de 06 de junho de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.03	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO		
2.065	Manutenção do Fundo de Habitação		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
1000000	Recursos Ordinários	R\$	210.000,00
	TOTAL	R\$	210.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:
----------	---

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.079	Contrapartida Convênios		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
1000000	Recursos Ordinários	R\$	210.000,00
	TOTAL	R\$	210.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

06 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei 5.477

LEI Nº 5.477, de 06 de junho de 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica aberto o crédito suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), por conta do

repasso do Governo do Estado, para o Projeto Pipoca e Avaliação da Secretaria, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	Fundo Municipal de Saúde		
2.097	Ações de Saúde com Recursos do Estado		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01640055	Atenção Básica - Estado	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

06 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei 5.476

LEI Nº 5.476, de 06 de junho de 2014.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS RECANTO ALEGRE".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um repasse financeiro à Associação de Idosos Recanto Alegre, inscrito no CNPJ nº 03.945.703/0001-80, entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 3.852, de 23 de outubro de 2002.

Parágrafo único - O valor total do repasse financeiro referido no caput será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e será pago à entidade em uma única parcela, em até 15 (quinze) dias após a publicação da presente Lei.

Art. 2º- Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:

02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º- O repasse objeto da presente Lei destina-se ao auxílio fornecido pelo Município de Rio do Sul à Associação de Idosos Recanto Alegre na aquisição de gêneros alimentícios.

Art. 4º- A entidade fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

06 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contrato Administrativo Nº 320/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 320/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) CASSIA LEONORA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 056.139.169-69 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Guanabara, nº 363- Bairro Boa Vista - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor de Transporte Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/06/2014 e encerrando-se em 10/07/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de junho de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CASSIA LEONORA DE SOUZA
Contratado (a)

Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo 04/14

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Edinei Stofela	xxx.088.399-xx	143658
Ruy Lipmann	xxx.285.089-xx	147716
Ind de Malhas Dona Irma Ltda ME	xx.704.065/0001-xx	147063
Simone Zickuhr	xxx.123.449-xx	147226
Juliana Beppler	xxx.025.339-xx	145077
Lenice de Fátima Garbin Schulze	xxx.595.709-xx	144688

Rio do Sul, 11 de Junho de 2014.
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN
Secretário Municipal da Fazenda

Lei 5.479

LEI Nº 5.479, de 06 de junho de 2014.
"DENOMINA DE ANTONIO HERCILIO CLAUDIO, BECO SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADO NO BAIRRO TABOÃO".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica denominado de Beco Antonio Hercilio Claudio, o beco sem denominação, localizado no Bairro Taboão, com início na Rua João Fronza e final a 130,55 metros de seu início, medindo 130,55 metros de extensão e 8,00 metros de largura, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO
06 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Lei 5.480

LEI Nº 5.480, de 06 de junho de 2014.

"DENOMINA DE JOAQUIM FERRARI, TRAVESSA SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADA NO BAIRRO CANTA GALO".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica denominada de Joaquim Ferrari, travessa sem denominação localizada no bairro Canta Galo, com início na rua Emílio Ferrari e final na rua Walmor Pasqualini, medindo 55,00 metros de extensão e 8,00 metros de largura, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO

06 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei 5.481

LEI Nº 5.481, de 06 de junho de 2014.

"DENOMINA DE DOZOLINA FERRARI, BECO SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADO NO BAIRRO FUNDO CANOAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica denominado de Dozolina Ferrari, o beco sem denominação localizado no bairro Fundo Canoas, com início na Estrada Boa Esperança e final a 97,13 metros de seu início, medindo 97,13 metros de extensão e 12,00 metros de largura, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO

06 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contrato Administrativo Nº 321/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 321/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROMULO MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 105.942.619-61 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Eugenio Marchi, nº 320- Bairro Santa Rita - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor de Transporte Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/06/2014 e encerrando-se em 10/07/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROMULO MUTSCHLER

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 322/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 322/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOÃO CARLOS POPENG, portador(a) do CPF nº 549.041.619-04 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Botanico Kulhmann, nº 1094- Bairro Eugenio Schneider - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor de Transporte Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 12/06/2014 e encerrando-se em 11/07/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com

a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JOÃO CARLOS POPENG

Contratado (a)

Dispensa de Licitação 092/2014

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 092/2014

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito de Rio do Sul, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: execução de 18 (dezoito) abrigos de passageiros em diversos locais do Município.

Contratada: Serralheira Rosvale Ltda EPP

Valor R\$ 98.918,49 (noventa e oito mil e novecentos e dezoito reais e quarenta e nove centavos).

Recurso Financeiro: Próprio/Caixa

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso V da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Rio do Sul, 11 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Decreto Nº 4056, de 19 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4056, de 19 de maio de 2014.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - CMT".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que preceitua a Lei Municipal 2.869/94,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Trânsito - CMT, de acordo com o Artigo 3º da Lei Municipal Nº 2.869, de 14 de março de março de 1994, os seguintes membros, devidamente indicados por suas respectivas entidades:

ASSESSORIA ESPECIAL DE DEFESA DO CIDADÃO

Titular e Presidente: Cláudio Cimardi

Vice Presidente: Edilson José da Fonseca
Secretária: Sara Priscila Ramos Becker

CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL
Titular: Cristiane Matos Rossa

Suplente: Juliana Eleotério Carvalho

GUARDA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Titular: Sara Priscila Ramos Becker

Suplente: Luciméri Bernardes

AEAVI - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Titular: Sidnei Bosse
Suplente: Antônio de Pádua Baker Botelho

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS

Titular: Paulo José Fiamoncini

Suplente: Daniel Emilio Tschumi

UNIÃO DE ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE RIO DO SUL

1º Titular: Edilson José da Fonseca

Suplente: Jaílson André da Costa
2º Titular: Sinauri Mauro Xavier
Suplente: Idio Carlos Baldo

13º BATALHÃO DA POLICIA MILITAR

Titular: Vanilo Vignola

Suplente: Gean Franscisco Sommer

DELEGACIA REGIONAL DE RIO DO SUL
Titular: Daniel Garcia

Suplente: Patricia Aparecida Zimmermann D'Ávila

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Titular: Walter Carlos Seyfferth
Suplente: Rodrigo de Souza

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Titular: Francisco Goetten de Lima

Suplente: João Batista Muller

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANISMO E MEIO AMBIENTE
Titular: Carlos Eduardo Plens
Suplente: Luciani Souza Lopes

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DA PMRS
Titular: Orivaldo Custódio Ferreira

Suplente: Eliane Kroehnke

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE RIO DO SUL
Titular: João Batista Faber Fontanive

Suplente: Cleber Andrei Seemann Stassun

Art. 2º - A participação nos trabalhos do Conselho nomeado por este Decreto, dar-se-á em regime gratuito.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
19 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Dispensa de Licitação 093/2014

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 093/2014

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito de Rio do Sul, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: execução de 26 (vinte e seis) abrigos de passageiros em diversos locais do Município.
Contratada: Serralheira Rosvale Ltda EPP

Valor R\$ 218.162,28 (duzentos e dezoito mil e cento e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos).

Recurso Financeiro: Próprio/Caixa

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso V da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Rio do Sul, 11 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Dispensa de Licitação 094/2014

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 094/2014

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito de Rio do Sul, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: execução de modernização do Terminal Urbano, localizado na Rua Santos Dumont, Centro, Rio do Sul.
Contratada: Equal Construtora e Incorporadora Ltda.

Valor R\$ 186.371,42 (cento e oitenta e seis mil e trezentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos)
Recurso Financeiro: Próprio/Caixa

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso V da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Rio do Sul, 11 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Decreto Nº 4122, de 09 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4122, de 09 de junho de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 79.217,65 (setenta e nove mil, duzentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior na conta corrente nº 44.016-7, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.426/2013, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.097	Ações de Saúde com Recursos do Estado		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01230055	Convênios do Estado - Saúde	R\$	79.217,65
	TOTAL	R\$	79.217,65

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de junho de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4118 , de 06 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4118, de 06 de junho de 2014.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2014 - FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 029/2014 - FMS, 27 de maio de 2014.

Parágrafo Único - Aquisição de Curso de Especialização em Gestão Financeira e Controladoria.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso**PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Nº 27/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 72014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 27/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Serviço de reforma de piscina, com fornecimento de material e equipamentos

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 25/06/2014 até as 09h00min.

Abertura: 25/06/2014, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 11 de junho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Contrato 01/2014

EXTRATO DE CONTRATO E

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS, EM PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Número : 01/2014

Data Processo: 02/06/2014

Fundamentação: Art. 24 Inc.II c/c Art. 13 da lei 8.666/93

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS

O IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos servidores públicos do município de Salto Veloso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Aquisição supra identificado, que a decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

CONTRATADO: HCG CLÍNICA MÉDICA LTDA -, com um valor unitário de 200,00 (Duzentos reais), e com uma estimativa de consumo de 20 perícias.

SALTO VELOSO, 02 de junho de 2013.

Contrato 02/2014

EXTRATO DE CONTRATO E

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS, EM PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade : DISPENSA DE LICITAÇÃO

Número : 01/2014

Data Processo: 02/06/2014

Fundamentação: Art. 24 Inc.I

Objeto: AQUISIÇÃO DE SOFTWARE E LICENÇA DE USO

O IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos servidores públicos do município de Salto Veloso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Aquisição supra identificado, que a decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s)

abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

CONTRATADO: Betha Sistemas LTDA -, com um valor total de R\$2060,00 (Dois mil e sessenta reais

SALTO VELOSO, 02 de junho de 2013.

Santa Cecília**PREFEITURA****Extrato Pregão Presencial 041/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2014

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 26 de Junho de 2014 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica para contratação de empresa especializada em serviços de reforma e recomposição de pavimentação das vias públicas municipais, através da secretaria de transportes, obras e serviços urbanos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente pelo interessado junto a prefeitura municipal.

Santa Cecília, 11 de Junho de 2014.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 034, de 10 de Junho de 2014.

Decreto nº 034, de 10 de junho de 2014.

Dispõe sobre o horário de expediente dos Órgãos Públicos nos dias de realização dos jogos da Seleção Brasileira na 1ª Fase da Copa do Mundo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 703, de 09/04/2007 Decreta:

Art. 1º O expediente dos órgãos públicos da Prefeitura Municipal nos dias de realização dos jogos da Seleção Brasileira na 1ª Fase da Copa do Mundo, obedecerão ao seguinte horário:

- Dia 12/06/2014 (quinta-feira), das 07h00 as 13h00,
- Dia 17/06/2014 (terça-feira), das 07h00 as 13h00 e
- Dia 23/06/2014 (segunda-feira), das 07h00 as 13h00.

Parágrafo único. Os serviços essenciais funcionarão normalmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de junho de 2014.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 5798/2014

PORTARIA Nº 5798, DE 06 DE JUNHO DE 2014
Consolida Portaria nº 7195/2011

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 7195, de 27 de maio de 2011, que concedeu pensão por morte à ALADIR DE SOUZA LISBOA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº PPA-11/00431460, através da Decisão nº 0004/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 06 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5799/2014

PORTARIA Nº 5799, DE 06 DE JUNHO DE 2014
Consolida Portaria nº 7194/2011

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 7194, de 27 de maio de 2011, que concedeu pensão por morte à ROSALINA DE FATIMA PEREIRA PTASZECK, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº PPA-11/00431460, através da Decisão nº 0004/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 06 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5816/2014

PORTARIA Nº 5816, DE 09 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores ARNO OTTWIN HEILMANN, KEILA CRISTINA GREIN, PATRICIA ZEIDEMANN ZIPPERER, DIVALDO PAVLOSKI e PAULO GERALDO DOS SANTOS LIMA, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Doblo, placas MKU 3593.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Errata Portarias Nº 5730/2014 E 5701/2014**ERRATA:**

No Diário Oficial Municipal nº 1500, de 04 de junho de 2014, página 344, na publicação da Portaria nº 5701/2014, no local que se lê "Enfermeira" leia-se "Assistente Administrativo".

No Diário Oficial Municipal nº 1501, de 05 de junho de 2014, página 334/335, na publicação da Portaria nº 5730/2014, no local que se lê "processo nº 2799/2014" leia-se "processo nº 2779/2014".

Listagem de Portarias Nº 006/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 5734, de 05 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Atendente Educativo, a partir de 04 de julho de 2014, ocupado de Vera Lucia Lemos Weiss, com fulcro no art. 47, VI, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5735, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Adelaide Dolores Liebl. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 5736, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Adriane Batista da Silva Pflanzner. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5737, de 05 de junho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Alexandre Viedo Rodrigues. Médico Veterinário. SEMAN.

Portaria nº 5738, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Araceli Linzmeyer Schvartz. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 5739, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Cintia Graziela Denck Grobe. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5740, de 05 de junho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Daniela Regina Perich. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 5741, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Debora Thais Tonet. Professor Anos Finais.

SEMED.

Portaria nº 5742, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Diana Ludtke. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 5743, de 05 de junho de 2014. Exonera Coordenador de Setor de Manutenção, a pedido. Dorival Teifke. SEMED.

Portaria nº 5744, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Dirlei Maria Moser. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 5745, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Driana Seidel Malinovski. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 5746, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Francisca das Chagas de Souza. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 5747, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Joalice de Campos. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 5748, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Katia Leda Schwalbe. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 5749, de 05 de junho de 2014. Demite Empregado Público, a pedido. Luciane do Rosario. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 5750, de 05 de junho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Luciano Dornelles Salerno. Médico clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 5751, de 05 de junho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Marilene Rodrigues Hirt. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 5752, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Michele Cristina Sennes. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5753, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Regiane Cordeiro Baum. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5754, de 05 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Rosane Cristina Lutz Winter. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 5755, de 05 de junho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Tatiane Maciel da Rosa. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5756, de 05 de junho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Thyago Rujanowsky. Oficial Administrativo. SECAD.

Portaria nº 5757, de 05 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 04/06/2014 a 03/07/2014, relativa ao triênio 2007/2010. Antonio Carlos Sebold. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 5758, de 05 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 03/06/2014 a 02/07/2014, relativa ao triênio 2010/2013. Fabio Luiz de Aguiar. Especialista em Assuntos Educacionais. SEMED.

Portaria nº 5759, de 05 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 02/06/2014 a 01/07/2014, relativa ao triênio

2009/2012. Dinacir de Fatima Machado dos Santos. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 5760, de 05 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 02/06/2014 a 01/07/2014, relativa ao triênio 2008/2011. Rosana Rodrigues Monteiro. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 5761, de 05 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 02/06/2014 a 01/07/2014, relativa ao triênio 2009/2012. Maristela Gomes. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5762, de 05 de junho de 2014. Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho, a partir de 09 de maio de 2014, conforme Processo nº 3222/2014. Teresinha Carvalho. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 5763, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Eliane Aparecida Bonfim. Professor Educação Infantil - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5764, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe D para Classe E. Luzia Margarete Alves Tibes. Professor Anos Iniciais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5765, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C. Gisele Marschallek. Auxiliar de Escritório - em extinção. Grupo Ocupacional 02. Nível IV. SEMUS.

Portaria nº 5766, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C. Marta Madalena Seidel. Auxiliar de Enfermagem - em extinção. Grupo Ocupacional 03. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 5767, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C. Rosane Schneider. Auxiliar de Escritório - em extinção. Grupo Ocupacional 02. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 5768, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe E para Classe F. Maria Helena Malchowski Fleischmann. Professor Anos Iniciais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5769, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe C para Classe D. Edevino Pechebela. Auxiliar de Serviços. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 5770, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe C para Classe D. Leandro Antonio de Oliveira. Fiscal da Fazenda - em extinção. Grupo Ocupacional 05. Nível II. SEFIN.

Portaria nº 5771, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Rita Teresinha Pereira Comin. Atendente Educativo - Magistério. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5772, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Elaine Rafaela Grossl Buchinger. Atendente Educativo - Magistério. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5773, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B.

Juliana Zator. Atendente Educativo - Magistério. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5774, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe C para Classe D. Frida Barboza. Auxiliar de Serviços. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMED.

Portaria nº 5775, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Karlise Shelley Dzidicz Gonçalves de Oliveira. Atendente Educativo - Magistério. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5776, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Franciellen Steiner. Auxiliar de Biblioteca. Grupo Ocupacional 03. Nível I. SEMED.

Portaria nº 5777, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Nilceia Gloneki. Auxiliar de Serviços. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMED.

Portaria nº 5778, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C. Adriana da Silva Felipe. Professor Educação Infantil - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5779, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe E para Classe F. Henrique Bonett. Vigia - em extinção. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 5780, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Ricardo Antonio Homechen. Contador. Grupo Ocupacional 05. Nível I. SEFIN.

Portaria nº 5781, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe E para Classe F. Aluisio Oliveira Antunes. Fiscal de Obras. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEPLU.

Portaria nº 5782, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público, da Classe E para Classe F. Isolda da Silva Christem. Auxiliar de Consultório Dentário. Grupo Ocupacional 03. Nível II. SEMUS.

Portaria nº 5783, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público, da Classe C para Classe D. Andreia Alves. Professor Educação Infantil - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5784, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público, da Classe D para Classe E. Adriana Pscheidt. Professor Educação Infantil - Magistério. Nível I. SEMED.

Portaria nº 5785, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público, da Classe E para Classe F. Adriane Cavalheiro Fragoso Hable. Especialista em Assuntos Educacionais - Especialização.

Nível II. SEMED.

Portaria nº 5786, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público, da Classe H para Classe I. Elisete Maria Oszika Dybas. Professor Anos Iniciais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5787, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público, da Classe G para Classe H. Regina Monica Cieslinski. Professor Anos Finais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5788, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor

Público, da Classe E para Classe F. Simone Rank. Professor Anos Iniciais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 5789, de 05 de junho de 2014. Promove Servidor Público, da Classe F para Classe G. Andreia Milbratz. Oficial Administrativo - em extinção. Grupo Ocupacional 02. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 5790, de 05 de junho de 2014. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 22/04/2014 a 21/05/2014, conforme Processo nº 2904/2014. Ivo José Gonçalves. Motorista. SECAD.

Portaria nº 5791, de 05 de junho de 2014. Concede Licença Maternidade, período de 13/05/2014 a 09/09/2014. Monika Regina Wiggers Redlich. Bioquímica. SEMUS.

Portaria nº 5792, de 05 de junho de 2014. Concede Auxílio Doença INSS, período de 17/04/2014 a 31/05/2014. Berenice Huebner. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 5793, de 05 de junho de 2014. Prorroga Licença Maternidade, período de 10/09/2014 a 08/11/2014, conforme Processo nº 3818/2014. Monika Regina Wiggers Redlich. Bioquímica. SEMUS.

Portaria nº 5800, de 06 de junho de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de junho de 2014. Zaira Albuquerque. Professor. Grupo Ocupacional Educação Infantil. Licenciatura Plena. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5801, de 06 de junho de 2014. Revoga Portaria nº 5800/2014 que nomeou servidora pública Zaira Albuquerque, no cargo de Professor Educação Infantil, por desistência espontânea.

Portaria nº 5802, de 06 de junho de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de junho de 2014. Joseane Aparecida Sarotti Cutas. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5803, de 06 de junho de 2014. Revoga Portaria nº 5802/2014 que nomeou servidora pública Joseane Aparecida Sarotti Cutas, no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea.

Portaria nº 5804, de 06 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Angela Maria de Souza. Professor Educação Infantil. PEM Cantinho do Céu. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5805, de 06 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Laura Matioski Watraz. Atendente Educativo. 30 horas semanais. CEIM Amor Perfeito. SEMED.

Portaria nº 5806, de 06 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Cristiane Teresinha do Prado. Atendente Educativo. CEIM Pica Pau. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5807, de 06 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Carine Franco Ferreira. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Osny Vasconcellos. SEMED.

Portaria nº 5808, de 06 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Silvia Paes Pschiski. Atendente Educativo. 30 horas semanais. CEIM Castelo Encantado. SEMED.

Portaria nº 5809, de 06 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Simone Bueno de Lacerda. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 5810, de 06 de junho de 2014. Admite Servidor

Temporário. Jilvane Aparecida da Costa. Professor Anos Iniciais. 20 horas semanais. EBM Lucia Tschoeke. SEMED.

Portaria nº 5811, de 06 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Cintia Graziela Denck Grobec. Professor Anos Finais - Artes. 30 horas semanais. EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 5812, de 06 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Auxiliar de Serviços, a partir de 09 de junho de 2014, ocupado pela servidora Nilceia Gloneki, com fulcro no art. 47, VI, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5813, de 06 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Professor Educação Infantil, a partir de 04 de junho de 2014, ocupado pelo servidor Mauricio Bertotti, com fulcro no art. 47, VI, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5814, de 06 de junho de 2014. Nomeia Chefe de Divisão de Apoio Administrativo, a partir de 04 de junho de 2014. Mauricio Bertotti. SEMED.

Portaria nº 5815, de 06 de junho de 2014. Prorroga, a partir de 07 de junho de 2014, o prazo para posse de Marcelo Laynes Milla, no cargo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo nº 3938/2014.

Portaria nº 5817, de 09 de junho de 2014. Revoga, a partir de 08 de junho de 2014, a Portaria nº 5571/2014 que nomeou servidor público Braulio Bonadiu Junior, no cargo de Advogado, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Licitação - Concorrência Pública Nº 1/2014 Fc

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2014 - MELHOR TÉCNICA

PROCESSO Nº 05/2014

A Fundação Cultural de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883 de 08/06/94 e Lei nº 9.648 de 27/05/98 que fará realizar no dia 30/07/2014, às 10:00, na sede da Fundação Cultural de SBS, Largo Hugo Fischer, nº 33, abertura das propostas para: LICITAÇÃO: Concorrência nº 01/2014, tipo melhor técnica nos termos do item 11 do edital. OBJETO: seleção de 4 orquestras com sede em Santa Catarina ou Paraná para realização de apresentação de 45 minutos cada na Mostra de Orquestras Donaldo Ritzmann, que será realizada em São Bento do Sul nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 2014, conforme Edital e anexos. RECEPÇÃO DE PROPOSTAS: das 08:30 horas às 16:30 horas de 12/06/2014 à 28/07/2014. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10:00 horas dia 30/07/2014. Local de entrega e abertura dos envelopes: Fundação Cultural de São Bento do Sul, Largo Hugo Fischer, nº 33, Centro, São Bento do Sul - SC. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, na Fundação Cultural de São Bento do Sul, no endereço acima especificado, no horário das 07h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 09 de junho de 2013.

BRAULIO HANTSCHER

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

São Domingos

PREFEITURA

Dec 1636 de 02 06 14 Nomeia Eliza Cristina de Oliveira

DECRETO Nº 1636, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Eliza Cristina de Oliveira, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, deste Município de São Domingos (SC), enquadrada no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.08, Nível CC-07, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada, ficando lotada na Secretaria Municipal de Administração de Fazenda.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 2759/2014

DECRETO Nº 2759/2014

NOMEIA AS ENTIDADES PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ - CMSSJ PARA A GESTÃO DO BIÊNIO DE 2014 a 2016.

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV, da Lei Orgânica Municipal e art. 5º da lei Municipal nº 4776/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Saúde de São José, no biênio de 2014 a 2016, como representantes do governo:

Secretaria Municipal de Saúde (Titular)
Representante Luis Antonio Silva
(Suplente) - Representante Georgeana D. A. Bayer
Secretaria Municipal de Saúde (Titular)
Representante Julio Flores
(Suplente) Josiane Aparecida Kloeppel.

Art. 2º - Ficam nomeadas para comporem o Conselho Municipal de Saúde de São José, no biênio de 2014 a 2016, eleitos na pré conferencia municipal de saúde de São José, as entidades abaixo relacionadas:

Entidades do segmento dos Prestadores de Serviço:

- Laboratório Santa Filomena (Titular)
Representante Rogério Nichele Rocha
- Hospital Regional Homero de Miranda Gomes/SES/SC (Titular)
Representante Luciana Galvão Paes da Rosa

Entidades do segmento Usuários do SUS:

- Associação dos Moradores e Amigos do Kobrasol (Titular)
Representante Paulo Vitorino Silva
- Associação Casa da Mulher Catarina (Titular)
Representante Jane Maria de Souza Philippi
- Associação dos Moradores e Amigos de Campinas (Titular)
Representante José Sergio da Silva Filho
- Associação do Centro Histórico de São José da Terra Firme (Titular)
Representante José Ricardo Koerich
- Associação dos Moradores do Morar Bem (Titular)
Representante Gilson Rampanelli

Entidades do segmento dos Profissionais de Saúde/Conselhos profissionais:

- Conselho Regional de Odontologia (Titular)
Representante Fabiana Oro Cericato Costa
- Conselho Regional do Serviço Social (Titular)
Representante Cristiane Coelho de Campos Marques
- Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina (Titular)
Representante Paola Di Bernardi Mafra
- Conselho Regional de Farmácia (Titular)
Representante Xênio Marques Kremer
- Sindicato dos Odontologistas de Santa Catarina (Suplente)
Representante Márcio Alexandre Bernardo

Art. 3º - Este Decreto entre em vigor na data de sua Publicação,

revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal de São José

Decreto Nº 2760/2014

DECRETO Nº 2760/2014

FIXA A LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - FMADS

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fixa a lotação dos servidores públicos municipais na Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS:

- I. Matheus Vaz Alves - matrícula nº 21483;
- II. Carolina Follmer Soares - matrícula nº 15762;
- III. Eliane Messagi - matrícula nº 15.761;
- IV. Elron Amaral - matrícula nº 19.026;
- V. Gustavo Rafael Domingues da Silva - matrícula nº 15736;
- VI. Iraclides de Matos - matrícula nº 21501;
- VII. Jean Mattos Alves Teixeira - matrícula N.º 23.237;
- VIII. Marilene Sorato - matrícula nº 15746;
- IX. Patrícia Simurro Alonso - matrícula nº 15742;
- X. Tangriane Pereira Teixeira - matrícula 23.186.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), em 10 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA
Prefeita Municipal Superintendente da FMADS

Lei Complementar N.º 062, de 09 de Junho de 2014.

CRIA UMA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DE COORDENADOR DE CURSO, COM LOTAÇÃO NA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada 01 (uma) função gratificada de confiança de Coordenador de Curso, código FG-CC, com o mesmo padrão remuneratório já previsto em lei e lotação específica na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta do orçamento da Fundação Educacional de São José.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 09 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.402 de 09 de Junho de 2014.

CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, ARAUCÁRIA, LOCALIZADO NA RUA ALAÉSIO IDELFONSO ROSA S/Nº, LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, BAIRRO SERRARIA, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Centro de Educação Infantil Municipal Araucária, localizado na Rua Alaésio Idelfonso Rosa s/nº, Loteamento Araucária, Bairro Serraria, neste município, para atendimento de crianças de 04 meses a 6 anos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 09 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.403 de 09 de Junho de 2014.

CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, FORQUILHINHAS, LOCALIZADO NA RUA OSWALDO CRUZ S/Nº, LOTEAMENTO BENJAMIN, BAIRRO FORQUILHINHAS NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Centro de Educação Infantil Municipal Forquilha, localizado na Rua Oswaldo Cruz s/n, Loteamento Benjamin, Bairro Forquilha, neste município, para atendimento de crianças de 04 meses a 6 anos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 09 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.404 de 09 de Junho de 2014.

CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PALMARES, LOCALIZADO NA AVENIDA VALDEMAR SCHMIDT S/Nº, QUADRA '6', LOTEAMENTO PALMARES, BAIRRO FORQUILHAS NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Centro de Educação Infantil Municipal Palmares, localizado na Avenida Valdemar Schmidt s/nº, quadra '6', Loteamento Palmares, Bairro Forquilha, neste município, para atendimento de crianças de 04 meses a 6 anos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 09 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.405 de 09 de Junho de 2014.

CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, CRISTO REI, LOCALIZADO NA RUA ALCEU AMOROSO LIMA, LOTEAMENTO COLINAS DO LUAR, BAIRRO REAL PARQUE, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Centro de Educação Infantil Cristo Rei, localizado na Rua Alceu Amoroso Lima s/n, Loteamento Colinas do Luar, Bairro Real Parque, neste município, para atendimento de crianças de 04 meses a 6 anos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 09 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.399 de 09 de Junho de 2014.

LEI N.º 5.399, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ADEQUAÇÃO DOS PROVADORES DE ROUPAS, VOLTADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos termos desta Lei, ficam os estabelecimentos que comercializam roupas, vestuários, calçados e similares em toda área de abrangência no Município de São José, obrigados a adequar ou instalar, no mínimo, um de seus provadores com acessibilidade às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

§ 1º - Estão obrigados ao cumprimento do disposto nesta Lei, os estabelecimentos comerciais que dispõem de provadores ou locais para prova de seus produtos comercializados.

§ 2º - Os estabelecimentos que não dispõem de provadores ou locais para prova de seus produtos comercializados, deverão se adequar, conforme os parâmetros vigentes.

Art. 2º - Os parâmetros para a adequação do provador devem obedecer às normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - NBR 9050.

Art. 3º - A desobediência ou inobservância do disposto no Art. 1.º desta Lei implicará aos infratores as seguintes penalidades:

- a) Notificação;
- b) Multa, designada pelo Poder Executivo;
- c) Suspensão do Alvará de Funcionamento.

§ 1º - Os estabelecimentos comerciais que forem notificados terão o prazo de trinta (30) dias para a adequação do disposto no Art. 1.º desta Lei.

§ 2º - Decorrido o prazo estabelecido e não cumprida a exigência, aplicar-se-á a multa prevista na alínea b).

§ 3º - Se, ainda, não atendidas às exigências do Art. 1.º após trinta (30) dias da cominação da multa determinada pelo Poder Executivo Municipal, aplicar-se-á o determinado na alínea c) do Artigo 3.º.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se

necessário for.

Art. 5º - O Executivo Municipal, no que couber, regulamentará a presente Lei, no prazo de noventa (90) dias contados a partir da data de sua publicação.

Parágrafo Único - Ficam os estabelecimentos comerciais com o prazo de noventa (90) dias, contados a partir da regulamentação do presente documento, para se adequarem ao disposto nesta Lei.

Art. 6º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.400 de 09 de Junho de 2014.

LEI N.º 5.400, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO A FIBROMIALGIA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Municipal de Conscientização a Fibromialgia, a ser celebrada na semana do dia 12 de maio, Dia Mundial de Conscientização a Fibromialgia.

Parágrafo Único - A programação da "Semana Municipal de Conscientização a Fibromialgia", deve proporcionar maiores informações quanto aos sintomas e possíveis tratamentos da doença.

Art. 2º - O Poder Público através da Secretaria Municipal de Saúde deverá promover as ações da Semana Municipal de Conscientização a Fibromialgia.

Art. 3º - A Semana Municipal de Conscientização a Fibromialgia deverá constar no Calendário Oficial do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.391, de 16 de Maio de 2014.

LEI N.º 5.391, DE 16 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A PROVISÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL, NA FORMA DE AUXÍLIO-NATALIDADE, NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei destina-se à normatização da concessão do benefício eventual denominado "auxílio-natalidade" no âmbito da Política Pública de Assistência Social do Município de São José.

Parágrafo único - Para fins da presente Lei, benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário, não contributiva, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Art. 2º - O benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se em uma prestação temporária para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família, destinado:

- I - às atenções necessárias ao nascituro;
- II - ao apoio à mãe em caso de natimorto e morte do recém-nascido;

III - ao apoio à família em caso de morte da mãe, em decorrência do parto; e

IV - ao suprimento de outras necessidades que demandarem desta contingência.

Art. 3º - O benefício de auxílio-natalidade é devido às famílias residentes no território do Município de São José com renda mensal familiar per capita de até meio salário-mínimo nacional.

Art. 4º - O benefício de auxílio-natalidade é assegurado em forma de pecúnia, por única parcela, no valor de um salário-mínimo nacional.

§ 1º - O benefício de auxílio-natalidade é devido à família em número igual ao das ocorrências.

§ 2º - Em caso de parto múltiplo, o benefício será concedido de forma proporcional à quantidade de crianças.

§ 3º - Em caso de natimorto ou morte da criança, a família poderá requerer o benefício para suprir necessidades decorrentes.

Art. 6º - O benefício de auxílio-natalidade poderá ser concedido diretamente a um integrante da família beneficiária, desde que requerido no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data do parto gestacional.

Art. 7º - Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - garantir a execução e a fiscalização do fiel cumprimento desta Lei;

II - analisar e decidir acerca dos requerimentos do benefício de auxílio-natalidade;

III - manter cadastro único que centralizará as informações sociais dos beneficiários, elaborado com base em dados disponíveis nos órgãos municipais envolvidos e, caso necessário, em novos levantamentos e pesquisas.

§ 1º - Para o requerimento do benefício, deverão ser apresentadas à Secretaria de Assistência Social, as certidões de nascimento e/ou de óbito, além de outros documentos a serem especificados em regulamento próprio.

§ 2º - A concessão do benefício eventual de que trata a presente Lei deverá ser amplamente divulgada pelo Poder Público Municipal.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta do orçamento municipal, por meio de recursos advindos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único - Para cumprimento desta Lei, também poderão ser utilizados recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social, conforme prevê a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações posteriores.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Assistência Social editará normas destinadas à regulamentação e à execução da presente Lei.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 16 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Portaria Nº 051/2014/Sf

PORTARIA Nº 051/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a seguir especificada:

19.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01.18.541.0109.2.272 - Preservação Ambiental

108 - 4.4.90.52.00.00.0040 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos de Outras Fontes - Diretamente Arrecadados R\$ 170.000,00

Total desta Atividade R\$ 170.000,00

Total do Órgão R\$ 170.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 170.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a seguir especificadas:

19.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01.18.541.0109.1.076 - Implantação de Parques - FMMADS

2 - 3.3.90.30.00.00.0040 - Material de Consumo,

Recursos de Outras Fontes - Diretamente Arrecadados R\$ 45.000,00

5 - 3.3.90.39.00.00.0040 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos de Outras Fontes - Diretamente Arrecadados R\$ 50.000,00

8 - 4.4.90.51.00.00.0040 - Obras e Instalações,

Recursos de Outras Fontes - Diretamente Arrecadados R\$ 25.000,00

11 - 4.4.90.52.00.00.0040 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos de Outras Fontes - Diretamente Arrecadados R\$ 15.000,00

Total deste Projeto R\$ 135.000,00

19.01.18.541.0109.2.092 - Coletor, Coleta e Reciclagem de Resíduos -

FMMADS

33 - 4.4.90.52.00.00.0040 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos de Outras Fontes - Diretamente Arrecadados R\$ 35.000,00

Total desta Atividade R\$ 35.000,00

Total do Órgão R\$ 170.000,00

Total da Anulação R\$ 170.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de junho de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Edital Nº 002/2014/Sas.

Município de São José

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete do Secretário Municipal de Assistência Social

Rodovia BR-101, Km 202, nº 3697 - CEP: 88.115-500 - São José/SC

(48) 3281-6754 - <http://www.pmsj.sc.gov.br/>

EDITAL Nº 002/2014/SAS.

torna pública a retificação do Edital Nº 001/2014/SAS, de 19 de maio de 2014.

A SECRETÁRIA INTERINA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, em observância à Lei Municipal nº 5.383, de 08 de abril de 2014, pelo presente Edital, torna pública a retificação do Edital Nº 001/2014, de 19 de maio de 2014, nos seguintes termos:

I - Onde se lê:

5.4. A entrega da documentação para a devida inscrição ocorrerá no período de 02 a 13 de junho de 2014, na Diretoria de Gestão do SUAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada à Rodovia BR-101, Km 202, nº 3.697 - CEP: 88.115-500 - São José/SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min.

Leia-se:

5.4. A entrega da documentação para a devida inscrição ocorrerá no período de 02 a 27 de junho de 2014, na Diretoria de Gestão do SUAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada à Rodovia BR-101, Km 202, nº 3.697 - CEP: 88.115-500 - São José/SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min.

II - Ratificam-se os demais itens e anexos do Edital Nº 001/2014/SAS, de 19 de maio de 2014.

São José, 11 de junho de 2014.

LUCIANA PEREIRA DA SILVA

Secretária Interina de Assistência Social

Pregão Presencial 030/2014 - Retificado

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 030/2014 - RETIFICADO - Processo nº 125/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de "cestas básicas" auxílio alimentação destinadas às famílias atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 25/06/2014 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/06/2014 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Eletrônico Nº 048/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2014 - Processo nº 129/2014.

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual fornecimento de medicamentos para serem distribuídos pela farmácia especializada mediante processos judiciais no Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 12/06/2014 às 18h00min até dia 26/06/2014, às 13h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 26/06/2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Presencial 032/2014 - Nova Abertura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 032/2014 - NOVA ABERTURA - Processo nº 128/2014. Objeto: Aquisição de containers habitáveis adaptados para atendimento emergencial do Centro de Educação Municipal Ceniro Martins do Município de São José, por contratação de empresa especializada na área de construções industrializadas. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 25/06/2014 às 10h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/06/2014 às 10h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Decreto Nº 2.761/2014

cria COMISSÕES ESPECIAIS DESTINADAS À ANÁLISE E DISCUSSÃO DE REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, II e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto dispõe acerca da criação e condução dos trabalhos de Comissões Especiais, destinadas à análise, à discussão e à elaboração de proposta atinente às reivindicações apresentadas pelos servidores públicos municipais, representados pelo SINTRAM/SJ, durante as negociações que permearam a data-base da revisão anual de remuneração.

Art. 2º - Ficam criadas três Comissões Especiais, às quais competirá a análise, discussão e elaboração de proposta referente às reivindicações de cada um das seguintes áreas:

I - Educação: assuntos referentes aos servidores do Magistério Público Municipalque atina à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio e às Escolas Profissionais;

II - Saúde: assuntos pertinentes aos servidores da Secretaria de Saúde;

III - Administração: assuntos atinentes aos servidores das demais secretarias, fundações e autarquia.

§ 1º - A condução dos trabalhos de cada comissão caberá a um coordenador, escolhido pelos membros dentre os representantes do Poder Executivo.

§ 2º - As Comissões reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez a cada semana, em dia e horários a serem escolhidos pelos seus membros.

§ 3º - Os assuntos conexos a mais de uma comissão serão analisados e debatidos em reunião conjunta das respectivas comissões.

§ 4º - As comissões desenvolverão seus trabalhos em, no máximo, 180 dias, contados a partir dasua instalação, podendo encerrar a qualquer tempo suas atividades, se o objetivo for alcançado.

Art. 3º - As Comissões Especiais criadas por este Decreto serão compostas pelos seguintes membros:

I - Comissão Especial da Educação:

a) representantes do Poder Executivo:

Jenair Maria Patrício;

Kelen Bittencourt;

Márcia Cristina Figueredo Rizzaro.

b) representantes do SINTRAM/SJ:

Fernanda Fermiano Fraga;

Jumeri Zanetti;

Marcos Aurélio dos Santos.

II - Comissão Especial da Saúde:

a) representantes do Poder Executivo:

Valdir Coelho Junior

Rodrigo de Oliveira

Ana Carla Bertani

b) representantes do SINTRAM/SJ:

Alessandra Gorges;

Giovanio Rossi;

Valdir Freitas Araújo.

III - Comissão Especial da Administração e demais órgãos:

a) representantes do Poder Executivo:

Gilvana Mariza Kretzer Leonel;

Alessandra Cristina Laurindo Arruda;

Nelsi Regina Schmitt.

b) representantes do SINTRAM/SJ:

Hubert Beck Neto;

IlianeTurnes;

Patrícia Carmem Rodrigues.

Art. 4º - Ao encerrar seus trabalhos, cada comissão apresentará um relatório final das suas atividades de análise e elaboração de proposta atinente às reivindicações dos servidores, contemplando a impactação financeira, a observância dos preceitos legais, o impacto nas carreiras envolvidas e uma proposta de redação do dispositivo a ser adotado (lei, decreto ou portaria).

Parágrafo único - As propostas advindas das comissões sugerirão critérios e cronograma de implementação, a começar no ano de 2015 e desde que não extrapolem o limite prudencial da despesa com pessoal previsto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 5º -A Procuradoria-Geral do Município e o SINTRAM/SJ poderão indicar profissionais para acompanhar e prestar orientação jurídica às Comissões Especiais e ao Coordenador-Geral.

Art. 6º - A coordenação-geral dos trabalhos das comissões caberá à Secretaria Municipal de Governo, que decidirá acerca dos requerimentos formulados e dos casos considerados omissos.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 10 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

GUARANY PACHECO

Secretário Municipal de Governo

CÂMARA MUNICIPAL

Ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária, do Segundo Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina.

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA, DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almeci de Jesus - PMDB

1º Secretário Meri Terezinha de Melo Hang

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às dezessete horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular, tendo na Primeira e Segunda Secretarias, os Titulares. Pelo Livro de Registro de Presença, foi constatada a ausência do Vereador Amauri Valdemar da Silva e o comparecimento dos demais Senhores Edis. A seguir foi proferida a leitura das Ata da 33ª Sessão Ordinária, que posta em votação, foi aprovada unanimidade, sem restrições. A seguir foi declarada livre a palavra na hora do expediente. Ocupou a Tribuna o Vereador Adriano de Brito - PR, que comentou sobre a Audiência Pública realizada na noite de ontem, para tratar da Segurança Pública. Disse que estiveram presentes o Comandante do 7º Batalhão de Polícia Militar, Tenente Coronel Emiliano Guesser, o Coronel Silvío Hernani Fernandes, Comandante da 11ª Região, a Secretária de Segurança Pública Andréia Pacheco, a Delegada de Polícia Civil Sandra Mara Pereira, além de Líderes Comunitários e pessoas interessadas em discutir o Tema. Disse que a ideia é expandir esta discussão a outros bairros da Cidade. Disse ter lhe chamado atenção o relato da Delegada Sandra Mara Pereira de que os relatórios das Polícias não correspondem à realidade, pois muitos casos não são registrados. Destacou a importância de que as pessoas registrem os eventos na data em que estes acontecem. Destacou a ausência do Secretário da Ação Social e de representantes da AENFLO e da Assembleia Legislativa. Em aparte o Vereador Sanderson Almeci de Jesus, parabenizou aos vereadores Adriano de Brito e Silvío Odair de Souza, pela realização da Audiência Pública, que não se limitou em discutir apenas a violência dos Bairros Campinas e Kobrasol, mas abordou toda a cidade. Retomando a palavra o Vereador Adriano disse que daquela audiência foram tirados vários encaminhamentos, dos quais destacou, a necessidade da reativação dos CONSEGS; a reativação das Bases Integradas da Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal, entre outras. Dando continuidade o Senhor Presidente colocou em deliberação do Plenário, que fosse concedido a palavra na tribuna ao Superintendente da Fundação Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Pedra Branca, Eduardo Bastos, uma vez que estamos na Semana do Meio Ambiente. Posta em votação foi a Proposta aprovada por unanimidade. Na Tribuna o orador falou que durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente, a Fundação entregou setecentas mudas de árvores frutíferas e ornamentais à comunidade. Ressaltou a importância de se destinar locais para o descarte de resíduos da construção civil. Disse que a Fundação tem agido, encaminhando ao Ministério Público os infratores e abrindo alguns processos, no entanto a cidade se transformou em um depósito irregular de lixo das cidades vizinhas. Continuando disse que no ano passado foram expedidas trezentos e sessenta licenças e este ano já foram mais de duzentos e sessenta licenças. Continuando disse que a fundação recebeu o Termo de Delegação de Competência da FATMA, para licenciar o corte de vegetação. Finalizando colocou-se a disposição para qualquer questionamento. Não tendo havido nenhuma manifestação, foi declarada livre a palavra no Expediente. Ocupou a a tribuna o Vereador Michel da Silva Schlemper - PMDB, dizendo aproveitar a fala do orador que o antecedeu, para falar também sobre Meio Ambiente. Disse que vários vereadores já

trouxeram este tema à esta tribuna e lembrou algumas leis que foram aprovadas, como a Lei que disciplina a atividade dos caminhões Papa Entulhos, e a que estabelece o Destino Certo de móveis e equipamentos. Continuando o orador propôs que seja criado nos Bairros, Eco Pontos, ou seja, locais destinados a deposição temporária de resíduos de pequenas obras domésticas, ou móveis e equipamentos, a exemplo do que já existe em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Em aparte o Vereador Sanderson Almeci de Jesus, disse que irá protocolar amanhã, requerimento para que seja realizada reunião pública, para discutir com empresas do segmento e a prefeitura a questão do descarte irregular. Convidou o Vereador Moacir da Silva a estar Presente, trazendo sua experiência de Engenheiro Sanitarista. Continuando mostrou fotos do material do Governo Federal intitulado Agora é Lei, trazendo esclarecimentos sobre a Lei de Resíduos Urbanos. Disse que a cidade não pode apenas penalizar o infrator, mas tem que dar a estes opções, com pontos licenciados para o descarte. Retomando a palavra o Vereador Michel apresentou pesquisa sobre a experiência dos Eco Pontos na Cidade de São Paulo ressaltando que se tivéssemos cinco pontos em São José, teríamos um excelente resultado. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Orvino Coelho de Ávila - PSD, que inicialmente parabenizou à Prefeita Adeliara Dal Pont e ao Superintendente da Autarquia São José Previdência pelo trabalho que fez retornar aos cofres da autarquia, vinte e cinco milhões de reais. Continuando o orador destacou a importância de se cuidar do Dinheiro Público, para que todos possam ter o direito, no momento oportuno, a aposentadoria. Parabenizou também ao Vereador Moacir da Silva e aos Membros da Comissão Provisória desta Casa, pois seu trabalho foi de vital importância na identificação dos caminhos para se buscar a recuperação dos valores. Em aparte o Vereador Moacir disse que muitas vezes a população cobra resultados fazendo com que ações produtivas sejam realizadas. Ressaltou que outros processos estão em andamento, podendo produzir resultados positivos. Retomando a palavra o Vereador Orvino ressaltou a importância de que o Sindicato e os Servidores participem de todas as ações. Continuando o orador comentou que no último dia 29 de maio foram iniciadas as obras da Alça de Contorno da BR 101, no entanto se seguirem neste ritmo teremos grandes problemas, pois a única ação que vemos ser feita com agilidade é a instalação de Lombadas Eletrônicas nas marginais, que servem apenas para atrapalhar o fluxo do trânsito e arrecadar dinheiro com multas. Disse que a Alça de contorno não está sendo construída para encurtar distâncias e aproximar pessoas e sim para salvar as vidas destas pessoas. Tendo o Vereador Francisco Bento da Costa Silvy declinado de fazer uso da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Silvio Odair de Souza - PDT, dizendo ser hoje o último dia que estará nesta Câmara neste período, em que ocupou a vaga do Vereador Wallace Avanir de Souza, por este motivo gostaria de agradecer à todos os funcionários da Casa, e a todos os Vereadores. Destacou os funcionários João Davi e Soninha, que trabalharam este tempo em seu gabinete, dizendo que deveria ser feito um esforço para valorizá-los e mantê-los nesta Casa. Continuando disse ter participado dos festejos de dez anos da Guarda Municipal de Florianópolis e saudou a todos os Policiais Civis, Militares, e Federais, bem como aos Guardas Municipais de Florianópolis pelo apoio que sempre lhe deram. A seguir o orador destacou a importância de se armar a Guarda Municipal e lembrou incidente ocorrido na Cidade de Tubarão em que um agente da Guarda Municipal foi assassinado e ressaltou que a cidade não pode esperar que este tipo de tragédia ocorra em São José para armar a corporação. Continuou dizendo ter estado no 7º BPM onde recebeu a informação de que algumas providências já foram tomadas pelo novo comando, como a colocação de policiamento nos pontos de venda de Crack e nas ruas da cidade. Registrou ainda que a Rua em frente àquele batalhão, foi denominada de Paulo Roberto Coelho, policial que dedicou seu trabalho e sua vida à cidade. Continuando registrou ter apresentado nestes trinta dias, trinta indicações e alguns projetos de Leis, como aquele que permite que o Comerciante possa ter acesso às imagens das Câmeras de vigilância da

cidade. Finalizou dizendo que sempre trilhou o caminho da honestidade e de muita luta, valorizando a família. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Moacir da Silva - PMDB, que inicialmente justificou sua ausência e do Vereador Michel Schlemper à próxima Sessão, uma vez que estarão em Brasília, atuando como delegados do PMDB, na Convenção Nacional do Partido. Continuando parabenizou à Prefeita pela Organização da Festa do Divino Espírito Santo e pela beleza da restauração da Igreja Matriz, que foi reaberta e entregue ao Público. Destacou ainda o tombamento, como patrimônio imaterial, da Festa do Divino, que passa a estar registrada no Livro Tombo de Patrimônio da Cidade. Disse que outras atividades irão compor este livro, como a atividade de oleiro e destacou a importância de que os saberes da cidade sejam devidamente registrados. Estando esgotado o tempo do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: Em Discussão Única, foi aprovado por oito votos favoráveis, o Requerimento nº 33/2014 do Vereador Francisco Bento Costa Silvy, para que seja realizada Audiência Pública, no próximo dia 26/06/2014, para discutir a Lei nº. 5.383 de 31 de março de 2014, que cria o Conselho Municipal de Igualdade Racial. Ainda em Discussão Única, foi aprovado por dez votos favoráveis o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº. 083/2013, do Vereador Túlio Márcio Salles Maciel, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº. 3.272, de 15 de dezembro de 1998. Em Segunda Discussão, foram aprovados por dez votos favoráveis as seguintes matérias: 1) Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor e da Comissão de Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº. 052/2014, do Vereador Neri Osvaldo do Amaral, que dispõe sobre a comprovação da origem dos materiais recicláveis e cadastro dos fornecedores. 2) Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº. 073/2014, do Vereador Silvio Odair de Souza, que autoriza o poder executivo municipal a criar o Programa "Olho Vivo" no âmbito do Município de São José. Não havendo mais matérias a serem deliberadas, passou-se às Explicações Pessoais. Ocupou a tribuna o Vereador Silvio Odair de Souza - PDT, que destacou a importância dos debates da Audiência Pública da noite de ontem, que discutiu a segurança em toda a cidade, pois os debates já estão produzindo resultados positivos. Disse ter apresentado projeto de Lei instituindo a Educação no Trânsito nas escolas municipais. Disse que a educação na família é o instrumento mais importante para diminuir a violência, nas ruas, pois a criança que tem afeto dos pais em casa tem o indicativo do caminho reto a seguir. Destacou a importância de que os poderes públicos façam campanhas de valorização da família e de que os filhos tenham certeza da proteção dos pais. Em aparte o Vereador Adriano de Brito disse que gentileza gera gentileza e parabenizou ao vereador Silvio que sempre esteve presente e atuante nos debates que participou, contribuindo de forma positiva. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Sanderson Almeci de Jesus - PMDB, que inicialmente parabenizou ao Vereador Silvio por sua atuação nesta Casa trazendo sua experiência e seu trabalho. Lembrou da atuação do Vereador quando do empréstimo do armamento da Guarda Municipal de Florianópolis, para treinamento de nossa guarda, tendo feito isto muito antes de ser vereador nesta Casa. Continuando o orador registrou os principais encaminhamentos da Audiência Pública da Segurança, que foram: 1) indicação solicitando à Secretaria da Infraestrutura que providencie a limpeza do entorno das câmeras de vigilância, pois em alguns casos, galhos e placas publicitárias impedem a obtenção de boas imagens. 2) encaminhar indicação ao Governo do Estado pedindo informações sobre quando serão instaladas as cento e cinquenta câmeras prometidas. 3) Solicitar que o Governo do Estado diga quanto de recurso tem destinado à Segurança Pública do Município. 4) Sugerir ao Governo do Estado que contrate Empresa de Consultoria para levantar qual é a Segurança Ideal que o Estado tem que buscar, em relação a Equipamentos e Pessoal, pois de outra forma ficaremos discutindo sem saber onde

queremos chegar. Disse que por muitas vezes os vereadores desta Casa tem se manifestado sobre o tema e estas manifestações tem gerado soluções positivas, no entanto a violência continua a ameaçar a todos, independente de posição social. Lembrou o assassinato do Vereador Altevir Schmidt, ressaltando que a situação da segurança precisa constantemente ser refletida, pois não vivemos na cidade da propaganda. Estando estgotado o tempo regimental da presente sessão, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos em nome de Deus, convocando a todos para uma próxima, ordinária, segunda feira, em horário regimental.

São José (SC), 04 de junho de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS GERALDO SWIECH
Presidente Vice-Presidente

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
PrimeirA Secretária

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
Segundo Secretário

Extrato de Contrato - Contrato Nº 007/2014 - Pregão Presencial Nº 005/2014.

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 007/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2014.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC.

CONTRATADA: ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços terceirizados na Câmara Municipal de São José, dos seguintes profissionais: Técnicos operacionais, zeladores, serventes de limpeza, copeiras, garçons, digitadores, recepcionista e jardineiros.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.01.2.0013.3.90.34.00.00.00.00.0103(13)

VALOR GLOBAL DO REFERIDO CONTRATO COM DURAÇÃO DE 10 (DEZ) MESES: R\$ 1.006.666,67 (um milhão, seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

EXECUÇÃO: 05/06/2014 à 27/03/2015

VIGÊNCIA: 05/06/2014 à 05/04/2015

São José do Cedro

PREFEITURA

Homologações Prefeitura - Junho de 2014

TOMADA DE PREÇO Nº 52/2014

PROCESSO Nº 52/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM

CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DA PISTA DE SKATE E PATINAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. RECURSO PROVENIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (CONVÊNIO N.2014TR000745).

CONTRATADO: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 49.958,27 (quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014
PROCESSO Nº 60/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REALIZAR CONCERTO DE MURRO DE PEDRAS LATERAL DO RIO LAGEADO CEDRO, NO TRECHO ENTRE A RUA ANTENOR BIZOTTO E JOÃO BUSATTO, PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: ADRIANO ROGOWSKI 04867370983

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.055,00 (onze mil e cinquenta e cinco reais)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 69/2014
PROCESSO Nº 69/2014 HOMOLOGAÇÃO: 06/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO

CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM TRABALHOS ARTISTICOS/MUSICAIS, QUE GERENCIE BANDAS E GRUPOS MUSICAIS, PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NAS FESTIVIDADES DE COMEMORAÇÃO DO QUINQUAGÉSIMO SEXTO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA - ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC, REALIZADO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 4.246/2014.

CONTRATADO: PAULO R.A. DA SILVA PROMOÇÕES

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

CONTRATADO: BANDA BALANCO LATINO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014
PROCESSO Nº 61/2014 HOMOLOGAÇÃO: 06/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEICULOS DO MUNICIPIO, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, O PATRIMÔNIO DO MUNICIPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

CONTRATADO: T 12 CORRETORA DE SEGUROS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.590,00 (três mil quinhentos e noventa reais)

CONTRATADO: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.280,00 (doze mil duzentos e oitenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2013
PROCESSO Nº 94/2013 HOMOLOGAÇÃO: 09/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA
USO NOS CONSERTOS DIVERSOS DE CALÇADAS, BOCAS DE
LOBO E MEIO FIOS DO PERÍMETRO URBANO E BUEIROS DAS
ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: DECORAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.916,25 (quinze mil novecentos e
dezesesseis reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATADO: PAVILAJE ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA -
EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.851,00 (sessenta e três mil oitocentos
e cinqüenta e um reais)

CONTRATADO: IDENE LUCIA RODRIGUES DA FONSECA DA
ROCHA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014
PROCESSO Nº 45/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA, MATERIAL DE
EXPEDIENTE, PNEUS E FILTROS DO MOTOR PARA USO E
MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE
BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E MANUTENÇÃO
DE SUAS VIATURAS.

CONTRATADO: PAPELARIA ASTOR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.525,00 (um mil quinhentos e vinte e
cinco reais)

CONTRATADO: POSTO CEDRO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.034,00 (dois mil e trinta e quatro reais)

CONTRATADO: MERCADO ALBANESE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.610,00 (sete mil seiscentos e dez reais)

CONTRATADO: LUIZ CARLOS ZWIRTES ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.610,00 (quatro mil seiscentos e dez
reais)

CONTRATADO: MAICON ALEXANDRE RODRIGUES ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.485,00 (sete mil quatrocentos e oitenta
e cinco reais)

CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.730,00 (sete mil setecentos e trinta
reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014
PROCESSO Nº 47/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE COPA E COZINHA, PARA
FORNECIMENTO EM FORMA DE "COFFEE BREAK", AS CRIANÇAS
E ADOLESCENTES DE 06 A 15 ANOS QUE IRÃO PARTICIPAR DAS
ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, E QUE IRÃO
PARTICIPAR DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E
ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF). A SOLICITAÇÃO
ESTA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE
NOVEMBRO DE 2009 E RESOLUÇÃO Nº 01, DE 21 DE FEVEREIRO
DE 2013.

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014
PROCESSO Nº 32/2014 HOMOLOGAÇÃO: 10/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTA PARA PINTURA DE FAIXAS DE SINALIZAÇÃO, CAL PARA PINTURA DE MEIO FIO E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA A REALIZAÇÃO DAS PINTURAS DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: MÔNICA BRITZ ARCONTI ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.399,00 (trinta e dois mil trezentos e noventa e nove reais)

CONTRATADO: ANTONIO ORIDES BARROS - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.900,00 (trinta e um mil e novecentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2014
PROCESSO Nº 59/2014 HOMOLOGAÇÃO: 10/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO NOS CONCERTOS DIVERSOS DE CALÇADAS, BOCAS DE LOBO E MEIO FIOS DO PERÍMETRO URBANO E BUEIROS DAS ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: ROCHA BRITAGEM LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.400,00 (dezessete mil quatrocentos reais)

CONTRATADO: E. M. SCHOFFEN - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.935,00 (vinte e seis mil novecentos e trinta e cinco reais)

CONTRATADO: MÔNICA BRITZ ARCONTI ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.172,00 (trinta e quatro mil cento e

setenta e dois reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2014
PROCESSO Nº 4/2014 HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGENS E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS, CAMINHÕES, TRATORES E ÔNIBUS DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: F.M. PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 82.544,00 (oitenta e dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais)

CONTRATADO: RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 47.030,00 (quarenta e sete mil e trinta reais)

CONTRATADO: J.B. PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.854,00 (vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014
PROCESSO Nº 10/2014 HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA USO NAS MÁQUINAS, TRATORES, CAMINHÕES, ONIBÚS E VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE.

CONTRATADO: LUIZ CARLOS ZWIRTES ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 364.364,00 (trezentos e sessenta e quatro mil trezentos e sessenta e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014
PROCESSO Nº 46/2014 HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto, a

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS DIVERSOS PARA USO NO TRATAMENTO DA ÁGUA POTÁVEL NA "ETA" E MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ÁGUA DO MUNICÍPIO "SEMAE".

CONTRATADO: FERRAGEM CEDRENSE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.040,00 (vinte e nove mil e quarenta reais)

CONTRATADO: EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 130.390,00 (cento e trinta mil trezentos e noventa reais)

CONTRATADO: E. M. SCHOFFEN - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 471.800,00 (quatrocentos e setenta e um mil e oitocentos reais)

CONTRATADO: MÔNICA BRITZ ARCONTI ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 151.200,00 (cento e cinquenta e um mil e duzentos reais)

CONTRATADO: BUSCHLE & LEPPER SA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.124,00 (três mil cento e vinte e quatro reais)

CONTRATADO: CSM PRODUTOS QUIMICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 171.740,00 (cento e setenta e um mil setecentos e quarenta reais)

=====

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 026/2014 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2014 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 026/2014 - Pregão Presencial Nº 017/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, COM ESPECIALIDADE DE CIRURGIÃO VASCULAR, PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.

FORNECEDOR: CLINICA MEDICA FIELE LTDA - CNPJ: 14.508.783/0001-23.

VALOR: R\$ 40.400,00 (quarenta mil e quatrocentos reais).

TOTAL: R\$ 40.400,00 (quarenta mil e quatrocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 10/06/2014.

VIGÊNCIA: 10/06/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 090/2014, TP Nº 005/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/06/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 005/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA DOM PEDRO II, ENTRE A RUA RUI BARBOSA E AVENIDA ERNESTO BEUTER. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 005/2014 - Cdm

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2014 - CDM

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 005/2014 - Pregão Presencial Nº 004/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL E TRANSMISSÃO DE JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUIÇO E FUTEBOL DE SALÃO PARA O ANO DE 2014.

FORNECEDOR: RADIO DOZE DE MAIO LTDA - ME - CNPJ: 83.522.136/0001-99.

VALOR: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

FORNECEDOR: SISTEMA NETGRANDE DE COMUNICAÇÃO LTDA - CNPJ: 04.194.082/0002-94.

VALOR: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).
TOTAL: R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 04/06/2014.
VIGÊNCIA: 04/06/2014 à 31/12/2014.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Decreto Nº 4.886, de 11 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.886, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
Constituí a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo nº 004/2014 e a Comissão de Avaliação da Prova Prática do Processo Seletivo nº 004/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004, de 09 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo nº 004/2014, responsável pela execução do Processo Seletivo, aberto pelo Edital nº 004/2014, de 09 de junho de 2014, para seleção, em caráter temporário, de INSTRUTOR SOCIAL para atuar no NÚCLEO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE - NACA, e a Comissão de Avaliação da Prova Prática para o cargo de Instrutor Social I, do Processo Seletivo nº 004/2014, da seguinte forma:

I - Comissão de Avaliação do Processo Seletivo:

- a) Jakson Alex Kichel, servidor público municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1919/01;
- b) Diane Beatriz Lanzarin, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Gerente de Licitações e Compras, matrícula nº 3148/01;
- c) André Augustinho Guede, servidor público municipal, ocupante do cargo de Gerente de Proteção Social, matrícula nº 3186/01;
- d) Nivo Ede Mallmann, servidor público municipal, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 1921/01;
- e) Itamar Fernandes, servidor público municipal, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 847/01.

II - Comissão de Avaliação da Prova Prática:

- a) Cleonice Maria Trevisan Suttilli, inscrita no CPF sob o 422.241.289-91;
- b) Diane Beatriz Lanzarin, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Gerente de Licitações e Compras, matrícula nº 3148/01;
- c) Nadia Gava Bolzan, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3113/01;

Art. 2º Os membros das Comissões, relacionados nos incisos I e II do art. 1º, escolherão entre seus representantes um presidente.

Art. 3º As Comissões somente poderão atuar com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º As decisões das Comissões, do art. 1º deste decreto, serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Parágrafo único. As Comissões apresentarão o resultado final do

processo de classificação dos interessados em até 5 (cinco) dias após a realização do mesmo.

Art. 5º Compete as Comissões emitir julgamentos e resolver os casos omissos sobre o mesmo.

Art. 6º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros nomeados pelo art. 1º deste decreto não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados em relação do Processo Seletivo nº 004/2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de junho de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 02 A 06/06/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 02/06/2014 até 06/06/2014

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		128.640,23
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	92.558,26
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	76.806,82
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	9.781,38
4.1.7.2.1.33.04.00.00	PAB FIXO	47.801,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Saúde da Família - SF	12.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Vigilância em Saúde	1.024,44
4.1.7.2.1.33.12.00.00	PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	6.200,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação - FDNE	10.368,79
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	10.368,79
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/9	5.382,65
4.1.7.2.1.36.01.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 60%	3.229,59
4.1.7.2.1.36.02.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 25%	1.345,66
4.1.7.2.1.36.03.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 15%	807,40
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	37.158,50
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	37.158,50
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	22.295,10
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	14.863,40
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.076,53
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-1.076,53
9.1.7.2.1.36.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-1.076,53

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/06/2014

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPALLAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 188/2014**

PORTARIA nº 188, de 11 de junho de 2014.

O Presidente da Câmara de Vereadores do município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe conferem o artigo 19, inciso II, alínea "b", c/c com o artigo 226, § 1º do Regimento Interno e artigo 44A da Lei Orgânica do Município de São Lourenço do Oeste, tendo em vista o PARECER PRÉVIO nº 0141/2013 e Relatório nº DMU nº 4900/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE) sobre as contas do Prefeito Municipal Senhor Tomé Francisco Etges, do exercício de 2012 - Processo nº PCP - 13/00303414;

CONSIDERANDO as restrições anotadas pelo corpo técnico da DEMU/TCE; e

CONSIDERANDO que o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE, que desde já faz parte integrante desta Portaria, decidiu recomendar à Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste a APROVAÇÃO das contas do exercício de 2012, do ex-Prefeito Municipal Senhor Tomé Francisco Etges;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, nos termos do artigo 44A e seguintes da Lei Orgânica do Município, PROCESSO ADMINISTRATIVO contra o Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste (SC) Senhor Tomé Francisco Etges;

Art. 2º Determinar, em cumprimento ao artigo 44A, § 3º da Lei Orgânica do Município, NOTIFIQUE o Senhor Tomé Francisco Etges da instauração do Processo Administrativo para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente a defesa por escrito e junte documentos com vistas ao saneamento das restrições apontadas no PARECER do TCE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de junho de 2014.

Vereador Walmor José Pederssetti
Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA****Errata da Publicação - Tomada de Preços Nº 59/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO - Tomada de Preços Nº 59/2014

CONSIDERANDO o equívoco publicado no Jornal Noticias do dia, nesta Terça feira dia 10/06/2014. Cujo objeto é: A contratação de uma empresa especializada para a Pavimentação em lajotas de concreto, drenagem e sinalização da Rua Ambrósio Kuhn.

Art 1º: - Onde se Lia: Errata do Edital - Tomada de Preços 49/2014.

Leia-se: Aviso de Licitação - Tomada de Preços 59/2014

Art 2º - Os demais itens permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata. Art. 3.º- Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

TERMO DE DESISTÊNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2010

Aos quatro dias do mês de junho do ano de 2014, KATIA SUELY BRANDT, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Concurso Público Edital nº. 001/2010, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Engenheira Civil, classificação 03, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2014.

PORTARIA N.º 267/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 267/2014

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 29/05/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29/05/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de junho de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

CONTRATO Nº 066/2014

CONTRATO Nº 066/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LUIZ HENRIQUE BAUNGARTEN, residente a Rua Vereador Paulino Clasen, Centro - São Pedro de Alcântara/SC, portador do RG: 589.122.1, inscrito no CPF sob nº 079.516.689-31, Pasep nº.1.448.456.927-9, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto à prestação de serviço mão de obra para corte de pedras, (100 metros de furos com massa expansiva), serviço este a ser prestado junto a Estrada Geral de Rio Forquilha - São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço de mão de obra definido no objeto deste contrato, o valor de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 03/06/2014 a 13/06/2014.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 02 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE BAUNGARTEN
Contratado

Contrato Nº 067/2014

CONTRATO Nº 067/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado a empresa MINOSUL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com sede Rua Santa Tereza, nº 102, Bairro Balneário Estreito, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.011.294/0001-10, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto à locação de dois equipamentos multifuncionais para reprodução de cópias e impressões.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela locação dos equipamentos definido no objeto deste contrato, o valor de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

O Contratante terá direito como franquia mensal a impressão ou cópias de 18.000 páginas;

O Contratante pagará por cópia/impressão excedente de 18.000 o valor R\$ 0,07 (sete centavos) por página.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 04/06/2014 a 31/12/2014.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 04 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

MINOSUL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 068/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 068/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ISLEY SILVA, inscrito no CPF sob nº 438.240.999/34, Pis/Pasep 121.32941.75.2, residente a Rua Sub. Tenente Lairto Costa, nº 79 - Picadas do Sul - São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviços topográficos junto a Rua Ambrósio Kuhn, em Santa Teresa - São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ R\$ 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 10/06/2014 a 16/06/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO

assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER ISLEY SILVA

Prefeito Municipal Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 069/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 069/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado MARCOS ROBERTO SILVA, portador do RG: 4.581.422-0, inscrito no CPF sob nº. 768.326.279-04, Pis/Pasep 123.47500.33-5, residente e domiciliado a Rua Frederico Afonso, nº. 5764 - Ponta de Baixo - São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de planejamento e organização do 9º Campeonato Intermunicipal de Voleibol Adulto do Município de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 3.040,00 (três mil e quarenta reais). O pagamento será efetuado na data do término do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 11/06/2014 a 28/06/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de junho de 2014.
JUCÉLIO KREMER MARCOS ROBERTO SILVA
Prefeito Municipal Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 070/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 070/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado MARCOS ROBERTO SILVA, portador do RG: 4.581.422-0, inscrito no CPF sob nº. 768.326.279-04, Pis/Pasep 123.47500.33-5, residente e domiciliado a Rua Frederico Afonso, nº. 5764 - Ponta de Baixo - São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1-Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de arbitragem do 9º Campeonato Intermunicipal de Voleibol Adulto do Município de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais). O pagamento será efetuado na data do término do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 14/06/2014 a 17/07/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de junho de 2014.
JUCÉLIO KREMER MARCOS ROBERTO SILVA
Prefeito Municipal Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 071/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 071/2014
Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de 04 (quatro) horas de som volante, para divulgação da Feira do Artesanato e Produtos Coloniais Arte e Sabor, a ser realizada no dia 14/06/2014, junto a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, Centro - São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 14/06/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de junho de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

NENEM SOM
Contratado

Schroeder

PREFEITURA

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 117/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 117/2014-PMS

Processo Licitatório nº. 96/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 43/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 04.555.607/0001-99, estabelecida na Rua Henrique Piazeria, nº 137, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-060.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em Atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM; Atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM; Atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de acordo com a Norma regulamentadora do TEM; Execução de Exames Médicos Admissoriais, Periódicos, Demissionais, de Retorno ao Trabalho, Audiometria e Acuidade Visual, Espirometria para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE . Atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE. Atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE.	1	Unidade	3.454,80	3.454,80
02	EXAME ADMISSIONAL: Deve ser realizado antes de o trabalhador assumir suas atividades na Administração Municipal e tem por objetivo a avaliação da aptidão física e mental do candidato selecionado para o desempenho da função que assumirá no Município. Deve ser avaliado pelo Médico do Trabalho, a partir da realização de exame clínico e biométrico, devendo ser emitido Atestado de Saúde Ocupacional. Havendo necessidade de exames complementares (Audiometria e/ou Acuidade Visual), deve ser descrito em Laudo para que sejam providenciados pela Administração Municipal.	150	Unidade	16,23	2.434,50
03	EXAME DE RETORNO AO TRABALHO: Deve ser realizado, obrigatoriamente, no primeiro dia de retorno ao trabalho, após o afastamento por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, por motivo de acidente e/ou doença, de natureza ocupacional ou não, e licença maternidade. Tem por objetivo a avaliação da aptidão física e mental do empregado para o desempenho da função que exerce no Município ao retorno das atividades laborais. Deve ser avaliado pelo Médico do Trabalho, a partir da realização de exame clínico e biométrico, devendo ser emitido Atestado de Saúde Ocupacional. Havendo necessidade de exames complementares (Audiometria e/ou Acuidade Visual), deve ser descrito em Laudo para que sejam providenciados pela Administração Municipal.	30	Unidade	16,23	486,90
04	EXAME AUDIOMÉTRICO: Deve ser realizado junto ao Exame Médico Admissional para todos os empregados que exercerão atividades em ambientes cujos níveis de pressão sonora ultrapassem os limites dispostos em legislação do Ministério do Trabalho, e após, deve ser realizado anualmente. Consiste na realização de serviços técnicos de audiologia ocupacional. Deve ser emitido Laudo com a descrição dos resultados, bem como o empregado deve ser orientado sobre a saúde vocal e auditiva, sempre que necessário, considerando-se a atividade.	200	Unidade	10,43	2.086,00
05	EXAME DE ACUIDADE VISUAL: Deve ser realizado junto ao Exame Médico Admissional para todos os empregados que exercerão atividades cujo campo visual não possa ser afetado, detectando possíveis problemas, e após, deve ser realizado anualmente. Consiste na realização de serviços técnicos de oftalmologia ocupacional. Deve ser emitido Laudo com a descrição dos resultados, bem como o empregado deve ser orientado sobre a saúde oftalmológica, sempre que necessário, considerando-se a atividade.	50	Unidade	23,19	1.159,50
06	EXAME PERIÓDICO: Deve ser realizado anualmente e tem por objetivo a avaliação da aptidão física e mental do empregado para o desempenho da função que exerce no Município. Deve ser avaliado pelo Médico do Trabalho, a partir da realização de exame clínico e biométrico, devendo ser emitido Atestado de Saúde Ocupacional. Havendo necessidade de exames complementares (Audiometria e/ou Acuidade Visual), deve ser descrito em Laudo para que sejam providenciados pela Administração Municipal.	460	Unidade	16,23	7.465,80
07	EXAME DEMISSSIONAL: Deve ser realizado até a data de homologação da rescisão, desde que o último exame periódico tenha sido realizado há mais de 120 (cento e vinte) dias. Deve ser avaliado pelo Médico do Trabalho, a partir da realização de exame clínico e biométrico, devendo ser emitido Atestado de Saúde Ocupacional. Havendo necessidade de exames complementares (Audiometria e/ou Acuidade Visual), deve ser descrito em Laudo para que sejam providenciados pela Administração Municipal.	150	Unidade	16,23	2.434,50
08	Exame Espirometria.	200	Unidade	17,39	3.478,00
TOTAL R\$					23.000,00

Valor do contrato: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

Data da Assinatura: 11/06/2014 - Vigência: 11/06/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 50/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 50/2014-PMS

PROCESSO Nº. 108/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para formulário contínuo para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de junho de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 27 de junho de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 12 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 118/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 118/2014-PMS

Processo Licitatório nº. 98/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 44/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRAFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 08.945.050/0001-53, estabelecida na Avenida Waldemar Grubba nº. 1400, sala 01 e 03, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-500.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços do Gabinete do Prefeito e das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, com circulação de no mínimo 5 (cinco) dias consecutivos e abrangência no Município de Schroeder e Região e cuja tiragem média diária não seja inferior a 5.000 exemplares, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços do Gabinete do Prefeito e das Secretarias da Administração Municipal de Schroeder (SC), com circulação de no mínimo 5 (cinco) dias consecutivos e abrangência no Município de Schroeder e Região e cuja tiragem média diária não seja inferior a 5.000 exemplares.	1500	centímetro x coluna	16,00	24.000,00
TOTAL					24.000,00

Valor do contrato: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Data da Assinatura: 11/06/2014 - Vigência: 11/06/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A23/2014 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A23/2014 - PMS

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 05/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 95.887.295/0001-76, estabelecida na Rua Koesa, nº 298, sala 601 e 606, Kobrasol, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.102-310, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Marcelo Oliveira da Silva, inscrito no CPF sob o nº 619.144.109-63, portador da Carteira de Identidade nº 1.668.779-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 05/2011-PMS, celebrado em 20 de janeiro de 2011, proveniente do Pregão Presencial nº. 101/2010-PMS, Processo nº. 186/2010-PMS, contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando a necessidade da prestação dos serviços de forma contínua e tendo em vista a imprescindibilidade desse serviço público, e também considerando o disposto no artigo 65 e seus dispositivos legais da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da procuradoria municipal.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental no valor de R\$ 44.771,48 (quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e um reais e quarenta e oito centavos), para o período de 1º. de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" o valor para R\$ 44.771,48 (quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e um reais e quarenta e oito centavos), para o período de 1º. de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014, sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto do município de Schroeder/SC, no que se refere: Serviço de locação de software para gestão do sistema de abastecimento de água e esgoto, com sistema gráfico, banco de dados em instalação física na máquina com atualizações constantes e necessárias para atendimento das necessidades locais;	06	Mês	1.182,33	7.093,98
02	Serviço de leitura estimado em até 50.000 hidrômetros anual, com entrega de fatura e atualização cadastral;	26.500	Unidade	1,18	31.270,00
03	Serviço de entrega estimado em até 4500 avisos de corte anual impresso junto a fatura;				
	d) Serviço de corte estimado em até 2000 cortes/ano do abastecimento de água por inadimplência com bloqueio no cavalete;	2.250	Unidade	0,63	1.417,50
04	Serviço de corte estimado em até 2.000 cortes/ano do abastecimento de água por inadimplência com bloqueio no cavalete;	1.000	Unidade	2,54	2.540,00
05	Serviço de liberação de desbloqueio estimado em até 2.000 liberações/ano do abastecimento com desbloqueio no cavalete;	1.000	Unidade	2,45	2.450,00
TOTAL R\$					R\$ 44.771,48

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14.1 do contrato nº 05/2011-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 3ª- Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 05/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 11 de junho de 2014.

CONTRATADA:

RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

Marcelo Oliveira da Silva

CPF nº 619.144.109-63

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Daniela Samulescki Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18 CPF nº. 047.563.299-00

Portaria Nº 5.620/2014, de 11 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.620/2014, de 11 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do funcionário, Sr. Alexandre Decker Carvalho, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.621/2014, de 11 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.621/2014, de 11 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2013;

Considerando o Decreto nº. 2.794/2013, de 27/11/2013, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Gracieli Volles para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 07, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº 001/2013/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.622/2014, de 11 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 5.622/2014, DE 11 DE JUNHO DE 2014

REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.578/2007, de 15 de maio de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Schroeder, a saber:

I - REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

Débora Patrícia Grando Borges - Titular

Paulo Henrique Gneipel - Suplente

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

Scheila Adriana Müller - Titular

Tereza Stefan Harmel - Suplente

c) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças:

Leonice Engler Kafer - Titular

Guilherme Lessmann - Suplente

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

b) Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor de Assistência Social:

Viviane Rodrigues - Titular

Giselle Tomaselli Obenaus - Suplente

c) Representantes dos Usuários e/ou Organizações de Usuários da Assistência Social:

Regina Vanda Kuster - Titular

Ercílio Sílvia Ramos - Titular

Cátia Mara Dallagnolo - Suplente

Luciana Pereira dos Santos - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.623/2014, de 11 de Junho de 2014

PORTARIA Nº5.623/2014, de 11 de junho de 2014

NOMEIA COMISSÃO DE TÉCNICOS RESPONSÁVEIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO SETOR DE INFORMÁTICA PARA AVALIAÇÃO DAS FUNCIONALIDADES DO SIAS - SISTEMA INFORMATIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear Comissão de técnicos responsáveis da Assistência Social e Setor de Informática para avaliação das funcionalidades do SIAS - Sistema Informatizado de Assistência Social no Município de Schroeder do Edital de pregão Presencial nº04/2014-FAS, Processo Licitatório nº10/2014-FAS, composta por:

- Evandro José Pasquali - Diretor de Informática
- Daiane Regina Azevedo Wolf - Diretora de Assistência Social
- Silvania Ferreira - Coordenadora de CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- Giselle Tomaselli Obenaus - Assistente Social do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- Débora Patrícia Grando Borges - Coordenadora do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 11 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 43/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 32/2014			Data do Registro: 11/06/2014		Válido até: 11/06/2015			
Objeto da Compra:			Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em Atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM; Atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Amb					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE. - Atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE. Atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE.	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	3.454,8000	1	
			PROTESC SC ASSESSORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO LTD (12852)		0	3.565,4900	2	
2	EXAME ADMISSIOINAL: Deve ser realizado antes de o trabalhador assumir suas atividades na Administração Municipal e tem por objetivo a avaliação da aptidão física e mental do candidato selecionado para o desempenho da função que assumirá no Município. Deve ser avaliado pelo Médico do Trabalho, a partir da realização de exame clínico e biométrico, devendo ser emitido Atestado de Saúde Ocupacional. Havendo necessidade de exames complementares (Audiometria e/ou Acuidade Visual), deve ser descrito em Laudo para que sejam providenciados pela Administração Municipal.	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	16,2300	1	
			PROTESC SC ASSESSORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO LTD (12852)		0	16,5836	2	
3	EXAME DE RETORNO AO TRABALHO: Deve ser realizado, obrigatoriamente, no primeiro dia de retorno ao trabalho, após o afastamento por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, por motivo de acidente e/ou doença, de natureza ocupacional ou não, e licença maternidade. Tem por objetivo a avaliação da aptidão física e mental do empregado para o desempenho da função que exerce no Município ao retorno das atividades laborais. Deve ser avaliado pelo Médico do Trabalho, a partir da realização de exame clínico e biométrico, devendo ser emitido Atestado de Saúde Ocupacional. Havendo necessidade de exames complementares (Audiometria e/ou Acuidade Visual), deve ser descrito em Laudo para que sejam providenciados pela Administração Municipal.	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	16,2300	1	
			PROTESC SC ASSESSORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO LTD (12852)		0	16,5836	2	
4	EXAME AUDIOMÉTRICO: Deve ser realizado junto ao Exame Médico Admissioinal para todos os empregados que exercerão atividades em ambientes cujos níveis de pressão sonora ultrapassem os limites dispostos em legislação do Ministério do Trabalho, e após, deve ser realizado anualmente. Consiste na realização de serviços técnicos de audiologia ocupacional. Deve ser emitido Laudo com a descrição dos resultados, bem como o empregado deve ser orientado sobre a saúde vocal e auditiva, sempre que necessário, considerando-se a atividade.	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	10,4300	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 32/2014 Data do Registro: 11/06/2014 Válido até: 11/06/2015

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em Atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM; Atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Amb

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROTEC SC ASSESSORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO LTD (12852)		0	11,0558	2
5	EXAME DE ACUIDADE VISUAL: Deve ser realizado junto ao Exame Médico Admissional para todos os empregados que exercerão atividades cujo campo visual não possa ser aferido, detectando possíveis problemas; e após, deve ser realizado anualmente. Consiste na realização de serviços técnicos de oftalmologia ocupacional. Deve ser emitido Laudo com a descrição dos resultados, bem como o empregado deve ser orientado sobre a saúde oftalmológica, sempre que necessário, considerando-se a atividade.	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	23,1900	1
			PROTEC SC ASSESSORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO LTD (12852)		0	22,1115	2
6	EXAME PERIÓDICO: Deve ser realizado anualmente e tem por objetivo a avaliação da aptidão física e mental do empregado para o desempenho da função que exerce no Município. Deve ser avaliado pelo Médico do Trabalho, a partir da realização de exame clínico e biométrico, devendo ser emitido Atestado de Saúde Ocupacional. Havendo necessidade de exames complementares (Audiometria e/ou Acuidade Visual), deve ser descrito em Laudo para que sejam providenciados pela Administração Municipal.	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	16,2300	1
			PROTEC SC ASSESSORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO LTD (12852)		0	16,5836	2
7	EXAME DEMISSIONAL: Deve ser realizado até a data de homologação da rescisão, desde que o último exame periódico tenha sido realizado há mais de 120 (cento e vinte) dias. Deve ser avaliado pelo Médico do Trabalho, a partir da realização de exame clínico e biométrico, devendo ser emitido Atestado de Saúde Ocupacional. Havendo necessidade de exames complementares (Audiometria e/ou Acuidade Visual), deve ser descrito em Laudo para que sejam providenciados pela Administração Municipal.	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	16,2300	1
			PROTEC SC ASSESSORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO LTD (12852)		0	16,5836	2
8	Exame Espirometria.	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	17,3900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 32/2014		Data do Registro: 11/06/2014		Válido até: 11/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em Atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM; Atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Amb							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

						Preço Unitário	Classif.
			PROTESC SC ASSESSORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO LTD (12852)		0	16,5836	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 32/2014		Data do Registro: 11/06/2014		Válido até: 11/06/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em Atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM; Atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Amb						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2014

PROCESSO Nº 96/2014

- (12050) - CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA
- (12852) - PROTESC SC ASSESSORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO LTD

Schroeder, 11 de Junho de 2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 44/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 33/2014Data do Registro: 11/06/2014Válido até: 11/06/2015

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços do Gabinete do Prefeito e das S

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços do Gabinete do Prefeito e das Secretarias da Administração Municipal de Schroeder (SC), com circulação de no mínimo 5 (cinco) dias consecutivos e abrangência no Município de Schroeder e Região e cuja tiragem média diária não seja inferior a 5.000 exemplares.	CMCL	GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA (10543)	centrimo/column	0	16.0000	1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Número do Registro de Preços:	33/2014	Data do Registro:	11/06/2014	Válido até:	11/06/2015
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços do Gabinete do Prefeito e das S				

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
					0	16.8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 11/06/2014		Válido até: 11/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços do Gabinete do Prefeito e das S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2014

PROCESSO Nº 98/2014

(10358) - RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.
(10543) - GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA

Schroeder, 11 de Junho de 2014.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 04/2014-FMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 30/2014 Data do Processo: 14/04/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 18/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de oxigênio medicinal para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 11 de Junho de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Nr.: 4/2014 - PR

Data do Processo: 14/04/2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Serra Alta

PREFEITURA

Portaria Nº 80/2014

PORTARIA Nº 080/2014 DE 10 DE JUNHO DE 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de MARINES BOITA DA FONSECA, CPF 029.496.389-88 e RG 4.283.944, do Cargo de PROFESSOR I, EDUCAÇÃO INFANTIL, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Junho de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria Nº 081/2014

PORTARIA Nº 081/2014 DE 10 DE JUNHO DE 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de MARISA ILENE PRIOR CEREJO, CPF 030.937.529-06 e RG 1.611.078 do Cargo de SEGUNDO PROFESSOR, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Junho de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria Nº082/2014

PORTARIA Nº 082/2014 DE 10 DE JUNHO DE 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de NILDA SALETE CUOCHINSKI, CPF 987.386.239-00 e RG 2.997.873 do Cargo de PROFESSOR I, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Junho de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

Lei 2149/2014

LEI Nº. 2149, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

“ALTERA O CAPUT DO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL 2.127/2014, QUE INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL BOLSAS DE ESTUDOS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica Alterado o caput do artigo 9º da Lei Municipal nº 2127, de 27 de fevereiro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º. O acompanhamento do processo de distribuição das Bolsas de Estudos, de que trata esta Lei, será feito por uma comissão de três (03) membros, composta por um (01) representante do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito, um (01) representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Município, indicado por sua Presidência, e um (01) representante indicado pelo Presidente do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Sombrio - SC.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 03 de junho de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Extratos de Contratos/2014

CONTRATO nº58/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Elizabete Barbosa dos Reis Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$ 955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014 .

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº59/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Vitor Berto Gonçalves Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$1.194,87 (Hum mil cento e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014.Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº60/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Maria Aparecida dos Santos Mota Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$477,95 (Quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014.Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº61/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Mara Evelise Correa Abatti Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$955,90(Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014 .

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº62/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Katerine Guarezi Bressan Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setentaenove centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº63/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Valdirene Rosa Colares Bendo Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014.Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº64/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Vanessa Silveira da Rosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setentaenove centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº65/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Suzana dos Santos RauppObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº66/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Josmary Mauricio da Silva Costa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014.Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº67/2014 Processo Seletivo: - 001/2013 Contratado: Rosimairi dos Santos Eufrásio Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$955,90(Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº68/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Roselia Aparecida Silveira Borges Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,74 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e quatro centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº69/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Simone Patrício Matheus Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,74 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e quatrocentavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº70/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Claudia Gonçalves Borges Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$955,90(Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº71/2014 Processo Seletivo: - 01/2013

Contratado:Aline Hann da Rosa,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.672,82 (Hum mil seiscentos e dois reais e oitenta e dois centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº72/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:Luzia Alexandre Ferreira,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,74 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e quatro centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº73/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:ElaineGonçalvesdeS.Martins,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) prazo:13/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura13/02/2014.

CONTRATO nº74/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:Norton Scheffer Simão Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº75/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:Maria Pedra Fávero Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº76/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:Jucilene Magnus Porto Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº77/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:Maria Evanilda de Mellos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

Extratos de Contratos /2014

CONTRATO nº78/2014 Processo Seletivo: -01/2013
Contratado:Juliana Martins Vargas Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$ 955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014 .

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº79/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:Josiane Porto Machado Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$ 955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014 .

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº80/2014 Processo Seletivo: -01/2013
Contratado:Cristiani Bristott iDaminelli Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$ 955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014 .

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº81/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:Ana Elizabete Generoso Velho Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014.Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº82/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:Maria Cleci Fernandes da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal:R\$955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº83/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:Caruline Eufrásio Pereira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº84/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado: Vanessa Silveira da Rosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº85/2014 Processo Seletivo: - 001/2013
Contratado: Lucimar Aparecida da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº86/2014 Processo Seletivo:-01/2013
Contratado:Deise Casagrande Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº87/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:Kilian André Euzebio Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$ 477,95 (Quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº88/2014 Processo Seletivo: - 01/2013
Contratado:Marlei Maria Saviato de Matos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,74 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e quatro centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº89/2014 Processo Seletivo: - 01/2013

Contratado:Tatiana Freitas Réus Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº90/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Gabriela da Silva Borges Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setentaenovecentavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº91/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:MárciaSimoneC.ClaudinoMateus,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$783,40 (Setecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº92/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Joice Rodrigues Freguglia,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$783,40 (Setecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº93/2014 Processo Seletivo: - 001/2013 Contratado:Ana Claudia Jose Luiz,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setentaenove centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº94/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Elizabete Antunes da S. Coelho Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setentaenovecentavos)prazo:10/02/2014,até31/12/2014Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº95/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:VâniaCoelho VelhoObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$1.566,80 (Hum mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº96/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Suelen Floriano da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.433,84 (Hum mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e quatrocentavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014.Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº97/2014 Processo Seletivo: - 001/2013 Contratado: Milena Simone dos Santos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.566,80 (Hum mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatrocentavos) prazo:10/02/2014,até31/12/14

Data assinatura10/02/2014.

Extratos de Contratos / 2014

CONTRATO nº98/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Sindia Almeida Rech Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$ 477,95 (Quatrocentos e setenta e sete reais e noventaecincocentavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014 Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº99/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Anderson Emilio Witt Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$ 1.433,84(Hum mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e quatrocentavos) Prazo:10/02/2014,até 31/12/2014 .Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº100/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Aline Gabriel Bitencourt Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$ 1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setentaenove centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014 Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº101/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Jéssica Pereira Gomes Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$783,40 (Setecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos Prazo:10/02/2014,até31/12/2014 .

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº102/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Cristiane Flores de Medeiros Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal:R\$ 1.672,82 (Hum mil seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e doiscentavos) Prazo:10/02/2014,até 31/12/14. Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº104/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Natalia de Matos Cassetari Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014Data assinatura10/02/14.

CONTRATO nº105/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Sabrina Farias da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Data assinatura10/02/14.

CONTRATO nº106/2014Processo Seletivo:-01/2013 Contratado: Marinez Silveira dos Santos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014Data assinatura03/02/14.

CONTRATO nº107/2014 Processo Seletivo: -01/2013 Contratado: Deyse Marylim E. Lovizetto Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$ 1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014Data assinatura03/02/14.

CONTRATO nº108/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Juliana Porto Miguel Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014Data assinatura03/02/14.

CONTRATO nº109/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Edina Benites Espindola Objeto:contrato temporário

de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014Data assinatura03/02/14.

CONTRATO nº110/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Luciana da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014Data assinatura03/02/14.

CONTRATO nº111/2014 Processo Seletivo: -01/2013 Contratado:Lilian Oliveira de Souza da Rosa, Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura03/02/14.

CONTRATO nº112/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Beatriz Pereira de Souza,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº113/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Schirley Turazzi Pereira,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº114/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Fernanda de Borba da Rosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº115/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Ramone dos Santos Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº116/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Jesca Goulart Caetano Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº117/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Mara Lucia Andrades de Souza Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura03/02/14.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Decreto 112/2014

DECRETO Nº. 112, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.699 de 03/12/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais):

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município
3.3.90.00.00.00.00.0024(171) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação da seguinte dotação:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município
4.4.90.00.00.00.00.0024(43) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 10 de junho de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 113/2014

DECRETO Nº 113, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

Prorroga o Decreto nº 59, de 19 de Março de 2014, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência, a área do município, afetada por enxurrada.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso XVII, do artigo 12, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- A continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida no dia 18 de março de 2014, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos e Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre, anexos a este Decreto.

- A recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da

Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - COMDEC;

- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 59, de 19 de março de 2014, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadear do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação devendo vigor por um prazo de 90(noventa) dias, com efeitos a partir de 17 de Junho de 2014.

Timbé do Sul - SC, 10 de junho de 2014.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 114/2014

DECRETO Nº. 114, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada ALINE DAGOSTIN, CPF nº 037.487.449-27 e RG nº 4.205.785, no Cargo de Secretario de Unidade Escolar 40 hs, Nível 569, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul - SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 11 de junho de 2014.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 62/2014

PORTARIA Nº 62, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
Concede Adicional de Graduação e Especialização

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.176, Art. 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder às Servidoras abaixo identificadas, adicional de graduação e adicional de especialização, correspondentes a 25% sobre seu vencimento base:

Nome	Cargo	Matrícula
Rosangela de Oliveira	Professor 40 horas	2952

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 11 de junho de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

Decreto No 3.502, de 10 de Junho de 2014

DECRETO No 3.502, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre o horário especial de expediente no dia 12 de junho de 2014.

O PREFEITO DE TIMBÓ/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 50 inciso VII, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar Municipal nº 01, de 22/10/1993 (Estatuto dos servidores), e nas Leis Complementares nº 137 e 138, de 02/07/1998 (Planos de Carreira dos servidores); e

Considerando as chuvas intensas ocorridas nos dias 06, 07 e 08 de junho do corrente, foram registradas inundações, as quais atingiram todo o território do Município de Timbó, acarretando danos em residências e diversos estabelecimentos públicos e privados da área urbana e rural;

Considerando que foi Declarado Situação de Emergência em todo o território do Município de Timbó, afetado por desastre natural, meteorológico, decorrente de inundações, através do Decreto nº 3501, de 09 de junho do corrente;

Considerando que o Poder Público Municipal vem disponibilizando assistência a famílias afetadas, colocando a disposição recursos materiais e humanos, buscando assim amenizar os prejuízos;

Considerando a mudança no horário de expediente junto aos Órgãos e Entidades da Administração Municipal nos dias dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo 2014, através do Decreto 3491, de 26 de maio do corrente,

DECRETA:

Art. 1º Na data de 12 de junho de 2014, excepcionalmente, fica mantido o horário regular de expediente em todos os órgãos da administração direta e indireta, com a antecipação de seu término para as 15:30 horas.

Art. 2º Para os demais dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014, aplicar-se-ão as regras estabelecidas pelo Decreto nº 3.491, de 26/05/2014.

Art. 3º Não se aplica o horário especial fixado neste Decreto aos órgãos que prestam serviços considerados essenciais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso de Interposição de Recursos Pregão Presencial N.º 54 2014 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL PREGÃO Nº. 54/2014

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que no Pregão nº. 54/2014, para aquisição de equipamentos de informática para administração direta e indireta contra o julgamento das propostas declaradas vencedoras pelo Pregoeiro e sua equipe. Ficam intimadas as empresas a apresentarem contrarrecursos a contar da publicação deste extrato. A íntegra dos recursos está disponível na Divisão de Licitações da Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, 700 Centro, Timbó/SC.

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS

PREGOEIRO

Decisão - Pregão Presencial N.º 89 2013 - Cancelamento Lote 01

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

DECISÃO

Assunto: Requerimento de cancelamento Ata de Registro de Preços - Pregão Presencial 89/2013 - LOTE 01
RELATÓRIO:

Trata-se de requerimento apresentado pela empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO STEIL SUL LTDA, através do qual solicita o cancelamento da Ata de Registro de Preços de fls. 285/292 relacionada ao Pregão Presencial n. 89/2013.

A requerente sagrou-se vencedora do referido certame, passando a fornecer os itens constantes do Lote 01.

Assevera que na data da realização do certame teve condições de oferecer um preço diferenciado, pois mantinha parceria com a empresa "Blucabos", contudo, a revendedora reajustou o preço de todos os seus produtos.

Além disso, diante da quantidade de material adquirido pela Administração no período compreendido entre setembro/2013 e maio/2014 resta inviável a manutenção do preço ofertado, sob pena de graves prejuízos financeiros.

Em virtude dos fatos supra mencionados, a empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO STEIL SUL LTDA solicita o cancelamento da Ata de Registro de Preços de fls. 285/292 e o consequente repasse do Lote 01 do Edital de Pregão Presencial n. 89/2013 para o próximo colocado a fim de não deixar o Município desabastecido.

Por fim, roga pela compreensão da Administração Pública Municipal a fim de que não lhe sejam aplicadas as penalidades previstas pelo Edital.

Este, na síntese necessária, é o relatório, passo a fundamentar a decisão:

Vistos e examinados os autos, constata-se que a COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO STEIL SUL LTDA restou vencedora do Procedimento de Licitação - Pregão Presencial n. 89/2013 no Lote 01, vindo a firmar com o Município de Timbó a respectiva Ata de Registro de Preços de fls. 285/292.

Vislumbra-se que ao apresentar à proposta e sagrar-se vencedora do Lote 01 do certame a empresa comprometeu-se a fornecer todos os itens no preço cotado e de acordo com as condições previstas no Edital de Pregão Presencial n. 89/2013.

Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 "quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu

objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”

Entretanto, no caso em apreço, constata-se que a impossibilidade de cumprimento integral do compromisso advindo da celebração da ata se deve à inviabilidade de manutenção do preço proposto em virtude da grande diferença entre a quantidade licitada (estimada) e a quantidade efetivamente adquirida pelo Município.

Tratando-se de descumprimento motivado, não se vislumbra a hipótese de aplicação das penalidades previstas pelo Edital de Pregão Presencial n. 89/2013.

Desta forma, configura-se a imprescindibilidade de cancelamento da Ata de Registro de Preços de fls. 285/292 correspondente aos itens integrantes do Lote 01 do Edital de Pregão Presencial n. 89/2013.

Tendo o vencedor originário excluído pelo cancelamento, deverá ser convocado o segundo colocado a assumir o remanescente da licitação em apreço. Destaca-se que o segundo colocado deve aceitar as mesmas condições ofertadas pelo então beneficiário da Ata, inclusive o preço, além de atender as condições de habilitação previstas no edital do certame.

DECISÃO:

Diante do exposto, considerando a plausibilidade da justificativa apresentada pela empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO STEIL SUL LTDA, determino o CANCELAMENTO da Ata de Registro de Preços de fls. 285/292 concernente ao Lote 01 do Edital de Pregão Presencial n. 89/2013.

Em consequência do exposto, determino a convocação da empresa segunda colocada a fim de que manifeste interesse em assumir o fornecimento dos itens constantes do Lote 01 do referido Edital, nas mesmas condições ofertadas pela empresa vencedora do item.

Registre-se, Publique-se e Intime-se a empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO STEIL SUL LTDA acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Timbó, 03 de junho de 2014.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Retificação Pregão Presencial Nº 13 2014 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2014 PMT

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que, devido ao recebimento de impugnação quanto à qualificação técnica exigida no Edital supracitado, que trata do registro de preços para aquisição de material de enfermagem destinado às Unidades de Saúde, CAPS, SAMU e Policlínica de referência, retifica a exigência, passando a ser solicitado conforme segue:

6.3 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

i) Registro do(s) produto(s) no Ministério da Saúde, bem como a solicitação de sua revalidação dentro do prazo previsto em lei, ou Certificado de Isenção de registro, conforme o caso. Deverá ser apresentada cópia legível da publicação no Diário Oficial ou emitido através do site da ANVISA, indicando, grifando ou destacando o número do item a que se refere.

7.3.4 - Da Qualificação Técnica dos itens solicitados no objeto:

7.3.4.1 - A qualificação técnica deverá ser comprovada com a apresentação de documentos, de acordo com a Portaria n.º 2.814 de 29 de maio de 1998, pela licitante, relativos ao seu próprio estabelecimento (incisos I a III e II conforme o caso) conforme segue:

I. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, em vigor e de em conformidade com a Lei n.º 9.782/99 e Medida Provisória n.º 2190-34/01, em nome da licitante.

a) Caso a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA esteja vencida, deverá ser comprovado o pedido de renovação junto ao órgão competente, com cópia do protocolo de renovação anexado.

II. Alvará de Saúde expedido pela Vigilância Sanitária Municipal, em vigor, ou Licença expedida pela Vigilância Sanitária Estadual, em vigor, em nome da licitante.

Em atenção às alterações no edital, prorroga-se para dia 26/06/2014 as 08h30min a entrega do credenciamento e envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão ficará marcada para as 08h40min da mesma data da entrega dos documentos. Ficam mantidas as demais exigências.

Timbó/SC, 11 de junho de 2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Treze Tílias

PREFEITURA

Portaria Nº062

PORTARIA Nº 062/14 DE 09 DE JUNHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Leonir Primo de Rós	01/01/2013 a 31/12/2013	09/06/2014 a 23/06/2014	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 09 DE JUNHO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº063

PORTARIA Nº 063/14 DE 10 DE JUNHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Gilberto Hoffelder Júnior	21/11/2012 a 20/11/2013	10/06/2014 a 29/06/2014	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE JUNHO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

Dec Reto 1620/2014

Decreto 1.620/2014 de 11 de junho de 2014.

DETERMINA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA CRIAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.180/2014,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de um Crédito Adicional Especial na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.150 de 28 de novembro de 2013 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO06.00		
Unidade:	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS GERAS06.02		
Proj./Ativ	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos, Pontos15.451.0009.1.019		
4.4.90.00.00.00.00.00.0104	40.000,00	Aplicações Diretas (99)	

TOTALR\$ 40.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Proj./Ativ	20.606.0013.1.014	Aquisição de Máquinas, Veículos e Implementos	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (86)	40.000,00	

TOTALR\$ 40.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial determinado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do Plano Plurianual para quadriênio 2014/2017 - Lei Municipal nº. 1.141 de 14 de outubro de 2013; da Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº. 1.144 de 20 de novembro de 2013; e, da Lei Orçamentária Anual - Lei Municipal nº. 1.150 de 28 de novembro de 2013 serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 11 de junho de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

Errata ao Processo 17.2014 Fundo

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Errata dos Processos de Licitação nº 17/2014 Aquisição de equipamentos/material permanente destinados para o fundo municipal da saúde, portaria nº 1.159 de 27 de maio de 2014. O Fundo Municipal da Saúde, torna público para o conhecimento dos interessados a Errata do Processo Licitatório acima citado: ONDE SE LÊ: Pregão Presencial nº 15/2014, LEIA-SE: Pregão Presencial nº 16/2014. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo, telefone (0xx49) 3632-11-22, 91365329.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal.

Processo N.85/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 85/2014

Edital de Pregão Presencial nº 56/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item que tem por objeto a aquisição de 01(um) Automóvel novo, 0 KM, modelo 2014, capacidade de transporte mínimo de 05 pessoas, destinado a Secretaria Municipal da Educação, com recursos do convênio nº 2014TR001712 e recursos próprios.

Entrega dos envelopes às 10h do dia 26 de junho de 2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Processo N.86/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86/2014

Edital de Tomada de Preço nº 10/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item que tem por objeto a a seleção de propostas, visando a contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica de rua na comunidade de linha São Pedro com recursos do convênio nº 2014TR001495 e próprios.

Entrega dos envelopes às 14h45min do dia 27 de junho de 2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49)3632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Videira

INPREVID

4º Aditivo do Contrato 02/2012

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2012
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2012

Objeto: locação de imóvel para sede do INPREVID

Locador: INPREVID

Locatário: JACIR JOSE FAVERO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O valor fixado para a locação do imóvel fica reajustado pelo INPC acumulado no período de maio/13 a abril/2014, nos termos da Cláusula Oitava do instrumento originário, perfazendo a partir de 09/05/2014 o total mensal de R\$1.587,52 (Um mil e quinhentos oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

CLAUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato nº 002/2012 - Locação de Imóvel continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas por este instrumento.

Videira, 09 de maio de 2014.

Vilso Vanz

Presidente do INPREVID

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 127/2014

PORTARIANº 127/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ADÃO GIL ZANELATO

Cargo: FISIOTERAPEUTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 9,12 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível XI-3 para o Nível XI-4, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),

11 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 128/2014

PORTARIANº 128/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ALVARISTO GARCIA DA SILVA

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 8,44 referente às três últimas avaliações, com conceito "muito bom" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível II-1 para o Nível II-2, dentro da Secretaria de Obras.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do

Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),

11 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 129/2014

PORTARIANº 129/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ARIN LUTKE

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 9,24 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível IV-3 para o Nível IV-4, dentro da Secretaria de Obras.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),

11 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 130/2014
PORTARIANº 130/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: CLAUDINEI FELICIANO

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 9,28 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível VII-3 para o Nível VII-4, dentro da Secretaria de Administração e Finanças.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),

11 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços/Termo de Compromisso PP 36/2014 Pmxv

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2014

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 36/2014 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa THEISEN DETONAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.296.926/0001-20 nesta Ata representada pelo seu(ua) Procurador, Sr(a). EVERTON CESAR WEITZEMANN, portador(a) do CPF nº 043.720.339-58 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 36/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de serviços de perfuração e detonação de rochas com fornecimento de todo o material necessário para a realização dos mesmos.

ÍTEM	QTD	UNID. MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO EM R\$
01	1.500	Metro Linear	SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, COM PERFURAÇÃO MECÂNICA, COM DIÂMETRO DOS FUROS DE 2,5CM, COM MALHA PROVÁVEL DOS FUROS DE 1,50M X 2,50M, COM ALTURA VARIÁVEL, DE ACORDO COM AS COTAS DO SETOR DE TOPOGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DOS MESMOS, SENDO QUE OS SERVIÇOS PODERÃO SER EXECUTADOS EM ESTRADAS VICINAIS DO INTERIOR E DO CENTRO, ESCAVOS, OU EM QUALQUER OUTRO LOCAL DENTRO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.	55,00

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade

de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 36/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 11 de junho de 2014.
THEISEN DETONAÇÕES LTDA
Everton Cesar Weitzemann

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

PP 41/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2014 - PMXV

Objeto: Registro de Preços para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.
Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 26/06/2014.

Abertura: dia 26/06/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 12 de junho de 2014.
MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

Decreto 049/2014

DECRETO Nº 049/2014

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e na forma do art. 6º da Lei Municipal nº 648/95, de 28/09/95, e posteriores alterações, e,

Considerando o Decreto Municipal nº 12 de 21 de Janeiro de 2014, o qual nomeou os membros do Conselho Municipal de Saúde, com mandato de 02 (dois) anos.

Considerando a solicitação de saída do Conselho Municipal de Saúde, do membro senhor Fernando Borges;

Considerando a necessidade alteração e nomeação de membros para comporem o referido Conselho Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros que comporão o Conselho Municipal de Saúde, a saber:

I - Representantes do Governo:

Um representante da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social:

Titular: Flademir Adaauto Da Silva
Suplente: Varlei Ozelame

Um representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Saionara Caus
Suplente: Germendorf Ferreira

II - Representantes dos Profissionais da Área da Saúde:

Um representante dos médicos:

Titular: Eduardo de Jesus Alberto Bravo

Suplente: Joceli Formagini

Um representante dos odontólogos:

Titular: Franciele Zanella

Suplente: Taciane Fanta

III - Representante dos Prestadores de Serviços:

Um representante do Hospital São Lucas.

Titular: Nataniele Moretto

Suplente: Gilmar Benetti

IV - Representantes dos Usuários:

a) Um representante do Clube de Mães:

Titular: Salete Caron

Suplente: Zeli Fasolo Betto

b) Um representante da Associação Comercial e Industrial de

Xavantina:

Titular: Dirceu Casarotto

Suplente: Rosinalda Gabiatti Garbim

c) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xavantina:

Titular: Néri Trevisan

Suplente: Maria Angélica Cenci

d) Um representante da Associação dos Criadores de Suínos de Xavantina:

Titular: Eliseu Pinzetta

Suplente: Luciano Altenhofen

e) Um representante dos Conselhos Comunitários:

Titular: Eliane Piacentini

Suplente: Adir Rodrigues

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 30 de Maio de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 050/2014

DECRETO Nº 050/2014

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2014. MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014, a realizar-se no Brasil, no período de 12 de junho a 13 de julho de 2014;

Considerando que alguns jogos da Seleção Brasileira de Futebol coincidirão com o horário de expediente deste Município;

Considerando ainda que a modificação do horário de expediente não acarretará ônus aos cofres públicos e prejuízos aos municípios;

Considerando, por fim, que será alcançada economia substancial advinda da diminuição da utilização da infraestrutura do Poder Executivo Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Em virtude da realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014, o expediente das repartições públicas municipais será efetuado da forma abaixo:

I - Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de

Transportes, Obras e Urbanismo:

a) dia 12 de junho de 2014: das 7h às 13h;

b) dia 17 de junho de 2014: das 7hs às 13h;

c) dia 23 de junho de 2014: das 7hs às 13h;

II - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

a) dia 12 de junho de 2014: das 7h45min às 11h45min e das 13h às 15h;

b) dia 17 de junho de 2014: das 7h45min às 11h45min e das 13h às 15h;

c) dia 23 de junho de 2014: das 7h45min às 11h45min e das 13h às 16h;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 30 de Maio de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 102/2014

PORTARIA Nº 102/2014

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NOMEADOS EM DECORRÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com o disposto no inciso VIII do art. 101 da Lei Orgânica Municipal; ainda o previsto no artigo 22 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 002, de 09/10/00, combinado com o art. 73 da Lei Complementar Municipal nº 007, de 06/11/01;

RESOLVE:

Art.1º Fica constituída a Comissão Especial de Desempenho, Acompanhamento e Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores Públicos Municipais, nomeados em decorrência de Concursos Públicos, composta pelos seguintes membros:

I. Arline Caon

II. Gicelle Parisotto

Parágrafo único. O terceiro membro que comporá a comissão será o chefe imediato (Secretário Municipal) do servidor a ser avaliado.

Art. 2º As atribuições e tarefas de acompanhamento e avaliação dos servidores municipais em estágio probatório tem prioridade sob quaisquer outros serviços públicos.

Art. 3º A Comissão produzirá seus relatórios nas condições e prazos estabelecidos nos Quadros de Acompanhamento e Avaliação dos Servidores Públicos Municipais em Estágio Probatório, aprovados pelo Decreto nº 039/2002.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 13 de Maio de 2014.
MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 103/2014

PORTARIA Nº 103/2014
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO EM RAZÃO DE NOMEAÇÃO DECORRENTE DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 41 da Constituição Federal, combinado com o art. 22 do Estatuto do Servidor e de acordo com a avaliação feita pela Comissão de Avaliação;

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado estável o servidor público municipal Sr. JACIR CERIOLLI, no cargo de Operador de Máquina, da Lei Complementar nº 020/2004, atualizada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em estágio probatório.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 17 de Maio de 2014.
MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 104/2014

PORTARIA Nº 104/2014
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o requerimento da Servidora Pública Clerian Sueli Lohmann, solicitando a própria exoneração;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Servidora Pública Municipal, Sra. Clerian Sueli Lohmann, ocupante do cargo de Enfermeira Nível Superior, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 23 de Maio 2014.
MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 105/2014

PORTARIA Nº 105/2014
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO EM RAZÃO DE NOMEAÇÃO DECORRENTE DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 41 da Constituição Federal, combinado com o art. 22 do Estatuto do Servidor e de acordo com a avaliação feita pela Comissão de Avaliação;

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado estável o servidor público municipal Sr. UDECIR FRANA, no cargo de Operador de Trator de Esteira, da Lei Complementar nº 020/2004, atualizada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em estágio probatório.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 02 de Junho de 2014.
MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 106/2014

PORTARIA Nº 106/2014

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO, CONTROLE E ANÁLISE DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade coordenação, com maior controle e análise dos contratos praticados pela a Administração Pública Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal, efetivo no cargo de Advogado, Sr. Valmor de Souza - OAB nº 12717, para responder pela coordenação, controle e análise dos contratos praticados pela Administração Pública Municipal de Xavantina.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Xavantina (SC), em 02 de Junho de 2014.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim**PREFEITURA****Portaria 843**

PORTARIA Nº 843/2014

Instaura Processo Administrativo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do art. 66 da Lei Orgânica Municipal; art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93; e,

CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 053/2014 - Pregão Presencial nº 030/2014, o qual deu origem ao Contrato de nº 076/2014 entre o Contratante, Município de Xaxim - SC, e a Contratada, Empresa Ilha Service Serviços de Informática Ltda., o qual tem por objeto contratação de empresa para aquisição parcelada de equipamentos e material permanente, destinadas às Secretarias Municipais;

CONSIDERANDO vistoria técnica realizada pelo responsável do Setor de Informática do Município, juntamente com Empresa de Assessoria e Consultoria, nos equipamentos enviados pela Contratada; e Parecer Técnico emitido, no sentido de que foram verificadas inconformidades e incompatibilidade dos equipamentos com relação ao disposto no Edital do Processo Licitatório supra;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência e da motivação, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 78, incisos I, II e XII combinado com o art. 79, I da Lei 8.666/93, os quais preceituam que o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos constituem motivo para rescisão do contrato, podendo ser determinado por ato unilateral e escrito da Administração;

CONSIDERANDO o disposto no art. 78, Parágrafo Único, da referida Lei;

CONSIDERANDO que, os fundados indícios do não cumprimento das obrigações expressas no edital por parte da Contratada, configuram, em tese, motivos para rescisão contratual; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e no art. 87, III da Lei 8.666/93, os quais preceituam que, garantida a prévia defesa, a Administração poderá, pela inexecução total ou parcial do contrato, aplicar a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento temporário de contratar com a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo, para apurar eventuais descumprimentos perpetrados pela Empresa Ilha Service Serviços de Informática Ltda., quando da entrega de materiais em desacordo com as especificações do Edital;

Art. 2º - Para exercer os trabalhos, fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I - Fabiane Paula Giroto Rissi;

II - Catiane Curtarelli;

III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º - Fixa-se o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão do Processo Administrativo;

Art. 4º - Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de maio de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Decretos 02

DECRETO Nº 300/2014.

Prorroga prazo de validade do Processo Seletivo 003/2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações:

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do processo seletivo 003/2013, da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, por mais um ano, ou seja, até a data de 17 de junho de 2015, conforme previsto no item 12.8 do edital de abertura.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de junho de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurado Geral do Município

DECRETO Nº 301/2014.

Prorroga prazo de validade do Processo Seletivo 002/2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações:

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do processo seletivo 002/2013, para o Ceaca, por mais um ano, ou seja, até a data de 17 de junho de 2015, conforme previsto no item 12.8 do edital de abertura.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de junho de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurado Geral do Município

Aviso de Convite - 010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONVITE N. 010/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 132/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu Prefeito COMUNICA que estará recebendo os envelopes referente ao Edital de CONVI-TE n. 010/2014, até às 08h15min do dia 23 de junho de 2014, e farão abertura das mesmas às 08h30min. Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de profissional devidamente qualificado para prestação de serviços de desenvolvimento de projeto Básico de arquitetura, com detalhamento em escalas adequadas para futura execução das obras de reforma da Praça Municipal Frei Bruno - Município de Xaxim, tipo menor preço global, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 123/2006 e suas alterações e no que couber a legislação aplicável. Maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8200.

Xaxim - SC, 11 de junho de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Portaria 940

PORTARIA Nº 940/2014

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO que a investidura no cargo público de Motorista de Transporte Escolar/Desportivo deve preencher requisitos legais, dentre eles a apresentação de Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental, conforme previsão no Edital do Concurso Público nº 001/2011;

CONSIDERANDO o Certificado de Conclusão de Série do Ensino Fundamental apresentado ao Setor de Recursos Humanos pelo Servidor P. A. A. P.;

CONSIDERANDO o Ofício nº 100/PGM/2014 encaminhado ao Sr. P. A. A. P., solicitando a regularização de documentação;

CONSIDERANDO que restou silente o Servidor quanto ao chamado do Ofício supramencionado;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos I, IX e XI do art. 168 da Lei 1.729/94, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pelo Servidor P. A. A. P, acerca dos fatos acima relatados.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I - Fabiane Paula Giroto Rissi;

II - Catiane Curtarelli;

III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Associações

EGEM

Edital Nº 37.2014 - Chamamento curso Prático Fiscalização de Iss de Bancos E Cartórios

EDITAL Nº 37/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO PRÁTICO DE FISCALIZAÇÃO DE ISS DE BANCOS E CARTÓRIOS

1. OBJETIVO DO CURSO

Transmitir e debater com os participantes as técnicas eficientes e inteligentes para a fiscalização tributária municipal do ISS sobre os bancos e cartórios.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos municipais de tributos e controladores internos..

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC Local: acompanhar através do hot site na página da EGEM: www.egem.org.br
Período das inscrições	11/06 à 23/07/2014
Vencimento do boleto de cobrança	23/07/2014
Homologação das inscrições	25/07/2014
Período de realização	31 de julho e 01 de agosto de 2014
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	150 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 400,00
Demais participantes	R\$ 500,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações

efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
08h30 às 12h	<p>MÓDULO I - O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comentários sobre o SFN; 2. Instituições do sistema operativo; 3. Instituições financeiras captadoras de depósitos: <ul style="list-style-type: none"> - Bancos Múltiplos; - Bancos Comerciais; - Caixas Econômicas; - Cooperativas de crédito. 4. Demais instituições financeiras: <ul style="list-style-type: none"> - Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (Financeiras); - Sociedades Corretoras; - Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários; - Sociedades de Arrendamento Mercantil - Leasing; - Consórcios; - Factoring.
	<p>MÓDULO II - O PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SFN - COSIF</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução; 2. Normas básicas; 3. Elenco de contas; 4. Documentos; 5. Função das contas.
	<p>MÓDULO III - A MATÉRIA TRIBUTÁVEL PELO ISS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Distinção entre atividade principal e acessória dos bancos; 2. Conceito de serviço segundo o STF e a doutrina majoritária. Posição tradicional; 3. Noção de Atividade-meio e atividade-fim: importância na configuração do fato gerador do ISS segundo o STJ. A polêmica tributação das tarifas de ressarcimento de despesas; 4. O enquadramento das atividades bancárias ao tempo da vigência da LC 56/87. 5. A questão da taxatividade da lista de serviços. Os bancos eram sujeitos apenas aos itens 95 e 96? O que vem entendendo a jurisprudência. Procedimentos cautelosos que o Fisco deve adotar; 6. O enquadramento das atividades bancárias após a edição da LC 116/03. Todos os serviços expressamente elencados na nova lista podem ser tranquilamente tributados? 7. Mesmo aqueles previstos em outros itens que não o 15? Qual será a tendência do Judiciário? 8. Operações de leasing. Incidência do ISS e local de ocorrência. Substituição tributária. 9. Administração de cartão de crédito. Incidência do ISS e o local de ocorrência. Substituição tributária.

13h30 às 17h30	<p>SEGUNDA PARTE: PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA FISCAL</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Termo de Início de Fiscalização. A importância da fixação de prazo para a conclusão da fiscalização. Art. 196 do CTN; 2. Documentação a ser exigida. Providências em caso de recusa: ação cautelar e representação fiscal por crime contra a ordem tributária (parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.137/90); 3. Análise da documentação: <ul style="list-style-type: none"> - Plano de contas; - Balancetes analíticos mensais; - Razões contábeis; - outros documentos. 4. Termo de Conclusão da Fiscalização; 5. Lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa. Requisitos indispensáveis. Discriminação precisa das receitas tributadas. 6. Obrigações acessórias. Instituição. Fixação de multa. "COSIF Municipal". <p>1. HISTÓRICO DA TRIBUTAÇÃO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO, A TÍTULO DE ISSQN</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Período anterior à Lei Complementar nº 116/03; 1.2 Período posterior à Lei Complementar nº 116/03; 1.3 Período posterior à decisão do STF na ADIn nº 3089. 1.4. Contribuintes com decisões transitadas em julgado. <p>2. SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO</p> <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Considerações constitucionais; 2.2 Características do serviço; 2.3 Legislação de regência: Lei nº 8.935/1994; 2.4 Características dos emolumentos recebidos; 2.5 Repasse parcial dos emolumentos a órgãos e entidades.
----------------	---

2º dia

08h30 às 12h	<p>3. FATO GERADOR DO ISSQN SOBRE OS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO</p> <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Legislação municipal; 3.2 Responsabilidade tributária: retenção e substituição tributária; 3.3 Base de cálculo; 3.4 Alíquota; 3.5 Local de incidência; 3.6 Tempo da ocorrência. <p>4. FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA SOBRE OS CARTÓRIOS</p> <ol style="list-style-type: none"> 4.1 Termo de início para a cobrança do imposto; 4.2 Noções preliminares sobre a fiscalização tributária; 4.3. Portal "Justiça Aberta" do CNJ. 4.4 Livros e documentos para a apreciação da fiscalização; 4.5 Declaração específica ou genérica para os cartórios; 4.6 Arbitramento ou estimativa da base de cálculo; 4.7 Compartilhamento de informações com a Receita Federal do Brasil e com outros órgãos que possuem dados sobre a movimentação financeira do cartório; 4.8 Ação cautelar de exibição de documento ou coisa. <p>5. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.</p> <ol style="list-style-type: none"> 5.1. Intimações para os cartórios prestarem informações; 5.2. DOI - declaração sobre operações imobiliárias; 5.3. "Parceria" no ITBI.
--------------	--

7. PALESTRANTE

OMAR AUGUSTO LEITE MELO

Advogado Tributarista, Consultor e Professor Universitário; Membro do Conselho de Contribuintes da Prefeitura Municipal de Bauru; Pós-graduado pelo Centro de Extensão Universitário - CEU; Conteudista e Tutor do Curso de Pós-graduação da Uniara; Escritor de artigos e livros jurídicos.

Obras Publicadas pelos Palestrantes: 1. ITBI - Imposto Sobre Transmissões de Bens Imóveis; 2. Super Simples Anotado e Comparado - Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006; 3. ISS sobre Cartórios; 4. ISS na Construção Civil, 3. Edição; 5. ISS Sobre o Leasing; 6. ISS - Teoria, Prática e Questões Polêmicas, 4. Edição, 2012.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes

possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Editais Nº 38.2014 - Chamamento_inscrição 6º Seminário Agricultura

EDITAL Nº 38/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

6º Seminário de Secretários e Técnicos Municipais de Agricultura do Estado de Santa Catarina

1. OBJETIVO DO CURSO

O Seminário tende a promover informações e debates sobre assuntos primordiais e de interesses comuns do setor agropecuário dos municípios do estado. Dentre os assuntos abordados serão destacadas a ênfase de agregação de valor na agricultura familiar através de experiências exitosas existentes nas diversas regiões do estado catarinense.

No intuito de promover a gestão e as finanças públicas municipais também será apresentado um painel mostrando a importância do

registro fiscal rural e seus impactos sobre a economia municipal. Em virtude das atualizações legais sobre legislação trabalhista, Novo Código Florestal, Novo Código Estadual Ambiental e do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) serão apresentados palestras sobre a importância e viabilidade de sua implementação nos municípios.

2. PÚBLICO-ALVO

Secretários e técnicos municipais de Agricultura e técnicos das entidades parceiras (conveniadas) dos municípios.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Unidavi Rua Dr. Guilherme Gemballa, nº 13 Jardim América - CEP: 89160-932 Rio do Sul - SC
Período das inscrições	11/06 à 28/07/2014
Vencimento do boleto de cobrança	28/07/2014
Homologação das inscrições	31/07/2014
Período de realização	07 e 08 de agosto de 2014
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	200 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 50,00
Demais participantes	R\$ 100,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua

inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
 c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
 d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

7 de agosto de 2014	
13h	Credenciamento dos participantes
13h30	Solenidade de Abertura Presidente da FECAM Secretário de Estado da Agricultura e Pesca Presidente do COSASC Presidente da Associação (ou prefeito de Rio do Sul)
14h	Palestra Magna - Agricultura Familiar Valter Bianchini: Secretário da Agricultura Familiar - SAF/MDA
1º Painel: Agregação de Valor na Agricultura familiar	
15h	Formas de Agregação de Valor na Agricultura Familiar Osvaldir Dal Belo: Engenheiro agrônomo Epagri - Gerência Regional de Concórdia
15h30	Experiências Exitosas Sobre Agregação De Valor Adilson Maia Lunardi: Presidente da Agreco Clair Lorenzetti: Coordenador da Tecnoagrofamiliar e Veterinário da Epagri Chapecó Valério Schiochet: Diretor-presidente da Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho
17h00	Palestra: Legislação do trabalho no setor rural Representante do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
18h00	Questionamento
18h30	Encerramento das atividades do dia
8 de agosto de 2014	
2º Painel: Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA	
9h	Palestra: Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e sua Implementação Prática Palestrante - Leomar Luiz Prezotto: Consultor em Agroindústria Debatedores: - Secretaria do Estado da Agricultura do Estado de SC (CIDASC) - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
11h	Questionamento e Debate
12h	Almoço
3º Painel: Aspectos Ambientais de Impacto na Viabilidade das Propriedades Rurais	
13h30	Palestra: Licenciamento ambiental municipal e sua Implementação Alexandre Waltrick Rates: Presidente da FATMA Debatedores: - Fundação de Jaraguá do sul - FECAM
14h45	Debate
4º Painel: Registro Fiscal Rural	
15h00	Palestra: O impacto do registro fiscal rural para a gestão municipal Palestrante: FECAM Experiência: Com Nota fiscal vai legal. Região da AMNOROESTE e Projeto - AMVALI
16h30	Encerramento do Evento

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios**AGIR****Relação Candidato X Vaga ao Edital do Concurso Público Nº 01/2014 - AGIR**

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL No 01/2014

AGENCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO - AGIR 2014
Relatório candidato/vaga
Todos

Cargo	Vagas	Candidatos	Relação
001 CONTADOR	0	10	0
002 ECONOMISTA	1	16	16
003 ENGENHEIRO CIVIL	0	27	0
004 OUVIDOR	1	62	62
005 AUXILIAR ADMINISTRATIVO	0	37	0
TOTAL	2	152	76

RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR CARGO AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - AGIR

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL No 01/2014
RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR CARGO

001 - CONTADOR	
ALESSANDRA MONTI BADALOTTI	54584-8
CHARLES LAUBENSTEIN	54558-9
EDNO SILVEIRA SILVA	54426-4
IVANIR SARTORI	54603-8
JESSICA CAMPOS DA SILVA	54456-6
LUANA NAIARA SILVA DA LUZ	54244-0
PRISCILA HABECK SERAFIN	53140-5
RIQUELME ALEXANDER STAHNKE	54372-1
SABRINA FURLANO	54650-0
VALDETE KORZ	54299-7
002 - ECONOMISTA	
ADEMIR MANOEL GONCALVES	54428-0
EDMAR WRUCK	54400-0
EDSON JOSE DA SILVA	53536-2
ELAINE VAILATI DE SOUZA	53164-2
ELIO BRAZ PEREIRA	54574-0
ERICH ANTHONY PROCHNOW	53529-0
FLAVIO FERREIRA AMARAL	54384-5
GILSON CANDINHO	53841-8

HEINZ DIETER PUHLMANN	53821-3
HELIO GIOVANE MACHOTA	53409-9
LEANDRO HENRIQUE FERNANDES DE SOUSA	53393-9
RAFAEL RUCINSKI	54607-0
RODRIGO PAULO GARCIA	54377-2
RONAN BERGAMO MICHELASSE	54621-6
SERGIO PEREIRA RODRIGUES	53941-4
WILSON RIBEIRO FILHO	54387-0

003 - ENGENHEIRO CIVIL

ABEL DOS SANTOS	54625-9
ADRIELI ROBERTA SCHONS	54657-7
ANDRESSA BERNO BENETTI	54393-4
CLEUMAR ZANELLA	54168-0
CRISLEY TAISE DE SOUZA	54309-8
EDUARDO HENDGES DO NASCIMENTO	54380-2
EDUARDO JOSE PANDOLFO	54307-1
ELVIANE LUANA WILKE	54637-2
GABRIEL DE ABREU BURGOS GONCALVES	53784-5
GABRIELE SIEGA	54252-0
JUSSARA ANDRESSA CATTONI	53916-3
LEONARDO DE PAULA CAETANO	53077-8
LUIS RICARDO BARBOSA RODRIGUES	54394-2
MARCIO MACHOSKI	54404-3
MARINA ALVES VIAN	54449-3
MARISTELA LIZ DE OLIVEIRA HECKERT	54632-1
MORGANA CASATTI	54502-3
NICOLE SALEN DALLABONA FERREIRA	54457-4
PAOLO ADRIANO FERACIN	54623-2
PATRICIA BAYER GOMES	53517-6
RAFAEL KNISS	54373-0
RICARDO MICHEL GRIPA	53279-7
RICARDO MORITZ DEPAZ	54359-4
STEFFI CARQUEJA KLOTZ	54374-8
TALIA STRECIWILK ANTONIOLLI	54429-9
THIAGO GUIMARAES SAKATA	54435-3
VINICIUS SAUL BRESSIANI	54437-0

004 - OUVIDOR

ALEXANDRE DE ABREU GOMES	54613-5
ALEXANDRE WIPPEL EGER	54608-9
ALINE MIYUKI UI	54272-5
ANA PAULA BENEVENUTTI	53619-9
ANDERSON DENIS PERIN	53318-1
ANDERSON LOBO	53020-4
ANGELA MARIA VAZ GAVASSO	53862-0
ARACELIA MACIEL FERREIRA	54440-0
ARNO MARCIEL STEINER	53578-8
BEATRIZ ADRIANO DA SILVA	53070-0
BELISE MEISTER ARNOLD RUFINO	53291-6
BIANCA GOULARTE VICENTE	53107-3
CALEBE MENON DA CUNHA	54409-4
CAROLINE BAGGIO NICOLOSO	54448-5

CHARLES HENRIQUE SCHUSTER	53823-0
CLAUDIA REGINA SARDA VIEIRA	54395-0
CLAUDIO EDUARDO SILVA	53648-2
CYNTHIA KARINA GIRARDI KORTE	54451-5
DANIELLA DE SOUZA MARTINS	54458-2
DIANDRA MENDES MEDEIROS	54257-1
DIEGO LUNARDI	53397-1
DIRCEMA LOPES DUARTE ALBERTI	54442-6
DJENIE CRISTIANE VANZUIT	54614-3
FELIPE RICARDO PIETSCH	54616-0
FRANCIANE ALINE FROEHLICH	53727-6
FRANCIELE LIPPEL	54556-2
GERSON UHLMANN	54197-4
GIOVANE GLESIAS FELDHAUS	54651-8
GUILHERME KURT PIETSCH	54597-0
GUILHERME TREVISAN COSTA	54652-6
HUGO AURELIO BRAGA BACARO	53308-4
HUMBERTO CARLOS BORGES	54551-1
IVAN BARTHEL	54452-3
JAMERSON DA SILVA	53343-2
JAMES GABRIEL SDRIGOTTI	54661-5
JANICE NEUHAUS	53049-2
JAQUELINE FERNANDA ROSA	54381-0
JAQUELINE SUSAN MACHADO	54466-3
JESSICA CECHIM BUENO MARQUES	54434-5
JULIANA CAMILA MORENA RODRIGUES	53552-4
JULIANA PEREIRA	54591-0
LUAN FELIPE LUIZ	53053-0
LUCIANE BERNARDINO	54618-6
LUCIANE OSS EMER	54413-2
LUIS EDUARDO TESTONI	54246-6
LUIZ FERNANDO SURDI	53445-5
MAICON CIPRIANI GONCALVES	54577-5
MAIKE MANSKE VOLLES	54605-4
MANOLO BARONCELLO	54559-7
MARIANA RAMOS CORDEIRO	53514-1
MICHEL RODRIGO PEREIRA	54581-3
MIRELLY DE SOUZA CALADO	53284-3
ORONDINA DOS SANTOS	54014-5
RAMSES OLIVEIRA COSTA	53030-1
ROBERTA ASSI	54644-5
RODRIGO MERINI	54415-9
ROSANA RICHTER	54587-2
ROSILENE MULLER ALEXANDRE	54406-0
TAIS RENATA ANDRE	54398-5
VALDECIR KUHN	54454-0
VITOR ZANELLA JUNIOR	53016-6
WANESSA SCHUTZ	54576-7

005 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

AGNALDO DA SILVA	54245-8
ALANA CARDOSO	54432-9
ALEXANDRE AMILTON DE OLIVEIRA	53087-5

ALINE APARECIDA BORGES CARLIM	53451-0
ALINE CRISTINA CASAS	53643-1
ANDRE ROBSON GOMES	54099-4
ANTHONIA DA SILVEIRA	53490-0
ANTONIO CANDIDO SOBRINHO	53364-5
AUZEMAR GERALDO TAMEIRAO JUNIOR	53800-0
CARLOS VINICIUS FEITOZA PRIMARANO	53040-9
CECILIA AGEITOS MENDES	54383-7
DAIANE DAY	54479-5
DANIEL MELIM MAYER	53139-1
ELISABETE RIBEIRO DOS SANTOS	54555-4
FERNANDO GERN	54291-1
GILMARA LUCIANO	54250-4
GUSTAVO COLOMBO CHICHERO	54425-6
IRIS PEIXOTO OLIVEIRA SIMON	54385-3
JENIFFER VIVIANI DE SOUZA E SILVA	53055-7
JESSICA ALBERTI	53339-4
JESSICA CAROLINE COELHO	54306-3
LARISSA UMBELINO	53488-9
LEANDRO KNISS	54450-7
LUCIANE BERNARDINO	53631-8
LUIZ CLAUDIO DE ALMEIDA MAFFIOLETTI	54320-9
MARCO AURELIO MULLER	54553-8
MARIANA JUSTI	54438-8
MARISTELLA MATOS VIEIRA	54224-5
MARTINA RUDOLPH	54422-1
MICHELE KAROLINE BENVENUTTI	54279-2
PRISCILA HADLICH	53222-3
RENATA CAROLINE JANSEN	53894-9
ROBERTO DE ANDRADE PEDROSO	54392-6
SAMIRA DAROS	53274-6
VANESA DO NASCIMENTO	54240-7
VANESSA STEFFENS	54528-7
VIVIANE LARA	54565-1

CIGA**Extrato Contrato 252 - PGT - Siderópolis**

Extrato de Contrato nº 252/2014

Programa de Gestão Tributária - Siderópolis

CONTRATANTE: Município de Siderópolis

CNPJ: 82.929.407/0001-62

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 81/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema de gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 04 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 253 - Dom - Abdon Batista

Extrato de Contrato nº 253/2014

Contrato de Rateio - Abdon Batista

CONTRATANTE: Município de Abdon Batista

CNPJ: 78.511.052/0001-10

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 26/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Abdon Batista e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 79/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 07 de abril de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 254 - PGT - Cunha Porã

Extrato de Contrato nº 254/2014

Programa de Gestão Tributária - Cunha Porã

CONTRATANTE: Município de Cunha Porã

CNPJ: 83.021.147/0001-95

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 95/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 02 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 255 - PGT - Ibirama

Extrato de Contrato nº 255/2014

Programa de Gestão Tributária - Ibirama

CONTRATANTE: Município de Ibirama

CNPJ: 83.102.418/0001-37

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 01/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 04 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 256 - Pegaso - Bombinhas

Extrato de Contrato nº 256/2014

Contrato de Rateio - Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social - Bombinhas

CONTRATANTE: Município de Bombinhas

CNPJ: 95.815.379/0001-02

CONTRATO Nº: 02/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social.

PREVISÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 02 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 257 - PGT - Treviso

Extrato de Contrato nº 257/2014

Programa de Gestão Tributária - Treviso

CONTRATANTE: Município de Treviso

CNPJ: 01.614.019/0001-90

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 065/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 04 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 258 - PGT - São Miguel do Oeste

Extrato de Contrato nº 258/2014

Programa de Gestão Tributária - São Miguel do Oeste

CONTRATANTE: Município de São Miguel do Oeste

CNPJ: 82.821.174/0001-80

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 111/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 05 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 259 - PGT - Vitor Meireles

Extrato de Contrato nº 259/2014

Programa de Gestão Tributária - Vitor Meireles

CONTRATANTE: Município de Vitor Meireles

CNPJ: 79.372.520/0001-85

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 020/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 05 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 260 - PGT - Lages

Extrato de Contrato nº 260/2014

Programa de Gestão Tributária - Lages

CONTRATANTE: Município de Lages

CNPJ: 82.777.301/0001-90

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.640,00 (um mil e seiscentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 05 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIM-AMAVI

Convite Nº 001/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI

CIM-AMAVI

CONVITE Nº 001/2014

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ nº 14.695.989/0001-00, estabelecido na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos e que realizará às 15 horas do dia 18 de junho de 2014, na sede do CIM-AMAVI, junto a AMAVI, na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC, recebimento e abertura de propostas objetivando a aquisição de gêneros

alimentícios e materiais de uso diverso para a manutenção do Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock situado na Rua Walter Rohde, 02, na cidade de Vidal Ramos/SC, conforme quantidades previstas e preços unitários estimados, contantes do objeto. A documentação completa do Edital poderá ser retirada na sede do Consórcio ou no endereço eletrônico www.amavi.org.br/cim.

Rio do Sul, 11 de junho de 2014.

José Constante
Presidente.

CIMCATARINA

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0013/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0013/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense: Municípios de Frei Rogério e Iomerê, durante o período de 09 de junho a 31 de agosto de 2014.

FORNECEDORES:

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1716;
DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1717;
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1718;
MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1719;
MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1720;
HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1721;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1722;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1723;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1724;
LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L - Ata nº AT14CINCATARINA1725;
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1726;
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1727;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT14CINCATARINA1728;
PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1729;
EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1730;
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - Ata nº AT14CINCATARINA1731;
MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1732;
PRODIET FARMACÊUTICA SA - Ata nº AT14CINCATARINA1733;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1734;
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1735.
Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 09.06.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 10 de junho de 2014.

Elói Rönnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0003/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o período de 10 de junho a 31 de agosto de 2014.
FORNECEDORES:

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1736;
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1737;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1738;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1739;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1740;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1741;
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1742;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1743;
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1744;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1745;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1746;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1747;
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1748;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1749;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1750.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 10.06.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 11 de junho de 2014.

Elói Rönnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

Extrato da Ata de Registro de Preços Pe 0003/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Frei Rogério, durante o período de 11 de junho a 31 de agosto de 2014.
FORNECEDOR:

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1751.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 11.06.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 11 de junho de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMURES

Portaria Nº 05/2014

PORTARIA 05/2014

Revoga a Portaria nº 04/2014 que exonera ocupante do cargo de provimento em comissão - Diretora Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, Sr. Luiz Carlos Schmulder, no uso de suas atribuições legais, constantes da cláusula Vigésima Sexta do Contrato de Consórcio Público, em seu anexo I, e demais disposições legais aplicáveis a espécie,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 04/2014 que exonera ocupante do cargo de provimento em comissão - Diretora Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de junho de 2014.

Lages, 11 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS SCHMULDER

PRESIDENTE DO CIS/AMURES

Portaria Nº 06/2014

PORTARIA 06/2014

Nomeia CINTIA DE CÁSSIA NEVES ONEDA para o cargo de ASSESSOR JURÍDICO do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, Sr. Luiz Carlos Schmulder, no uso de suas atribuições legais, constantes da Cláusula Vigésima Sexta, do Contrato de Consórcio Público, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

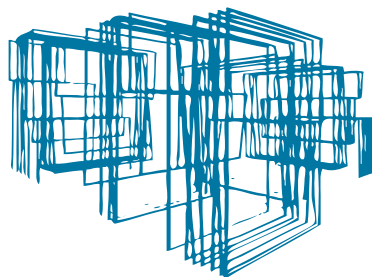
Art. 1º - Nomear a Sra. CINTIA DE CÁSSIA NEVES ONEDA, para ocupar o cargo de ASSESSOR JURÍDICO, com carga horária de 20h, constante do quadro de empregos públicos de livre nomeação, previstos no anexo I, do contrato de Consórcio Público do CIS/AMURES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 11 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS SCHMULDER

PRESIDENTE DO CIS/AMURES



Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente

Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br